



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS

MAY FRAN SELARES FACUNDES

A CIDADE DE SÃO LUÍS, MEFISTÓFELES E O POVO: ações e pensamento das elites
oligárquicas na construção da ponte José Sarney na concretude da modernidade periférica
(1900 -1970)

São Luís
2025

MAY FRAN SELARES FACUNDES

A CIDADE DE SÃO LUÍS, MEFISTÓFELES E O POVO: ações e pensamento das elites oligárquicas na construção da ponte José Sarney na concretude da modernidade periférica (1900 -1970)

Dissertação apresentada ao Mestrado em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Ibarra Cabrera.

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Selares Facundes, May Fran.

A CIDADE DE SÃO LUÍS, MEFISTÓFELES E O POVO: ações e pensamento das elites oligárquicas na construção da ponte José Sarney na concretude da modernidade periférica 1900 -1970 / May Fran Selares Facundes. - 2025.

231 p.

Orientador(a): Isabel Ibarra Cabrera.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Monumento. 2. Cidade. 3. Urbanização. 4. Modernidade. 5. Ponte. I. Ibarra Cabrera, Isabel. II. Título.

MAY FRAN SELARES FACUNDES

A CIDADE DE SÃO LUÍS, MEFISTÓFELES E O POVO: ações e pensamento das elites oligárquicas na construção da ponte José Sarney na concretude da modernidade periférica (1900 -1970)

Dissertação apresentada ao Mestrado em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Ibarra Cabrera.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Isabel Ibarra Cabrera (Orientadora).

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho
Examinador Interno

Prof. Dr. Carlos Renato Carola
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória no PPGHIS/UFMA iniciou-se cursando algumas disciplinas como aluno especial no ano de 2017.1: a disciplina *História, Cultura e Modernidade*, ministrada pelo professor Lyndon dos Santos, a quem expresso minha gratidão por suas orientações. Em 2018.2, cursei *Fontes Históricas: O Desafio da Dissertação*, ministrada pela professora Polyana Gouveia, por quem tenho grande carinho. Após esses anos de estudo, fui construindo meu projeto de pesquisa até que consegui a aprovação no mestrado.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, a quem dedico toda honra, glória e louvor. Em segundo lugar, à espiritualidade, que sempre esteve comigo, guiando meus passos, principalmente nos momentos difíceis.

À minha família, que me apoiou com palavras de incentivo e persistência quando pensei em não continuar na vida acadêmica.

À minha orientadora oficial, professora Isabel Ibarra, que, apesar de me orientar por apenas um ano, mostrou-me novas possibilidades de direcionamento da pesquisa. Agradeço de coração por não ter me deixado desistir e pela sua paciência e carisma diante das dificuldades que enfrentei ao concluir esta dissertação.

Ao meu ex-orientador, João Batista Bittencourt, que contribuiu consideravelmente para que esta dissertação fosse concluída. Quero agradecer por sua ajuda, por me orientar e instruir antes mesmo de eu ser aluno do programa.

Aos queridos professores do programa: professor Victor, professora Régia, professor Marcus Vinícius de Abreu Baccega e aos demais docentes que contribuíram para que eu pudesse ter uma boa aprendizagem.

Aos meus colegas da turma do mestrado, sem exceção, mas com uma menção especial: ao meu amigo e futuro compadre Lucivan, pelas conversas e risadas; a Adriano Versiani, pelas trocas de experiências e pelos momentos de diálogo e diversão; a Christofferson Melo Cunha de Oliveira, pelas discussões sobre as documentações das pesquisas e pelas conversas durante esse período de estudos; e a Hévila Maria, pelas conversas, risadas, preocupações e companheirismo. A professora Marcia Fernanda, pela ajuda na normalização da dissertação.

Aos meus amigos do cotidiano, agradeço pelo carinho, apoio e palavras de incentivo, especialmente a Sebastião Ribeiro, pela ajuda na correção ortográfica deste trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão, ao Programa de Pós-Graduação em História e aos seus funcionários. À CAPES, pelo apoio financeiro durante o período da pesquisa.

Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida – ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o! (Friedrich Nietzsche, 1874)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo traçar um panorama das mudanças urbanísticas da cidade de São Luís do Maranhão, debatendo as principais ideias dos intelectuais conservadores, que defendiam a valorização do traçado urbano colonial, e dos intelectuais progressistas, que acreditavam que o caminho para a modernidade passava pela remodelação do espaço urbano. Destacaremos os planos de expansão da cidade durante as administrações de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana, que, por meio de leis e decretos, promoveram a revitalização de edifícios e o alargamento de avenidas, resultando na expansão da cidade e na integração dos bairros periféricos. Ao abordar a década de 1950, analisaremos as dissidências políticas dentro do Estado do Maranhão, bem como o projeto da cidade de Brasília, associado às propostas de Juscelino Kubitschek, que visavam a modernização por meio da construção de pontes. Também discutiremos as desigualdades entre a cidade e os projetos de reforma agrária para o campo, no contexto das Reformas de Base de João Goulart e sua influência no Maranhão. Nesse sentido, apresentaremos o período de transição do Vitorinismo ao Sarneysmo, que emergiu na política do Estado por meio do discurso de um Maranhão novo e desenvolvimentista, materializado na construção de núcleos habitacionais, barragens e outras reformas urbanísticas, dentre as quais se destaca a construção da Ponte São Francisco, vista como a superação de uma modernidade periférica. O aporte teórico e metodológico da pesquisa é de cunho qualitativo, considerando a teia de relações entre o local e o nacional, impulsionado pelo jogo de escalas (Revel, 2010). Para isso, serão utilizados e analisados os jornais A Pacotilha, O Diário do Norte, O Globo, Jornal de Notícias, Jornal À Tarde e Jornal do Povo, com foco específico no *Jornal O Imparcial* e no *Jornal do Dia*, a fim de compreendermos o processo de urbanização, as dissidências políticas no Estado e como a Ponte José Sarney foi pensada e representada pela imprensa, impactando a formação do patrimônio arquitetônico em uma relação entre centro e periferia. Além disso, utilizaremos tabelas, mapas e imagens como mecanismos de ilustração, interpretação e produção de discursos, considerando as diversas realidades econômicas, sociais, políticas e culturais que se apresentaram ao longo do período analisado.

PALAVRAS- CHAVE: Monumento; Cidade; urbanização; Modernidade; Ponte.

ABSTRACT

This dissertation aims to provide an overview of the urban changes in the city of São Luís do Maranhão, discussing the main ideas of conservative intellectuals, who defended the valorization of the colonial urban layout, and of progressive intellectuals, who believed that the path to modernity lay through the remodeling of urban space. We will highlight the city's expansion plans during the administrations of Saboya Ribeiro and Pedro Neiva de Santana, who, through laws and decrees, promoted the revitalization of buildings and the widening of avenues, resulting in the expansion of the city and the integration of peripheral neighborhoods. When addressing the 1950s, we will analyze the political dissent within the State of Maranhão, as well as the project for the city of Brasília, associated with the proposals of Juscelino Kubitschek, which aimed at modernization through the construction of bridges. We will also discuss the inequalities between the city and the agrarian reform projects for the countryside, in the context of João Goulart Basic Reforms and their influence in Maranhão. In this sense, we will present the transition period from Vitorinismo to Sarneysmo, which emerged in the state's politics through the discourse of a new and developmental Maranhão, materialized in the construction of housing units, dams and other urban reforms, among which the construction of the São Francisco Bridge stands out, seen as the overcoming of a peripheral modernity. The theoretical and methodological contribution of the research is of a qualitative nature, considering the web of relations between the local and the national, driven by the game of scales (Revel, 2010). To this end, the newspapers A Pacotilha, O Diário do Norte, O Globo, a newspaper de Notícias, a newspaper À Tarde and Jornal do Povo will be used and analyzed, with a specific focus on Jornal O Imparcial and newspaper do Dia, in order to understand the urbanization process, the political dissidences in the state and how the José Sarney Bridge was conceived and represented by the press, impacting the formation of architectural heritage in a relationship between center and periphery. In addition, we will use tables, maps and images as mechanisms for illustration, interpretation and production of discourses, considering the diverse economic, social, political and cultural realities that arose throughout the period analyzed.

KEYWORDS: Monument; City; urbanization; Peripheral modernity; Bridge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – São Luís no século XVII	31
Figura 2 - Mapa de São Luís em 1641	32
Figura 3 - Praça Gonçalves Dias: Estátua Gonçalves Dias	34
Figura 4 - Estátua de João Lisboa: Praça João Lisboa	35
Figura 5 - Bota a Baixo: Cortiços	40
Figura 6- Pobreza no início da República no Maranhão	41
Figura 7 - Leprosário Bom Fim	44
Figura 8 - Ponte do Cutim	47
Figura 9 - Palacete Antônio Moraes Corrêa	48
Figura 10- Quartel do 24º Batalhão de Caçadores	50
Figura 12 - Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil 1908	51
Figura 13 - Casebre no Bairro do Anil	53
Figura 14 - Bairro de Fátima	54
Figura 15 - Azulejos e Fachadas de São Luís do Maranhão	56
Figura 16 - Ponte Estreito dos Mosquitos	60
Figura 17- Ponte Benedito Leite	61
Figura 18 - Anteprojeto de Remodelação da cidade de 1936	64
Figura 19 - Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos	67
Figura 20- Palácio do Comércio	70
Figura 21 - O palácio do Comércio 2023	71
Figura 22 - Capela São José das Laranjeiras	72
Figura 23 - Avenida Pedro II	74
Figura – 24 O Interventor Paulo Ramos em Companhia do Prefeito Pedro Neiva de Santana	77
Figura 25 - Zoneamento da cidade de São Luís	77
Figura 26 - Rua Grande- Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1908)	80
Figura 27- Igreja de Nossa Senhora da Conceição Demolida	81
Figura 28 - Demolição da praça João Lisboa	82
Figura 29- Demolições para alargamento da rua do Egito 1940	83
Figura 30 - Avenida Magalhães de Almeida 1944	84
Figura 31 - Urbanização da Avenida Getúlio Vargas	85
Figura 32 - Bairro da Jordoá	89
Figura 33 - Favela do Ibirapuera 1950	93
Figura 34 - Terras Desocupadas antes da Construção das Residências no Filipinho	103
Figura 35 - Autoridades e o Início das Obras no Conjunto Filipinho	104
Figura 36- Casas Residenciais construídas no Filipinho	105
Figura 37 - Residência em Estilo Arquitetônico Art Décor	106
Figura 38- Casas Residenciais do Filipinho com Acabamento	107
Figura 39 - Operários na construção do conjunto residencial Filipinho	109
Figura 40 - Bairro Periférico e a Estrada de Ferro em 1950	111
Figura 41 - Mobilização Social e as contradições eleitorais	125
Figura 42- Desapropriação social e a pobreza em 1951	126
Figura 43 - Casas de palha e sujeitos desabrigados	127
Figura 44 - Palácio da Cultura	129
Figura 45 – Palácio do Planalto 1958	130
Figura 46 - Oscar Niemeyer e o projeto da cidade de Brasília	131
Figura 47 - Ponte Juscelino Kubitschek como eixo de ligação ao Rio Poty Hotel- Teresina (antiga)	132

Figura 48 - Ponte Juscelino Kubitschek como eixo de Ligação ao Rio Poty Hotel- Teresina (revitalizada)	135
Figura 49 - Ponte Juscelino Kubitschek com Estrutura Metálica	136
Figura 50 - Camponeses reunidos no Engenho da Galileia	138
Figura 51: Charge do Camponês reivindicando o Direito de Propriedade	141
Figura 52- Ponte sobre o Rio Parnaíba (Teresina)	143
Figura 53- Ponte de Concreto de Itapecuru Mirim	145
Figura 54 - O Lugar do Subúrbio	150
Figura 55 - Manifestação dos Camponeses 1960	152
Figura 56 - Bairro do Codozinho	153
Figura 57- Bairro da Liberdade	153
Figura 58- João Goulart e os Camponeses	155
Figura 59 - Aula do MEB (Movimento de Educação de Base)	156
Figura 60 - Mobilização pela Reforma Agrária 1964	157
Figura 61- Protesto dos Camponeses	158
Figura 63- O Palácio dos Leões e o Discurso de José Sarney	162
Figura 64 - José Sarney Discursando sobre o Maranhão Novo	163
Figura 65 - Casas de Barro e Vulnerabilidade Social	164
Figura 66- O interior dos casebres	165
Figura 67- Instituição Pública Inapropriada	166
Figura 68- Bairro da Liberdade	169
Figura 69 - Estrada entre São Luís e Teresina	171
Figura 70 – Construção da Ponte sobre o Rio Bacanga	172
Figura 71 – José Sarney e o Secretário de Viação de Obras Públicas	173
Figura 72 – Extensão do Terreno do Conjunto Habitacional –COHAB	174
Figura - 73 –Ponte do Caratatiua	178
Figura 74 - Mapa da Ponte Caratatiua	180
Figura 75 - Operários Trabalhando na Construção da Ponte São Francisco	184
Figura 76 – Inauguração da Ponte José Sarney	196
Figura 77 - José Sarney na Inauguração da Ponte	197
Figura 78 – Bairro de Fatima	199
Figura 79- Hotel Abbeville	203
Figura 80- Bairro da Ilhinha	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tabela da Receita Estadual (1915-1929)

38

LISTA DE ABREVIATURAS

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SLZ	São Luís
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UDN	União Democrática Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSP	Partido Social Progressista
PSR	Partido Social Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PRO	Partido Republicano Oposicionista
PL	Partido Liberal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
MED	Movimento de Educação de Base
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
SUDAN	A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
GTPA	Grupo de Trabalhadores e Planejamento
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IPASE	Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado
COHAB	Conjunto Habitacional
SHUR	Seminário de Habitação e Reforma Urbana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE NOS MOLDES	
DA MODERNIDADE.....	31
1.1 A valorização do traçado urbano luso-brasileiro e a monumentalização dos intelectuais do século XIX	31
1.2 Uma Via de Mão Dupla: os impactos sociais das reformas urbanas nas grandes metrópoles e na capital maranhense no início da República.....	38
1.3 O caminho Grande e a Ponte do Cutim: a expansão do espaço urbano Ludovicense	46
1.4 O poder dos Interventores no Maranhão: Saboya Ribeiro e o anteprojeto de remodelação para São Luís	62
1.5 Pedro Neiva de Santana e as reformas urbanas da cidade	75
CAPÍTULO 2: A URBE NO DESPERTAR DA MODERNIDADE	
PERIFERICA	88
2.1 As dissidências políticas no Maranhão frente as desigualdades sociais.....	88
2.2 O contexto político e Partidário do Maranhão	97
2.3 Entre a Cruz e a Espada: a reconfiguração do espaço urbano e as lutas sociais no campo.....	102
2.4 O desenvolvimento arquitetônico da cidade frente as questões agrárias no governo de Juscelino Kubistchek.....	128
CAPÍTULO 3: A PONTE JOSÉ SARNEY COMO PROJETO ARQUITETÔNICO	
NA MODERNIDADE PERIFÉRICA E SEUS REFLEXOS PATRIMONIAIS	
.....	149
3.1 Duelos de Titãs: as reformas urbanísticas na cidade frente as dissidências do campo, no bojo da modernidade periférica.....	149
3.2 Prometo governar para o povo e com o povo: as obras urbanas e a ponte do São Francisco no bojo da modernidade periférica no governo de José Sarney.....	170
3.4 Do Outro Lado da Ponte: a expansão urbana e o patrimônio o patrimônio arquitetônico na modernidade	200
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	211
APÊNDICES	226

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação surgiu como continuidade da pesquisa de monografia intitulada *"MONUMENTOS HISTÓRICOS E ENSINO DE HISTÓRIA: perpetuação da memória e patrimônio maranhense"* (2016), defendida na Faculdade Santa Fé, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Arlindyane Santos da Silveira. Nossa abordagem foi direcionada para a perspectiva educacional, tendo como objetivo compreender a importância dos monumentos históricos e, principalmente, do patrimônio material, considerando que a cidade de São Luís foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Desse modo, foram escolhidos para o estudo alguns monumentos históricos: o Palácio dos Leões, a Pedra da Memória, a estátua de Duque de Caxias, o monumento do Outeiro da Cruz e o que faz referência à Batalha de Guaxenduba. Apesar de terem sido erguidos em períodos históricos distintos, essas construções são carregadas de simbologias e estão presentes na demarcação do espaço urbano de São Luís. Tais representações foram concebidas com o propósito de “transmitir mensagens, possibilitar a formalização de conceitos e interpretações, transcendendo a sua materialidade”. Ou seja, possuem intencionalidades e, muitas vezes, são erguidas a pedido de instituições públicas ou representantes políticos para preservar a memória dos grandes vencedores e, principalmente, dar evidência a uma historiografia maranhense de luta, sucesso e superação (Funari, 2001, p. 24).

Os monumentos ocupam os principais pontos da cidade, como praças e avenidas. Assim, destacaremos alguns trabalhos que sinalizam a importância dos monumentos históricos. O primeiro é *"A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social"* (Bachelard, 1993, p. 103-116, apud Sá, 2007, p.4)¹ que faz associação entre o monumento, o espaço, o observador e a sociedade em geral. O segundo é *"Sobre os monumentos escultóricos: uma pedagogia da memória"* (Kornalewski, 2015)².

¹ Retrata por meio de uma análise formal e comparativa, as diversas formas de apropriação que os indivíduos constroem dentro dos espaços que são demarcados através dos monumentos. A introspecção é o significado que se constrói além da materialidade do monumento, ou seja, a sua funcionalidade é possibilitar ao observador entendimento e reinterpretar a realidade, construindo para si conceitos e valores

² O autor faz alusão ao Monumento fúnebre de Ary Barroso, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Essa obra nos esclarece que os monumentos têm a função de ensinar, pensar e fazer lembrar sobre os aspectos políticos e históricos do país.

É importante esclarecermos o sentido da palavra Mefistófeles, utilizada no título da dissertação: "*A CIDADE DE SÃO LUÍS, MEFISTÓFELES E O POVO*: ações e pensamento das elites oligárquicas na construção da ponte José Sarney na concretude da modernidade periférica" (1900-1970)".

Essa denominação remete à obra de Johann Wolfgang von Goethe, publicada em duas partes, em 1775 e 1808. O termo tem sido amplamente utilizado na literatura, no cinema e no teatro, ou seja, interpretado em diversas realidades que se apropriaram dessa figura a partir do poema. Marshall Berman também faz uma análise da modernidade, tendo como base a relação entre Fausto e Mefistófeles.

Desse modo, a figura de Fausto pode ser associada ao homem moderno, que reside no cotidiano da cidade, anseia por realizações e deseja progresso, reivindicando melhorias sociais e econômicas, mas mantendo-se constantemente insatisfeito com suas experiências diárias. Isso ocorre por ser uma “unidade paradoxal, uma unidade de desunidade, em um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (Berman, 1982, p. 14).

Na obra de Goethe, Fausto, desejoso de usufruir de tais benefícios, preso em suas experiências particulares, passa a sentir vontade de transitar pelos antigos espaços da cidade, que lhe recordam lembranças de outrora, desejando viver a vida com novos horizontes (Berman, 1982, p. 40).

Entendamo-nos bem. Não ponho eu mira
na posse do que o mundo alcunha gozos.
O que preciso e quero é atordoar-me.
Quero a embriaguez de inoportáveis dores,
a volúpia do ódio, o arroubamento
das sumas aflições. Estou curado
das sedes do saber; de ora em diante
às dores todas escancaro est'alma.
As sensações da espécie humana em peso,
quero-as eu dentro de mim; seus bens, seus males
mais atrozes, mais íntimos, se entranhem
aqui onde à vontade a mente minha
os abraça, os tateie; assim me torno
eu próprio a humanidade; e se ela ao cabo perdida for, me perderei com ela. (Fausto,
1948, apud, Berman, 1982, p.40).

O poema acima expressa o desejo de Fausto de realizar-se enquanto sujeito inconformado com a realidade da vida e com as experiências angustiantes de seu passado. Nessa perspectiva, assim como Fausto, o homem na modernidade pode ser associado à personificação

de Fausto, uma vez que as transformações no espaço urbano são indissociáveis das experiências humanas, levando-os a buscar várias estratégias para serem representados.

A figura de Mefistófeles, metaforicamente, assume a personificação demoníaca, associada à capacidade de persuadir, convencer e apresentar possíveis estratégias para que Fausto encontre o verdadeiro caminho que o levará à autorrealização, mesmo diante de tantas incertezas, questionamentos e inquietudes. Nessa perspectiva, apresentaremos o momento em que Mefistófeles aconselha Fausto a trilhar tais caminhos (Berman, 1982, p. 48).

Pois bem, você tem mãos e pés,
cabeça e artes inteiramente suas;
se posso encontrar prazer nas coisas, isso por acaso as torna menos minhas?
Se eu posso comprar seis cavalos,
a força deles não se tornará minha?
Posso correr com eles, e ser um verdadeiro homem,
como se suas dúzias de patas fossem minhas. (1820-28)

Esses caminhos são trilhados por Fausto, que busca poder e riquezas, os quais só poderão ser conquistados após a aceitação e a realização do pacto com Mefistófeles. Desse modo, podemos associar Mefistófeles à figura política que tem como artimanha persuadir a sociedade de que suas propostas de governo, associadas à ideia de modernidade, são o meio mais eficaz para que os sujeitos sejam representados. No entanto, isso de fato não acontece, pois a modernidade não alcança todos os homens, ocasionando desigualdades sociais e econômicas.

Para finalizarmos a contribuição da obra *Fausto*, de Goethe, para nossa análise sobre a modernidade, Fausto, no final de sua experiência terrena, questiona-se e arrepende-se por ter acreditado nas falsas promessas de Mefistófeles. A sociedade contemporânea pode constantemente entrar no jogo da dominação política pelas táticas e estratégias apresentadas pela modernidade. Dentro desse panorama, a mentalidade do homem moderno tende a desprender-se das velhas tradições e costumes, priorizando tudo o que é moderno.

Para melhor compreendermos as dinâmicas e estratégias da modernidade, Berman (1986, p. 7) nos esclarece:

:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (Berman, 1986, p.7).

Nessa projeção, a modernidade é caracterizada de maneira contraditória, pois impulsiona novas ideias e mudanças na sociedade e, ao mesmo tempo, utiliza a operacionalização do que é novo como técnica de manipulação, a qual, por meio da modernização, influencia a reformulação da cidade (Ortiz, 1991, p. 21).

Tudo se passa como se as mudanças estruturais da sociedade se refletissem no espaço urbano, que deve agora se distanciar das cidades vetustas do Antigo Regime, com suas ruas estreitas e tortuosas. Um novo modelo de modernidade urbanística se impõe, privilegiando as grandes vias, a circulação dos transportes e dos homens. A reformulação do espaço urbano não se restringe, porém, a Paris; ela se estende a localidades variadas – Lyon, Marselha, Bordeaux (Ortiz, 1991, p. 21).

A modernidade passa a ser analisada por várias perspectivas: primeiro, no que diz respeito ao seu processo de transição e formação na Europa; segundo, pelas rupturas frente ao panorama político e cultural afro-asiático, numa perspectiva de subordinação e privilegiando o “etnocentrismo”. Desse modo, Dussel (2005, p. 29) sinaliza como a modernidade foi se cristalizando em torno de grandes potências europeias, sendo categorizada como “irracionalista e niilista”:

Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. A segunda etapa da “Modernidade”, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870. (Dussel, 2005, p. 29).

Percebemos que o processo colonizador e imperialista, conservou durante muito tempo um caráter político dominador que, conseqüentemente, a modernidade passa a ser vista de forma antagônica, pois influenciou na dominação das culturas, e do outro lado, é a “subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação de sua alteridade negada, sustentada pela ideia da “Trans Modernidade”, como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etc (Dussel, 2005, p. 29).

É importante destacar que a modernidade, hoje, é entendida de várias maneiras, pois cada conceito sofre modificações dependendo do tempo e do local em que se institui. No entanto, “apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às

modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens modernos de amanhã e do dia depois de amanhã” (Berman, 2007, p. 35).

Ampliando o estudo sobre a cidade, assisti ao documentário de curta-metragem *Maranhão 66*, dirigido por Glauber Rocha, o que me inspirou a estudar a ponte José São Francisco, construída no governo de José Sarney, como símbolo de desenvolvimento e progresso.

A partir do ideal de modernidade refletido nas reformas urbanas da cidade, o objetivo principal da dissertação é compreender a ponte José Sarney como um projeto arquitetônico da modernidade periférica, tendo em vista que, após sua construção, perceberemos seus reflexos patrimoniais.

O recorte temporal adotado abrange o período de 1900 a 1970, pois os projetos de urbanização e reformulação do espaço urbano da cidade de São Luís se concretizaram a partir do início do contexto republicano. Não obstante, tais debates sobre a história da cidade já vinham ocorrendo desde o período colonial no Maranhão.

Em alguns momentos, foi necessário fazermos uma leitura sobre as principais concepções que se projetaram sobre o legado histórico da cidade, sustentado pela ideia de singularidade e valorização do passado, defendidas pelos intelectuais Gonçalves Dias (2010), João Lisboa (2012), Odorico Mendes (2013) e Sotero do Reis (2013), que defenderam as raízes da tradição arquitetônica luso-brasileira.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que governou o estado de 1616 a 1618, deu ênfase, em suas propostas políticas, à construção e ocupação urbana, contratando o engenheiro Francisco Frias de Mesquita para executar tal projeto. Esse planejamento urbano foi fruto das Ordenações Filipinas, ou seja, direcionado por leis e códigos que viabilizavam a construção dos assentamentos urbanos. Esse traçado manteve-se inalterado nos séculos XVIII e XIX, expandindo-se gradualmente em direção ao interior da ilha (Lopes, 2013, p. 35).

Com o passar do tempo, os debates sobre modernização, planejamento e remodelação do espaço urbano despertaram o interesse de dois grupos: os intelectuais conservadores, como Antônio Lopes e Luso Torres, preocupados em resguardar o projeto arquitetônico tradicional luso-brasileiro; e o intelectual progressista Raimundo Lopes, que defendia as ideias de modernização, ou seja, a renovação urbana e a restauração do espaço articulado. Entretanto, tais posicionamentos foram mudando no decorrer do tempo.

Diante disso, em 1918, Saturnino Belo, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, discursou, por meio de uma conferência, sobre a necessidade de um pensamento preservacionista, tomando como ponto de partida a categoria “monumentos

naturais”, ou seja, considerando as mudanças no espaço urbano relacionadas a elementos naturais, como florestas, árvores e pedras, que possuem efeitos e evocação histórica e podem ser identificados como monumentos (Brito, 1945, p. 159).

Segundo Lopes (2013, p. 44), no contexto maranhense, as ideias sobre a preservação dos monumentos surgiram a partir de 1927, sendo associadas também aos espaços urbanos, denominados sítios arqueológicos. Após esse período, as transformações urbanas ocorridas na cidade de São Luís se intensificaram com o plano de remodelação e extensão da cidade, promovendo a urbanização, o alargamento de avenidas, demolições e a reestruturação de prédios e igrejas.

Desse modo, esses debates sobre a cidade passaram a ser assumidos por representantes políticos, que, muitas vezes, favoreciam seus interesses particulares. Para ampliar suas influências na cidade, era necessário fortalecer-se e centralizar-se, implementando mudanças administrativas, econômicas, sociais e urbanas. As diversas concepções sobre o espaço urbano, na maioria das vezes, foram direcionadas por gestores federais, estaduais e municipais, por meio de projetos de urbanização e pavimentação.

Tais relações estreitaram-se em uma conjuntura de dominação oligárquica. O termo oligarquia refere-se à apropriação do poder regional para mediar relações políticas e estabelecer acordos tanto na escala municipal quanto na nacional (Costa, 1991, p. 2).

Com esta dissertação, analisaremos o processo oligárquico no Maranhão, partindo do poder dos interventores e das obras de remodelação da cidade, bem como do período de transição do vitorinismo para o governo de Sarney, que utilizou o discurso do progresso para lançar suas bases políticas no estado. Esse discurso buscava justificar a implementação de um projeto desenvolvimentista e modernizante, no qual a imagem do novo e do moderno era amplamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante (Costa, 1997, p. 2).

As elites oligárquicas consolidaram-se em uma relação de forças entre a dominação política e a sociedade, que permaneceu refém e subjugada por uma política de interesses próprios, como esclarece Sousa (2006, p. 7-8):

As variações regionais de um país criam contextos a partir dos quais comportamentos sociais e políticos se efetuam. Regiões e estados formam sistemas de poder, sejam eles reconhecidos ou não como tais dentro de um sistema de governo. Diferenças regionais de poder manifestam-se pelo modo como as regiões afetam o recrutamento das elites, a mobilização dos cidadãos e os alinhamentos políticos que permanecem no tempo. As diversidades de poder regional também se manifestam nas políticas públicas federais, mesmo naquelas ostensivamente dedignadas a estimular a integração nacional. As regiões detêm também o caráter de enclaves culturais, nas quais tradições e valores persistem ao longo do tempo por meio da socialização dos seus habitantes (Sousa, 2006, p. 7-8).

As variações regionais podem ser compreendidas, ao mesmo tempo, como a valorização das tradições, costumes e experiências de determinados grupos sociais. No entanto, tais relações são complexas, pois as elites assumem diversas formas para manipular as instâncias sociais, promovendo mudanças políticas e sociais que transformam substancialmente o caráter do controle social nas sociedades periféricas (Sousa, 2006, p. 11).

Diante de tais questões, o processo de reestruturação do espaço urbano demandou planejamento, mapeamento e a criação de novos traçados urbanos, muitas vezes exigindo a demolição de prédios e a construção de novas edificações.

Nesse sentido, existem várias interpretações sobre as mudanças urbanas projetadas na cidade, considerando seus aspectos físicos e espaciais. De acordo com Barros (2007, p. 106):

A Cidade pressupõe, por outro lado, determinados traços típicos relativos à 'Espacialidade'. Implica em uma Localização Permanente e em uma Extensão Física apreciável, mas também em um determinado Padrão de Espacialidade e de organização da propriedade. Este padrão físico e espacial, para registrar uma exemplificação bem familiar a todos os que habitam em cidades, torna-se imediatamente visível no modo de disposição contígua de seus prédios e habitações, sempre mediados por uma rede viária que assegura de algum modo a circulação, mas também se revela pautado por uma determinada forma de avaliação da propriedade e da materialidade urbana que toma por medida de riqueza ou de referência o 'prédio' (e não o lote de terra, tal como ocorre na realidade rural. (Barros, 2007, p. 106).

A autora supracitada utiliza os termos “propriedade” e “materialidade urbana”. No decorrer da pesquisa, o primeiro termo faz referência a um campo particular de forças ideológicas e políticas, pois envolve a apropriação e a organização do espaço urbano conforme interesses específicos. Já o segundo termo diz respeito à concretização das reformas urbanas na cidade, realizadas em resposta aos interesses dos gestores por meio de projetos reformistas que buscam conferir uma nova projeção estética ao ambiente urbano. Dessa maneira, Michel de Certeau³ nos ajuda a compreender o cotidiano a partir das modificações que começaram a ocorrer na cidade, possibilitando aos indivíduos que sofreram os impactos dessas mudanças o uso e o consumo desses espaços.

Entendemos que a apropriação desses espaços está associada às experiências, vivências, conflitos e representações que os sujeitos constroem sobre o ambiente urbano, sendo (re)apropriados de acordo com a leitura e interpretação da realidade social, como esclarece Chartier (1991, p. 180):

3 CERTEAU, Michel de. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**: Artes de fazer. Tradução de Efraim Ferreira Alves-Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.1994.

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, [...] contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (Chartier, 1991, p. 180)

Isto posto, a história social é um dos mecanismos que fazem parte do processo de socialização que ocorre na cidade. Desse modo, os sujeitos assumem diversas posturas em relação aos contextos socioculturais, tendo em vista que as trajetórias históricas são dinâmicas e complexas, pois “as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão diante de si como fontes, a partir da pergunta que ele fará ao passado, questão está iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real” (Pesavento, 2002, p.14).

As apropriações que os indivíduos fazem da realidade social são influenciadas pelo contexto político, pois são estes os responsáveis por planejar e executar projetos direcionados para o espaço urbano. Diante disso, os indivíduos devem assumir uma postura crítica e reflexiva diante das diversas realidades que a cidade apresenta, como nos salienta Pesavento (2002, p. 14):

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (Pesavento, 2002, p. 14)

A cidade é o lugar ideal para despertar, nos indivíduos, sensibilidades, pois estes residem ou transitam por tais espaços, sendo possível que exteriorizem ou compartilhem, por meio de suas ações, suas experiências cotidianas. Além disso, essa interatividade possibilita a cada sujeito uma autorreflexão sobre suas atitudes e sobre os outros que ocupam o mesmo espaço urbano.

Como já comentamos, as diversas relações que ocorrem dentro da cidade são complexas e dinâmicas, especialmente no momento em que a ideia de modernidade começa a se intensificar no cotidiano. O processo de modernização do espaço urbano não beneficia a todos igualmente, pois privilegia os centros urbanos e deixa os bairros periféricos à mercê dessas melhorias. O homem do campo também reivindica constantemente avanços infraestruturais e a necessidade de uma reforma agrária, como foi debatido durante o governo de João Goulart (Goulart, 1975, pp. 238-239 apud Silva, 2019, p. 15):

Bastaria observar que a maioria da população rural não tem poder aquisitivo e cresce em ritmo mais veloz do que a população urbana. A produção industrial sofre o risco de parar, por insuficiência de uma estrutura agrícola. Não é outra a razão que me leva a pregar uma urgente reforma de base, no âmbito da agricultura, comparável à que Getúlio Vargas empreendeu no campo da indústria. Os benefícios do surto industrial estão sendo amesquinçados por uma estrutura agrícola que encarece os custos de nossa produção e não oferece a necessária expansão do mercado interno. Apesar de trabalhadora, a população rural está impedida de colaborar com os centros urbanos, em favor do progresso comum. Imensa massa de camponeses se encontra marginalizada, sem existência econômica que lhe permita adquirir as manufaturas produzidas no país. Essa massa carece, ao mesmo tempo, de um sistema de defesa de seus direitos trabalhistas, segundo os preceitos da justiça social. A continuar esse panorama melancólico, a indústria nacional teria de conformar-se com níveis de produção abaixo de sua capacidade. /.../ Compreendi /.../ que só nos resta uma alternativa: a reforma de base no campo, nos mesmos moldes da reforma encetada por Getúlio Vargas nos centros urbanos. É imperativa a necessidade de reorganizar a economia agrícola, assim como se impõem, com urgência, aquelas medidas capazes de estender ao camponês os benefícios que a justiça social lhe pode e lhe deve assegurar. Este é o caminho para que cada camponês, cada fazendeiro, produtor ou trabalhador, possa transformar-se em consumidor dos produtos nacionais (Goulart, 1975, pp. 238-239 apud Silva, 2019, p. 15).

Nessa perspectiva, assim como existe uma política de industrialização nas cidades, nada impede a implementação de leis que sancionem o direito à propriedade, a legislação trabalhista e as garantias previdenciárias aos trabalhadores do campo, pois, segundo Fausto “são problemas explosivos e inadiáveis, ocasionando injustiças sociais”. (Fausto, 1991, p. 145),

Desse modo, mesmo que João Goulart acreditasse em uma política de progresso comum, os camponeses não teriam os mesmos privilégios que os homens da cidade, pois o capitalismo e as relações de poder favorecem os interesses da sociedade burguesa.

Na nossa dissertação, buscaremos responder às seguintes questões: os governantes conseguiram projetar e persuadir os sujeitos das cidades com as propostas de modernidade? Houve exclusão popular provocada pelas reformas urbanas em São Luís? Qual foi o comportamento desses excluídos diante das estruturas políticas que direcionavam o planejamento urbano da cidade?

A hipótese central desta pesquisa é que, com a construção da ponte que liga o Centro da cidade ao bairro São Francisco, o político José Sarney ganha destaque no contexto regional e nacional, por meio das reformas urbanas, como pavimentação, alargamento de avenidas e construção de rodovias, barragens e pontes de concreto armado. Todas essas obras estavam vinculadas ao discurso do “Maranhão Novo”, progresso e desenvolvimento.

O estudo sobre as pontes é um grande referencial que se encaixa na perspectiva arquitetônica, assumindo grandes significados, conforme o trabalho *Recife e uma ponte para a*

modernidade, que relaciona o imaginário e o espaço público. Esse estudo aborda a reforma da ponte Maurício de Nassau, analisando, além dos impactos em sua estrutura material, as transformações nas vivências e nos espaços de sociabilidade em seu entorno (Albuquerque, 2019, p.232).

A partir dessas influências, as pontes foram sendo construídas para interligar rodovias, facilitando a mobilidade urbana. Esse processo desconcentrou os espaços centrais e favoreceu o crescimento de bairros periféricos.

Nesse contexto, destacaremos algumas pontes importantes para a cidade de São Luís: a ponte do Cutim, a ponte Benedito Leite, a ponte Juscelino Kubitschek, a ponte do Caratatiua e, principalmente, a ponte José Sarney, que é o foco central deste estudo. Cada uma dessas estruturas tem sua funcionalidade e relevância, tanto no contexto histórico nacional quanto local, estando todas associadas aos planos de expansão urbana.

Cafeteira (1994) enfatiza a relevância das pontes na construção do legado arquitetônico de São Luís, ressaltando que “a construção de pontes sobre o Rio Anil e a barragem do Bacanga, no rio de mesmo nome, seria fator de extrema importância para a conservação do acervo arquitetônico do centro histórico, que posteriormente seria tombado pela UNESCO”.

O olhar sobre a ponte José Sarney, conhecida popularmente como ponte São Francisco, ganha grande destaque no trabalho de Santos (2014), intitulado *Percepção e sustentabilidade: O caso da ponte José Sarney em São Luís (MA, Brasil)*, que aborda os impactos negativos que a construção da ponte trouxe para o meio ambiente ao longo do tempo. O autor, utilizando questionários e entrevistas para obter possíveis respostas, esclarece que:

Solicitou-se aos entrevistados que escrevessem quais impactos ambientais negativos consideram que a Ponte impactou na região. A maioria afirmou que com a construção da Ponte José Sarney ocorreu diversos impactos, mas não souberam identificar quais. Entretanto, o restante afirma que a construção da Ponte não teve nenhum impacto negativo em São Luís e que ao contrário disso, só melhorou na mobilidade urbana. (Santos, 2014, p.12).

Sobre as consequências desses impactos ambientais, podemos destacar que o processo de mobilidade urbana proporcionou o aumento demográfico e um constante fluxo de circulação de pessoas. Entretanto, a Ponte José Sarney serve como um referencial simbólico dessas novas dinâmicas sociais, impulsionadas pelo progresso e pelo desenvolvimento.

Diante desse cenário, surgem algumas inquietações: qual a relação da modernidade periférica com as reformas urbanísticas executadas por José Sarney? Como a Ponte José Sarney tornou-se um marco simbólico dessa política desenvolvimentista?

A metodologia utilizada nesta dissertação, no que se refere aos aspectos teóricos e metodológicos, busca associar as discussões sobre a cidade, o espaço urbano, a modernidade e as pontes às teias de conexões, hibridizações e inter-relações globais ou locais. Afinal, é possível realizar uma “observação em várias escalas diferenciadas, podendo surgir uma compreensão bem diferente”, uma vez que essas projeções de tempo e espaço não estão fechadas em um campo particular, permitindo compreender as diversas dimensões sociais por meio das experiências. (Revel, 2010, p.441).

Nessa perspectiva, para que ocorra a construção da narrativa histórica, permitindo ao pesquisador utilizá-la como ferramenta de análise e interpretação, é necessário recorrer a fontes que podem ser, e de fato são, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar um testemunho, vestígio ou relíquia, independentemente de sua linguagem (Arostegui, 2006, p. 486).

A partir da década de 1970, a utilização de jornais como fonte possibilitou ao historiador ampliar sua compreensão sobre o cotidiano e as diversas realidades sociais, econômicas e políticas.

Mesmo diante de resistências e questionamentos por parte daqueles que defendiam que “a importância de tais impressos não era nova, assim como a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”, ou seja, o conhecimento histórico deveria ser o mais verossímil possível, especialmente para que a narrativa histórica não perdesse sua veracidade (Luca, 2008, p. 111).

Para este trabalho, utilizaremos os seguintes jornais: *A Pacotilha*, *O Diário do Norte*, *O Globo*, *Jornal de Notícias* e *Jornal à Tarde*. No entanto, nos debruçaremos principalmente sobre *O Imparcial* e o *Jornal do Dia*, pois ambos trazem em suas matérias os principais conflitos e disputas oligárquicas no Maranhão, assim como a ascensão de José Sarney na política do estado. Desde o momento da elaboração do projeto de pesquisa, tivemos contato com esses periódicos, que são de fácil acesso e estão disponíveis na Biblioteca Benedito Leite.

Durante o período estudado, o foco dos jornais também era apresentar à sociedade maranhense matérias de entretenimento, notícias sobre as obras de pavimentação e infraestrutura da cidade e discursos políticos, considerando que:

a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (Capelato; Prado, 1980, p. 19 apud Luca, 2008, p.8)

Dito isso, ao analisarmos os jornais, percebemos certa notoriedade dada aos assuntos políticos, especificamente a José Sarney, que buscava aumentar sua popularidade no estado por meio dos discursos de progresso e modernidade. Desse modo, as representações políticas nos jornais eram construídas para atender aos interesses desses governantes, responsáveis por divulgar e publicar assiduamente suas propostas. Assim, é necessário entender que:

A operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades e que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes) (Chartier, 1991, p.178).

Entretanto, ao analisarmos os jornais como documentos históricos, entendemos que eles não são publicados sem intenções. O historiador, ao utilizá-los, deve cruzar minuciosamente as informações, sendo necessário:

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (Luca, 2008, p. 140).

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que esses jornais possuem uma trajetória de fabricação, circulação, periodização, intenções e interesses, cuja “análise circunstanciada do seu lugar de inserção delineia uma abordagem que faz dos impressos, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente” (Luca, 2008, p.141).

Assim, faremos um breve histórico dos jornais. O Imparcial foi fundado em 1º de maio de 1926 por José Pires Ferreira, que ocupou o cargo de senador do Maranhão de 1955 a 1955 (verificar essa informação, pois parece haver um erro nas datas). Posteriormente, o jornal foi vendido para Assis Chateaubriand, responsável pela criação de uma empresa jornalística chamada Diários Associados (Pinto, 2008, p.5).

O jornal passou por diversas fases de circulação nos anos de 1929, 1938, 1945, 1947-1950, 1957, 1958, 1961-2007. Seu material era impresso em papel, com edições de 8 a 12 páginas, e custava 30 cruzeiros. Com o avanço dos meios tecnológicos, o jornal passou a ser

digitalizado na versão microfilme nos anos de 1926-1946, 1948 e 1951-1960. Suas matérias abordavam temas variados, como economia, esportes, cultura e política. Atualmente, sua maior repercussão ocorre na versão digital (Maranhão, 2007, p.17).

O Jornal do Dia foi fundado em 1953 e tinha como subtítulo “Um órgão a serviço da verdade”. Estava localizado em São Luís e trazia notícias sobre boletins esportivos, cinemas e teatros, mas dava maior destaque à política do Maranhão. Seu primeiro diretor foi Arimathéa Athayde, e seu gerente, Renato Carvalho.

Com o passar do tempo, o jornal passou para outros proprietários. Em 1967, ficou sob a direção do senador Clodomir Millet. Em 1969, esteve sob a administração do deputado Arthur Carvalho, e suas matérias tratavam principalmente do governo de José Sarney, sendo destaque nas manchetes. O jornal possuía, inclusive, uma coluna extra intitulada “Festejos de três anos do Governo Sarney”. Posteriormente, o *Jornal do Dia* assumiu novos rumos e foi substituído pelo Estado do Maranhão (Maranhão, 2007, p.171).

Ao analisarmos O Imparcial e o Jornal do Dia, percebemos que ambos tinham a estratégia de destacar, em suas matérias, os principais conflitos e disputas políticas ocorridos no estado do Maranhão. Compreendemos que o papel da imprensa é divulgar as principais notícias da realidade social e que o papel do historiador é fazer “a interpretação das fontes, procurando entender o que foi dito ao dizer aquilo que se disse e o porquê foi dito” (Skinner, 2005, p.13).

Desse modo, cabe ao historiador mapear, organizar e analisar criticamente os discursos produzidos, buscando perceber qual era a posição do jornal ao publicar determinadas informações e quais eram os interesses dos redatores. Afinal, a imprensa também é considerada um fenômeno da modernidade (Silva, 2010, p. 2).

Para esclarecer melhor as demais fontes utilizadas na pesquisa, analisaremos tabelas, gráficos, mapas e, principalmente, imagens. Essas fontes variadas fazem parte de uma abordagem qualitativa, pois os dados não estão isolados, mas dialogam com diversas concepções teóricas.

Na contemporaneidade, o historiador dispõe de um vasto universo de informações que facilita o contato com diferentes fontes, especialmente no formato digital. No entanto, é necessário verificar as condições em que essas fontes foram produzidas e analisá-las minuciosamente, considerando que “os historiadores das sociedades ou das culturas negligenciaram durante muito tempo as fontes iconográficas, deixadas à erudição museográfica ou ao comentário estético” (Chartier, 1993, p.405).

Dessa maneira, ao utilizarmos imagens retiradas de alguns sites e páginas de entretenimento, citamos: Minha Velha São Luís, SLZ Memória, Iphan, IBGE, Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (Instagram) e Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Essas fontes são de fácil acesso e não comprometem a veracidade da pesquisa, pois:

Cabe contextualizá-las no tempo e no espaço, mas também articulando-as com fontes já tradicionalmente aceitas pela disciplina histórica. Uma simples imagem que possa aparecer no Facebook carrega conteúdos que transbordam à sua forma, mas é a partir dela que os discursos se organizam abrindo brechas e possibilidades de serem interpretados pelo(a) historiador(a) (Cezarinho, 2018, p. 331).

Salientamos a importância da imagem enquanto fonte, pois ela tem a função de identificar os sujeitos e suas relações com os espaços urbanos, impactados pelas diversas realidades sociais e econômicas, muitas vezes em um contexto de lutas políticas em nível nacional e local. Desse modo, tentaremos analisar como esses sujeitos são representados por essas construções imagéticas, bem como descrever seus comportamentos, seja como protagonistas ativos ou como reféns de suas experiências e vivências compartilhadas.

O uso de meios visuais de representação desvenda o processo de comunicação de ideias que forma a base do encontro etnográfico. Ela conceptualiza uma investigação colaborativa, que enfatiza a interpretação de imagens e de ideias transmitidas pelos sujeitos da imagem. Assim, o conhecimento, antropológico não é mais a afirmação que um sujeito faz de um objeto, mas o fruto de uma experiência compartilhada por dois sujeitos (Bianco, 1998, p. 210).

Utilizaremos as imagens como um mecanismo de ilustração e interpretação, bem como os discursos que elas se propõem a produzir diante das diversas realidades que se revelam. As imagens retratam as áreas centrais da cidade — praças, avenidas, igrejas, monumentos, pontes e casarões — que passaram por processos de planejamento e revitalização, assim como os bairros periféricos. Nessa perspectiva, nos propomos a debater e compreender a representatividade do espaço urbano e rural, onde ocorreram disputas políticas e revoltas populares no Maranhão.

Além disso, utilizamos como fontes as leis-decretos, os relatórios de interventores do estado e a Carta de Veneza, que foram fundamentais para a construção da dissertação. A compreensão e análise desses documentos “é sempre dirigida pela leitura do presente”, embora, quando o historiador analisa o passado, essa análise nunca seja feita de forma inocente (Chesneaux, 1995, p. 22).

Capítulo 1: A transformação da cidade nos moldes da modernidade

Neste capítulo, buscamos historicizar os diversos olhares sobre a cidade Ludovicense, analisando permanências, rupturas e continuidades no traçado urbano desde o início do século XX.

Apresentamos a concepção de cidade formulada por intelectuais tradicionalistas, que defendiam a ideia de preservá-la mediante a arquitetura luso-brasileira. Por outro lado, havia intelectuais que defendiam um modelo de cidade de caráter modernista, alinhado às ideias e interesses dos governantes da época.

Em seguida, descrevemos os impactos sociais das reformas urbanas nas grandes metrópoles e na capital maranhense no início da República, bem como a expansão do espaço urbano Ludovicense, especialmente na região conhecida como Caminho Grande. Esse eixo partia da parte central da cidade e se estendia pelos bairros Monte Castelo, João Paulo, Outeiro da Cruz, Anil e Cruzeiro do Anil, passando também por bairros adjacentes considerados periféricos.

Por fim, buscamos compreender o poder dos interventores no Maranhão, com ênfase no anteprojeto de remodelação urbana durante as gestões de Sabóya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana. Essas reformas impactaram significativamente a cidade, resultando na reestruturação ou demolição de avenidas, prédios, igrejas, casarões e praças, além da construção de pontes.

Capítulo 2: A urbe no despertar da modernidade periférica

Neste capítulo, abordamos as dissidências políticas no Maranhão e as desigualdades sociais entre a parte central da cidade e as dificuldades enfrentadas pelo homem do campo. Também analisamos as lutas e rivalidades entre os grupos políticos do estado, destacando a manutenção dos poderes oligárquicos, especialmente quando Vitorino Freire começou a articular estratégias políticas.

Outro ponto discutido é a expansão da ideia de modernidade, associada à reconfiguração do espaço urbano, notadamente com a criação de conjuntos habitacionais. Paralelamente, os bairros periféricos começaram a reivindicar melhorias em saneamento básico e infraestrutura.

Ainda neste capítulo, analisamos os conflitos políticos da década de 1950, particularmente entre Eugênio de Barros e Vitorino Freire, que agitaram o cenário maranhense e ocasionaram greves e embates entre autoridades públicas e a sociedade civil.

No contexto nacional, examinamos como a cidade de Brasília foi concebida e projetada como modelo emblemático para outros estados, influenciada pelos projetos desenvolvimentistas de Le Corbusier e Oscar Niemeyer.

Dedicamos especial atenção à figura política de Juscelino Kubitschek e ao seu projeto de modernização e desenvolvimento do país, que resultou no planejamento e inauguração de diversas obras públicas, incluindo a construção de pontes a partir de 1957.

Também abordamos o plano de extensão elaborado por Rui Ribeiro de Mesquita, então diretor do Departamento de Estradas e Rodagens, com destaque para a construção de pontes de concreto, cujo objetivo era interligar rodovias e melhorar o acesso a diferentes bairros.

Enquanto as propostas de reformulação do espaço urbano eram voltadas para as áreas centrais da cidade, os trabalhadores rurais reivindicavam a implementação da reforma agrária, o direito à propriedade da terra, assistência à saúde e garantia dos direitos trabalhistas.

Capítulo 3: A ponte José Sarney como projeto arquitetônico na modernidade periférica e seus reflexos patrimoniais

Neste capítulo, discutimos as reformas urbanísticas na cidade e as dissidências no campo no contexto da modernidade periférica. Exploramos a questão dos subúrbios, o movimento camponês e as propostas de base de João Goulart.

No aspecto político, analisamos a transição do "Vitorinismo" para o "Sarneysmo", destacando as diversas dissidências e crises oligárquicas que dominaram o cenário político maranhense em 1964, resultando no fim da influência de Vitorino Freire na administração do estado.

É nesse contexto que surge José Sarney, apresentando-se como um governador competente e capaz de tirar o Maranhão do caos e da pobreza, promovendo a ideia do "Maranhão Novo". No entanto, ao analisarmos esse período, percebemos a persistência da vulnerabilidade social e a precariedade de alguns bairros periféricos.

No que se refere às obras urbanas, abordamos a construção da ponte São Francisco (José Sarney) dentro do projeto de modernidade periférica, além da criação de conjuntos habitacionais, construção de barragens e portos e da ponte do Caratatiua. A ponte José Sarney, em particular, tornou-se um marco simbólico dessa política desenvolvimentista no Maranhão.

Por fim, ampliamos nosso estudo para além da ponte, analisando a expansão urbana e seu impacto sobre o patrimônio arquitetônico no contexto da modernidade. Após a construção da ponte, os investimentos econômicos se intensificaram nos bairros São Francisco e Renascença, reforçando a divisão entre "centro" e "periferia".

Em suma, esta dissertação busca ampliar os estudos sobre a historiografia maranhense, considerando que a construção da ponte José Sarney se tornou um símbolo da modernidade no estado. Essa obra carrega um legado arquitetônico marcado por disputas e resistências políticas.

As diferentes abordagens históricas discutidas aqui possibilitam uma ampliação das concepções sobre a cidade, considerando as contínuas transformações dos espaços urbanos, a importância dos monumentos como ícones de memória social e política, e a relevância do patrimônio como elemento central na preservação e conservação das áreas urbanizadas.

CAPÍTULO 1

1 A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE NOS MOLDES DA MODERNIDADE

1.1. A valorização do traçado urbano luso-brasileiro e a monumentalização dos intelectuais do século XIX

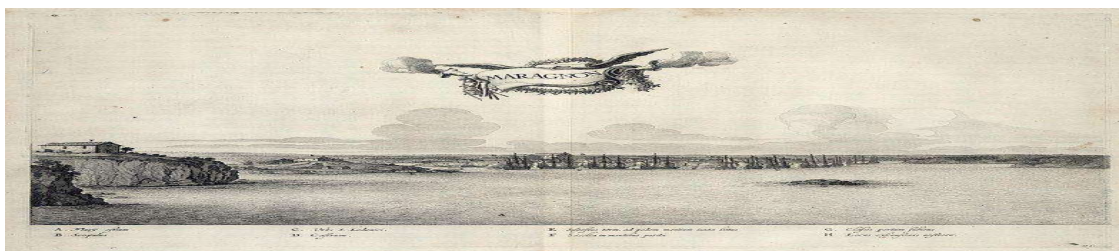
A historiografia maranhense, durante muito tempo, procurou dar destaque e entender sobre temas de grande relevância para a história da cidade de São Luís. Desse modo, destacaremos as seguintes obras: *A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos* (Lacroix, 2008), que traz um debate enriquecedor sobre a fundação da cidade de São Luís e a construção da ideologia da singularidade e *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: Guerra e Fundação no Brasil Colonial*, que destaca a Batalha de Guaxenduba e problematiza sobre a cidade de São Luís ter sido fundada pelos franceses (Lacroix, 2008).

Da historiadora Piccolo, também destaca-se a coletânea: *Maranhão Republicano em foco: Estado, imprensa e historiografia* (2015), com trabalhos que falam sobre o Maranhão nos tempos da ditadura e da redemocratização e Neoliberalismo.

Esses debates ainda são postos em evidências, pois, existem diversas concepções que se projetaram sobre o cotidiano da cidade de São Luís, ligados as questões urbanas. Dentro dessas discussões, arregimentou-se múltiplas interpretações sobre o imaginário urbano da cidade, a partir dos debates em seu entorno, sobre a sua tradição histórica e sobre os legados arquitetônicos.

Nesse primeiro momento, o nosso olhar será sobre a conservação do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade, associado ao modelo lusitano, caracterizado em duas dimensões: “Cidade Alta, onde eram locados os prédios públicos, militares e religiosos, e a Cidade Baixa, onde era localizado o comércio” (Lopes, 2013, p. 35), conforme o mapeamento abaixo.

Figura 1 – São Luís no século XVII



Fonte: https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/?gclid=CjwKCAiAh9qdBhAOEiwAvxIok08KWZ3P3iivzpj_l18ZS4FiL5-K7P7OXufis6_yegwKCxi1GJ1vaBoC-poQAvD_BwE. Acesso em: 12 de Janeiro de 2023.

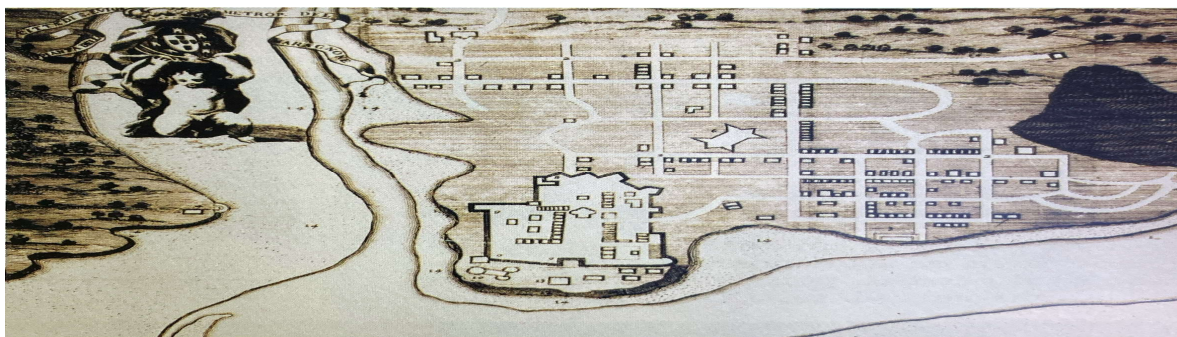
O urbanista Paulo de Sá Vale (2018), ao utilizar essa imagem do Século XVII, apresenta a palavra (Maragnon), que significa “origem do Maranhão”, porém, percebemos em seu entorno, casas, lugares intermediados por água, agregando-se uma posição geográfica socioespacial com um certo distanciamento de outras extremidades de terras, apresentando também uma extensa área de terras desocupadas.

Os primeiros indícios do traçado urbano de São Luís ocorreram logo depois das grandes batalhas que efetivaram a ocupação do território maranhense. Pois, com a expulsão dos Franceses, Alexandre de Moura nomeou Jerônimo de Albuquerque que “mudou o nome da fortaleza de São Luís para São Filipe e fundou a vila junto a ela, mantendo o nome de São Luís”. (Iphan, 2006 p. 26).

Essas medidas fizeram com que Alexandre de Moura, ao deixar o Maranhão, se preocupasse com a expansão das terras, enquanto Jerônimo de Albuquerque, em sua administração, decretou que fossem implementados os primeiros assentamentos urbanos⁴ deixados pelo engenheiro Francisco de Frias.

Em relação ao traçado urbano da cidade existe duas vertentes: O Iphan (2006, p. 28) relata que a planta elaborada por Francisco de Frias foi perdida, embora não especifique o motivo que ocasionou o desaparecimento do documento. O historiador Ananias Martins, em sua obra: São Luís, fundamentos do patrimônio Cultural, mostra o mapeamento da cidade registrado pelos holandeses em 1641, conforme mostraremos abaixo:

Figura 2 - Mapa de São Luís em 1641



Fonte: MARTINS, Ananias Alves. **SÃO LUÍS - FUNDAMENTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL** - séculos XVII, XVIII E XIX 2. ed. São Luís: Sanluiz, 2000 p.25. Acesso em : 12 de Janeiro de 2023.

⁴ Entendemos que, os assentamentos urbanos, refere-se a algo fixo, ou seja, moradias que habitações que possui um padrão de permanência, sem possibilidade de demolição ou reestruturação, ou seja, uma cidade que possui sua malha urbana pré-definida, tendo em vista que, essas discussões foram mencionadas com maior evidência na segunda metade do Século XX.

O mapa apresenta o cruzamento de avenidas, alguns loteamentos e uma projeção de cidade planificada, em que já se projetava a execução de um modelo urbanístico no período colonial. Ao mostrarmos as duas ilustrações, é nítido o interesse dos colonizadores em efetivar os seus domínios sobre o espaço urbano, pois, a cidade possui um legado histórico e cultural em relação ao que se pensou e idealizou em seu entorno. Desse modo, com o decorrer do tempo algumas construções foram conservadas e /ou reestruturadas.

Podemos citar o forte Saint Louis, hoje, o Palácio dos Leões, edifícios religiosos e capelas, oriundos da influência e dominação portuguesa no período colonial. Essas fortificações caracterizam um legado histórico que se construiu para a cidade, pois “São Luís não tinha porque negar o seu passado. Se a França era o símbolo dos novos tempos, São Luís estava mais próxima do que nenhuma outra cidade brasileira dessa nova época. É como se a cidade estivesse predestinada ao progresso (Barros, 1998, p. 26).

Apesar desse apego às heranças do período colonial, no século XIX a cidade foi se readequando às novas exigências e reformulações das paisagens urbanas, através do Decreto de nº18 de 20 de Dezembro de 1896 que, “tornava obrigatória a modernização dos sobrados que possuíssem beirais, através do acréscimo de platibandas e ornamentos, transformando-os em imóveis de estilo eclético”, apesar da forte resistência por parte dos conservadores em concretizá-la (Lopes, 2013, p. 3).

No final do século XIX e início do século XX, os debates em relação à cidade foram discutidos entre dois grupos de intelectuais, os primeiros: “Odorico Mendes, (Humanista), Sotero dos Reis (Filólogo), Alexandre Teófilo de Carvalho (Pedagogo e político), Antônio Henriques Leal (Historiador), Luís Antônio Vieira de Lima (historiador), Maria Firmina (professora)” (Lacroix, 2008, p. 65).

Esses poetas, jornalistas, filólogos, historiadores e humanistas expressavam suas ideias através de obras literárias, defendiam a ideia da singularidade, o florescimento cultural e os padrões estéticos da cidade. No que tange as questões urbanas, defendiam “os costumes da França, na educação e na arte, inclusive na decoração dos sobrados de arquitetura tradicional Luso-brasileira.”. (Lopes, 2013, p. 60).

Porém, na nossa abordagem analisaremos, especificamente, as representatividades e as concepções do poeta Gonçalves Dias⁵, e João Francisco Lisboa (jornalista e escritor) que,

⁵ O Poeta Antônio Gonçalves Dias, nascido em 10 de Agosto de 1823, natural de Caxias, interior do Maranhão, foi membro da Academia Maranhense de Letras, foi um dos escritores renomados na literatura romancista brasileira. A sua poesia é fruto da sua própria autoria, caracterizada pela forma lírica e indianista, declamando e exaltando à cidade maranhense, falecendo no dia 3 de Novembro de 1864.

através de suas obras deixaram sua marca na literatura maranhense, e estão monumentalizados nos principais espaços urbanos da cidade (Lacroix, 2008, p.65).

Esses intelectuais, com o passar do tempo, foram sendo reconhecidos na história da cidade, homenageados através de monumentos, nome de praças ou ruas, que buscavam uma nova logística urbana para a cidade. Gonçalves Dias, que exalta a cidade de São Luís, em sua poesia, “Canção do Exílio”, publicada em 1857, com o desfecho nacionalista e o amor pela cidade, com o ideal de regressar para as terras maranhenses.

O poeta recebeu também homenagens, com a renomeação da praça Gonçalves Dias, espaço esse que carrega consigo um legado histórico em que, no início do século XVIII, ocorreu a primeira urbanização e, primitivamente era chamada de Ponta do Romeu, foi tombada pelo IPHAN, no dia 23 de dezembro de 1955, reconhecida pelo registro de número 0454-T-51.

A praça, além de ter seu legado cívico, no local acontecia a corrida da festa de Nossa Senhora dos Remédios descrita por João Francisco Lisboa, Aluizio Azevedo (O Mulato) e Graça Aranha (Meu próprio Romance) e era o espaço de convivência da fina flor da sociedade ludovicense (Borralho, 2010, p.306).

Figura 3 - Praça Gonçalves Dias: Estátua Gonçalves Dias



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?view=detalhes&id=434900>.

Essa imagem representa um dos grandes poetas maranhenses, em que no dia 09 de novembro de 1864, “os intelectuais Sotero dos Reis, Theophelo de Carvalho Leal, Antônio Rego, propuseram um projeto para que fosse erguido o monumento em honra de Gonçalves Dias”, que foi inaugurado no dia 07 de setembro de 1873. (Borralho, 2010, p. 301). Outro aspecto importante é que na poesia escrita em 1843 por Gonçalves Dias, Canção do Exílio, em seu verso: “Minha terra tem palmeiras”, intencionalmente ou não, o monumento está em um

espaço bem arejado e rodeado de palmeiras, tendo como transfundo a igreja de Nossa Senhora dos Remédios, caracterizada pela arquitetura gótica. A praça apresenta uma fisionomia bem alegórica, pois exalta a figura do poeta e, ao mesmo tempo, é caracterizada como ponto turístico da cidade.

Outro intelectual homenageado foi João Francisco Lisboa⁶, que no decorrer da história da cidade, também, recebeu dupla honra: a construção de um monumento e a praça chamada de João Lisboa, hoje conhecida como Largo do Carmo. Conforme mostramos abaixo:

Figura 4 - Estátua de João Lisboa: Praça João Lisboa



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=435108>. Acesso em 20 de Outubro de 2023.

Levando em consideração o contexto histórico da cidade, a praça João Lisboa foi palco de diversos conflitos e revoltas, começando com “a batalha entre holandeses e portugueses, local da primeira feira ou mercado da cidade, do primeiro abrigo público, e do pelourinho destruído após a Proclamação da República”. O largo também era espaço de movimentos e

⁶ João Francisco Lisboa, nasceu no dia 22 de Março de 1812, foi jornalista, historiador, político, destacou-se como 18º membro da Academia Maranhense de Letras, sendo considerado um escrito erudito, foi aluno do professor Sotero dos Reis em que estudou o Latim. Em 1832, fundou o jornal O Brasileiro; que defendia uma posição nacionalista, dedicou-se a sua vida trabalhando em Órgãos Públicos exercendo a função de secretário do governo.

celebrações religiosas, como a Festa de Santa Filomena, acontecimento de grande importância para os fiéis, contribuindo para a perpetuação de uma memória cívica da cidade (Rocha, 2018, p. 122).

O monumento que faz referência a João Lisboa, inaugurado em 1918, cujo escultor foi o francês Jean Magrou; porém, não temos muitas evidências de quem recomendou erguer a estátua. Acredita-se que, pelo fato de o escritor ter feito parte da Academia Maranhense de Letras e que, naquele período era necessário exaltar figuras emblemáticas que contribuíram para a construção do legado histórico e cultural, era necessário a conservação de um passado glorioso “estavam imbuídos desse compromisso de preservar os ilustres de Atenas⁷ para serem vistos e lembrados, como ricos e cultos, porque o diagnóstico feito no começo da república era de um estado em ruínas” (Câmelo, 2012, p. 102).

A praça pode ser percebida pelos múltiplos retratos históricos que se construíram a partir de Sua representação, onde era comum políticos e intelectuais discutirem sobre as questões sociais da cidade, ou seja, era um lugar de sociabilidade entre as pessoas que a transitavam ou fixavam-se em pontos estratégicos para o lazer, o que fez o logradouro ser conhecido como Praça da Liberdade.

No início do século XX, alguns intelectuais comentaram sobre a cidade de São Luís, como o engenheiro Saturnino Belo⁸ e Luís Domingos de Castro Perdigão⁹, mas optamos por uma análise e reinterpretação sobre a cidade pelas concepções dos intelectuais Antônio Lopes da Cunha, Raimundo Lopes e José Luso Torres que debruçaram-se em abordar sobre o que se projetou sobre a cidade de São Luís, em elaborar um planejamento urbano local.

Esse debate perdurou também no início do século XX, devido a sucessivas influências das grandes metrópoles em pavimentar ou reestruturar as cidades aos moldes da modernidade. Em São Luís, “os intelectuais defenderam posições divergentes ou mesmo

⁷ O conceito de Athenas Maranhense foi associado ao culto da singularidade cultural da cidade, representada por estudiosos e intelectuais, pois queriam cultivar os aspectos de civilidade e a valorização do homem maranhense (Lacroix, 2012, pp. 66-67).

⁸ O governador e engenheiro Saturnino Belo, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, através de uma conferência, discursou sobre a necessidade de um pensamento preservacionista, tomando como ponto de partida a categoria “monumentos naturais”, ou seja, relaciona as mudanças que ocorrem “no espaço urbano como as florestas, as árvores, uma pedra, todas as coisas naturais que possui efeitos e evocação históricas e podem ser identificados como monumento”, chegando a defender sobre os fortes coloniais (Saturnino de Brito, 1945, p. 159 apud Lopes, 2013, p. 45).

⁹ Destaca-se, a figura de Domingos de Castro Perdigão que, embora tenha discursado sobre a exposição que ocorreu em São Luís, no início do século, ainda era nítido associar à cidade a ideia de singularidade, ou seja, a Athenas Brasileira, tendo em vista que, para aquela época na concepção desse intelectual, o que mantinha a cidade engrandecida era as lembranças do passado, assim, percebemos que essas categorias como, conservadores, progressistas, assumiram vários horizontes a partir do jogo político e social de cada período da história maranhense.

antagônicas aos interesses dominantes, e por vezes, bastante avançadas para a sua época e situação como professores, advogados e poetas” (Lopes, 2013, p. 6).

Em 1936, o intelectual Raimundo Lopes dedicou-se a investigar a temática dos monumentos históricos e a proteção dos locais arqueológicos. Com as transformações no espaço urbano tornaram-se evidentes, o que pode ser compreendido pela “teoria da evolução urbana”. Sua pesquisa se concentrou nas questões de preservação e conservação do planejamento urbano, além dos obstáculos que surgem na proteção do patrimônio.” (Lopes, p.2013, p.138).

Porém, de 1936 até 1943, Raimundo defendia a modernização, enfatizando a renovação urbana e a reestruturação e integração do espaço urbano, ou seja, defendiam a urbanização do traçado urbano associado às propostas do prefeito Saboya Ribeiro.

No entanto, em 1943, o intelectual Antônio Lopes defendia a valorização da arquitetura tradicional luso-brasileira, sustentando que a cidade deveria abraçar propostas de urbanização sem perder suas características singulares (Lopes, p. 2013, p. 143). Os pensadores Antônio Lopes e Luso Torres se dedicavam a proteger o projeto arquitetônico tradicional luso-brasileiro, ou seja, defendiam a manutenção do patrimônio que se depredava ou ocorria o risco de se perder. Contudo, essas concepções sobre a cidade foram se modificando ao longo do tempo.

Assim, com o objetivo de intermediar as áreas caracterizadas como urbana, suburbana e rural, José Luso Torres¹⁰, que assumiu os cargos de oficial do exército e Deputado Estadual, passou a ser responsável por controlar as despesas públicas, sendo eleito como intendente municipal de São Luís (Buzar, 2016, apud Silva, 2012, p. 84).

O intelectual Luso Torres voltou a sua atenção para os aspectos urbanos e patrimonial, influenciado pelas ideias nacionalistas, buscou-se preservar o aspecto arquitetônico da cidade e ao mesmo tempo construiu pontes de concreto, reservatórios subterrâneos e intensificou medidas de higiene aos espaços públicos (Lopes, 2013, p.144).

Em suma, os intelectuais do século XIX expressavam suas ideias através da Literatura, pautadas na valorização cultural e arquitetônica da cidade. E os intelectuais do início do século XX tinham os que também defendiam a valorização, preservação dos espaços urbanos e os que acreditavam na necessidade de mudar o traçado urbano da cidade.

¹⁰ Nesse período era evidente a proposta intervencionista do Estado frente às sucessivas crises oligárquicas. O Major Luso Torres, indicado pelo militar Juarez Távora foi nomeado como representante do Estado e das alianças políticas, entre Luiz Perdigão e Luzo Torres, pertencentes ao grupo Marcelenista, oriundo de família de fazendeiros, que remete a facção estadual de jovens de lideranças que reivindicavam herança política. (Pereira, 2018, p. 60).

1.2 Uma Via de Mão Dupla: Os impactos sociais das reformas urbanas nas grandes metrópoles e na capital maranhense no início da República.

A partir de 1915, a situação financeira da cidade de São Luís não apresentava bons resultados econômicos, o que gerou descontentamento social devido à "falta de condições de vida adequadas, escassez de habitação, carestia dos gêneros alimentícios e deficiência dos serviços públicos básicos" (Reis, 2013, p. 104).

Os problemas que assolaram o Maranhão foram ocasionados por diversos fatores, como dissidências oligárquicas, aumento dos impostos pelo Estado, conflitos entre empresários e a Associação Comercial do Maranhão, além de dificuldades no setor de exportação e importação de produtos.

A seguir, apresentaremos os índices das taxas de impostos cobrados pelo Estado em relação ao sistema de exportação, às indústrias, às profissões, à produção e ao consumo.

Tabela 1- Tabela da Receita Estadual (1915-1929).

PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA ESTADUAL (% SOBRE O TOTAL ARRECADADO)					
ANOS/IMPOSTOS	EXPORT.	IND.E PRPF.	PROD./CONS	ADICIONAIS	OUTROS
1915/16	7,8	12,1	37,2	15,8	27,1
1916/17	9,3	11,6	39,00	15,6	24,5
1917/18	12,0	10,4	39,2	16,0	22,4
1918/19	14,5	12,9	33,5	16,0	23,1
1919/20	13,6	9,7	35,3	14,4	27,0
1920/21	11,1	12,6	30,8	14,4	31,1
1921/22	18,0	9,0	30,0	14,8	28,2
1922/23	22,0	7,4	33,8	16,6	20,2
1923/24	16,7	7,2	40,0	17,0	19,1
1924/25	12,1	8,3	36,2	15,8	27,6
1925/26	15,4	8,7	35,2	16,0	24,7
1926/27	15,3	8,5	36,8	16,1	23,3
1926/27	15,5	8,6	38,0	16,5	21,4
1928/29	17,8	9,4	38,0	15,0	19,8

Fonte: Tabela retirada do livro grupos políticos e Estrutura oligárquica no Maranhão (Reis, 2013, p. 145, apud, Relatório do secretário da Fazenda, José Carneiro de Freitas, 1918, p. 190-192).

Entre os anos de 1915 a 1929, houve várias tentativas por parte dos governadores, dentre eles, Benedito Leite, em diminuir as taxas dos impostos em relação aos produtos exportados e remanejar os tributos para outras atividades de consumo. Porém, diante do

descontentamento financeiro que assolou o Estado do Maranhão, estagnou-se a implantação de investimentos para a cidade, conforme a notícia abaixo:

A cidade padecia de antigo problema habitacional. Novos bairros, favelas, surgiram na periferia, enquanto na região central, para a grande massa da população, o que fica são os baixos sobrados, os cortiços mais ou menos disfarçados que infestam a cidade, as pocilgas e baiucas de todo gênero. (Jornal A Pacotilha, 11 de Maio de 1920).

O referido jornal menciona o cotidiano da cidade de São Luís, que tinha a função de descrever sistematicamente as transformações que ocorriam em seu entorno, dando ênfase aos problemas urbanos com o intuito de chamar a atenção para que os leitores percebessem e (ou) aderissem às novas transformações tecnológicas no início do século XX veiculadas na imprensa. O jornal A Pacotilha ficou conhecido por ser o protagonista em divulgar as matérias de grande repercussão na sociedade maranhense, considerado o “grande pedagogo da modernidade” (Matos, 2021, p. 406).

Dessa forma, a notícia mencionada tece críticas e questiona o papel do Estado, que através da oscilação econômica do sistema agroexportador, passou a ter interesse em apaziguar as dissidências internas com a despolitização das instâncias de poder oligárquico, o que caracteriza um estado intervencionista nas decisões políticas e econômicas do país (Fausto, 1991, p.93).

Arregimentava-se debates sobre temas que tinham como objeto analisar o que se projetava como modelo de cidade ideal, tendo como referência as grandes metrópoles. Destarte, começaram a ser implementados, pelo sistema político da época, a criação de Leis e Decretos, com o objetivo de erradicar os cortiços, de acordo com Cabral (2004, p.237):

As habitações populares, quaisquer que fossem elas, no império ou no início da república, não eram vistas com bons olhos, nem pelas elites e nem pelas autoridades públicas ou sanitárias. Em se tratando de cortiços, essa aversão era ainda maior, pois, além de serem condenados como foco das doenças, tanto endêmicas quanto epidêmicas, eram taxados também como “cenário de constantes agitações e crimes, santuário de criminosos e escravos fugitivos...No entanto, os cortiços representavam a alternativa mais barata de habitação para as camadas mais pobres da cidade (Cabral, 2004, p. 237).

As políticas sanitárias para a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, conseqüentemente, refletiram no desaparecimento dos cortiços, pois essas mudanças partiram dos interesses das elites em extirpar da parte central da capital do país o que descaracterizasse o padrão estético. O modelo de urbanização passou a ser implementado como uma política de exclusão, pois, as pessoas que moravam nos cortiços não eram beneficiados com as propostas de urbanização que ocorriam nas partes centrais das cidades, tendo em vista que, houve um aumento considerável de pobreza e miséria.

O movimento que acelerou essas desapropriações foi o “bota-abaixo” instituído por Pereira Passos, com o objetivo de projetar à cidade do Rio de Janeiro aos moldes da modernidade, eliminando toda e qualquer imagem que fazia referência à pobreza e retrocesso. Desse modo, apresentaremos a imagem que caracteriza o período mencionado:

Figura 5 - Bota a Baixo: Cortiços



Fonte : <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2914-o-bota-abaixo-as-criticas-e-os-criticos>.

A referida imagem foi reproduzida na matéria Multi Rio, tendo como publicador Augusto Malta, e foi retirada da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, retrata um cortiço, projetando uma fisionomia de pobreza e retrocesso.

Dessa forma, sabemos que a modernidade, com o intuito de viabilizar uma imagem de progresso e desenvolvimento, retira dos centros os cortiços e define a relação entre centro (moderno) e periferia (atraso-miséria), caracterizando uma política de desigualdade social. De outra banda, a modernidade vende um discurso que ela mesma se contradiz, através da disparidade social, pois se arregimentou uma política de interesse, fruto das elites que projetavam um discurso de combate aos velhos modelos de cidade que ainda vigorava no início do século XX.

Como consequência dessa política de segregação, as pessoas foram construindo suas casas em lugares em que não havia fiscalização e com isso, devido ao aumento demográfico, esses locais foram apresentando fisionomias precárias e insalubres. Essas

realidades suscitaram as autoridades governamentais discutir e buscar possíveis soluções para as mazelas sociais que se erradicavam nos interiores dos subúrbios.

A opção para resolver esses desafios foi o Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, que ocorreu em Brasília em 1908. Esse evento, organizado por Olavo Bilac e Ataulpho de Paiva, tinha o objetivo debater e criar mecanismos de assistência ao pobre, tendo como referencial o modelo francês. Porém, tais realidades não se adequavam a realidade de vida da sociedade brasileira, tendo em vista que, era necessário arregimentar parcerias junto ao setor privado e filantrópicos para direcionar e executar políticas públicas direcionadas aos excluídos e oprimidos pela fome e pobreza. Tais debates tinham como pautas, “a necessidade de organização da caridade, a proposta de se realizar no Brasil a filantropia científica e fomentar o papel do Estado em relação à assistência aos pobres” (Viscardi, 2011, p. 188).

As autoridades Federais propuseram uma redistribuição de tarefas sistematizadas para que se pudesse alcançar somente os que se enquadravam no perfil socioeconômico de hipossuficiência, o que contribuiria para a redução de custos desnecessários. Outra medida a ser implementada seria possíveis parceiras com o setor privado, embora não eximia o estado de sua responsabilidade em gerenciar e executar tais medidas de sustentabilidade social.

Porém, essas medidas não foram amplamente aceitas, pois sabemos que as elites oligárquicas, que predominavam durante esse período, coibiram todas as propostas de intervencionismo do Estado. Dessa forma, o historiador Joan Botelho, em sua obra *A Questão Social no Maranhão na Primeira República – Um Caso de Polícia*, apresenta uma visão socioeconômica decadente do Estado, como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 6- Pobreza no início da República no Maranhão



Fonte: <https://formacaohist.com.br/a-questao-social-no-maranhao-na-primeira-republica-2/>. Acesso em: Outubro de 2024.

Essa imagem foi utilizada por Joan Botelho, (2010) para retratar o cotidiano maranhense, embora, não mencione o bairro e nem o ano da sua publicação. Na ilustração, percebemos mulheres com ferramentas de trabalho e crianças ao seu redor e faz alusão as atividades ligadas do campo. É perceptível a situação de pobreza, miséria e desigualdades sociais. Assim, frente a essa realidade se configura uma conjuntura de poder formada por coronéis, que subsidiariamente, é pautada por uma política de favores, interesses e corrupção.

Dessa forma, o autor acima evidência que não houve uma política estatal que atendessem aos interesses sociais, sendo o estado responsável pelo índice de moradias periféricas e condições insalubres que a sociedade se submetia, ou seja, o governo eximiu-se de suas atribuições em não favorecer as classes subalternas.

Nessa perspectiva, no início do contexto republicano a sociedade civil estava constantemente na relutância de ser representada e a única alternativa era a reorganização e promulgação de uma constituição que regulamentasse os direitos sociais, tendo em vista que o modelo da nossa constituinte foi instituído através de reformas políticas na linha liberal-democrata, ou seja, pautada no estilo representativo (Fausto, 1992, p. 44).

Objetivo do dispositivo constitucional era atender aos interesses sociais como, moradia, lazer e infraestrutura, mas, em decorrência da nacionalização dos recursos econômicos e a centralização político-administrativa, não foi possível implementar propostas voltadas para a reformulação social.

O Estado que se cristalizou nesse período não assumiu o compromisso em atender as demandas e exigências das sociedades abastadas, uma vez que, com a personalização e o fortalecimento do executivo colocou como desafio o sistema constitucional vigente, pois, “uma conquista social chega a ser consagrada na carta máxima de um país, é também sempre muito mais trabalhosos ignorá-lo ou simplesmente, suprimi-la (Fausto, 1992, p. 11).

É perceptível diferenças estruturais entre as classes dominantes e as subalternas no cotidiano nas cidades, como também, a falta de uma política que garantisse o direito dos trabalhadores rurais, tendo em vista que a terra era vista como um patrimônio que era controlado pelos grandes latifundiários e, durante as propostas constitucionais que foram se promulgando, as lutas e revoltas camponesas foram se consolidando, frente ao poder estatal institucionalizado, operacionalizando “a moralização das atividades políticas e das funções administrativas e desenvolvimento econômico” (Fausto, 1992, p.133).

O historiador Wagner Cabral, enfatiza as consequências e a dinamização que ocorreram no interior das cidades.

O projeto de remodelação do Rio de Janeiro posto em prática no início do século XX, acelerou ainda mais a retirada dos pobres do centro de cidades, visto que, em meio as tantas demolições feitas para que novas construções fossem levantadas, as habitações populares não podiam ser poupadas. As vítimas desses ultraje “são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam as massas trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie que povoam a cidade. O centro da capital Federal seria então limpo dos resíduos humanos que enodavam a imagem do país, para dar lugar ao luxo, a opulência e a salubridade, em resumo à civilização e progresso (Cabral, 2004, p. 238).

Impulsionados por projetos e reformas urbanas, tais propostas foram executadas pelos governantes, pois queriam pavimentar as principais partes da cidade, o que se efetivou nas grandes metrópoles. Com os projetos reformistas, criou-se desigualdades, estratificando a sociedade, aumentando o deslocamento de pessoas menos favorecidas para partes denominadas suburbanas, pois buscava-se “o fortalecimento do poder estatal e a rearticulação das alianças entre as elites e desdobrar-se –iam como processos estreitamente independentes” (Fausto, 1992, p. 11).

Tais medidas visavam, criar um sentimento de progresso e desenvolvimento, operacionalizada pelas diretrizes Federais, implementadas nas instâncias estaduais e municipais. Essas tendências de urbanização alcançaram a cidade de São Luís, como nos apresenta Vale (2018):

A mudança neste panorama em São Luís iniciou no Século XX. A cidade acompanhou o aparecimento de diversas epidemias, decorrentes da má qualidade da infraestrutura sanitária. Decorrente disso, São Luís recebeu de São Paulo, em 1904, a visita da Comissão Godinho, cujos trabalhos deram origem aos primeiros códigos sanitários da cidade e do Estado. Os códigos, que tinham como objetivo mudar a dinâmica das edificações coloniais, foram os primeiros a interferir de forma objetiva no uso do solo privado da cidade, mas suas proposições ainda estavam longe de configurar um zoneamento moderno (Vale, 2018).

Mediante as epidemias que assolaram São Luís no início do século XX, despertou o interesse por parte do governo do Estado em mudar a dinâmica urbanística da cidade, reformulando as “edificações de traço colonial”; apesar desse processo ocorrer de forma lenta, o objetivo era sanar os problemas das questões sanitárias da cidade.

Nesse período (Silva, 2012, p. 87) esclarece que diante das calamidades sanitárias que a cidade estava passando, foram instituídas por parte do governador Urbano Santos algumas medidas para resolver a situação:

Nos primeiros anos da década de 20, era governador do Estado, Urbano Santos, eleito para o período de 1918 e 1922. Suas políticas e os anseios de articulistas afluíam perfeitamente para a edificação de uma nova sociedade, embelezada e salubre. Para obter a urbe desejada, o político impetrou uma série de ações, tais como: contrato com o governo federal, mediante o custeio pela metade do serviço de profilaxia urbana e rural; contrato com a fundação Rockefeller para a erradicação da malária e o início da

construção do leprosário Sá Viana ; a continuidade da estrada de ferro São Luís e Teresina, edificação do prédio da Escola Benedito Leite; e a reforma do Quartel do Campo de d' Ourique e do Teatro da cidade, redenominado como Teatro Artur Azevedo.(Silva, 2012,p. 87)

O interesse do governador Urbano Santos era fazer com que a cidade de São Luís tivesse uma fisionomia agradável, criando alguns projetos para serem desenvolvidos na cidade, como o Leprosário Sá Viana, a construção de rodovias, a edificação de prédios e escolas. No entanto, as suas propostas não foram efetivadas devido aos problemas financeiros e na administração do Estado. (Silva, 2012, p. 83).

O outro leprosário, conhecido como Colônia do Bonfim, começou a ser planejado em 1922, destacando-se a figura do médico Achilles Lisboa. No entanto, sua construção foi concluída durante o governo de Getúlio Vargas, quando os interventores passaram a exigir do governo federal recursos financeiros para a efetivação da obra (Leandro, 2009, p. 439).

Figura 7 - Leprosário Bom Fim



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://climaonline.com.br/sao-luis-ma/foto/colonia-do-bonfim-sao-luis-ma-133-30831>. Ano: [19--].

As autoridades tiveram a intenção de planejar e executar uma política de exclusão, pois, o leprosário foi construído distante da parte central da cidade. Todas as pessoas que foram acometidas pela doença, tinham que ser imediatamente transferidas, sendo que, diante do número alarmante de casos, o número de leitos não eram suficientes para todos os pacientes.

É perceptível na imagem que não havia casas ao redor do leprosário, pois criou-se um clima de repulsão entre as pessoas que residiam nas suas proximidades. Em contra partida, na parte central da cidade, nas principais famílias de maior poder econômicos, os que eram acometido pela lepra, recebiam cuidados médicos em suas casas, ou, eram levados para os

principais hospitais da Europa. Nesse sentido, a cidade nesse período estava preocupada em ser grande referência, desprendendo de toda e qualquer situação que ressoava atraso e pobreza.

O Estado foi tomando novas rédeas em decorrência das constantes cobranças da sociedade civil em reivindicar políticas públicas, principalmente para as questões urbanas, “pautando-se no discurso de moralização administrativa, dando início a um processo de bases sociais” (Reis, 2013, p. 101).

Diante dessa perspectiva, o anseio de enquadrar o Estado do Maranhão nas reformas urbanas, foi ganhando forte proporção, principalmente com a construção da estrada de ferro que ligava São Luís e Teresina, o que resultou na necessidade de mudar o sistema de transporte.

Concretizou-se em 1921 quando foi inaugurada a estrada de ferro S.Luís/Teresina, da malha federal, que muito contribuiu para que a região do Itapecuru mantivesse sua importância econômica e não sofresse uma completa estagnação por falta dos transportes, dadas as dificuldades crescentes de navegação Fluvial (Reis, 2013, p. 158).

O governo de Godofredo Viana, no período de 1923 até 1926, foi caracterizado por elaborar e executar propostas direcionadas para as questões de infraestrutura da cidade, que de acordo com Reis (2013, p.160):

Quando surgem as iniciativas para melhoria das condições de higiene dos prédios da capital e as reformas dos serviços de água, luz, esgotos e transporte urbano. Nos anos vinte as velhas deficiências dos serviços públicos de S.Luís, mantidos pelas empresas criadas no século XIX por grupos de comerciantes, chegaram ao limite (Reis, 2013, p.160).

A justificativa que o governo utilizou para estreitar esse acordo com a empresa financeira norte-americana, foi a experiência que a mesma tinha em oferecer e prestar serviços a outros países. O governo usou de estratégia política para que a população de São Luís pudesse ver a marca responsável dos investimentos “em garantir que as receitas investidas aumentaria aproximadamente no valor de mil quinhentos réis por ano após a construção das obras, e que os empréstimos adquiridos estavam isentos de todos os tributos” (Câmpelo, 1991, p. 32).

Porém, de acordo com a imprensa, essas medidas fizeram com que o Estado adquirisse dívidas, gerando despesas para a máquina administrativa, principalmente com o aumento dos impostos. Outra consequência desse investimento foi que, em 1927, houve a redução de 35 % do fornecimento de água e serviços de esgoto, fazendo com que a cidade continuasse no mesmo ciclo de calamidades sanitárias oriundas das gestões anteriores. (Reis, 2013, p. 105). A Ulen também trouxe problemas para a sociedade maranhense naquele período:

O registro histórico constata que a Ulen, instaurada em 1923, era uma grande dor de cabeça para o Ludovicense da época. Constavam reclamações dos constantes aumentos de tarifas, péssimo trato dos funcionários e salários baixos; além do caráter parasitário da empresa. Na verdade, o contrato era uma das condições para um empréstimo de 1,75 milhões de dólares do governo maranhense com a ianque Bankers Trust Company. Segundo matéria de “O Globo”, publicada quatro dias antes do assassinato, lia-se: “(...) Mais de um terço da receita pública desaparece no sorvedouro dos juros e amortizações periódicas” (Moreno, 2021).

Essas contradições foram uma maneira de fazer com que a sociedade daquele momento percebesse a má qualidade dos serviços oferecidos independente do acordo firmado com o governo da época. Reforçando a influência desses aspectos, (Abrantes, 2013, p.91) complementa:

A partir da década de 1920, as mudanças nos serviços públicos de infraestrutura urbana ocorram com a Ulen Company, uma empresa norte americana que ficou responsável pela gestão dos serviços de água, esgoto, luz e tração elétrica na cidade. A iluminação pública que era a gás, na década de 20, finalmente pode fazer uso da energia elétrica, após tentativas frustradas com essa fonte de energia que estavam sendo feitas desde 1918. Com isso, a população não precisava mais contar com as noites de lua cheia, embora o fornecimento do serviço para particulares ainda fosse restrito, dado o elevado preço para obter esse privilégio (Abrantes, 2013, p .91).

Nessas medidas executadas por iniciativa do governo, era nítido uma discrepância dos serviços oferecidos, principalmente com a formação dos bairros denominados periféricos que, com o aumento populacional, criou-se uma sociedade estratificada, vista pela elite local como moradias periféricas, subúrbios ou casebres.

É nesse contexto que surge o interesse por parte das elites em observar o mapeamento da cidade, direcionando projetos expansionistas para as áreas em que ainda faziam projeção a arquitetura dos tempos colonial e imperial como o bairro do Desterro e a Praia Grande (Silva, 2012, p. 83).

1.3 O caminho Grande e a Ponte do Cutim: a expansão do espaço urbano ludovicense.

A partir de 1920, começou-se a pensar em um mapeamento dos principais pontos da cidade, destacando o Palácio dos Leões e o Campo d’Ourique, expandindo-se para outras áreas que se estendiam até a Ponte do Cutim. Esse espaço, caracterizado como suburbano, também apresenta dados estatísticos sobre o número de habitantes, ruas, construções, reformas etc. (Pacheco, 1992, p. 127).

Conforme Luso Torres, prefeito do município, contavam-se na área urbana, do **palácio dos Leões**¹¹ até o quartel do campo d' Ourique. 5.922 prédios e 35.208 pessoas; na parte suburbana, do final da rua Oswaldo Cruz até a **ponte do Cutim**, 512 prédios e 10.646 pessoas. Um total de 8.416 casas e 45.518 habitantes. **Moradias cobertas de telhas** 5.410, destas 93 não pagavam imposto predial, por pertencerem aos governos federal, estadual e municipal, ou servirem de sede a cultos e instituições de caridade, 122 pela pobreza dos seus proprietários 77 por serem construções ou reconstruções, isentas por lei. Em São Luís, no mesmo período, existiam 2 parques, 4 avenidas, 14 praças, 72 ruas, 26 travessas, 2 becos, 4 praias, 8 arrabaldes, Camboa e Anil, etc. (Pacheco, 1992, p. 127). (Grifo nosso).

O autor é enfático quando apresenta a estratificação da cidade e as construções que cada pavimento urbano possuía, destacando a ponte do Cutim que intermediava os bairros das áreas suburbanas:

"A vista que damos da Ponte do Cutim, um dos pontos mais aprazíveis do Maranhão, mostra a locomotiva da linha férrea, ao atravessá-la em direção ao Anil. Em todo o percurso é marginada de arvoredos, colinas, sítios, chácaras, oferecendo uma sucessão de agradáveis vistas" (Minha velha São Luís, Abril de 2016).

Com a construção da ponte do Cutim, houve a necessidade de intensificar medidas assistenciais que propusessem qualidade de vida às pessoas que habitavam os bairros que foram surgindo, tendo em vista que essas reformas urbanas se caracterizavam como símbolo de desenvolvimento e progresso.

Figura 8 - Ponte do Cutim



Fonte: Minha velha São Luís, 1899. Disponível em: <
https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/posts/872253586237236/?paipv=0&eav=AfZRprFosuhWnNgy cS6RCgbVZDZyGQgmflhu-EjYZXa1Y8sSkUTTHgHkc4Oc4yo4XiU&_rdr> Acesso em Maio de 2023.

11 O palácio dos Leões serviu como referencial para a pesquisa monográfica enquanto sede do governo do Estado. Estatisticamente, conclui-se que 42% dos alunos da Escola Pública e 27% da rede de ensino particular, reconhecem a sua relevância como monumento histórico e patrimônio material da cidade (Facundes, 2015, p. 74).

De fato, as pontes foram se enquadrando nas mudanças que ocorreram na cidade, construídas com estrutura de concreto armado, que é sem dúvidas a materialidade da modernidade. A imagem representa a ponte do Cutim em 1899.

O trem representado acima percorria as principais avenidas, partindo do centro da cidade e passando pelo Monte Castelo, onde foram construídos bangalôs; pelo João Paulo, com a construção do 24º Batalhão de Caçadores do Maranhão; pelo Outeiro da Cruz, onde foi erguido um monumento que relembra as batalhas entre portugueses e holandeses ocorridas no período colonial; pelo bairro do Anil e pelo Cruzeiro do Anil, onde foi construída a fábrica de fiação e tecidos Rio Anil. Esse trajeto era denominado o famoso “Caminho Grande”, conectando bairros periféricos ou suburbanos.

No bairro do Monte Castelo, então chamado de Areal, foram construídos bangalôs e casarões com características da arquitetura francesa, seguindo o modelo Art Déco. Essas edificações foram erguidas na década de 1920. Ainda hoje, muitos desses casarões preservam suas características estruturais; alguns, no entanto, foram depredados. No entanto, esses imóveis não são tombados, ou seja, não possuem proteção institucional nas esferas federal, estadual ou municipal, o que os configura “na intervenção de grandes impactos na dinâmica da cidade moderna” (Silva, 2012, p.141).

Figura 9 - Palacete Antônio Morais Corrêa



Fonte: (Foto de Dreifus Azoubel: OLIVEIRA, A.G. de São Luís: memória e tempo, 2010, p.469, apud Slz Memória). Acesso em Agosto de 2024.

Esse prédio possuía características neocoloniais, uma vez que, nesse período, houve a valorização dos aspectos arquitetônicos do Brasil, desprendendo-se das influências europeias. Nesse contexto, essas construções permitiam que a cidade se inserisse na dinâmica da modernidade.

O nome do prédio faz referência a uma família de grande poder aquisitivo, cujos casarões se adequaram a esse modelo arquitetônico. Percebe-se que a divulgação de imagens sobre as reformas urbanas realizadas ao longo do trajeto chamado Caminho Grande e em outras partes importantes da cidade tinha como objetivo convencer a população de que a modernidade, de fato, estava presente no estado.

Paralelamente, essas reformas voltadas ao embelezamento estético da paisagem urbana ocorriam apenas nos principais eixos de ligação entre os bairros. Contudo, essa ideia de modernidade emergente priorizava e investia exclusivamente nas áreas centrais da capital. Nos bairros periféricos, porém, a realidade era completamente diferente, marcada por altos índices de pobreza e subdesenvolvimento.

Dentro desse projeto de modernização, destaca-se o 24º Batalhão de Caçadores – o Quartel Duque de Caxias –, símbolo das transformações que ocorriam na cidade.

Figura 10- Quartel do 24º Batalhão de Caçadores



Essa imagem é da segunda metade do século XX e mostra justamente a linha férrea por onde passaram os bondes, que começaram a circular na cidade de São Luís a partir de 1924. Com o crescimento urbano, a população passou a enfrentar dificuldades para acessar o transporte público, pois os bondes transitavam apenas pelas principais avenidas.

Percebe-se que tais medidas não atendiam ao interesse social, uma vez que essas inovações não se adequavam à realidade das pessoas que dependiam desse meio de transporte.

Outro local estratégico foi o bairro Outeiro da Cruz, onde foi construído um monumento em referência à batalha entre portugueses e holandeses em 1642, tendo como chefe da esquadra holandesa Teixeira de Melo. No entanto, ao longo do tempo, o monumento passou por algumas reformas. Dessa forma, apresentaremos abaixo suas características estéticas.

Figura 11- Monumento Outeiro da Cruz



Fonte: Arquivo Geral do IPHAN, apud slz memória. Acesso em Agosto de 2024.

O Monumento Outeiro da Cruz foi edificado em pedra, constituído por uma coluna anelada, encimada por uma cruz latina lavrada em lioz. Essa coluna entalhada em lioz está sobre uma base em quatro estágios, de formato quadrangular e cantos levemente arredondados. Esse repousa sobre base trapezoidal construída em alvenaria de pedra preta, que foi rebocada e pintada na cor branco. Na face principal, emerge escadaria com 11 degraus. Na face posterior, há placa em mármore branco com inscrição que faz referência à expulsão dos invasores holandeses (Jornal O Imparcial, 8 de Outubro de 2022).

De acordo com o jornal O Imparcial, em 8 de outubro de 2022, a construção desse monumento ocorreu no início do século XX, precisamente no local onde se deu a batalha. Nesse processo de traçar um panorama urbano para a cidade, resgatar esse legado histórico ajuda a dar voz a um discurso de resistência, especialmente para a cidade que ficou conhecida como a "Manchester do Norte". Assim, ela recebe uma nova configuração conceitual, atrelada aos vestígios históricos do passado.

É importante destacar que, paralelo ao monumento central, há uma cruz de madeira que, de acordo com alguns historiadores, marca o verdadeiro local do conflito, situado na extremidade do monumento principal. Durante um certo período, o local também foi destinado a peregrinações, onde os fiéis podiam agradecer pelas vitórias e conquistas e renovar suas preces.

Figura 12 - Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil 1908



Fonte: <https://codernil.jcsites.com.br/historia/>. Acesso em 30 de Agosto de 2024.

A imagem faz alusão à fábrica têxtil localizada na Rua da Companhia, no bairro do Anil, construída durante o governo de Alfredo Cunha Martins. A fábrica pertenceu a seis empresários de São Luís: Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manuel José Francisco Jorge, José Francisco de Viveiros, Jerônimo Tavares Sobrinho e o cônsul da Grã-Bretanha no Maranhão, o escocês Henry Airlie, idealizador da companhia (Cordenil, 2024).

No dia 30 de junho de 1893, foi construída a Fábrica Rio Anil. Naquele período, em São Luís e em outras localidades do Brasil, houve um aumento considerável da industrialização, com o intuito de produzir e gerar renda para os grandes proprietários das fábricas. Esse processo resultou no crescimento dos bairros adjacentes, uma vez que as pessoas que exerciam suas atividades laborais precisavam morar nas proximidades. A seguir, apresentaremos as consequências decorrentes da construção da fábrica

Ocupou uma área de 9.991m², sendo edificada em pedra, cal e alvenaria de tijolo. E como era comum acontecer nos entornos das fábricas, uma vila operária prosperou na região e com isso diversos serviços foram sendo instalados nas proximidades do pátio fabril. A vila operária foi construída pelos empresários da fábrica com intuito de assegurar a assiduidade dos empregados, que chegou a 100 em época áurea (Cordenil, 2024)

Com a construção da Fábrica Rio Anil, outros lotes de terra foram incorporados ao patrimônio daqueles que detinham o gerenciamento das áreas ocupadas, sendo eles: “Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manuel José Francisco Jorge, José Francisco de Viveiros, Jerônimo Tavares Sobrinho e o cônsul da Grã-Bretanha no Maranhão, o escocês Henry Airlie, idealizador da companhia.”

O bairro do Anil foi se enquadrando nas propostas de urbanização. A malha urbana passou a contar com “dez quilômetros de trilhos até o Anil, por onde circulariam bondes animáticos, que mais tarde se tornariam um dos principais trechos da malha ferroviária da cidade.” (Codernil, 2024).

Com a construção da fábrica, ocorreu um aumento populacional, o que resultou na formação da periferia urbana e na consequente falta de infraestrutura nesses locais. Além disso, não havia legislação trabalhista para os funcionários, que eram submetidos a mão de obra barata. A falta de valorização dos trabalhadores nas fábricas se refletia em extensas jornadas de trabalho, ambientes inadequados e salários ínfimos (Botelho, 2007, p. 262).

Outra situação que podemos analisar é que essas mudanças evidenciam o desenvolvimento socioeconômico da cidade. No entanto, é necessário desconstruir essa visão

panorâmica, uma vez que a modernidade promoveu segregação e operou uma política de desigualdade social, pois nem todos conseguiram se enquadrar nessas transformações.

Figura 13 - Casebre no Bairro do Anil



Fonte: José G. Pereira/ Typogravura Teixeira apud minha velha São Luís. Acesso : 10 de Outubro de 2024.

Com a construção da Fábrica Rio Anil, outros lotes de terra foram incorporados ao patrimônio daqueles que detinham o gerenciamento das áreas ocupadas, sendo eles: “Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manuel José Francisco Jorge, José Francisco de Viveiros, Jerônimo Tavares Sobrinho e o cônsul da Grã-Bretanha no Maranhão, o escocês Henry Airlie, idealizador da companhia.”

O bairro do Anil foi se enquadrando nas propostas de urbanização. A malha urbana passou a contar com “dez quilômetros de trilhos até o Anil, por onde circulariam bondes

animáticos, que mais tarde se tornariam um dos principais trechos da malha ferroviária da cidade.” (Codernil, 2024).

Figura 14 - Bairro de Fátima



Fonte: Minha velha São Luís. Acesso em: 10 de Outubro de 2024.

Nessa perspectiva, o bairro da Liberdade, representado acima, apresenta traços de subdesenvolvimento social e econômico. Na imagem, registrada em 1905, percebemos casas de taipa cobertas de palha, ruas sem asfalto – todos esses aspectos remetem à pobreza. É evidente que as transformações urbanas ocorridas nas principais partes da cidade eram apenas reflexos do projeto de modernização. No entanto, por trás desse processo de urbanização, os bairros periféricos continuavam à mercê de políticas públicas voltadas para as questões sociais, uma vez que as concepções sobre a modernidade foram se cristalizando no cenário brasileiro.

A partir de 1920, vários fatores contribuíram para que a modernidade fosse percebida no Brasil, materializando-se na construção de avenidas, prédios, praças e pontes. Esse movimento incutiu uma nova forma de operacionalizar uma mentalidade desenvolvimentista, ampliando-se também para o campo artístico-cultural.

Diante dessas influências, a Semana de Arte Moderna de 1922, com o objetivo de valorizar ideias nacionalistas e o cotidiano das cidades, buscou mesclar influências estrangeiras. No entanto, sofreu várias críticas, pois seus idealizadores se inspiravam em padrões estéticos europeus.

Para superar esses descontentamentos, passou-se a valorizar a identidade brasileira, desprendendo-se das influências estrangeiras e apostando na “pujança da capacidade criadora nacional e na quebra de paradigmas na arte do país, refletindo os fatores políticos ao longo desse período” (Ajzenberg, 2012, p. 26).

Essas concepções foram se enraizando no cotidiano, influenciando os valores socioculturais e estéticos e levando os conservadores a se preocuparem em manter a singularidade da cidade por meio de suas concepções de “originalidade” arquitetônica, que, de acordo com Costa (2016, p. 29):

Pensando as cidades, a intelectualidade buscava superar modelos vinculados aos estrangeiros clássicos. Os centros urbanos urdidos no período pré-30, sobretudo no lapso de tempo que foi identificado na historiografia como *belle-époque*, tinha sua face elaborada de acordo com moldes extremos, seja na organização urbana, seja na política liberal (Costa, 2016, p. 29).

Os centros urbanos, em sua formação, são marcados por ambiguidades, pois, em determinados momentos, houve o desprendimento das influências estrangeiras e, ao mesmo tempo, percebe-se que “desde o final do século XIX e início do XX, ainda perdurava uma ligação humanística e civilizacional entre São Luís e Paris” (Costa, 2016, p. 95).

Essas influências chegaram a interferir nas edificações da cidade, projetando uma arquitetura neocolonial e modificando as fachadas das casas, conforme esclarece Nascimento (2020, p. 270):

As edificações neocoloniais surgiram com a proposta de uma arquitetura que remetesse à identidade do país, por meio da valorização das tradições locais em detrimento ao historicismo proveniente do estrangeiro, e, para isso, buscaram utilizar elementos da arquitetura colonial, em especial a portuguesa, nas construções. (Nascimento, 2020, p. 270).

Uma das influências neocoloniais é o uso de azulejos nas fachadas das casas, tendo em vista que essas propriedades pertenciam a pessoas de grande poder aquisitivo e traziam opulência para a cidade, conforme destaca o Guia de Turismo (2020) abaixo:

Figura 15 - Azulejos e Fachadas de São Luís do Maranhão



Fonte: Disponível em :< <https://www.bahia.ws/historia-e-arquitetura-de-sao-luis/>>.

São Luís reúne no seu antigo centro, um conjunto arquitetônico e urbanístico dos séculos XVIII, XIX e XX, com cerca de 5600 imóveis tombados (classificados) pelo governo estadual e federal, distribuídos na extensa área que forma o centro histórico. São edificações de épocas e estilos variados (tradicional português, neoclássico, eclético, neocolonial, art déco e moderno), sendo a maioria de arquitetura civil. No século XIX, período áureo da economia maranhense, houve uma ampla aceitação do azulejo como material de revestimento de fachadas, principalmente nos imóveis que pertenciam aos senhores de engenhos e comerciantes portugueses, enriquecidos com a produção e exportação do algodão e arroz. Essa aceitação é atribuída à melhoria estética que o azulejo incorpora às fachadas, ao mesmo tempo em que as protege das chuvas de inverno que ocorrem durante seis meses na região. O casario apresenta um número considerável de edificações com fachadas revestidas, no século XIX, com azulejos procedentes principalmente de Portugal. (Guia de Turismo, 2020).

Porém, tentar projetar um modelo de cidade que rompesse radicalmente com as influências europeias era um grande desafio, pois as grandes metrópoles passaram a mesclar as tendências arquitetônicas da Europa, o que aproximava ainda mais os interesses das elites em modificar esses espaços. De acordo com Lotufo (2012, p. 227, apud Costa, 2016, p. 30), preconizava:

O idealizador dessas reformas é conhecido como Barão Haussmann, que foi prefeito de Paris e suas cercanias. Executou um plano para as reformas dessa cidade, em 1866, que apagou grande porção da cidade medieval. Considerada imprópria aos novos tempos, seus traçados espontâneos de becos e vielas foi substituído de Versalhes. Estão Claras neste plano as intenções estratégicas e totalitárias de Napoleão III. De seu palácio, com ampla visão, podia receber o povo ao mesmo tempo em que controlava. A concepção haussmaniana de cidade foi de grande influência no mundo todo e se definiu como propulsora de uma linha de raciocínio modernista que teve continuidade na atualidade (Lotufo, 2012, p. 227, apud Costa, 2016, p. 30)

As concepções Haussmanianas favoreceram as elites, que já tinham a intenção de se desprender dos traços do passado e projetar reformas nas cidades, especialmente nas províncias. Houve um crescente interesse pelos estudos regionais como forma de a aristocracia oligárquica manipular e controlar o cenário político da época. Assim, "como as propostas modernizantes, estiveram presentes na Semana de Arte Moderna, assim como no tenentismo, com seu viés autoritário, e nos demiurgos do movimento regionalista de Recife, entre outras manifestações políticas e culturais" (Costa, 2016, p. 25).

Segundo Veloso (2006, p. 371), esse período é caracterizado pela centralização oligárquica, com forte influência das classes médias urbanas e pela moralização política, mantendo-se, contudo, as estruturas de apadrinhamento e patrimonialismo.

Nesse sentido, as classes médias urbanas queriam se desprender de qualquer laço com o passado, pois a modernidade começava a se projetar com mais força nos grandes centros urbanos, com o objetivo de erradicar as mazelas sociais do país.

Levando em consideração o cenário nacional, um dos fatores que contribuíram para o aumento populacional foi o processo migratório, principalmente para a Região Sudeste, onde as pessoas buscavam melhor qualidade de vida. Isso, conseqüentemente, ocasionou a formação dos núcleos habitacionais, acelerando o processo de urbanização. De acordo com Brito (2013, p. 221-222):

Em 1920, o Brasil contabilizava uma população de 27,5 milhões de habitantes e contava, apenas, com 74 cidades maiores do que vinte mil habitantes, nas quais residiam 4,6 milhões de pessoas, ou seja, 17% do total da população brasileira. Dos que residiam nas cidades, mais da metade deles se concentrava na Região Sudeste. (Brito, 2006, p. 221-222).

O processo de urbanização provocou modificações nas relações socioculturais das cidades, que "convertem-se no lócus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e transformam-se na difusão de novos padrões de relações sociais, nos aspectos da produção e na organização e dinâmica social" (Brito, 2006, p. 221).

Esse desenvolvimento urbano, às vezes, colocava em detrimento as relações que se construíam no campo, caracterizado como um local "atrasado, de ignorância e um espaço limitado, concepções essas que, nessa relutância de espaços, um sobrepõe o outro", ou seja, o homem rural ficava à mercê das melhorias sociais (Williams, 2011, p. 2013).

Com o sistema agroexportador, houve um estreitamento das relações entre o campo e a cidade, o que também ampliou as oportunidades para implementar políticas sociais voltadas aos trabalhadores rurais. Como destaca Costa (2016, p. 32):

No período da década de 1920 e nas décadas seguintes, as questões vinculadas a agricultura de exportação tinha a sua representatividade assegurada na agenda política. A relação entre campo e cidade, entretanto, não se dava de forma maniqueísta, devido à forte complementariedade das cadeias produtivas dessa relação. A mudança hierárquica entre ambos, não significa que houve um debacle ou estrangulamento das forças produtivas do campo brasileiro, sobretudo dos agroexportadores. (Costa, 2016, p. 32).

No entanto, a questão agrícola configurava-se como um sistema econômico dominado pelas grandes famílias detentoras do poder, o que gerava conflitos constantes entre os grandes proprietários de terras e os camponeses, afetando diretamente as questões fundiárias e o modelo de produção vigente.

Em 1920, o Estado do Maranhão intensificou sua atuação no sistema produtivo, promovendo ações como a implementação de serviços para classificação de algodão, arroz e couros, expansão dos armazéns, instalação de uma prensa elétrica para algodão, melhorias estruturais no porto e a criação de uma escola de aprendizado agrícola (Reis, 2013, p. 158).

Nesse sentido, o estado foi se apropriando das terras no momento em que as estruturas oligárquicas estavam em crise, tendo em vista que a "política de redefinição da propriedade das terras cultiváveis do Estado, as medidas desenvolvimentistas dos governantes levaram à implantação dos chamados 'grandes projetos agropecuários'" (Abrantes, 2013, p. 82).

Quando o sistema agroexportador começou a entrar em crise, a centralidade político-administrativa passou a ter uma nova concepção de crescimento socioeconômico. A importância que se dava ao campo foi sendo direcionada para os centros urbanos, principalmente com o processo de industrialização. No entanto, as sucessivas crises atingiram "o cenário das indústrias representado pelas fábricas têxteis, até seu completo fechamento na década de sessenta, quando o último apito das fábricas soou" (Abrantes, 2013, p. 82).

Acompanhando tais mudanças, ampliou-se o índice de desempregados, e as condições socioeconômicas não eram favoráveis. O governo, no entanto, tangenciava medidas sanitárias

para que trouxessem uma nova mentalidade de desenvolvimento e progresso para a cidade, com o objetivo de superar a pobreza, a doença e a miséria.

De acordo com Silva (2012, p. 58):

Os habitantes citadinos, compartilhavam de problemas relativos a serviços de esgotos, sujeição permanente aos flagelos de epidemias, transportes coletivos(bonde), iluminação pública, abastecimento de água, moradias insalubres, enfim, uma profunda escassez de serviços urbanos, herdados da colônia e do império (Silva, 2012, p. 85).

Percebemos que, ainda na segunda metade do século XX, apesar de todas as medidas sanitárias executadas pelos governadores, o Estado do Maranhão continuava no mesmo ciclo de escassez e calamidades públicas, sendo necessário implementar leis e decretos que remanejassem a população para áreas mais afastadas das zonas centrais, justificando tal ação como uma forma de erradicar as mazelas e a pobreza decorrentes do adensamento populacional.

As habitações de baixa renda faziam parte da zona rural, o que favorecia a apropriação, por parte das elites, de um discurso de dominação, conforme destaca Macedo (2001, p. 28):

O habitat para a pobreza só poderia ser a zona rural, servida de transporte barato e rápido. A zona que satisfaz tal ponto de vista, é, a meu ver, a marginal da linha férrea, porque o governo federal, que dela está de posse, igualmente está interessado em prestar todo o auxílio para melhorar as condições de vida às classes pobres (Macedo, 2001, p. 28).

O interesse do Governo Federal em alocar recursos para a área localizada ao longo da linha férrea servia para demonstrar a preocupação da União em erradicar as situações de calamidade social. Com o avanço das ideias modernistas, a persistência da pobreza ressoaria negativamente em um contexto republicano em construção.

No entanto, esses investimentos financeiros foram mal redistribuídos ou sequer chegaram a ser executados. Como resultado, “a população de baixa renda nada recebia, e São Luís chegou à segunda metade do século XX com os mesmos problemas do século anterior: falta de água, esgoto e limpeza urbana para a maioria da população, o que resultou em terríveis epidemias.” (Nascimento, 2020, p. 196).

De acordo com Palhano (2017, p. 160), a falta de políticas públicas contribuiu para o agravamento dos problemas da cidade:

Praticamente ao longo de quase toda a década de 1920, a maioria dos cerca de 60.000 habitantes de São Luís viviam uma situação de decadência urbana e, por isso mesmo, continuavam prisioneiros de velhos problemas, como a contaminação da água, a poluição dos mananciais, o precário saneamento, a falta de luz, e sujeitos a doenças terríveis, como o tifo e a febre amarela. Com exceção de uma minoria, a maior parte da população da República Ludovicense não teve acesso pleno aos serviços públicos. Continuaram usando lamparinas e lampiões, não beberam água potável de boa qualidade e ficaram privadas de esgotos (Palhano, 2017, p. 160).

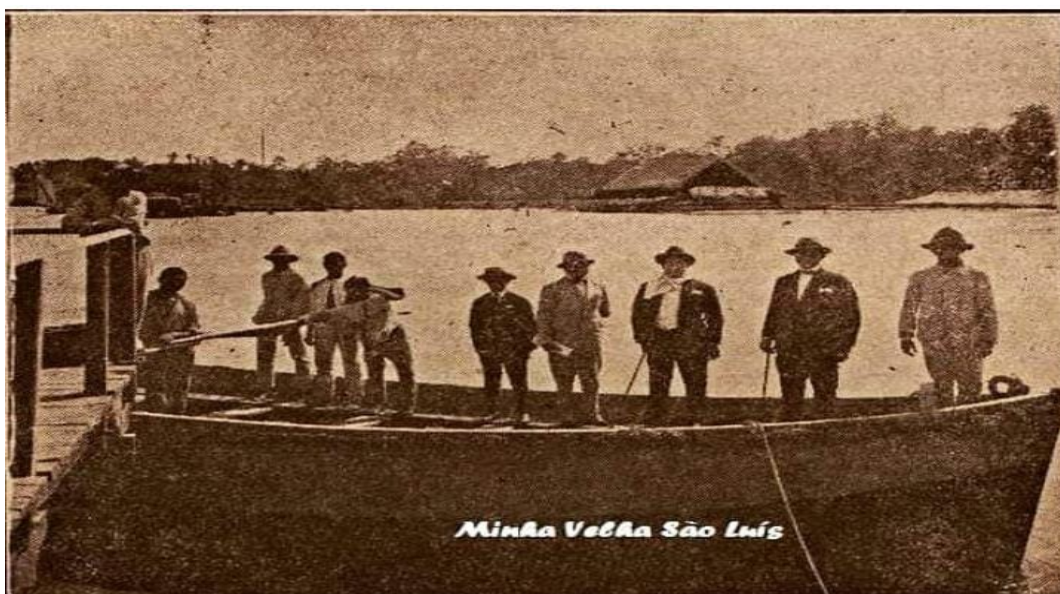
A situação de insalubridade, calamidades sociais e ausência de infraestrutura foi se perpetuando na cidade, tornando-se cada vez mais difícil de ser resolvida, uma vez que a maioria da população permanecia à mercê dos serviços públicos.

Nessa perspectiva, o jornal A Pacotilha, em sua edição de 12 de Junho de 1923, publicou a matéria intitulada Uma palestra com o seu diretor – Os problemas da estrada e os meios de se lhes dar soluções, na qual alude à ligação ferroviária entre São Luís e Teresina:

A única estrada de ferro que possui o Maranhão é, e não pode deixar de ser objeto da atenção do nosso comércio, dos produtores da larga zona que percorre, dos lugares e municípios as suas margens situados, do número operariado que sustenta, da imprensa, de todos os elementos, interessados no futuro dessa terra (Jornal A Pacotilha, 12 de Junho 1923).

Diante disso, a imprensa destacava que a estrada de ferro facilitaria a intermediação no transporte de mercadorias, possibilitando a comercialização dos produtos e, conseqüentemente, gerando lucros para o sistema orçamentário do estado por meio do pagamento de tributos pelos comerciantes, favorecendo também a lavoura e a indústria. A seguir, apresentamos as condições ambientais antes da construção da ponte.

Foto 16 - Ponte Estreito dos Mosquitos



Fonte: Minha velha São Luís. Acesso : Abril de 2023.

A imagem acima representa o local antes da construção da ponte Estreito dos Mosquitos. É possível perceber que, dentro da canoa, há pessoas de poder aquisitivo,

identificadas pelo uso de bengalas, chapéus e gravatas. Além delas, aparecem outros homens auxiliando na embarcação, possivelmente trabalhadores que prestavam serviços para os proprietários de terras ou exerciam atividades ligadas à pesca.

O objetivo da imprensa ao divulgar essa imagem era reforçar a necessidade de um projeto para a construção da ponte, uma demanda vinda das elites. Isso refletia a intenção de formalizar o compromisso entre as principais forças políticas, tendo “o Estado como instrumento de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social” (Fausto, 1991, p. 79).

O próprio jornal *À Pacotilha* dava visibilidade à construção da ponte, destacando outros problemas que precisavam ser resolvidos. O governo utilizava esses projetos de infraestrutura como parte das ideias de modernização, em resposta ao avanço da modernidade, e via neles uma alternativa para erradicar a pobreza no Maranhão. O jornal enfatizava:

Três grandes obstáculos tem estorvado o tráfego dessa rodovia a saber; a falta da **ponte Benedito Leite**, a escassez do material rodante, as cheias do rio Itapecuru. E também, muito sensível a falta do edifício definitivo da estação de São Luís e de suas dependências. Forma em terceiro plano a unidade da **linha telegráfica**, insuficiente para atender aos serviços da estrada e do público, este capaz de produzir uma renda considerável. Felizmente é um fato a construção da ponte, contando se que até junho no ano próximo vindouro tenha terminado na grande realidade que todos ardentemente desejamos. (Pacotilha, 12 de junho de 1923)

Diante do exposto, a ponte Benedito Leite deveria ser de estrutura metálica e estava projetada para ser construída em 1928, facilitando a entrada e saída da cidade de São Luís. A obra contaria com duas vias, intermediando as regiões ribeirinhas e a cidade de Teresina. O jornal também sinalizava a necessidade de resolver os problemas causados pelas enchentes do rio Itapecuru. Assim, o governo teve a oportunidade de planejar e executar suas ações por meio de medidas socioambientais e da construção da ponte Benedito Leite.

Figura 17- Ponte Benedito Leite



FONTE: Disponível em <
https://www.google.com/search?q=ponte+benedito+leite+maranh%C3%A3o&sxsrf=ALiCzsaCl5WS_t3qxmKcMGD. Acesso em Abril de 2023.

A construção da ponte foi resultado de ideias e concepções políticas que direcionaram suas abordagens em várias perspectivas, ao mesmo tempo que sinalizava as questões sociais subjugadas a esse processo modernizador. O projeto idealizador da ponte surgiu da necessidade de comercialização de mercadorias, do deslocamento da mão de obra e, principalmente, da interconexão socioespacial, permitindo a mobilidade de pessoas em ambos os lados e contribuindo para legitimar o discurso de desenvolvimento.

É sabido que o papel da imprensa nesse processo foi difundir a importância da estrada e da ponte para a população, uma vez que o Estado se legitimou por meio dessa obra.

1.4 O poder dos Interventores no Maranhão: Saboya Ribeiro e o anteprojeto de remodelação para São Luís

Ao traçarmos um panorama sobre os interventores no Maranhão, observamos que o Estado Novo, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, foi o grande idealizador do processo de nomeação de interventores para direcionar as ações político-administrativas nos estados. Essa interferência abarcava diversos setores da sociedade civil e era caracterizada por forças corporativistas, centralizadoras e partidárias, com o objetivo de manter a ordem (Fausto, 1991, p. 79).

Nesse contexto, o Estado adotou diferentes medidas, transitando entre a política das oligarquias e as influências tenentistas. No início da década de 1930, o jornal A Pacotilha, em sua edição de 1º de janeiro de 1930, indicava que a elite ludovicense começava a demonstrar maior interesse nas questões urbanísticas da cidade, visando enquadrá-la na perspectiva da modernidade e associá-la a padrões estéticos mais sofisticados. Isso incluía a necessidade de construir hotéis e atrair visitantes, incentivando o turismo:

:

O Brasil em uma vasta superfície onde se encontram os aspectos mais bizarros, e maravilhosos do mundo, está fadado a ser um país por excelência do turismo. E assim, nós brasileiros, como índice de incontentável progresso, vemos dia a dia, o território da república mais pontilhado de cidade formosa e senhores(...) Por isso numa perfeita visão da realidade das coisas ambientes, a diretoria do Lloyd Brasileiro, resolveu inaugurar, em luxuosos paquetes, viagens de turismo entre a capital portenha e as nossas **cidades litorâneas**. S. Luís será um dos portos visitados. Urge portanto que os poderes públicos, como medida de propaganda e justo patriotismo, procurem cercar os turistas do máximo conforto e elegantes. O governo municipal já nos deu bons logradouros públicos. Os serviços da Ulen são excelentes. A cidade, porém, se Resende da falta de hotéis confortáveis e elegantes. Os governos do Estado e da cidade, em ação conjunta, deveriam promover mediante dispensa de qualquer impostos e taxas por prazo, **a construção de um grande hotel**, na avenida presidente Magalhães de Almeida (Jornal A Pacotilha, no dia 01 de Janeiro de 1930)

Apesar da forte resistência de alguns setores conservadores em manter o modelo urbanístico luso-português, que conferia grande opulência à historicidade da cidade, preconizava-se que esses ideais continuassem sendo evidenciados na projeção arquitetônica de São Luís. Contudo, as elites oligárquicas foram se fortalecendo e, apesar das dissidências, conseguiram gradualmente materializar suas ideias por meio da reestruturação e de novas construções no espaço urbano.

Quando Paulo Ramos assumiu o governo do Estado, em 15 de novembro de 1936, sua administração foi diretamente influenciada pelas regras e imposições do Executivo Federal, ou seja, pelo presidente Getúlio Vargas.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governador foi a extinção de todos os partidos políticos, o que gerou descontentamento político, social e econômico no estado. Entretanto, esse processo permitiu que o Estado fortalecesse sua posição, interferindo nas questões econômicas e buscando, supostamente, eliminar as influências do patrimonialismo, isto é, as apropriações e indicações políticas nos pleitos eleitorais. Assim, o governo passou a intermediar os interesses das classes conservadoras e liberais.

Essas medidas ainda se baseavam na Constituição de 1934, garantindo a monopolização do poder estatal. No início de sua administração, Paulo Ramos teve que conciliar os interesses das elites e apaziguar conflitos com intelectuais e conservadores, que gradualmente passaram a acompanhar e apoiar as diretrizes de seu governo.

O governador também começou a planejar intervenções no espaço urbano. De acordo com gestões anteriores, o plano de edificação da cidade permaneceu inalterado até o século XIX. Durante a primeira metade da década de 1930, em São Luís, no que tange às propostas de reformulação, “não ocorreram transformações radicais no espaço urbano, pois a diferença foi buscada muito mais no culto ao passado para evidenciar sua singularidade” (Cordeiro, 2012, p. 178-179).

A preocupação do governo Paulo Ramos era ampliar e modificar a estrutura da cidade por meio de um plano rodoviário, da reforma do Palácio do Governo, da construção do Palácio da Educação, da Colônia de Psicopatas, além da edificação de avenidas, praças e outros equipamentos urbanos. Para viabilizar essas reformas, os órgãos estaduais e municipais trabalharam em parceria, concretizando o projeto de modernização que impulsionava essas transformações (Cordeiro, 2012, p. 181).

Tais reformas urbanas tinham como objetivo materializar a modernidade. Para agilizar esse processo, Paulo Ramos nomeou, em 1936, o engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro como

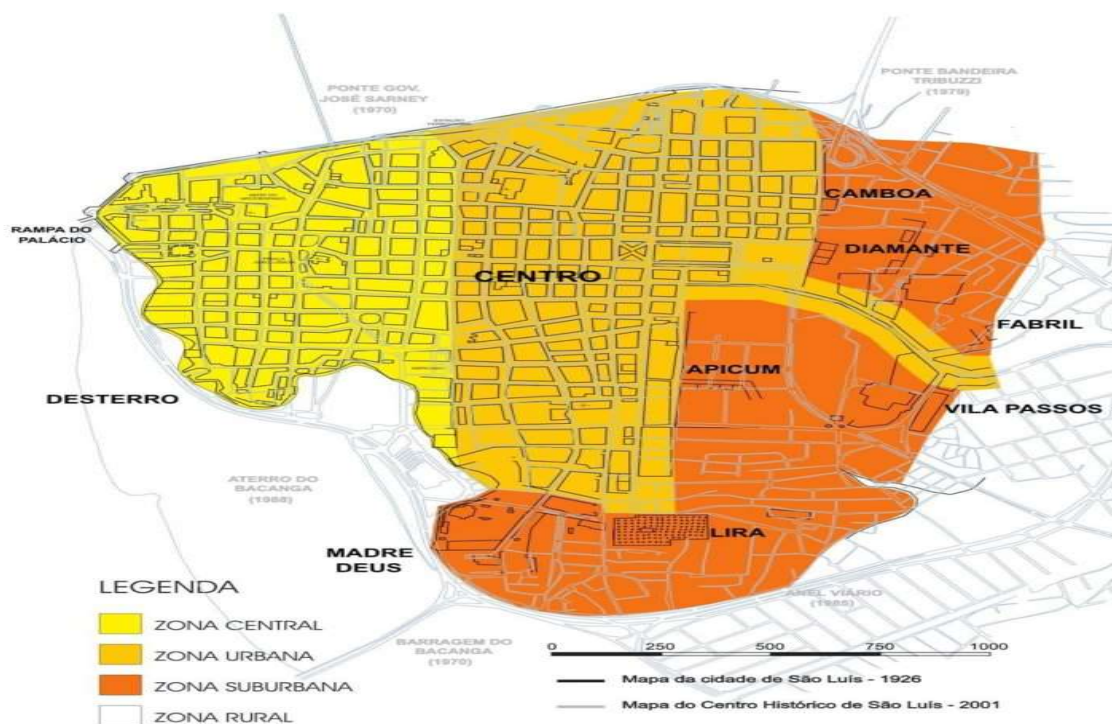
prefeito de São Luís. Formado pela Escola Politécnica, Saboya Ribeiro elaborou e executou um plano de remodelação e expansão da cidade, com o intuito de projetar uma cidade moderna e trazer reconhecimento ao estado.

Para o prefeito, as mudanças deveriam começar no âmbito político, sobretudo com a descentralização administrativa, concedendo ao município maior autonomia nas decisões burocráticas da cidade. No entanto, todo esse processo de reestruturação política não poderia estar dissociado da União (Ribeiro, 1936).

Durante seu discurso de posse, em 28 de julho de 1937, José Otacílio Saboya Ribeiro enfatizou a necessidade de retirar o Maranhão do estado de calamidade que o mantinha estagnado. O prefeito comprometeu-se a implementar medidas para remodelar o padrão estético da cidade, nos “moldes do renascimento urbano deste século, que vinham apresentando as aglomerações de todos os países civilizados e das quais todas as capitais brasileiras têm tirado mais largo proveito” (Ribeiro, 1937).

Seu primeiro passo foi a criação de uma comissão para analisar minuciosamente o primeiro projeto urbano elaborado, denominado Anteprojeto de Remodelação da Cidade, que conservava os traços da cidade antiga.

Figura 18 - Anteprojeto de Remodelação da cidade de 1936



O mapa acima faz referência ao anteprojeto reconstituído em 1937, destacando as principais avenidas. O objetivo de Saboya Ribeiro era interligar as vias públicas às demais obras que seriam construídas durante sua gestão.

A cidade foi subdividida em zonas: *Zona Central* (Parte do centro da cidade de São Luís, onde residiam pessoas de maior poder aquisitivo. As reformas urbanas tiveram início nas principais avenidas e ruas do centro), *Zona Urbana* (Abrangia os bairros que passaram pelo processo de modernização, especialmente os principais pontos de referência ou aqueles que davam acesso às vias transversais), *Zona Suburbana* (Ficava à margem das propostas de urbanização e era impactada pela falta de saneamento sustentável, diferentemente das demais áreas da cidade. Destacam-se os bairros Lira, Apicum, Diamante e Camboa), *Zona Rural* (Abrangia bairros como Desterro, Madre Deus e Vila Passos, entre outros).

A subdivisão da cidade em zonas contribuiu para uma política segregacionista e de privilégios. À medida que a urbanização se consolidava, determinados espaços eram priorizados, enquanto outros eram desvalorizados, gerando sérias consequências para os moradores dessas regiões.

Para agilizar esses processos, regulamentou-se, em 1936, o anteprojeto de remodelação da cidade de São Luís, contemplando as seguintes avenidas:

Avenida 1- que fazia interconexão da rua Senador João Pedro com a sua Osvaldo Cruz, cortando os terrenos da Companhia fabril maranhense e intermediações. Avenida 2- da praça João Lisboa prosseguindo pela rua da paz e praça Gomes de Castro. Avenida 3- Partiria do mesmo ponto da primeira, seguindo em direção das fontes do Apicum, etc. Avenida 4- Avenida João Lisboa até a avenida 5 de Julho 9 beira Mar) Avenida 5- Avenida 10 de Novembro, da parte sul da avenida João Lisboa, partiria em segundo trecho, na direção do mercado em construção, Avenida 6- Avenida Pedro II, e a Avenida 7- perpassa da Avenida João Lisboa, ampliando para a rua sete de Setembro, Rua Jansen Muller, etc (Lopes, 2013, p.173).

Essas interconexões faziam parte de um processo uniformizador da cidade, pois, era necessário remodelar as partes que eram mais apreciadas e frequentadas, sempre em direção aos prédios públicos, casarões e outras obras que foram sendo construídas em torno dessas avenidas. Essas interconexões faziam parte de um processo de padronização da cidade, voltado para a remodelação das áreas mais valorizadas e frequentadas, especialmente em torno de prédios públicos, casarões e outras construções.

Para agilizar as reformas urbanas, o prefeito, com o intuito de transformar São Luís em um centro de referência arquitetônica, instituiu o Código de Posturas, por meio do Decreto nº 217, de 19 de dezembro de 1936. Esse decreto estabelecia diretrizes para as quatro zonas da

cidade: *Primeira Zona* – Central, *Segunda Zona* – Urbana, *Terceira Zona* – Suburbana, *Quarta Zona* – Rural

Após a implementação do decreto, outras medidas mais restritivas foram adotadas, principalmente no sistema tributário. Impostos passaram a ser cobrados de acordo com as zonas da cidade, e as taxas eram destinadas a serviços municipais, como pavimentação e infraestrutura:

O decreto-lei municipal n.º 496, de 14 de Julho de 1936, foi mais um passo no sentido de promover a normatização urbana, embasada na técnica. A legislação concedia plenos poderes aos governos municipais para efetuar as desapropriações que visam ao interesse público, em torno da reformulação da cidade. Essa norma representou a instrumentalização do “plano de extensão e remodelação da cidade” não só em São Luís, mas em várias cidades. No caso do plano de reformas Ludovicense, apesar de ser responsabilidade da prefeitura, esta constava com o patrocínio da administração estadual- apoio que se evidenciou com as mudanças jurídicas efetuadas pelo golpe de 10 de novembro de 1937. (O Decreto n.º 217, de 19 de Dezembro de 1936).

A regulamentação municipal, com respaldo das esferas estadual e federal, legitimou o processo de urbanização acelerada, priorizando determinadas áreas da cidade, especialmente aquelas ocupadas pelas elites. De acordo com Lopes (2013, p.186):

O código incentivava a verticalização das edificações do centro urbano e a substituição da arquitetura insalubre dos cortiços que seriam expulsos do centro, mas também dos sobrados e casas com alcovas que seriam reformados ou reconstruídos dentro de novos padrões de higiene. Oferecendo condições necessárias para o alargamento de vias e as mudanças do sistema viário, o código de postura enfatiza, sobretudo, a necessidade de adoção de novos alinhamentos e recursos para as edificações, e confere agilidade e instrumentos com as desapropriações por utilidade pública. (Lopes, 2013. p. 186).

Fica evidente que as reformas promovidas por Saboya Ribeiro tinham o propósito de preservar e modernizar o espaço urbano, com foco no alargamento das avenidas. Como consequência, algumas edificações precisaram ser demolidas. Entre as principais propostas do projeto, destacam-se: “a praça João Lisboa, a praça do mercado e a avenida Pedro II, onde se localizavam os principais prédios da capital, a construção de centros cívicos, melhorar o sistema viário, reestruturação de edifícios.” (Lopes, 2013, p. 174-175).

Segundo Barros (2001, p.33), antes do anteprojeto, o zoneamento da cidade permanecia inalterado, e a área central compreendia a Igreja do Desterro, os trechos da Avenida Pedro II e da Praça Benedito Leite, estendendo-se pela Rua Grande até o início da Avenida Presidente Vargas.

O historiador Marcelo Costa ressalta que as mudanças ocorridas em São Luís estavam alinhadas à visão de modernidade, caracterizada por reformas urbanas, demolições de edifícios, construção de praças, alargamento de avenidas e reestruturação de prédios. Segundo ele, "Em decorrência do tricentenário da cidade, discutia-se um modelo arquitetônico associado a elementos de monumentalidade." (Costa, 2016, p.99)

Figura 19 - Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos



Fonte: <http://correiosdobrasilfuncionarios.blogspot.com/2019/08/patrimonio-arquitetonico-dos-correios.html>.

No plano de construção dos edifícios, as realizações naqueles tempos de incerteza tiveram como principal marca o embelezamento e reformas de prédios vinculados aos serviços urbanos. Destacou-se, no período a atuação dos interventores militares promovendo ou concedendo facilidades para a execução de reformas e construções de edifícios; alguns desses empreendimentos desenvolviam-se atividades tidas como modernas, a exemplo dos cinemas, que aquela época era um ramo que crescia em virtude da forte propaganda dos filmes Hollywoodianos durante a década de 30 (Costa, 2016, p. 99).

No contexto internacional, os correios foram considerados edifícios históricos, caracterizados como símbolos da tradição e da modernidade, pois, durante três séculos e meio, forneceram serviços seguindo padrões mundiais. De 1920 a 1930, surgiu a necessidade de investimentos no setor postal, com o intuito de inserir o Brasil no cenário da modernização e alinhá-lo à lógica nacionalista.

Os edifícios dos correios foram sendo construídos em outros estados, influenciados pelas grandes metrópoles. Em São Luís, foi edificado o prédio (Fig. 12), localizado nas proximidades da Praça João Lisboa e das avenidas transversais, que passaram por reconstruções e alargamentos, como esclarece Andrés (2014, p. 8):

Entre as soluções foram propostos os planos de iluminação e ventilação dos ambientes internos das edificações, como uma das medidas de caráter higienista. Foi um dos símbolos das reformulações urbanas executadas na década de 1940. A construção desse edifício deveria conjugar-se com a abertura da avenida Magalhães de Almeida que deveria ligar o importante largo do Carmo, centro pulsante da capital ao novo mercado (Andrés, 2014, p. 8).

Paralelamente à construção dos prédios, Saboya Ribeiro propôs que essas medidas urbanísticas fossem ampliadas, promovendo a conexão entre “a cidade velha e a nova, que estava em formação, tendo como centro o bairro do João Paulo, com a construção da Avenida João Pessoa, hoje denominada Avenida São Marçal” (Lopes, 2013, p. 176).

Nesse processo, o crescimento populacional tornou-se constante, formando novas urbes e acarretando grandes problemas, como a falta de saneamento básico e a baixa qualidade de vida. Entretanto, o prefeito começou a implementar as reformas gradualmente:

A remodelação por que vem passando os logradouros da cidade, a abertura de novas avenidas, o alargamento de estreitas e tortuosas ruas traçadas a trezentos anos pelos colonizadores, o serviço de calçamento e recalçamento do perímetro urbano e outros que ainda estão a vista de todos, dizem eloquentemente da transformação ultimamente na política administrativa do município da capital (Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1939, p.18).

As remodelações urbanas despertavam uma nova mentalidade panorâmica e paisagística nos cidadãos que transitavam pelos espaços. Buscou-se inspiração no estilo Art

Déco, enriquecendo as construções arquitetônicas com formas geométricas e designs inovadores, conforme salienta Correia (2010, p. 14):

Nada marcou mais o cenário das cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 que a arquitetura de tendências art déco, que então se firmou como uma expressão de modernidade acessível às diferentes classes sociais. A partir de construções de maior porte, o vocabulário conquistou o gosto popular e se disseminou em cidades grandes e pequenas. (Correia, 2010, p. 14).

O Art Déco foi gradualmente implementado no Brasil, principalmente em praças, igrejas e até mesmo em pequenas moradias, projetando a ideia de desenvolvimento e progresso. Em São Luís, a sede dos Correios e Telégrafos foi o primeiro prédio construído em concreto armado, uma obra iniciada em 1930 e concluída em 1932 (Pflueger, 2017, p. 77).

Nessa perspectiva, Saboya Ribeiro descreve, de maneira panorâmica, os principais objetivos de seu planejamento urbano, enfrentando resistência entre os conservadores que defendiam a malha urbana tradicional e a nova elite dominante. Conforme Farias (2004, p. 44, apud Silva, 2012, p. 122):

Neutralizar o poder de uma elite conservadora que tinha todo um interesse voltado para a manutenção da situação vigente em relação ao estado de conservação da arquitetura e a malha urbana. Isso era justificável, segundo a análise de Ribeiro, em sua mensagem apresentada a câmara em 28 de julho de 1937, por essas pessoas estarem acostumadas a não pagar impostos referentes às obrigações de cada município para com a cidade e superexplorar as classes trabalhadoras, que viviam em situações de inquilinato nos pardieiros sem nem estrutura física e sanitária. Higienizar todo e qualquer estabelecimento, público ou privado, que não estivesse dentro dos padrões sanitários modernos, bem com a estrutura físico-arquitetônica inadequada. Dotar a cidade de uma malha viária que permitisse uma circulação regular de automoveis- para muitos símbolos da modernidade, pois as ruas de São Luís, não possibilitavam isso por serem estreitas. Mesmo a avenida Beira mar, a mais moderna da cidade, não permitia essa circulação por não ter comunicação com outras vias. Demolir toda e qualquer edificação que estivesse em situações de ruínas ou não tivesse estrutura física ou valor arquitetônico suficientes para se manter dentro de uma cidade moderna e apresentável aos olhos do progresso. (Farias, 2004, p. 44, apud, Silva, 2012, p. 122):

Nesse contexto, tornava-se necessária uma mudança radical nos padrões estéticos da cidade, o que demandava a remodelação ou destruição de estilos arquitetônicos considerados "arcaicos". O jornal O Imparcial, em sua edição de 25 de Fevereiro de 1937, relatou que diversos edifícios e prédios que não se adequavam aos novos padrões arquitetônicos deveriam ser urgentemente demolidos ou revitalizados. Corroborando essa perspectiva, Lopes (2013, p. 174) afirma:

A partir desses princípios projetais, os bairros conformados pelos prédios de arquitetura tradicional luso-brasileira, não são tratados como elementos de composição do desenho urbano, mas como resultado da aplicação de novos traçados

à cidade. Esses sistemas de avenidas, por sua vez, facilitaria o tráfego eficiente entre as diversas zonas da cidade, conferindo a essas áreas salubridade, iluminação e arborização que, aliados à adoção de novos padrões estéticos para a arquitetura (Art Déco), emprestariam uma imagem de modernidade à cidade. (Lopes,2013, p. 174).

Durante a gestão de Saboya Ribeiro, uma das demolições mais emblemáticas foi a do Casarão Palácio dos Holandeses, um prédio situado ao lado do Palácio do Comércio. Segundo Ribeiro (1937), a edificação “remetia à arquitetura colonial portuguesa e não possuía valor arquitetônico significativo, sendo considerada uma construção primitiva, sem necessidade de preservação”.

Figura 20- Palácio do Comércio



FONTE: Disponível em :<<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/o-hotel-central-esta-entregue-as-tracas-afirmam-comerciantes/>>.

A imagem faz referência ao antigo Hotel Central da cidade, inaugurado em maio de 1943. O prédio possuía uma estrutura ampla, com grandes fachadas e janelas, e posteriormente deu lugar à Associação Comercial do Maranhão, a um museu, a comércios e a bares (Jornal O Imparcial, 1º de Agosto de 2017). Com o avanço da modernidade, tornou-se necessário reestruturar prédios e casarões que, na concepção elitista da época, não se enquadravam nos padrões estéticos da arquitetura moderna. Com a desativação do prédio em 1996, o prefeito Saboya Ribeiro afirmou que a sociedade ludovicense estava acomodada com os aspectos das “fachadas dos casarões, causando sensação de tristeza e desalento”, o que o levou a agir de maneira autoritária, como esclarece o (Jornal O Imparcial 1º de Agosto de 2017):

Antes mesmo do hoje conhecido Palácio do Comércio ser construído, já havia uma hospedaria no mesmo local e de mesmo nome do hotel que a partir dos anos 1940 fez parte de uma mudança de estilo de vida do ludovicense. A primeira “versão” do Hotel Central tem registros que datam do início do século XX e, na época, era gerida por Alfredo Champoudry, francês radicado no Maranhão que explorou o ramo hoteleiro do Estado. O hotel entrou em declínio após a morte do francês e foi demolido junto ao prédio ao lado – o Palácio dos Holandeses – por conta de uma política higienista implantada na época, para dar lugar ao Palácio do Comércio, construído com influências do Art Déco e financiado pelo Tesouro Estadual. O Hotel Central foi construído também para suprir uma carência sentida até mesmo pelo Presidente Getúlio Vargas, que notou o déficit em visita ao estado em 1934, pouco menos de uma década antes da inauguração do espaço. (O imparcial, 01 de agosto de 2017.)

O jornal faz alusão ao pensamento do prefeito Saboya Ribeiro, justificando a necessidade da "destruição dos prédios, pois não tinham nada de aproveitável para as futuras construções e não eram condizentes com a atualidade" (O Imparcial, 25 de Fevereiro de 1937).

Figura 21 - O palácio do Comércio 2023



Fonte: Disponível em: <[Palácio do Comércio será adaptado a condomínio residencial e comercial | Maranhão Hoje](#)>. Acesso em 30 de Outubro de 2024.

A imagem acima, que representa o Palácio do Comércio, é de 2023. Com as transformações físicas ocorridas ao longo do tempo, a modernidade projetou novas formas de perceber e analisar os espaços urbanos. Atualmente, o edifício está localizado na parte central da cidade, onde se observa um intenso fluxo de veículos e pedestres. Segundo reportagens, o prédio passou a ter diferentes utilidades, tanto comerciais quanto residenciais. O noticiário destaca que a imprensa busca enfatizar que construções arquitetônicas podem ter diversos desdobramentos.

Nesse contexto, o secretário executivo da cidade, Hildo Rocha, lançou um projeto prevendo que "as partes térreas e os andares superiores do prédio servissem de abrigo para famílias de baixa renda, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, atribuindo-lhe uma destinação social" (O Imparcial, 23 de Novembro de 2023).

Em 1943, o prefeito Saboya Ribeiro criou e executou uma comissão voltada para o Patrimônio Histórico e Artístico da cidade, alinhando-se à política de valorização e transformação dos espaços urbanos. Essa proposta foi implementada com a anuência da esfera federal, na gestão de Getúlio Vargas, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse sentido, Miguel (2009, p. 5) corrobora ao descrever que:

O IPHAN foi criado em pleno início do Estado Novo, regime político ditatorial de Getúlio Vargas, que, entre outras coisas, determinou o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos e outorgou uma nova constituição, que lhe conferia o controle total do poder executivo. Paralelo a isso promovia grandes manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas (Miguel, 2009, p. 5).

O prefeito Saboya Ribeiro, influenciado pelo Governo Federal, além de propor a expansão do espaço urbano, voltou sua atenção para os aspectos patrimoniais da cidade. No contexto da São Luís de 1940, destacam-se a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão da Quinta das Laranjeiras, cuja imagem retratamos abaixo:

Figura 22 - Capela São José das Laranjeiras



Fonte: Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-luis-capela-de-sao-jose-da-quinta-das-laranjeiras/#!/map=38329&loc=-2.530953999999989,-44.294504,17>. > Acesso em: 01/07/2024.

José Gonçalves da Silva foi o primeiro proprietário da capela. No entanto, até hoje, não sabemos ao certo o motivo e a intenção que o levaram a construí-la em honra a São José das Laranjeiras. Essa ilustração está registrada no livro do tombo de Belas Artes, datado de 16 de abril de 1940.

Nesse sentido, podemos destacar dois fatores sobre a capela. O primeiro é que a devoção originou-se e era integrada ao portão da Quinta da Laranjeira, localizada no final da Rua Grande. A segunda consideração é que, com o passar do tempo, a prática religiosa tornou-se pública, mediante um acordo entre o comerciante José Gonçalves da Silva, idealizador da construção oficial da capela, e D. Luís de Brito Gomes, bispo da cidade de São Luís, o que possibilitou a reconstrução da capela.

Em 1940, pensar nas questões do patrimônio era, ao mesmo tempo, dar espaço para uma produção sociocultural que se materializava com a valorização dos traços urbanos da cidade. Sua origem estava vinculada a um passado que não se distanciava de seus pares, principalmente por manter características do neoclassicismo e do rococó, estilos que, ao mesmo tempo, se modernizavam e conferiam grande opulência à cidade.

Paralelamente a essas medidas autoritárias oriundas da esfera federal, a comissão do anteprojeto da cidade regulamentava medidas centralizadoras. Saboya Ribeiro elaborou decretos para conciliar os interesses dos conservadores, que defendiam a manutenção inalterada dos aspectos físicos da cidade. Por outro lado, os progressistas ganharam mais força, principalmente com a ampliação de avenidas que ligavam “a Praça João Lisboa, a Praça do

Mercado Central e a Avenida Pedro II, sendo que, nessas intermediações, localizavam-se os principais prédios da cidade”. Nesse clima de incertezas e contradições, Saboya Ribeiro perdeu popularidade na sociedade ludovicense (Silva, 2012, p. 126).

Figura 23 - Avenida Pedro II



Fonte: IBGE. Disponível em :<

<https://www.google.com/search?q=avenida+pedro+II+EM+S%C3%83O+LU%C3%8DS&tbm=isch&ved=2ahUKEwj77-fVlflL4AhVXpZUCHePvAbMQ2->>.

Na imagem da Praça D. Pedro II, percebemos um ambiente espaçoso e bem arejado, tendo em vista que foi um dos primeiros locais de São Luís a reacender, na memória da sociedade, o resgate do passado colonial. Isso ocorre porque, ao seu redor, estão construídos prédios que fazem alusão aos aspectos cívicos da história do Maranhão.

As reformas urbanas que começaram a ser executadas e modificaram os aspectos físicos da cidade não demonstravam preocupação em preservar referências do passado. O que se manteve por mais tempo foi o discurso proferido pelos intelectuais, embora o projeto de revitalização tenha prevalecido. Diante dessas reformas realizadas por Saboya Ribeiro, já se projetavam outras intervenções nesses espaços, conforme indicado pelo IBGE (2016):

A Atual Praça Pedro II é conhecida como praça cívica da cidade, pois abriga as sedes dos poderes civil e religioso, incluindo os Palácios dos Leões e La Ravardiére, sedes dos Governos do Estado e do Município, o Fórum de Justiça, a Catedral da Sé e o Palácio Episcopal. Situada na área escolhida por franceses para repouso, em 1612, de acordo com Claude d'Abbeville, a primeira praça da futura cidade de São Luís, a Avenida Pedro II, começou a ganhar forma em 1821, após intervenções do Marechal Bernardo da Silveira Pinto de Fonseca. Em 1904, o largo constituiu-se em avenida com a abertura de canteiros, além de passeios e alas, denominando-se avenida Maranhense e posteriormente Avenida Pedro II. Em 1971 ocorreu sua ligação com a avenida Beira Mar. É neste espaço que encontramos as principais instituições administrativas: Palácio dos Leões (sede do Governo estadual), Palácio La Ravardiére (sede do Governo Municipal), Tribunal de Justiça do Estado e a Catedral

Metropolitana. Nota-se ainda a variedade estilística das edificações circundantes: art nouveau, neoclássica e pombalina. A partir de 1940, o moderno passa a compor a paisagem do local. Ressalta-se ainda a implantação de monumentos, como o marco comemorativo da fundação da cidade, inaugurado a 28 de setembro de 1922, além do monumento em comemoração aos 350 anos, instalado em 08 de setembro de 1922, projetado por Carlos Braga de Diniz, demolido na reforma de 2006 (IBGE, 2016).

Percebemos que uma das medidas executadas por Saboya Ribeiro foi a “demolição do Palácio Episcopal, que era anexo à Catedral da Sé, com o objetivo de prolongar a Avenida Pedro II até a Rua Tarquínio Lopes” (Lopes, 2013, p. 200).

Com as iniciativas de remodelação do espaço urbano, a administração de Saboya Ribeiro passou a ser contestada, principalmente pela Associação Comercial do Maranhão, devido ao aumento dos impostos e às reformas tributárias. Isso intensificou os conflitos com os grandes proprietários, aos quais foi atribuída a responsabilidade pela higienização dos prédios.

Foi criado o Decreto Municipal nº 272, cujo objetivo era melhorar a estética da cidade, determinando a pintura das fachadas para a remoção de limo e mato, uma vez que essas edificações não eram vistas de forma agradável pela imprensa (Silva, 2012, p. 108).

Diante desses litígios, Saboya Ribeiro renunciou ao cargo de prefeito de São Luís em 1937. Como consequência das articulações políticas, as elites passaram a se destacar no contexto das mudanças urbanas que ocorreriam. No entanto, para os intelectuais conservadores, tais medidas descaracterizavam a singularidade da cidade.

Nesse clima de busca pela modernização da capital, a gestão seguinte deu continuidade às medidas de expansão e pavimentação urbana.

1.5 Pedro Neiva de Santana e as reformas urbanas da cidade.

O interventor Paulo Ramos indicou Pedro Neiva de Santana para a prefeitura do estado. Santana, que já havia atuado como médico, político, professor e reitor da Universidade Federal do Maranhão, assumiu a administração municipal com o objetivo de dar continuidade às reformas urbanas da cidade de São Luís.

Como já destacamos, havia dois grupos que assumiam posições distintas em relação às questões urbanas da cidade. De um lado, os intelectuais progressistas defendiam a reformulação ou até mesmo a demolição do traçado urbano existente. Do outro, estavam os intelectuais conservadores, contrários a tais mudanças, que propunham a valorização do rico patrimônio histórico.

Foi nesse contexto que surgiu a Comissão do Patrimônio, criada ainda na gestão de Saboya Ribeiro, com o objetivo de preservar esse acervo. Essa valorização foi reforçada pelo slogan “A cidade-monumental” (Diário do Norte, 2 de Setembro de 1938).

O “globo” lembra a ideia de se declarar S. Luís monumento Nacional, à semelhança do que já se fez com ouro-preto e Bahia. Essa ideia foi pela primeira vez lançada, pelo diário do Norte, é bom lembrar, não porque pretendêsemos...tirar patente de invenção, mas porque não é reprovável a gente dizer que um dia lhe ocorreu uma boa intenção, coisa que é permitido ainda aos menos poderosos.

As razões que invocamos quando lançamos d’ estas colunas tal ideia eram bem solidas. Do ponto de vista da unidade, como cidade colonial, S. Luís não tem rival no país. Nem ouro preto, nem Olinda, nem a Bahia oferecem um conjunto de arquitetura civil tão harmonioso como a nossa capital.

Sem possuir monumentos de alto porte, a antiga feitoria dos aventureiros franceses que precederam a La Ravardiére tem, entretanto, valor artístico e histórico inconfundíveis. Tudo nella se combina admiravelmente para essa impressão magnífica de conjunto.

A Joia tem sido pouco e mal lapidada pelos urbanistas passados. Alguns até desfiguram certos aspectos de “urbs”, sem os terem substituído por vantajosos modernismos.

O decreto que viesse declarar o nosso velho burgo monumento histórico chegaria, em nossos dias, oportunissimamente. É na verdade, mais que tempo de se fazer essa consagração. D’ aqui a alguns anos, sem tal providência, a atração dos maranhenses, pelo estilo catita que atravanca platibandas marca barbante em velhos prédios coloniais, como quem “faz as sobancelhas de uma velhota” esquecendo-se do sentimento de “pés de galinha”, que lhe enrugam a fachada, terá transformando a harmonia arquitetônica de S. Luís num mistifório (Diário do norte, 2 de Setembro de 1938).

O jornal compara São Luís a outras cidades do Brasil, pois o que se preconizava era a manutenção da singularidade da cidade, defendida pelos conservadores. Ao mesmo tempo, esses intelectuais moldavam-se ao viés arquitetônico da cidade, monumentalizando os principais espaços urbanos, que passaram a ser reconhecidos como lugares de memória.

Para que o novo prefeito pudesse iniciar a execução das reformas urbanas, tomou como modelo o anteprojeto de Saboya Ribeiro. Foi necessário direcionar tais propostas para a remodelação de avenidas, praças, casarões e do sistema viário da cidade, às quais ele acrescentou outras intervenções, geralmente em edifícios públicos e estaduais (Lopes, 2013, p. 212-213).

Dentro dessas propostas, Pedro Neiva de Santana reformulou a legislação municipal, o que favoreceu sua popularidade, principalmente entre os comerciantes e proprietários de casarões, que, na gestão anterior, pagavam altos impostos. Ele propôs a isenção desses tributos, sugerindo que os recursos fossem realocados para a prefeitura investir em serviços e infraestrutura a custos menores (Lopes, 2013, p. 206).

Figura – 24 O Interventor Paulo Ramos em Companhia do Prefeito Pedro Neiva de Santana.

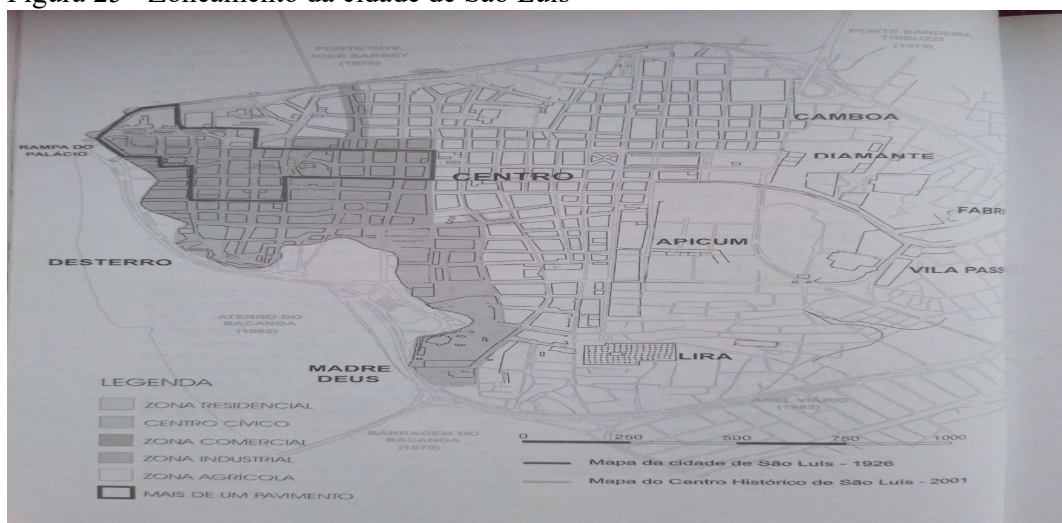


Fotografia retirada do livro: O vitorinismo (Buzar, 2013, p. 38).

Na figura acima, aparecem também os empresários Eduardo Aboud e Arnaldo Ferreira, em parceria com as propostas administrativas de Pedro Neiva de Santana, com o objetivo de transformar São Luís em um grande referencial arquitetônico dentro do viés modernizador.

Sendo assim, o prefeito impulsionou a verticalização das edificações e a criação de um novo zoneamento funcional, legitimado pelo Decreto Municipal nº 330, de junho de 1938. Esse decreto propunha “a divisão da cidade em diversas zonas ou distritos de uso estabelecido num plano da cidade, a fim de promover a localização racional dos seus diferentes órgãos, proporcionando aos moradores vantagens de ordem econômica, sanitária, estética etc.” (Jornal O Imparcial, 8 de Abril de 1938).

Figura 25 - Zoneamento da cidade de São Luís



Fonte: Lopes (2013, p. 208).

É importante salientar que houve a substituição das zonas Central, Urbana, Suburbana e Rural por outras quatro zonas: Comercial, Industrial, Residencial e Agrícola. O objetivo era

implementar o urbanismo moderno por meio de “desapropriações, demolições, cobrança de impostos e multas, construção de edifícios, colocando em detrimento a cidade antiga e os monumentos históricos” (Silva, 2012, p. 134).

Nessa perspectiva, foi implementado o Decreto Municipal nº 330, de junho de 1938, que dividia a cidade em Centro Administrativo, Zona Comercial, Zona Industrial, Zona Residencial e Zona Agrícola. Esse zoneamento tinha como foco a parte central e antiga da cidade, onde as propostas urbanas do prefeito Pedro Neiva de Santana foram intensificadas. Apesar das influências da gestão anterior, houve a necessidade de modificar e redirecionar estrategicamente o novo plano da cidade por meio de medidas higienistas e da reformulação da estrutura arquitetônica tradicional.

De acordo com Silva (2012, p. 134-135), com a desapropriação dos casarões, a prefeitura instituía prazos e regras para desocupação por meio do artigo 493 do Código de Posturas, determinando que os proprietários tinham o prazo de cinco dias, a partir da publicação do documento, para que suas propriedades fossem demolidas” (Jornal O Imparcial, 1938, p. 2).

Como parte da implementação das propostas de embelezamento da cidade, no início da década de 1940, o prefeito deu ênfase ao projeto de modernização. De acordo com o jornal (Diário do Norte, 16 de Agosto de 1941), expõe:

Além de outros serviços municipais que se efetuam presentemente através da cidade, acham-se em franco andamento, constituído motivo de plena e justificada satisfação para a coletividade maranhense. Esse, como numerosos outros serviços de vulto que têm assinalado a administração, Neiva de Santana constitui uma prova imperecível do esforço boa vontade e especial cuidado que dedica à nossa cidade, ou “urbes” o seu atual governante, cujas atividades estão sempre orientadas no sentido de modernizar, higienizar e tornar mais encantadora a capital do Estado, até onde permite as condições financeiras dos cofres municipais e as circunstâncias da guerra (Diário do norte 16 de Agosto de 1941).

Nesse processo de mudança, ainda ressoava um clima de instabilidade no desenrolar da modernidade que estava se construindo. Com o zoneamento urbano, as propostas eram direcionadas para atender às elites que moravam nas áreas centrais da cidade, tornando-se necessário moldar o cenário arquitetônico e exigir dos proprietários o cumprimento da legislação urbana.

O interventor Pedro Neiva de Santana encaminhava anualmente relatórios ao presidente da República com o intuito de articular as medidas executadas junto à União, “sustentando a ideia de que São Luís estava inserida nos moldes do progresso, juntamente com as outras cidades modernas do país” (Relatório do Interventor Ramos, 1940-1942).

Nesse sentido, com a nomeação de interventores nos estados, o objetivo era integrar os “saberes brasileiros com a perspectiva internacional e urbanística, alinhando-se à modernidade, juntamente com os saberes técnicos da engenharia, do urbanismo e da arquitetura” (Costa, 2016, p. 53).

Pelo viés nacionalista, o governo do Estado Novo acompanhou, legislou e operacionalizou os mecanismos de poder, tomando a iniciativa de apoiar e financiar as obras de urbanização que ocorreram nas cidades por meio das reformulações arquitetônicas, conforme Oliveira (2008, p. 78):

O Governo Vargas flertou com diversos estilos arquitetônicos durante o período entre 1930-1945. Apesar de algumas iniciativas por parte dos seus ministérios terem ajudado a introduzir e consolidar a arquitetura do Brasil, somente a partir da década de 1950 que o modernismo entra em força nas plataformas de governo e nas pranchetas dos arquitetos que receberam encomendas para prédios públicos no país. Houve uma variedade de vertentes arquitetônicas nas obras públicas. Certamente, nos interessa estudar com maior profundidade aquelas relacionadas ao Art Déco e à arquitetura italiana fascista. Mas não podemos perder de vista que o governo de Getúlio Vargas balançou entre modernismo vinculado à Le Corbusier, numa tentativa de racionalizar e **modernizar o aparelho estatal via arquitetura**, e as correntes e estilos pitorescos, que por sua vez, são explicados pelas ideias nacionalistas e simpatia do Estado com o Nazi-Fascismo (Oliveira, 2008, p. 78) **(Grifo nosso)**.

Desse modo, o modelo Art Déco foi um estilo arquitetônico presente na construção e na reformulação dos casarões, muitas vezes combinando elementos do estilo neocolonial. Vale destacar que, com a abertura das avenidas, muitos casarões foram demolidos. No entanto, esse processo de descentralização do espaço urbano não deve ser visto de maneira homogênea, pois o governo também operacionalizava suas influências por meio de disputas ideológicas dominantes.

Pedro Neiva de Santana acelerou as mudanças nos logradouros da cidade, considerando que, naquele momento, o essencial era a concretização da modernidade por meio da criação de centros cívicos e da construção de prédios públicos. Durante sua gestão como prefeito, ocorreu a demolição da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos” (Cordeiro, 2012, p. 180, apud Barros, 2011).

Figura 26 - Rua Grande- Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1908)



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1508059779323277&id=215353071927294&set=a.215363145259620> >

Acesso em 10 de maio de 2023.

A imagem foi tirada pelo fotógrafo Gaudêncio Cunha em 1908, com crédito e informações atribuídas a Joaquim Aguiar. O local onde a igreja estava localizada proporcionava uma visão panorâmica. Na imagem, é possível perceber dois bancos, um cruzeiro e uma grande torre com sino.

Na avenida ao lado, observa-se claramente os trilhos por onde passava o bonde. Não encontrei nenhuma informação sobre a realização de cerimônias religiosas ou eventos culturais na frente da igreja. Quanto à estrutura física, o prédio contava com uma porta central e outra lateral. Na parte superior, havia quatro janelas com persianas.

Figura 27- Igreja de Nossa Senhora da Conceição Demolida



Fonte: Fotografia: Gaudêncio Cunha/Minha velha São Luís.

Segundo Silva (2012, p. 148), a respeito da demolição da igreja, surgiram várias justificativas que ocasionaram o fato. Primeiro, a reforma foi de caráter compulsório, pois era necessário atender às propostas de expansão da cidade. Em outra situação, alguns integrantes da igreja receberam a quantia de cem contos de réis da Arquidiocese de São Luís. A imprensa salientava que essas decisões foram tomadas de forma cordial e despertaram nos católicos o “desejo de ver o templo novamente reerguido.” Esse fato, embora amplamente justificado,

despertou de imediato o espírito católico e a ideia de restaurar o templo, contando com a cooperação dos poderes públicos” (O Globo, 07 de Julho de 1940, p. 2).

A demolição da igreja foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 6, de 29 de agosto de 1939, pois atrapalhava o trânsito e ocasionava acidentes com “a passagem do bonde elétrico, já que o trilho passava ao lado de uma das paredes laterais da igreja, ou talvez porque os passageiros não estavam habituados a esse tipo de transporte e colocavam a cabeça para o lado de fora.” No lugar da igreja, foi construído o edifício Caiçara, considerado o primeiro prédio em estilo arranha-céu da capital (Barros, 2001, p. 42).

Depois da demolição da igreja, “todos os altares, imagens e painéis foram transferidos para a igreja de Santana no ano de 1956 e, posteriormente, uma nova capela foi construída na Avenida Getúlio Vargas.” A partir desse referencial, a igreja passou a ser administrada por uma irmandade religiosa, cujo nome da congregação faz jus à padroeira, e também servia como local para outras festividades” (Oliveira, 2016, p. 76).

Nesse contexto, outras reformas foram executadas no governo de Pedro Neiva de Santana, permitindo que as avenidas se ligassem a outras extremidades da cidade, pois o interesse era manter uma feição de transitoriedade para a circulação de pessoas e mercadorias, além de promover melhorias nas condições sanitárias.

As respectivas reformulações das ruas caracterizavam a “desapropriação de edificações, o que ocorreu com a construção da Avenida João Lisboa, que abrangeu o alargamento da antiga Rua Tarquínio Lopes, atual Rua do Egito, e a construção da Avenida Magalhães de Almeida, que exigiu a demolição de prédios com valor histórico” (Nascimento, 2020, p. 231). Como apresentaremos logo abaixo:

Figura 28 - Demolição da praça João Lisboa



Fonte: O cruzeiro.

Praça João Francisco Lisboa (Largo do Carmo) - Ligada a fatos históricos importantes como a batalha entre holandeses e portugueses, local da primeira feira ou mercado da cidade, do primeiro abrigo público, e do pelourinho destruído após a Proclamação da República. No largo realizava-se a Festa de Santa Filomena, acontecimento de grande importância na vida da cidade. Em 1901, recebeu a denominação de Praça João Lisboa em homenagem ao escritor e jornalista maranhense João Lisboa que ali residiu. Em 1918, ele foi homenageado com uma estátua de autoria de Jean Magrou. O largo sofreu inúmeras reformas e recebeu a denominação de Largo do Carmo devido ao Convento e Igreja Nossa Sra. de Monte Carmelo. (IPHAN).

A Praça João Lisboa tinha grande importância patrimonial, pois carregava consigo várias singularidades culturais, tendo em vista que as constantes reformulações que ocorreram atendiam às exigências dos planos de remodelação, os quais tinham a finalidade de projetar um local harmonioso e iluminado, principalmente com a construção de jardins.

A imagem que representa essas reformas é de 1944, ilustrada no jornal O Cruzeiro. Percebemos que o processo de ampliação da praça realmente tornava visível a ideia de modernização, que estava acontecendo nos principais pontos da cidade.

Nesse sentido, nos anos seguintes a essas reformas, a Praça João Lisboa foi palco de grandes conflitos, disputas políticas e revoltas sociais. Esse espaço caracteriza-se como um lugar de memória de luta, liberdade e caráter cívico.

Figura 29- Demolições para alargamento da rua do Egito 1940



Fonte: SLZ memória, 5 de Janeiro de 2018. Acesso em 5 de Outubro de 2023.

Essa imagem é aproximadamente do período de 1940 a 1950, publicada na página Minha Velha São Luís e oficializada pela biblioteca do IPHAN.

De acordo com a imprensa da época, a Rua do Egito era um local de grandes casarões e sobrados, heranças do período colonial. A destruição desses casarões foi impulsionada pelas elites e pela classe média urbana, que estavam preocupadas em aderir às propostas de modernização e reorganização do espaço urbano, dando ênfase principalmente ao alargamento de avenidas e à demolição dos casarões para dar lugar aos bangalôs.

A Rua do Egito está intermediada pela Ponte José Sarney, que liga as duas extremidades da Cidade Velha e da Cidade Nova, ou seja, os bairros São Francisco e Renascença.

Figura 30 - Avenida Magalhães de Almeida 1944



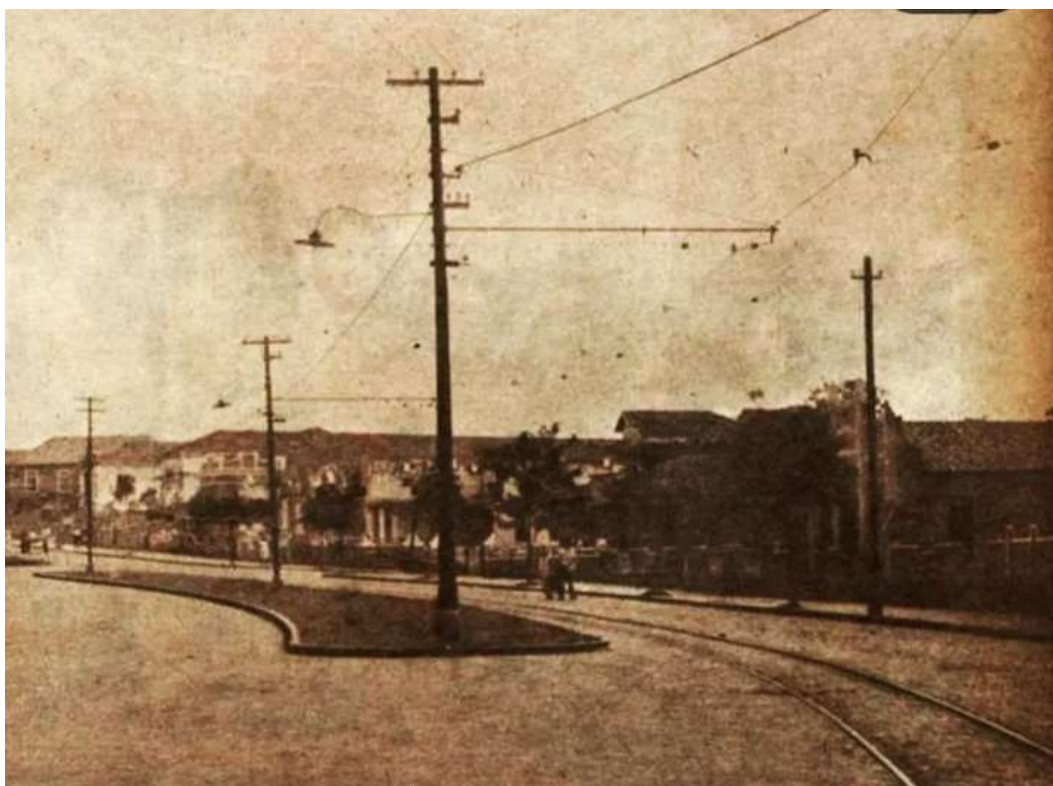
Fonte : < <https://www.instagram.com/slzmemoria/p/DB4NADMpWf3/>> .Revista O Cruzeiro,1944 apud SLZ memória . Acesso: 5 de Outubro de 2023

Para tanto, além da abertura de uma avenida que cortasse na diagonal várias quadras existentes (Av. Magalhães de Almeida), fez-se o alargamento e alinhamento da Rua do Egito, ou Tarquínio Lopes. Na esteira da aberturada Avenida Magalhães de Almeida, em 1941, a prefeitura promove a reurbanização do Largo do Carmo e da

Praça João Lisboa, há algum tempo reclamada pelos formadores de opinião (Maranhão, 2008, p.17)

De acordo com o texto supracitado, a Avenida Magalhães de Almeida, construída em 1941, e a Rua do Egito estavam vinculadas ao Governo Federal. Dessa forma, foram realizadas reformas com a anuência do interventor Paulo Ramos e do prefeito Pedro Neiva de Santana, podendo ser caracterizadas como símbolos de modernização. Essa imagem foi publicada com o intuito de demonstrar que o processo de urbanização e expansão da cidade era progressivo, projetando-se principalmente na parte central do município.

Figura 31 - Urbanização da Avenida Getúlio Vargas



Fonte: Revista O cruzeiro, 1941, apud São Luís memória (5 de Outubro de 2021). Disponível em : < <https://www.facebook.com/slzmemoira/posts/avenida-magalh%25C3%25A3es-de-almeida1944-centroessa-fotografia-foi-tirada-na-%25C3%25A9poca-que-a/2717881535181226/> >. Acesso em 10 de maio de 2023.

A imagem acima da Avenida Getúlio Vargas é de 1944, ilustrada no jornal O Cruzeiro. A avenida também se integrou à dinâmica da modernização e, por meio desse processo, a fisionomia urbana da cidade foi adquirindo novos contornos, com casas em estilo neocolonial e ruas arborizadas.

Essa avenida “já foi chamada 13 de Maio; somente em 1848 foi denominada Avenida Getúlio Vargas, e em 1935 passou a ser oficialmente chamada Avenida Getúlio Vargas”, com

o intuito de rememorar, na memória ludovicense, o slogan de um presidente que tomou medidas ora populistas, ora centralizadoras.

Nesse contexto, o Bairro do João Paulo, que foi denominado Cidade Nova, ao mesmo tempo, era sinal de contradição, pois, de acordo com a imprensa da época, era considerado um lugar periférico. A população pobre vivia de forma precária, com a falta de saneamento básico: “Pela mediação do Caratatiua, Bairro do João Paulo, está sendo feita uma criação de porcos que sérios prejuízos podem trazer para a saúde pública, e que os animais andam à solta pelas estradas, furando cercas e varando quintais.” (Diário do Norte, 02 de Outubro de 1943).

A destituição de Getúlio Vargas refletiu diretamente nas influências e indicações de interventores na política administrativa do Estado do Maranhão. Logo após o final do governo de Paulo Ramos e do interventor Pedro Neiva de Santana, o processo de urbanização da cidade assumiu outra lógica nos governos subsequentes, com a implementação de novos projetos direcionados tanto para a cidade quanto para o campo.

Paralelamente aos projetos de revitalização do espaço urbano da cidade, no que tange às questões de progresso e desenvolvimento, as demandas sociais não foram silenciadas. Várias propostas foram direcionadas aos trabalhadores urbanos, como a consolidação das Leis Trabalhistas, a redução da jornada de trabalho e a organização de sindicatos. Entretanto, a implementação de prerrogativas para os trabalhadores do campo ainda era um grande desafio.

Tais propostas ocorreram em 1947, durante o governo Dutra, quando foi encaminhado ao Congresso um projeto de lei que “instituisse a reforma agrária, a desapropriação das terras produtivas e improdutivas e que resolvesse os problemas sociais direcionados ao campo de caráter explosivo, o que gerou vítimas e injustiças sociais”. Diante de vários embates, problematizou-se se essas desapropriações seriam por necessidade individual ou utilidade pública, ou seja, colocou-se em discussão qual seria a real função da propriedade, uma vez que o direito à propriedade também deve atender à sua função social (Fausto, 1992, p. 135).

Em 1948, em São Luís, no governo de Sebastião Archer da Silva, tendo como prefeito Pires Pereira, foram entregues casas populares, vistas como lugares subalternos e denominadas conjuntos habitacionais. Devido à ocupação desses espaços, houve maior mobilidade urbana, pois, de acordo com a imprensa da época, foi um “ato muito significativo para a solução do angustioso problema de moradia para as classes pobres desta capital. Assistimos à entrega aos respectivos adquirentes do primeiro grupo de habitação construído nesta capital” (Jornal O Imparcial, 17 de Abril de 1948, p. 8).

Dessa forma, diante do que foi exposto até aqui, as propostas de modernização estavam a serviço de qual categoria: dos conservadores, que primavam pela ideia da singularidade, ou

das elites, que apoiavam as reformulações urbanísticas na estrutura física da cidade? No decorrer das décadas de 1950 e 1960, abordaremos de forma mais clara como as relações de poder influenciaram na formação do espaço urbano da cidade, bem como os embates e conflitos que envolveram as questões agrárias, por meio dos movimentos dos trabalhadores do campo e, paralelamente, das propostas de urbanização que ocorreram nas partes centrais das cidades em decorrência da modernidade.

CAPÍTULO 2

A URBE NO DESPERTAR DA MODERNIDADE PERIFÉRICA

2.1 As dissidências políticas no Maranhão frente as desigualdades sociais.

Vale mencionar que, no capítulo anterior, as demolições, o alargamento das ruas, os zoneamentos e os planejamentos urbanos que resultaram a ocorrer na cidade não foram direcionados para os bairros periféricos, pois estes possuíam uma fisionomia urbana considerada prejudicada e depreciativa.

É importante fazermos essas comparações, pois o modelo de modernidade pensado e executado pelas elites construíram a imagem de uma sociedade ideal apenas para aqueles que estão em seu entorno ou para aqueles que são diretamente beneficiados por tais reformas. Nessa perspectiva, partiremos do cruzamento entre as propostas urbanas e sociais idealizadas para as grandes cidades do país e, ao mesmo tempo, com a realidade maranhense.

Dessa forma, o processo de urbanização de São Luís sempre esteve nas mãos de líderes políticos que tiravam proveitos da implementação dessas propostas, contando com o respaldo da classe média. Eles utilizaram a transformação e renovação da cidade como estratégia para alimentar, no imaginário ludovicense, a ideia de que a modernização era resultado direto de uma política voltada ao progresso

Apesar dos intensos debates e das pequenas vitórias, as transformações urbanas ocorridas ainda na década de 1940 não chegaram a todos os bairros da cidade. Era visível a precariedade das condições de vida dos moradores e, paralelamente, observava-se a inserção de uma modernidade periférica. Isso porque os discursos sobre o desenvolvimento urbano favoreceram determinados grupos, criando um horizonte de expectativas moldado para manter certos assuntos subalternos e reféns desse suposto progresso.

As reformas empreendidas ao longo do tempo tinham como objetivo principal continuar favorecendo as elites, uma vez que havia um claro interesse em concentrar os investimentos nas áreas centrais da cidade. Com isso, as vias transversais e outras regiões periféricas acabaram negligenciadas. Um exemplo disso é o bairro Jordoá, que, na década de 1940, apresentava fortes características de subdesenvolvimento em São Luís.

Figura 32 - Bairro da Jordoa



Fonte: slz nostalgia apud Dreyfus Azoubel, 1940.

O bairro da Jordoa, ilustrado acima, reflete uma visão periférica da sociedade por meio dos casebres de palha, da aglomeração de moradias, das ruas sem asfaltamento e de uma área extensiva desocupada, que possivelmente contribuiu para um clima de instabilidade social e pobreza. De fato, essa área foi ocupada por outros moradores que não tinham condições de se estabelecer na parte central da cidade e, conseqüentemente, com o aumento demográfico, outras habitações foram sendo instaladas nas redondezas.

É evidente que essas transformações ocorridas na cidade enfrentaram certa resistência para alcançar e beneficiar os moradores das áreas marginalizadas. Essa realidade não foi diferente para os moradores e trabalhadores rurais, pois, enquanto no cotidiano da cidade os sujeitos permaneciam à margem das reformas e dos projetos urbanos, por outro lado, as reivindicações sociais encontraram forte resistência, por meio da “consolidação da integração dos trabalhadores urbanos, de modo que o campo acabasse sendo integrado de forma

subordinada e complementar às cidades, em processo de urbanização” (Bercovici, 2020, p. 188).

É importante ressaltar que os debates envolvendo os direitos de propriedade e a reforma agrária tiveram suas primeiras discussões em 1947, de acordo com Pimentel (2024):

Em 22 de abril de 1947, Duarte, na condição de Deputado Constituinte, apresentou no Congresso Nacional o primeiro projeto de Reforma Agrária para o Brasil. A proposta de reforma agrária de Nestor Duarte vai além da simples redistribuição de terras. Em sua perspectiva, o projeto não se limitava apenas a solucionar os problemas dos trabalhadores rurais; tratava-se de um apelo para desafiar a hegemonia das elites sobre a terra e, por extensão, sobre a sociedade brasileira. A reforma agrária, conforme concebida por Duarte, seria uma iniciativa ousada que visava redefinir as estruturas de poder profundamente arraigadas no Brasil (Pimentel, 2024).

Essa lógica de inserir o trabalhador urbano na dinâmica de industrialização das cidades só se concretizou através da utilização da força de trabalho em benefício dos grandes empresários. Paralelamente, o homem do campo permanecia subordinado, sem acesso ou meios para garantir seus direitos. Porém, o Decreto- Lei nº 5.452, de 1 de Maio de 1943, Artigo 7) não dava preferência e nem garantia ao homem rural.

Desse modo, percebemos que os direitos trabalhistas beneficiam somente aqueles que exercem suas atividades laborais nas cidades, caracterizando-se apenas como uma tentativa de beneficiário e direcionando qualquer proposta legislativa para o campo. Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946,” as medidas do estado novo que tratavam das questões agrárias, foram revogadas o que resultou a não aplicação dos projetos de colonização e o avanço sobre as terras públicas” (Lenharo, 1985, apud Bercovici, 2020, p. 198).

Para garantir tais direitos sociais era necessário uma reformas constitucional que versasse sobre os Para assegurar esses direitos sociais, tornava-se imprescindível uma reforma constitucional que abordasse os interesses do homem do campo, permitindo-lhe gerir e controlar os recursos da terra. Em 1946, esse tema ganhou destaque, ampliando-se o debate sobre a desapropriação de terras, a definição da função social da propriedade e os caminhos possíveis para a implementação da reforma agrária. Interesses do homem do campo em gerenciar e controlar os recursos da terra, pois em 1946, ampliou-se um debate sobre a desapropriação das terras, qual seria a função social da propriedade e os possíveis passos para a reforma agrária.

Desse modo, esses dispositivos estavam presentes nos Artigos 141 e 147 da Constituição Federal de 1946: CAPÍTULO II: Dos Direitos e das Garantias individuais:

§ 16. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no § 1º do art. 147. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1964)

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

No âmbito constitucional, o direito de propriedade não poderia ser respeitado ou violado, uma vez que o desafio para o homem do campo era buscar condições de sobrevivência que fomentavam “o direito à terra e à liberdade, e que garantissem proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores rurais que a cultivavam” (Fausto, 1991, p. 140).

Desse modo, os debates foram se intensificando sobre a necessidade de desapropriação das terras, pois, o que se buscava era elaborar e implementar um código rural direcionado para os camponeses. Porém, quem mais tinha interesse em arrendar ou apropriar-se das terras era o Estado, fortalecendo-se por vias judiciais, pois, as terras improdutivas seriam para fins econômicos (Fausto, p.147).

Esse sistema de desapropriação pode ocorrer por estado de necessidade — quando o terreno está em desuso ou perde sua destinação; por questão de utilidade — quando o Estado utiliza-se propriedade daquela para fins e interesses particulares; ou por interesse social — que propõe melhorias para as pessoas que vivem no campo, por meio da reforma agrária. Em todos os casos, a desapropriação seria efetivada mediante indenização em dinheiro, para que fosse possível a posse das propriedades

Outro assim, para que o direito de reforma agrária pudesse ocorrer na concepção de Francisco Campos, era necessário mudanças nas emendas constitucionais, tendo em vista que os artigos mencionados acima, não poderiam ser violados ou manipulados e o que se buscava no momento era dar “libertação aos trabalhadores agrícola de todas as formas de exploração feudais e coloniais com a divisão das terras e pela entrega das terras gratuitamente aos que trabalham” (Fausto, 1991, p.140).

Em 1947 o deputado Federal Nestor Duarte (UDN-BA) criou um projeto de lei para que se efetivasse a reforma agrária, pois na sua concepção, era uma via para buscar dar condições dignas para as pessoas do campo, sem necessariamente, ferir a norma constitucional. Sendo assim, essas medidas, não seria impediço para que as atividades rurais se tornassem mais

dinâmicas e produtivas, através da “monocultura, indústria agrícola e extrativista com a exploração florestal e a pecuária fosse utilizada pela lavoura de subsistência e organizadas por cooperativas ou associações” (Bercovici, 2020, p. 201).

Durante esse período houve outras tentativas de implementar projetos que implementasse a reforma agrária como política sociais direcionados para o Campo. No dia 30 de junho de 1947, Eurico Gaspar Dutra direcionou ao congresso nacional uma proposta de lei que garantisse tais direitos, principalmente com a criação do ministério da agricultura, cujo objetivo era efetivar mudanças na estrutura agrária. (Fausto, 1991, p.144).

Porém, nesse período, em que as disputas partidárias lutavam para terem participação e privilégio no congresso nacional, Dutra rompeu com PCB e foi considerado ilegal. (Lovatto, 2011, p.202) Houve também ações favoráveis da igreja católica com o apoio de outros setores e movimentos internos para que acontecesse a reforma agrária, através de uma verdadeira revolução social do campo, através da “promulgação de leis agrárias que operacionalizasse o uso da terra como uma função social” (Fausto, p.140).

Desse modo, a constituição federal em seus artigos mencionados acima, faz alusão ao direito de propriedade e seguridade social, para o homem do campo e duas relação com as atividades agrícolas. Em 1942, no governo de Getúlio Vargas, houve a implementação da lei do inquilinato que regulamentasse os contratos de alugueis dificultando para que alguns inquilinos estivesse acesso aos direitos de habitação, pois as diretrizes de locação ficaram mais criteriosas, principalmente “impedindo que qualquer cidadão vivesse de renda, ou seja, sem trabalhar.” (Bonduki, 2016, p.16).

Essas propostas tinham como objetivo assegurar a função social da propriedade por meio do congelamento dos valores dos aluguéis, especialmente para os mais necessitados. Isso ocorria em um contexto em que o governo de Getúlio Vargas buscava consolidar sua popularidade. No entanto, tais medidas resultaram na retração dos investimentos dos locatários no setor imobiliário, levando a uma realocação desses recursos para a indústria. Esse cenário estava diretamente relacionado ao contexto da Segunda Guerra Mundial, que gerou crises e desintegração em diversos setores da sociedade. Diante do colapso econômico, “seria necessário mobilizar capitais internos, canalizando para a empresa industrial recursos que normalmente se inclinariam para outros setores da econômica.” (Bonduki, 2016, p.17).

Lei do Inquilinato, embora tivesse como propósito proteger os menos favorecidos e garantir o direito à moradia, também gerou efeitos negativos. Um dos principais impactos foi o aumento expressivo do número de despejos, afetando muitos inquilinos. Para evitar prejuízos,

os locatários passaram a definir os valores dos aluguéis com base na demanda, seguindo a lógica da oferta e procura, em vez de obedecerem ao que a legislação estabelecia.

Além disso, os proprietários utilizavam ações de despejo como estratégia para reajustar os preços, já que muitos inquilinos não tinham condições financeiras para recorrer judicialmente e reivindicar seus direitos. A referida Lei de fato acabou “se tornando privilégios para poucos e proporcionalmente cada vez menos representativos no universo dos desprovidos de moradia.” (Bonduki, 2016, p. 20)

Segundo Bonduki (2016, p.20), a ineficácia das normas constitucionais teve consequências significativas, especialmente para os inquilinos, que ficaram sem moradia. Como resultado, houve um intenso fluxo migratório do campo para a cidade, um fenômeno que pode ser caracterizado como um "padrão periférico de crescimento urbano". Esse processo levou à formação de assentamentos precários e ao autoempreendimento da casa própria, culminando no surgimento e na expansão das favelas, um cenário que se estendeu até a década de 1950, como será demonstrado a seguir.

Figura 33 - Favela do Ibirapuera 1950



Fonte : <https://br.blastingnews.com/sao-paulo/2015/11/cinco-lugares-em-sao-paulo-que-eram-favela-e-voce-nem-imaginava-00637245.html>

A imagem acima remete à Favela do Ibirapuera, situada na cidade de São Paulo, estado que registrou o maior número de pessoas desabrigadas como consequência da Lei do

Inquilinato. Pois “Getúlio ao tentar controlar os aluguéis, instaurou uma crise da moradia que deu origem às favelas paulistas” (Ling, 2018).

Observamos na imagem casas de alvenaria, ruas sem asfalto e crianças aparentemente sem roupas, o que evidencia as condições precárias de habitação no local. Ao fundo, um horizonte sugere a proximidade com a parte urbana da cidade. No entanto, com o crescimento alarmante do número de pessoas dependentes de políticas governamentais, não era correto caracterizar o estado como homogêneo e essencialmente populista (Fausto, p.143).

As transformações que ocorriam nas grandes metrópoles influenciaram a adaptação da cidade de São Luís às propostas de urbanização que ganharam força a partir da segunda metade do século XX. Esse processo contribuiu para a ampliação das zonas urbanas, comerciais e administrativas. Dentro dessas mudanças, destaca-se a evolução da antiga Cidade Balneária, atualmente conhecida como o bairro Olho d’Água (Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945)



Fonte: Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945.

O slogan do noticiário mencionado destaca a construção do bairro Olho d’Água, atualmente reconhecido como uma extensão da Avenida Litorânea. Esse projeto foi realizado por iniciativa e competência da administração municipal, tornando-se um marco para gerações sucessivas. Embora considerado uma área secundária da cidade de São Luís, sua urbanização simbolizou progresso e civilização, resultando em maior mobilidade urbana e no aumento do fluxo de pessoas por meio das chamadas "aglomerações humanas", conforme reportado pelo jornal.:

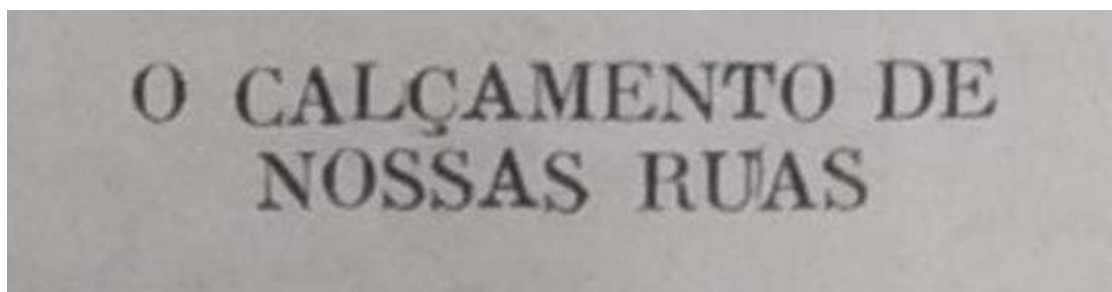
A nossa cidade é um exemplo bem dignificante dessa continuidade de esforços do nosso povo em prol do crescente progresso de São Luís. Enfrentando fatores adversos, a nossa “urbs” progride e se reveste de novas formas de atração e embelezamento para os seus filhos e visitantes. Um outro hiato teria havido nessa cadeia de trabalho comum dos são-luisenses em benefício urbanístico da capital. Mas tais hiatos, tão comum na vida dos indivíduos, o que são da mesma forma na existência mais longa e ciclópica de uma cidade. O que é importante é que a cidade não perca a trilha do futuro, não fique de lado, não tenha a sorte de tantas outras “urbs” outrora florescentes

e alegres mas que foram presa da decadência e já agora não atraem a atenção senão daqueles que se interessam pelas coisas do passado. (Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945).

De acordo com o jornal, a ideia de expansão da cidade representava uma superação do modelo decadente das gerações passadas, tendo como alternativa o progresso e o desenvolvimento que estavam sendo projetados. Paralelamente, para que fosse possível superar tais resquícios de atraso e pobreza, seria necessário assumir o compromisso de projetar e moldar a cidade dentro da dinâmica da modernidade, inserindo-a em projetos urbanísticos. O referido jornal apresenta um discurso de superação, como se, somente a partir de 1945, a cidade tivesse despertado para as mudanças urbanas em seu entorno. Prova disso é o termo “são-luisenses”, que representa a concepção de pertencimento e construção das identidades de seus habitantes, consolidando-se com as reformas urbanas, tendo como ponto de partida uma proposta impulsionada pelos governadores. Isso caracteriza uma luta de representações instaurada no meio social, gerando concorrência entre os grupos e suas percepções de mundo. (Silva, 2019, p. 223).

Porém, “as questões urbanas são problematizadas em um espaço de tensões empíricas e conceituais que perduram na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas” (Bresclani, 1992, p. 12).

Essas propostas de revitalização do espaço urbano também faziam parte da responsabilidade dos governadores, que tinham o dever de zelar pela perpetuação de uma herança cívica, assumindo para si a resolução dos problemas que assolavam grande parte da cidade de São Luís. Nessa perspectiva, a cidade começa a consolidar suas propostas de revitalização, como relata o Jornal O Imparcial, em sua edição de 24 de outubro de 1945.



Fonte: Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945.

De início, focalizou o Sr. Tancredo Matos o problema de urbanização de nossas ruas. As obras de melhorar os calçamentos de nossas vias públicas não tem sofrido soluções de continuidade. Nesse particular, tomou o governador da cidade várias iniciativas. Ruas como a José Bonifácio, Euclides Farias e grande trecho da travessa 5 de outubro

apresentam péssimo aspecto, com mau alinhamento e pontilhadas de muitos buracos, de forma que alguns de seus trajetos estavam intransitáveis aos veículos. Essas artérias já foram devidamente beneficiadas pela prefeitura. Hoje, possuem uma feição diferente e possuem uma feição diferenciadas pela prefeitura. Hoje, possuem uma feição diferente e por elas passam, sem transtorno, pedestres e veículos. Melhoramentos idênticos serão proporcionados a várias outras ruas, enquanto a prefeitura planeja e executa outras obras de palpitante **interesse urbanístico**. (Grifo nosso). (Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945).

A execução das reformas urbanas caracterizava a perpetuação de um legado de progresso que envolvia todos os administradores responsáveis, pois ruas pavimentadas eram um sinal de que, supostamente, a cidade de São Luís estava superando o atraso que, outrora, se configurava devido à intransigência administrativa dos governantes. Além disso, em alguns momentos, essas reformas representavam um retorno a um passado glorioso, exaltando o prestígio da cidade.

A frente de São Luís, responsáveis pelo respeito às suas tradições e sobretudo responsáveis, perante as gerações futuras, pelo seu progresso estiveram homens ilustres, administradores eméritos e sobretudo, enamorados e incorrigíveis das belezas de nossa cidade, de seus arredores e de suas praias. E disso advém uma responsabilidade muito grande para os que são eleitos sucessores desses espíritos privilegiados cuja lembrança, pelo muito fizeram vivo eternamente na memória de nossa gente, quando não **imortalizados no Bronze**. É verdade que a obra desses homens não é apenas individual. Mas essa particularidade, só pode elevar a dignidade da função do governador da cidade, que precisa ter sensibilidade capaz de compreender as manifestações do espírito de seus governadores que são os melhores colaboradores. Uma cidade que houvesse segundo apenas rumo traçado de capricho de um homem poderia apresentar todas as qualidades imagináveis mas dificilmente se adaptaria inteiramente a idade da gente que a teria de habitar. (Jornal O Imparcial, 24 de Outubro de 1945). (Grifo nosso).

O jornal faz referência à cidade de São Luís, associando-a às ideias de tradição e singularidade ao afirmar que o passado torna-se presente por meio das lembranças daqueles que, outrora, foram imortalizados por seus escritos ou monumentalizados, sendo reconhecidos por valorizar e exaltar a cidade.

Desse modo, O Imparcial utiliza esse discurso como uma estratégia para dar protagonismo aos governadores que assumem o compromisso de modernizar os principais espaços urbanos da cidade.

Assim, os setores sociais e econômicos da cidade estavam estrategicamente concentrados em resolver as demandas e as questões políticas do Maranhão. O Estado, enquanto órgão administrativo, se posicionava frente ao contexto nacional, dependendo, em algumas situações, da forte influência do Executivo Federal, como veremos novamente no desenrolar das decisões político-administrativas que se sucederão.

2.2 O Contexto político e Partidário no Maranhão

O contexto partidário no Maranhão foi marcado por sucessivas disputas políticas, destacando-se três grupos principais: os Magalhãesistas (representados por Magalhães de Almeida – Partido Republicano Situacionista), os Marcelinistas (Partido Republicano Oposicionista – representado por Marcelino Machado) e os Tarquinistas (Partido Democrático – representado por Tarquínio Lopes Filho) (Reis, 2013, p. 102).

Nesse clima de instabilidade e oposição, os partidos que dominaram o cenário político até 1930 reingressaram com o objetivo de indicar seus representantes para a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal. Buzar (1998) nos assegura que:

As eleições anteviam-se acirradas e ardorosamente disputadas. Enquanto o PSD lutaria para restituir aos Magalhãesistas o predomínio político estadual, o PR, a URM e o PSB mostravam-se dispostos a não permitir que Magalhães de Almeida, com o apoio do interventor Martins de Almeida, assumisse as rédeas do poder executivo. Os Marcelinistas e Genesisistas, cientes e conscientes dessa ameaça, partiram para a batalha eleitoral convictos de que seria travada contra o partido oficial uma luta sem quartel (Buzar, 2013, p. 30).

Diante das incertezas e disputas entre os partidos, destaca-se Vitorino Freire, apoiado por Gaspar Dutra, que começou a lançar suas bases políticas no Maranhão, “travando uma luta ferrenha com Genésio Rego e Clodomir Cardoso”, o que resultou em intensas disputas políticas no estado, como veremos a seguir (Reis, 2013, p.210-211).

Desse modo, o Partido Social Trabalhista, que até aquele momento era liderado por Vitorino Freire, mediante sucessivas articulações entre seus coligados, combatia seus opositores, resultando na deflagração de várias lutas, conforme nos mostra o (Jornal O Imparcial, 24 de Junho de 1949).



Fonte: Jornal O Imparcial, em sua edição de 24 de junho de 1949.

O jornal O Imparcial narra a trajetória da história política do Maranhão, na qual as oligarquias constantemente construíram suas bases de influência e dominação.

A imprensa destaca duas figuras políticas de grande relevância: à esquerda, o senador Vitorino Freire e, à direita, Saturnino Belo, que pretendia voltar a ocupar o cargo de governador do Estado do Maranhão.

A notícia menciona a crise que ocorreu dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a necessidade de apaziguar qualquer instabilidade e definir os rumos da política maranhense. Esses debates repercutiram em Pastos Bons, no interior do Maranhão, especialmente quando o jornal relata que “vários líderes políticos dirigiram-se do Rio e de São Luís para a capital do agreste.” A intenção da imprensa era demonstrar que as decisões políticas do estado tinham visibilidade nas manchetes do O Globo, no Rio de Janeiro.

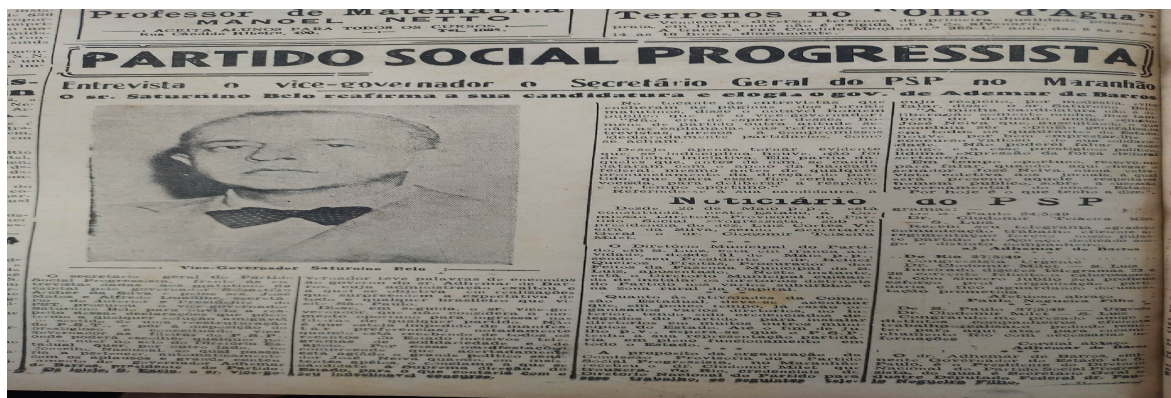
Desse modo, Vitorino Freire, antes mesmo de ocupar o cargo de governador do Maranhão, consolidou-se, desde a década de 1940, como um grande articulador político, interferindo, indicando e apoiando candidatos que pretendiam assumir o governo do estado. Juntamente com seus aliados, chegou a provocar fortes descontentamentos entre as oposições coligadas.

O que estava em jogo era a intenção de Vitorino de ocupar o governo e fortalecer sua influência na administração do estado, garantindo a manutenção do sistema oligárquico. Seu objetivo era priorizar os mesmos grupos políticos que, ora se uniam por interesses comuns, ora rompiam com aqueles que não apoiavam suas propostas políticas, colocando em segundo plano os anseios sociais.

Em oposição às articulações de Vitorino Freire, o Partido Social Progressista (PSP) buscava espaço no cenário político do Maranhão, rivalizando com o grupo de Vitorino Freire. O PSP apoiou a candidatura de Ademar de Barros para o cargo de governador do estado (Jornal O Imparcial, 26 de junho de 1949).

Diante das sucessivas disputas entre os partidos, o Partido Social Trabalhista (PST), liderado por Vitorino Freire, enfrentou crises internas, mas, ao mesmo tempo, buscou se fortalecer e obter destaque no cenário nacional. Nesse período, o estado do Maranhão contava com o apoio da bancada federal. Paralelamente, eram lançadas as bases da candidatura de Saturnino Belo, que tinha como objetivo continuar administrando o estado do Maranhão.

O jornal esclarece que, mesmo “antes de qualquer pronunciamento da direção do partido, que para esse fim seria convocada, para deliberar a respeito e em tempo oportuno,” sua candidatura já se delineava como sucessora do governador Sebastião Archer da Silva (Jornal O Imparcial, 26 de junho de 1949).



Fonte: Jornal O Imparcial, 26 de Junho de 1949.

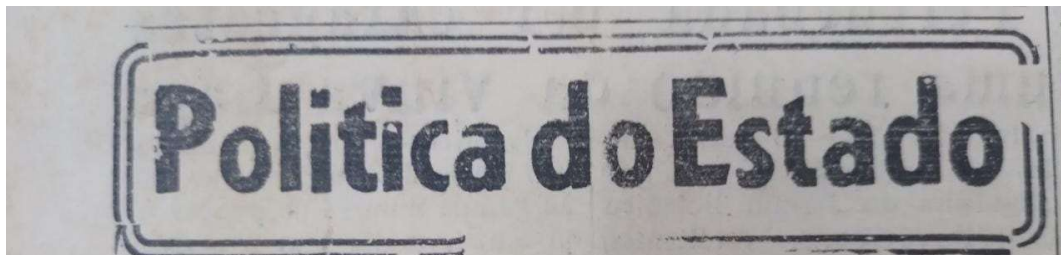
O referido jornal em sua matéria, coloca em destaque o partido social progressista. Ao lado esquerdo da notícia mostra, a figura de Saturnino Belo, que foi convidado pelo governador Sebastião Archer da Silva, Sr. José Matos e Alfredo Duailibe, presidente do Partido Social Trabalhista para prestar-lhe esclarecimento sobre os rumos que iria seguir, após ser entrevistado nos meios de comunicação da capital. A entrevista foi publicizada nos jornais. Saturnino Belo ficou imparcial ao ser questionado sobre as filiações partidárias que poderia se agrupar, exaltou a eficiente administração de Adhemar de Barros no PSP (Partido Social Progressista).

O jornal apresenta um subtema titulado -noticiário do PSP, cujo objetivo da matéria foi divulgar a expansão do partido, através de diretórios municipais, principalmente, nos subúrbios e na zona rural da capital. A imprensa dar evidência as questões políticas, o que contribuiu consideravelmente para o aumentando da popularidade de Saturnino Belo. Na parte superior do jornal, faz referência ao bairro do olho d'água, divulgando a venda de terrenos nas proximidades da praia, onde já sinalizava o processo de expansão urbana para certas áreas da cidade em processo de crescimento urbano.

Diante dessa situação acima, arregimentou-se inimizade entre Vitorino Freire e Sebastião Archer da Silva, sendo que, a situação política do estado ainda apresentava uma posição de instabilidades, incertezas, e os que lançavam as suas candidaturas propuseram tirar o estado do Maranhão do retrocesso e da pobreza. Mas, Vitorino Freire, não se intimidou diante das supostas candidaturas oposicionista que foram surgindo, respondendo seu opositor Sebastião Archer.

Dessa forma, percebemos que o Jornal O Imparcial acompanhava ativamente sobre o contexto político Maranhão. Em alguns momentos a imprensa priorizava abordagens sobre as questões políticas o que nos leva a perceber que “as forças políticas, tem como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades

ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir” (Remond, 2003, p. 61). Dito isso, o (Jornal O Imparcial, 26 de Junho de 1949) retrata sobre:



Fonte: Jornal O Imparcial, 26 de Junho de 1949

O governador Sebastião Archer contou com o forte apoio do senador Vitorino Freire em um contexto de descontentamento político. Esse respaldo foi essencial para a formulação de estratégias que visavam atenuar os impasses políticos que há tempos o estado do Maranhão vinha enfrentando, como abordaremos a seguir.

Tomei conhecimento alguns trechos de sua entrevista e saúdo nobre amigo sua destemida atitude defesa bom nome nosso partido e do Maranhão. Devo exaltar seu espirito altamente conciliador submetendo-se muitas vezes situações feriam sua autoridade para criar cisão partido. Aceitou prezado amigo uma série de provocações e os fatos de hoje demonstram que todas elas foram inspiradas pelo vice-governador na sua desmedida ambição. Não terei contemplações na luta que estamos travando. A história desta traição será por mim contada para incorporar-se à nossa história política. Diga prezado amigo posição devo ocupar. Escolha o setor mais arriscado porque não haverá sacrificio que eu me poupe para desmascarar uma trama tão indigna. Empenho minha saúde e minha voz na luta em que defendemos os costumes políticos a honra e a dignidade do Maranhão. Afetuoso abraço Vitorino Freire. (Jornal O Imparcial, 28 de junho de 1949).

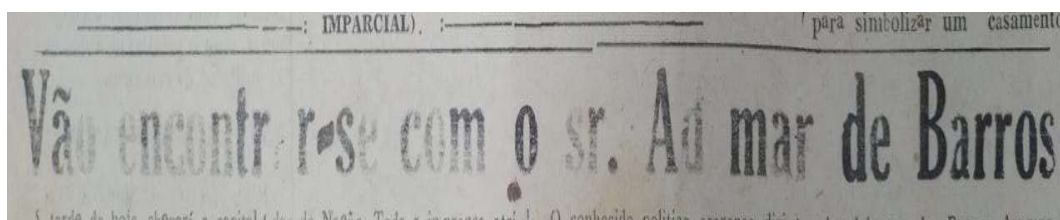
O jornal apresenta o telegrama que o governador Sebastião Archer da Silva recebeu de Vitorino Freire. Desse modo, a intenção de Vitorino era estreitar sua relação política com o representante do Executivo estadual, buscando também alcançar popularidade e prestígio nos debates políticos publicados pela imprensa.

Paralelamente, as oposições também articulavam resistências, ampliando suas bases eleitorais. Nessa conjuntura, destacou-se Adhemar de Barros, que, embora fosse um líder nacional, representava uma grande ameaça ao Vitorinismo. Sua estratégia consistia em eliminar toda e qualquer corrupção eleitoral, fator que, de certo modo, contribuiu significativamente para a manutenção e dominação dos integrantes do Partido Social Democrático no sistema político do país

A intenção do jornal ao divulgar o telegrama de Vitorino Freire foi repercutir, na sociedade maranhense, os embates e polêmicas que se expandiam diariamente, a ponto de Vitorino afirmar que “houve uma série de provocações e que os fatos demonstraram que todas as alegações foram inspiradas pelo vice-governador em sua desmedida ambição” (Jornal O Imparcial, 28 de junho de 1949).

Os representantes de vários estados agendaram reuniões com Adhemar de Barros, com o objetivo de entender suas propostas e planos políticos, o que despertou o interesse do vice-governador Saturnino Belo. Isso ocorreu porque Adhemar de Barros alcançou grande popularidade no Maranhão, principalmente com a instalação do Partido Social Republicano. “Em função disso, Adhemar de Barros virou alvo constante das diatribes vitorinistas, que não o perdoavam pelo fato de influir na política maranhense e de dar condições materiais às oposições para destroná-los do poder.”

Percebemos também a relação de amizozidade entre Saturnino Belo e Adhemar de Barros no (Jornal o Imparcial 28 de Junho de 1949):



Fonte: Jornal o Imparcial 28 de Junho de 1949

Seguirá hoje o Vice Governador Saturnino Belo: Apurou à noite de ontem a nossa reportagem que às primeiras horas de hoje, por via aérea, o Sr. Saturnino Belo, vice governador do Estado, seguirá para a capital paraense, onde também se encontrará com o governador Adhemar de Barros. Acompanhará o Sr. Saturnino Belo o Dr. Edison Brandão. (Jornal o Imparcial, 28 de Junho de 1949).

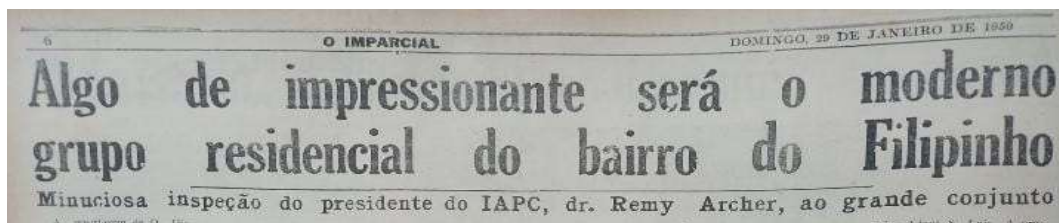
A postura de Adhemar de Barros como governador de São Paulo teve grande destaque no cenário nacional e em alguns estados, especialmente no Maranhão. Sua proposta política, amplamente divulgada pela imprensa, evidencia que ele já tinha a intenção de se candidatar à presidência do Brasil. Essa estratégia serviu como um meio de aumentar sua popularidade e, ao mesmo tempo, conquistar reconhecimento e prestígio. O governador implementou projetos de cunho social, como “a organização de escolas, dentre elas, a que possui o nome Escola Adhemar de Barros, escola de corte e costura, salas de recreação, torneios esportivos, etc” (Costa, 2004, p. 38).

2.3 Entre a Cruz e a Espada: a reconfiguração do espaço urbano e as lutas sociais no campo.

No início da década de 1950, as ideias de modernidade começaram a se expandir, principalmente com a revitalização dos espaços urbanos, considerados periféricos pelas elites, e com a criação de bairros residenciais. Podemos analisar as reações da população em relação ao contexto político da época: ora reivindicavam melhorias, ora eram contemplados com programas habitacionais.

Em São Luís, ocorreu a fundação do bairro do Filipinho, com o apoio do presidente Eurico Gaspar Dutra. De acordo com a imprensa da época, o anfitrião desse projeto modernizador foi o senador Vitorino Freire, em torno de quem foram construídas várias interpretações sobre sua postura. Ele era considerado um grande articulador da política maranhense, ou seja, o guardião de uma poderosa oligarquia que controlou e manipulou a política do estado por 20 anos pois “a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir” (Remond, 2003, p. 61)

Assim, as questões políticas influenciaram os demais setores da sociedade maranhense, como a economia, a infraestrutura e, principalmente, as questões urbanas. Desse modo, o Jornal O Imparcial, em sua edição de 29 de Janeiro de 1950, retrata:



Fonte: Jornal O Imparcial, em sua edição de 29 de janeiro de 1950

A reportagem começa com um slogan chamativo: “Algo de impressionante será o moderno.” Mas será que o moderno, de fato, se caracteriza com a fundação do bairro? Para responder a esse questionamento, a ideia de modernidade se concretiza no espaço urbano pela necessidade de criar uma nova concepção do local. Para isso, tais projetos foram direcionados a lugares considerados periféricos ou até mesmo reconhecidos, de forma pejorativa, pelas elites como subúrbios. Para melhor compreender tais concepções, Soto (2009, p. 2) destaca:

A noção de subúrbio contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. Um conceito que não

teve até hoje relevância no mundo acadêmico e foi substituído pela noção de periferia que é seu contrário (Soto, 2009, p. 2).

Nessa perspectiva, consolidou-se o discurso de que o subúrbio e a periferia estão sempre à margem das reformulações que ocorrem na cidade, pois os projetos urbanos eram direcionados para as áreas centrais. Mas quais seriam os interesses em transformar esses lugares em uma nova rede de sociabilidade entre as pessoas que residiam em seu entorno? Tal questionamento se enquadra “nas relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana, sendo estes, ao mesmo tempo, produtos e produção do espaço.” (Soto, 2009, p. 3).

O terreno onde foi construído o bairro do Filipinho até então era um espaço não ocupado. A iniciativa partiu de Remy Archer, presidente da Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, juntamente com os engenheiros Paulo Geraldo Millet e José Eduardo Freire de Carvalho, responsáveis pela construção. No entanto, o engenheiro fiscal das obras foi Paulo Pires de Carvalho e Albuquerque.

Assim, segue a ilustração de como era o terreno, anteriormente conhecido como antigo sítio Filipinho, antes do início das obras do conjunto habitacional (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Figura 34 - Terras Desocupadas antes da Construção das Residências no Filipinho



Fonte: Jornal O imparcial, 29 de Janeiro de 1950.

A ilustração do terreno foi registrada no Jornal O Imparcial em Junho de 1949, onde foi edificado o bairro Filipinho. As reformas começaram ocorrer atendendo à necessidade dos que eram associados do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, (I.A.P.C), o que nos propõe analisar que, a proposta de habitação não foi pensada para atender os que estavam sem moradia, ou que dependiam da iniciativa dos poderes públicos para serem remanejados

para as casas residenciais. Porém, de acordo com o jornal supracitado, o programa de habitação seria direcionado para as regiões do bairro do João Paulo, mas devido a vários problemas administrativos e financeiros esse desejo caiu-se no esquecimento. A imprensa da época deixa evidente que esse projeto era direcionado somente pensando nas elites e, a modernidade entra como “manipuladora de forças, quando o poder do sujeito lhe concede autonomia para ditar e fazer algo” (Franco, 2016, p. 5).

A realização desse projeto, teve a inspeção das autoridades que estavam a frente dessas realizações, sendo que, o Dr. Paulo Geraldo Millet, declarou que houve dificuldades para adquirir materiais suficientes para dar início às obras (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Figura 35 - Autoridades e o Início das Obras no Conjunto Filipinho

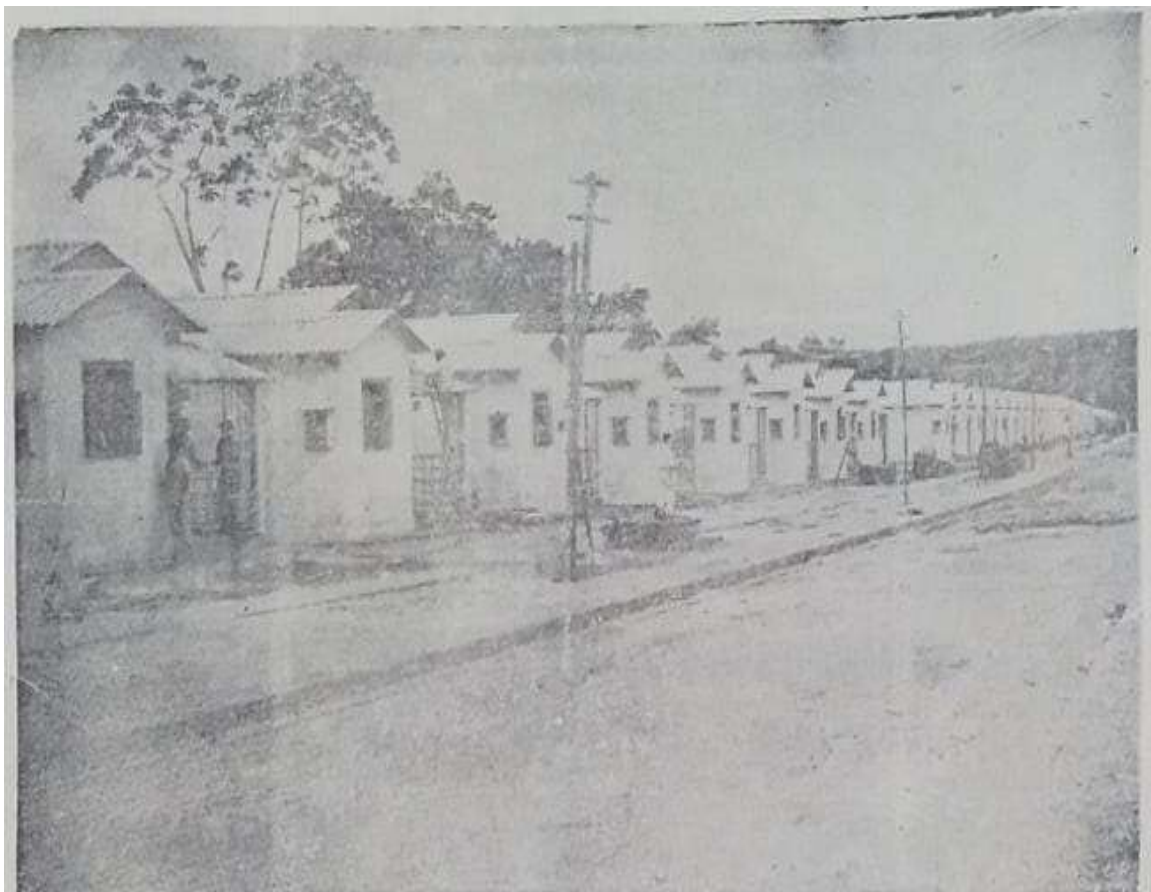


Fonte :Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950.

A ilustração acima mostra os presidentes do IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes), Dr. Remy Archer e Dr. Armando Falcão, ladeados pelos engenheiros Paulo Geraldo Milliet e José Eduardo Freire de Carvalho, que, segundo a imprensa, acompanharam o andamento das obras. O jornal enfatiza que o bairro do Filipinho poderia se tornar uma grande cidade que surgia à margem da Avenida João Pessoa. Essa afirmação do periódico permite refletir que o conjunto habitacional foi direcionado abrigar um público com maior poder aquisitivo. Isso porque essas obras foram direcionadas para atender ao conforto

dos comerciantes de São Luís e suas famílias. Inclusive, os engenheiros verificaram o acabamento das habitações semi-edificadas, como podemos observar abaixo:

Figura 36- Casas Residenciais construídas no Filipinho



Fonte: Jornal O Imparcial 29 de Janeiro de 1950

O Dr. Remy Archer, ficou muito satisfeito com as habitações que foram construídas e pode prestigiar e contribuir para a concretização desses grandes processos urbanos, fruto de sucessivas reuniões e planejamentos, descrevendo que: “as obras desse grupo residencial vão em tudo marchando normalmente, de acordo com o plano estabelecido” (Jornal O Imparcial 29 de Janeiro de 1950).

A imprensa nos permite observar que, enquanto uma parte da sociedade era beneficiada com a criação do bairro, os jornais não mencionavam aqueles que ficavam à margem desses programas, sem acesso às melhorias promovidas. Pois “parte do que está à margem, do que aparece despercebido e oculto, é o caso do subúrbio, esquecido e substituído pela noção de periferia, o que concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra”. Soto (2009, p.2),

Desse modo, durante muito tempo, o espaço rural ficou subjugado à parte central da cidade, pois “excluir do urbano as classes, grupos e indivíduos significa excluí-los da civilização e da sociedade.” Sendo assim, a vida urbana e o cotidiano estão sempre no jogo de interesses daqueles que manipulam e impulsionam tais mudanças, o que pode ser chamado de produção do espaço urbano (Lefebvre, 2008, p. 4).

Figura 37 - Residência em Estilo Arquitetônico Art Décor



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950.

De acordo com a análise do jornal o Imparcial, o estilo dessas habitações possui um padrão estético e arquitetônico chamado Art décor¹² modelo adotado na Europa, principalmente na cidade de Paris, foi utilizado na maioria das casas que estavam sendo construídas no período. Na imagem percebemos o detalhes do telhado em formato triangular, elevações entre as paredes

¹² Esse modelo se destacou no século XX e tem grande influência na arquitetura, pode ser percebido pelos seus traços de forma geométrica e estilo sofisticado, e assimétricos, “o Art Déco segue influenciando estilos até hoje no mundo todo, desde projetos residenciais até grandes construções modernas. No design de interiores, é uma forma de trazer arte e criatividade para composições únicas e sofisticadas. (Coelho, 2024). Disponível em <<https://casacor.abril.com.br/pt-BR/noticias/arquitetura/art-deco-o-que-e-caracteristicas>. Acesso em 30 de Outubro de 2024.

e um pequeno terraço na parte da entrada da casa. Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950) nos esclarece:

a firma construtora sempre adotou em casos idênticos permitiram que as moradias fossem taqueadas e com mosaico nos pisos da varanda, banheiro e cozinha, sendo todas forradas, emolduradas, revestidas no banheiro, na cozinha com azulejo branco vidrado, instalações elétricas e hidráulicas (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Essas obras marcaram estrategicamente a ideia de modernidade, que começava a se materializar também com a construção de avenidas dentro desse novo núcleo habitacional. No que diz respeito à entrega das casas, o referido jornal menciona o prazo para a conclusão da obra: “relativamente à quando serão entregues aos institutos dos comerciantes as casas do conjunto, declarou-nos que começará de 28 de Julho do corrente ano em diante. Até o fim de 1950, deverão estar concluídas as entregas, que se farão em ruas de habitações” (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950)

Figura 38- Casas Residenciais do Filipinho com Acabamento



Fonte: Jornal o Imparcial. 29 de Janeiro de 1950.

Na imagem acima, nota-se que todas as casas seguiam um mesmo modelo e padrão estético, especialmente em seus acabamentos externos. Para a construção dessas moradias, foi utilizado concreto armado, contrastando com as habitações dos bairros periféricos, onde a maioria das residências era feita de taipa ou alvenaria. O jornal "O Imparcial" destaca que, além de as casas estarem próximas da conclusão, já era possível observar a presença de pessoas circulando pelo local (Jornal O Imparcial, 29 de janeiro de 1950).

Acabamento interno

Os estudos feitos e a ordrias em cedro do Pará, com as espessuras e ferragens necessárias, tendo-se, assim, um acabamento interno por um custo relativamente baixo. Ressaltamos, ainda aqui nessa parte, que as casas possuem escápulas ou armadores de rede, chumbados em blocos de concreto fundido em um conjunto com uma viga de amarração em **concreto armado** que corre por sobre todas as paredes.

Acabamento Externo

Não haverá germinação das casas: Serão todas isoladas, tendo entre si uma faixa de terreno de três metros de largura. Falando-nos da cobertura, disse-nos o Dr. Paulo Geraldo Millet. - Houve uma incompreensão do por que foi adotada a cobertura de material cimento- asbesto(eternite). Na capital da República, onde já cobrimos mais de mil casas com fibrocimento (eternite), e em São Paulo, onde, com as mesmas telhas, já cobrimos uma área superior a 60 mil metros quadrados, observamos que, apesar das condições térmicas do clima serem piores do que as observadas no Maranhão, pelas suas bruscas e acentuadas mudanças de temperatura, o material em referência resiste perfeitamente a qualquer variação climática, sem apresentar defeitos ou prejuízos. Para nós, isso serão lindo aspecto, num **estilo moderno** que demonstra bom gosto na escolha. (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950). (**Grifo nosso**)

Outras obras também foram incluídas no planejamento do núcleo habitacional, como a construção de um edifício destinado à administração e assistência social, a implementação de condições modernas de higiene, além da edificação de uma escola, uma igreja, lojas comerciais e parques recreativos. O projeto também contemplava a instalação de sistemas de abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica (Jornal O Imparcial, 29 de janeiro de 1950).

Nada menos de 226 casas já foram levantadas, estando mais ou menos a metade com a cobertura. Já foram assentados 1 milhão e 200 mil tijolos aplicados 2.400 metros cúbicos de concreto e 18 mil peças de concreto pré-fabricadas, achando 80 das casas já com esgotos completamente prontos e mais 50 com esse serviço parcialmente feito 450 metros de galerias de águas pluviais já estão preparados e 3,000 metros de meio-fio assentados, com as respectivas sarjetas (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Para que tudo isso fosse possível, foram contratados aproximadamente 800 operários para a construção das casas e a fabricação de peças, gerando oportunidades de emprego e renda, principalmente para os moradores do entorno do bairro Filipinho e adjacência. Apreende-se que, a imprensa ao divulgar essa informação nos mostra que existe uma relação de dependência, pois entre os trabalhadores estavam subordinados aos interesses das elites. Essas melhorias

aconteciam para atender aos interesses dos privilegiados, pois “a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas, e não existe passarela natural entre as duas”, ou seja, cria-se uma polarização entre os privilegiados e subordinados” (Rémond, 2003, p. 60).

Figura 39 - Operários na construção do conjunto residencial Filipinho



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950.

Na ilustração acima, é nítido o número de trabalhadores contratados para agilizar a construção das casas residenciais. Ao lado dos operários, aparecem homens trajando roupas sociais, acompanhando o andamento dos serviços, que supostamente são os encarregados da obra. A notícia sinaliza que alguns trabalhadores não tinham experiência na execução de atividades no ramo da construção civil. A logística desse projeto, amplamente midiaticizada pela imprensa, visava dar legitimidade e visibilidade ao crescimento populacional que atendia aos interesses dos mais privilegiados.

Esses operários de variadas categorias profissionais vêm recebendo salário pontualmente e também lucrando muito com o que vão assimilando de novidade na sua arte nos serviços da construção em que trabalham 20 proletários especializados vindo do rio. Por outro lado, nada menos de 28 milhões de cruzeiros estão sendo

empregados na edificação do grupo, importância que quase toda será gasta aqui mesmo em S. Luis, quer na aquisição de material quer no pagamento da mão de obra. As vantagens desse grande emprego da capital todos bem as conhecem. Além do mais, muita gente que, ao entrar para o serviço no Filipinho, não tinha ainda conhecimentos de qualquer ofício, está fazendo verdadeiro treino de aprendizagem, que muito lhe poderá servir para o futuro. E assim, repetimos, unicamente as obras de construção do grupo residencial do Filipinho já vêm, de há muito, beneficiando a nossa gente (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Esse processo de urbanização era contraditório, pois o trabalhador, ao mesmo tempo que usufruía de tais benefícios, permanecia segregado e refém daqueles que direcionavam as instâncias do poder político e o domínio econômico. O operário, essencial como “força produtiva”, inserido em relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se tornaria um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas (Soto, 2009, p. 4).

As relações sociais e o modo de produção foram projetando uma mentalidade preconceituosa sobre a periferia, a partir dos referenciais imagéticos construídos a partir da concepção de subúrbio. Assim, ao final da reportagem, foi incluída uma nota explicativa valorizando todos os envolvidos que contribuíram para concretizar os projetos e planos para a construção do bairro do Filipinho (Jornal O Imparcial, 29 de janeiro de 1950).

Não quis, o Dr. Ramy Archer, frisou o Dr. Paulo Milet, que o conjunto residencial de S. Luiz ficasse aquém do construído em Coelho Neto no Rio de Janeiro, onde todos esses aspectos foram estudados e solucionados. Teremos, assim, a repetição em nossa cidade, de tudo quanto **moderna urbanística e o progresso do conforto exigem em tais casos.**

Estamos, pois, diante de uma obra eminente social, que a clarividência do presidente Gaspar Dutra prestigiou e que constitui uma das mais sólidas bases do seu programa de governo, ficando a nossa gente grata aos serviços do senador Vitorino Freire e do engenheiro Remy Archer no sentido de que se **tornasse uma realidade e aspiração da laboriosa classe dos comerciários, que terá condigna moradia para si e suas famílias em magnífico conjunto residencial.** Filipinho (Jornal O Imparcial, 29 de Janeiro de 1950).

Com base na discussão sobre a construção do bairro do Filipinho e nas declarações dos idealizadores desse projeto, podemos concluir que a relação dialética entre o modo de produção e os beneficiados pelo desenvolvimento urbano não atendia às necessidades sociais de forma ampla, mas sim privilegiava uma categoria elitizada, especialmente os comerciantes. Isso reforça a ideia de que “o urbanismo e seus planejadores são os piores inimigos do urbano, pois funcionam como instrumentos estratégicos do Estado e do capitalismo” — um

entendimento que se encaixa na lógica da relação entre centro e periferia, conforme ilustrado na imagem abaixo (Soto, 2009, p. 4).

Figura 40 - Bairro Periférico e a Estrada de Ferro em 1950



Fonte : Foto.azoubel_acervo, reproduzida por Dreyfus Azoubel.21de Junho de 2022.

Observamos um bairro periférico sem uma localização precisa identificada, mas o redator indica que se trata de uma área próxima à antiga linha férrea da RFFSA. Ao compararmos essa região com o residencial Filipinho, tornam-se evidentes as marcantes desigualdades sociais. Enquanto um projeto habitacional foi planejado com casas de concreto armado, do outro lado encontramos moradias de barro com coberturas de palha, sem pavimentação, infraestrutura básica ou planejamento urbano adequado. A imagem também evidencia o movimento diário de pessoas que transitavam por esses espaços, refletindo a ideia de que “o cotidiano é construído dentro do conflito da luta de representações” (Albuquerque, 2019, p.6).

Segundo Martins (2008, p. 50), “a periferia, enquanto tal, se mobiliza em negação ao progresso e à emancipação social prometidos pela modernidade e pela urbanização”. No entanto, esse processo é contraditório, pois beneficia determinados grupos enquanto marginaliza outros. Diante dessas transformações, abre-se uma oportunidade para que as classes subalternas reivindiquem o reconhecimento de seu abandono e cobrem providências das autoridades competentes.

O bairro Fé em Deus, historicamente considerado uma área periférica da cidade, passou a ganhar protagonismo em meio às indecisões políticas que marcavam o estado. Isso nos leva a refletir sobre como as mobilizações sociais não se limitaram às regiões centrais, mas também se estenderam para outras partes da cidade. Esse movimento teve um impacto positivo,

pressionando os governantes a direcionarem investimentos em melhorias urbanas, infraestrutura e saneamento básico para bairros que reivindicavam essas necessidades (Jornal do Povo, 03 de Setembro de 1950).



Fonte: Jornal do Povo, 03 de Setembro de 1950.

A descrição do Jornal do Povo¹³ apresenta o subtema “Queremos Getúlio e Ademar, sendo Vitorino Freire repudiado pelos suburbanos”, evidenciando o apoio popular ao presidente da República, ao mesmo tempo em que denuncia problemas como a falta de infraestrutura, a ausência de pavimentação e o aumento excessivo dos impostos. Ao analisarmos as notícias divulgadas por esse periódico, percebe-se que a imprensa adotava uma postura mais voltada para as questões sociais, dando visibilidade aos apelos da população maranhense. O objetivo era destacar as disputas e revoltas que marcavam o cotidiano da cidade, especialmente nos bairros suburbanos.

O bairro Fé em Deus, mostra a quem o visite, um ambiente de verdadeira ojeriza ao situacionismo, especialmente ao senador Vitorino Freire. – Falam os moradores- Prestando declarações ao repórter, assim se expressou o Sr. Raimundo João Ramos, funcionário aposentado pelo Instituto dos marítimos:- Sou getulista 100% e nada me detém de votar no maior dos brasileiros que já governou o país. A ele, devo inúmeros benefícios. Minha família composta de 12 pessoas. Como o Sr. Vê, somos todos partidários do senador gaúcho e do governador Adhemar de Barros. O meu entusiasmo é demasiado pela causa oposicionista. Poucos ou nenhum correligionário a situação possuem neste bairro, Se temos luz, devemos-la a Getúlio à frente da presidência da República, que conseguimos-la tendo como governador do Maranhão, o Dr. paulo Ramos e na prefeitura da capital, o Dr. Pedro Neiva de Santana” (Jornal do Povo, 03 de Setembro de 1950).

Dessa forma, a popularidade de Getúlio Vargas e de seus supostos representantes ao governo do estado cresceu, impulsionada pela esperança de que pudessem solucionar os problemas enfrentados diariamente pelos bairros. Esses locais buscavam transformar a

¹³ O jornal do Povo, foi fundado em 1950, tinha em seu subtítulo contra a opressão e justiça social, as suas notícias tratavam sobre assuntos políticos, teve como diretor José Neiva de Sousa, logo depois passou para a administração de Neiva Moreira. O jornal fazia oposição a Vitorino Freire e a seu grupo, tecia fortes críticas ao Vitorinismo, em instituir no Estado a corrupção e o autoritarismo. O periódico seguia uma corrente nacionalista e tinha oposição o comunismo, e saiu de circulação após o golpe militar de 1964(Maranhão, 2007, p.30)

realidade caótica em que estavam inseridos, especialmente porque, nos anos anteriores, as poucas reformas urbanísticas realizadas não contemplavam as regiões suburbanas

Ruas esburacadas e sujas “nota-se ali, o descuido da administração municipal para com o povo. Falta-nos tudo – exclamam os residentes –pois, o Dr, Costa Rodrigues não olha para as necessidade alheias. - O aumento demasiado de impostos – “Até mesmo as construções de casas, obriga-nos o prefeito a paralisa-las, em face do aumento extorsivo de impostos. Vivemos asfixiados de tantos tributos. Pagamos taxas de lepra, e o resultado é o que se vê: os infelizes hanseanos a desfilar pelas ruas em passeata da fome. É uma vergonha isto para o nosso Estado. – Casas destruídas dentro da Lama- Muito próximo daqui, cerca de 40 famílias, algumas numerosas, moram dentro da lama, sujeitas a toda sorte de doenças e misérias, e o governo finge ignorar o que se passa. As crianças, por falta de recursos dos pais, ficam impossibilitadas de frequentar escolas, tornando-se criaturas transviadas e inteiramente divorciada dos estudos” (Jornal do Povo, 03 de Setembro de 1950).

Percebemos que, com a concretização desses projetos políticos, o povo conclama novamente Adhemar de Barros e a figura de Getúlio Vargas. Todos esses acontecimentos contribuíram ativamente para que Adhemar de Barros lançasse sua candidatura à presidência da República, cujo objetivo era implementar uma política de inclusão social.

O que se sucederá no decorrer dessa trajetória serão as constantes disputas políticas, em que o contexto sociocultural ora aparecerá subjugado, ora atuará de forma ativa nos entraves políticos maranhenses. O jornal, em suas notícias, deu protagonismo aos sujeitos excluídos, que, durante muito tempo, vinham relutando para que as reformas urbanas os alcançassem.

Já era de se esperar que os candidatos ligados ao vitorinismo lutariam com grande força para impedir qualquer intromissão das conjunturas políticas opositoras que tentassem se infiltrar no Maranhão. Porém, a situação piorou quando Vitorino Freire apoiou a candidatura de Eugênio Barros e, com o resultado das urnas, este saiu vencedor, pertencendo ao Partido Social Trabalhista.

Durante as disputas eleitorais daquele período, as oposições ligadas a Saturnino Belo acreditavam veementemente terem sido vítimas de fraudes e corrupção eleitoral, causando descontentamento e agitação entre os eleitores, pois “a campanha eleitoral de 1950 foi particularmente agitada e provocou forte interesse pela população, pois além dos cargos estaduais, governador, senador e deputados, ainda estava em jogo a sucessão presidencial” (Costa, 2006, p. 41).

O jornal O Imparcial, na edição de 8 de janeiro de 1950, corrobora essa informação ao esclarecer que Vitorino Freire estava descontente com a oposição, pois foi acusado de se apropriar de um imóvel, já que tinha grande aproximação com os membros da Pensão do Comércio e do Instituto de Aposentadoria, setores muito influentes naquele período. Conforme o exposto:



Fonte: Jornal O Imparcial. 08 de Janeiro de 1950

- “Não tomei parte nesse caso, como jamais me envolvi em outro assunto dessa natureza. Amigo que sou do presidente do instituto de Aposentadoria e Pensões dos comerciários nunca lhe pedi coisa alguma nem a ele ninguém recomendei, a não ser dois jornalistas, meus amigos, para aquisição de casa própria, de 200 a 300 mil cruzeiros. Minha interferência no caso foi apenas para defender um homem de bem como o engenheiro, Reny Archer, presidente daquela Autarquia, quando tive conhecimento de que se tratava de uma manobra de grande envergadura, comandada por um elemento da alta administração”. (Jornal o Imparcial 08 de Janeiro de 1950).

Devido à difícil situação que se desenrolava, Vitorino se autodefende, tendo em vista que, em 1951, a imprensa da época já se apresentava como uma grande articuladora dos embates políticos, evidenciando-se nos escritos de Erasmo Dias, redator-chefe do jornal O Combate: – “Procurava vergastar a imoralidade anquilosada que se encastelara no poder, entrosando a corrupção, praticando a fraude, louvando os mentecaptos e promovendo os mediócrs, denunciava o “despotismo” implementado no Maranhão por Vitorino Freire” (Machado, 1996, p.178, apud Costa, 2006, p.40).

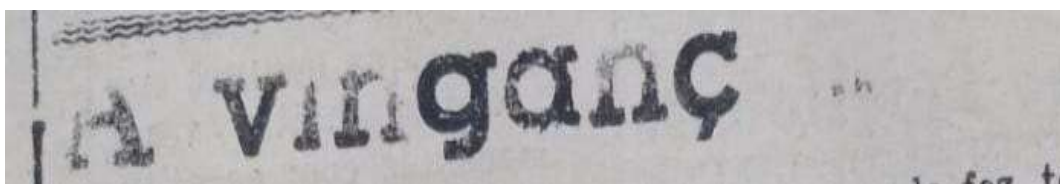
Porém, Eugênio Barros não se intimidou diante da situação. Pelo contrário, buscou construir sua agenda política, visando obter prestígio em outras cidades do Maranhão. Dentre elas, veio a São Luís com o intuito de conquistar bons resultados nas urnas para o cargo de governador do estado, o que favorecia a exclusão definitiva dos opositores do controle político e administrativo do Maranhão.

Esses litígios impactaram diversos setores da sociedade, principalmente nos aspectos de urbanização, infraestrutura e saneamento básico, refletindo diretamente nos bairros periféricos. Apesar da existência de outros partidos¹⁴ contrários à candidatura de Eugênio Barros, ele começou a lançar suas propostas políticas no Maranhão (Jornal O Imparcial, 11 de Janeiro de 1950).

¹⁴ O partido social progressista(PSP), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano(PR), Partido Trabalhista Brasileiro(PTB), Partido Libertador(PL), etc., são partidos que tinham forte oposição ao partido que tinha como apoio o senador Vitorino Freire

O Jornal do Povo, no dia 2 de Setembro de 1950 com o título “Romperemos com Vargas se ele apoiar Vitorino Freire” A intenção da imprensa era evidenciar as disputas políticas em curso, incentivando a participação da sociedade como protagonista nas decisões por meio de mobilizações para reverter as instabilidades e incertezas que marcavam o cenário político estadual. Sabe-se que as reformas urbanas estavam diretamente ligadas aos projetos políticos municipais, sendo realizadas em parceria com a administração pública. No entanto, caso essas parcerias não conseguissem equilibrar as divergências políticas, poderiam resultar na desapropriação de áreas urbanas, especialmente nos bairros periféricos, devido à falta de interesse dos governantes em investir nessas regiões.

No entanto, essa realidade estava longe de ser resolvida, pois os conflitos entre a sociedade civil e Vitorino Freire se intensificavam. O político era cada vez mais rejeitado pela população maranhense, conforme retratado pela imprensa da época (Jornal do Povo, 2 de Setembro de 1950).



Jornal do Povo, 2 de Setembro de 1950.

O fato é que desde o campo do Tirirical, até a praça Deodoro, Vitorino sentiu, através de manifestações concretas, o repúdio do nosso povo à sua pessoa. Verificou que, nem a própria morte atemorizam a nossa gente ou modificam seu pensamento e sua disposição de lutar pela libertação do nosso Estado. Vitorino sentiu isso e temeu repetir suas façanhas anteriores. Preferiu guardar-se em quatro paredes do mirante de Palácio a enfrentar o ódio dos maranhenses. Nada disse e nada fez, temendo as consequências. O ódio do povo tudo pode. Maquiavélico, porém, na solidão do seu isolamento em palácio, Vitorino arquitetava planos para uma nova vingança (Jornal do Povo, 2 de Setembro de 1950).

O Jornal do Povo destaca que Vitorino Freire utilizou estrategicamente o apoio de Getúlio Vargas para consolidar suas articulações e influências políticas no Maranhão, o que, consequentemente, ampliou o descontentamento da população com o presidente da República. No entanto, muitos acreditavam que essa aliança não passava de uma manobra política para fortalecer suas estratégias de poder no estado. Vale ressaltar que, naquele período, o candidato apoiado por Vitorino Freire era Eugênio Barros (Jornal do Povo, 2 de setembro de 1950).



Fonte: Jornal do Povo, 2 de Setembro de 1950.

O repórter que esteve na caravana do Sr. Cristino Machado, no Maranhão, disse em “O jornal “o seguinte: Não deixa de ser delicada a situação política do Maranhão em relação à candidatura do PSD, em virtude da forte oposição do povo maranhense ao Sr. Vitorino Freire, notadamente em S. Luiz”. Empresta-se nos círculos políticos grande importância aos comentários da imprensa carioca sobre a frieza da recepção do Sr. Cristiano Machado, motivada pela alergia dos maranhenses ao Sr. Vitorino Freire. (Jornal do Povo, 2 de Setembro de 1950).

Em resposta a esses descontentamentos, a sociedade organizou movimentos sociais que, após a posse de Eugênio Barros, intensificaram a pressão sobre o Tribunal Superior Eleitoral para que investigasse e anulasse o resultado das eleições, marcadas por fraudes. A situação tornou-se tão crítica que foi necessária a presença da guarda militar para conter as revoltas populares, que protestavam contra os abusos eleitorais. Segundo Neiva Moreira (Jornal do Povo, 24 de setembro de 1950):



Fonte: Jornal do Povo, 24 de Setembro de 1950

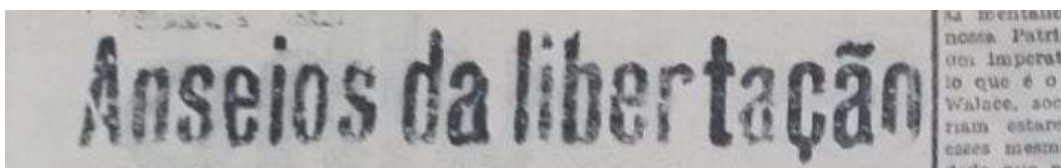
Se os Juízes preferem a comodidade das situações aparentemente fáceis, então é que tudo está perdido. Quando a justiça se curva à tirania, temos de transferir a outros poderes a força das decisões. Esse poder não pode ser outro que não o povo. Não estamos, com isso, pregando a guerra civil e nem a desobediência às instituições, senão reivindicando direitos espoliados. A coligação acaba de formular um pedido de garantias ao Supremo Tribunal Eleitoral. Vamos bater a última porta, porque os nossos Juízes, pelo menos parte deles, cortaram as antenas que lhes possibilitava ouvir esse clamor que vem da consciência cívica de um povo rebelado (Jornal do Povo, 24 de Setembro de 1950).

É evidente que a sociedade civil não permaneceu inerte diante da situação. Os partidos que se opunham às manobras políticas de Vitorino Freire e ao resultado das eleições recorreram ao Supremo Tribunal Eleitoral, buscando uma alternativa para dismantlar o esquema político que se consolidava no Maranhão.

A imprensa da época acompanhava de perto os acontecimentos, refletindo o desejo da população de definir, de forma legítima, o futuro do estado. O anseio do povo maranhense era

assumir o protagonismo de sua própria história, rompendo com as artimanhas de uma política que, segundo a historiografia maranhense, foi marcada por “um período maculado por corrupção, repressão a dissidências e incompetência administrativa” (Martins, 2008, p. 12).

Dessa forma, essas inquietações se fortaleceram com a participação ativa do povo na imprensa da época. Conforme relatado pelos noticiários, a população não apenas acompanhava os desdobramentos, mas também interferia diretamente nas decisões políticas, ocupando ruas e praças na tentativa de fazer suas vozes serem ouvidas (Jornal do Povo, 29 de setembro de 1950).



Fonte; Jornal do Povo, 29 de Setembro de 1950.

Está para raiar, no Maranhão, a luminosa aurora de sua reconquista política. A ideia de que, dentro em breve, seremos donos de nós mesmos, sem intrusos nos dominando, sem forasteiros nos oprimindo, sem algozes nos submetendo e sem aventureiros nos conspirando as gloriosas tradições, e estaremos reintegrados na senda de nossa destinação, para ocuparmos o lugar de destaque que o determinismo histórico a nós nos reservou, como terra-berço da inteligência e da cultura. A ideia dessa libertação nos empolga e nos arrebenta!

Estamos-é bem de ver- nesta luta desigual contra a opressão, vencendo as mais desmarcadas dificuldades, inclusive principalmente aquelas que promanam da subserviência dos caracteres frágeis e, por isso mesmo, ávidos de recompensas materiais, com isso, rebaixando o nível moral e a nossa dignidade de povo culto e amante das liberdades essenciais. Mas vamos vencendo- e venceremos, a despeito de todas as maquinações da burla, de todas tramas do embuste, de todos os intentos da fraude, de todas as conjuras das forças do mal e de todos os ardís da abjeção.

O maranhão está mobilizando e de pé, aguardando, apenas, o momento de depositar nas urnas as cédulas de sua redenção. Todos os corações se acham possuídos e um só anélio- a reconquista; de um só desejo- o restauramento; de uma só aspiração – o reencontro com o nosso passado. E nesse ritmo uníssono, marchamos, decididos, para a realização dos nossos mais ardentes desejos, na hora presente: a eliminação de um nome que nos enxovalha as tradições, maculando-se com as suas imposturas, as suas basófras, os seus aleives, as suas vaidades e os seus embustes. Em suma, conspirando-se com a sua presença! (Jornal do Povo, 29 de Setembro de 1950).

De acordo com o Jornal do Povo, a sociedade civil se mobilizou para se libertar do domínio das elites oligárquicas, que, por sua vez, continuavam a se fortalecer. No entanto, essa mobilização resultou em um clima crescente de descontentamento e pressão, tanto por parte da população quanto daqueles que buscavam desarticular os aliados de Vitorino Freire no poder, percebidos como uma ameaça pela oposição (Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950).



Fonte: Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950.

Sem a arte e sem a contra mão, chegou, ontem, o senador chefe da copa e cozinha do catete. Está aqui, portanto, ao lado dos atemorizados oficiais do seu estado-maior, para comanda do pleito- eufemismo que encobre a verdadeira finalidade de sua estadia entre nós: dirigira fraude. Pleito limpo significa derrota, no duro- e o senador, só admite limpeza na sua mais suja concepção, aqui está para dar os últimos retoques nos golpes baixíssimos com que pretende burlar a livre manifestação do povo maranhense, que é de inteira repulsa à sua pessoa e aos seus processos.

Sabe que já perdeu, e que, desde a noite em que os seus sicários comandaram, na praça pública, a chacina entre o povo, este lhe traçou o destino irrecorrível: a prescrição total.

Daí, o seu desespero, abandonando as armas legais, para em vez delas, atirar mancheias de areia nos olhos incautos.

Sabe igualmente que a consciência nacional o tem sob sua linha de visada, seguindo-o nos seus menores movimentos, e, por isso, com o resto de prestígio que ainda desfruta, atira-se a grandes deslocamentos de fundo falso-para impressionar a arma do efeito.

A alucinação leva-o à perfeição do artista, pois é no próximo da crise que lhe aprimoram os dotes naturais de grande farsista, na sua virtuosidade de imprudente, que não mede fronteiras para alcançar o objetivo visado.

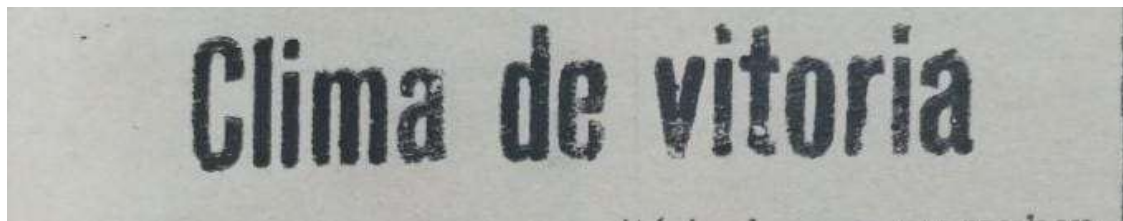
E é por isso que o Maranhão o repudia! (Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950).

Desse modo, já se delineava a irreverência da sociedade em relação ao senador Vitorino Freire, que passou a ser considerado um fascista, ou seja, alguém cuja postura não era íntegra o suficiente para intervir nas decisões políticas do estado. Essa percepção gerou fortes ambiguidades e divisões dentro da sociedade civil, como afirma Costa (2006, p. 95).

Pois, de um lado, o povo maranhense, representado como “naturalmente” livre e patriótico, sempre disposto a se rebelar contra a injustiça e a opressão; de outro, os homens públicos da terra, de elevada moral e decadência política, políticos capazes de se projetar no cenário nacional em virtude de suas qualidades pessoais, projetando simultaneamente o prestígio da terça-berço” (Costa, 2006, p. 95).

Os aliados de Vitorino não tinham condições de permanecer na administração do estado, pois, além de suas incompatibilidades políticas, ainda se conservava um forte apego à tradição e à singularidade da cidade.

Porém, até aquele momento, as ideias projetadas sobre a cidade tomaram novos rumos, marcados por crises e disputas políticas. Esse clima de agitação despertou na sociedade a esperança de que poderiam sair vitoriosos diante das disputas políticas, ou seja, retirar de uma vez os aliados de Vitorino do poder (Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950).



Fonte: Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950.

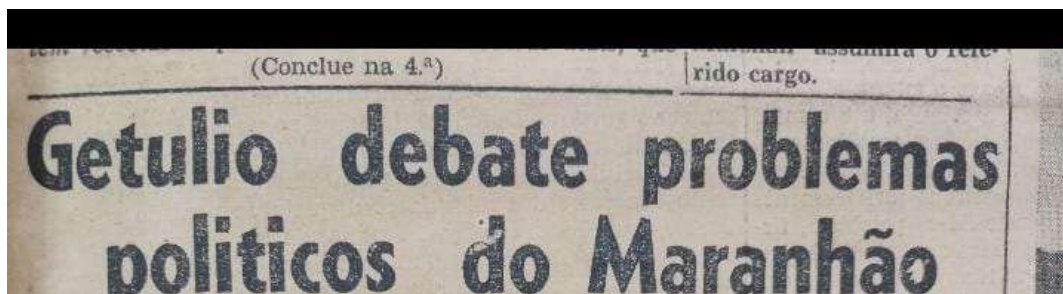
O clima de confiança na vitória do povo maranhense é de tal modo manifesta a patente que, se deixarem as urnas falar, dentro dos rígidos preceitos do código eleitoral, a derrota do opressor intruso será a mais fragorosa jamais registrada nos anais políticos da terra de Benedito Leite. De todas as classes, desde a mais elevada- pela economia ou pelo nível intelectual- até a mais humilde, um sentimento unânime denomina todas as consciências: livrar o Maranhão da infâmia que sobre ele se abateu; nas mas tremenda provação de toda a sua acidentada história de providência ilustre. Um elo de esforço comum une assim a coletividade maranhense, tornando-a coesa para a conjura do mal que tanto aflige. E a sensação do perigo, repassada na experiência de uma duríssima lição, cujas consequências ai estão, massacrando a nossa dignidade e enodoando os nossos brios... e daí a certeza do clima de vitória. Só esperamos que as urnas se possam manifestar livremente. (Jornal do Povo, 19 de Setembro de 1950).

Era de se esperar que o clima se acirrasse, pois a campanha eleitoral de 1950 visava à ocupação dos cargos de governador, senador, deputados e presidente, o que facilitou para que a sociedade acompanhasse diretamente as decisões e possíveis imparcialidades que poderiam ocorrer. O referido jornal fez alusão a Benedito Leite, ícone da literatura e da arte maranhense, cuja memória se ressignifica em um contexto de batalhas e lutas políticas no estado. Seus escritos exaltaram as terras maranhenses, caracterizadas pela:

(re)invenção simbólica da tradição política estadual: de um lado, o povo maranhense, representado como “naturalmente” livre e patriótico, sempre disposto a se rebelar contra a injustiça e a oposição; de outro, os homens públicos da terra, de elevada moral e decência política, políticos capazes de se projetar no cenário nacional em virtude de suas qualidades pessoais, projetando simultaneamente o prestígio da terra- berço (Costa, 2006, p. 95).

Concomitantemente, nesse período, a alternativa conciliatória para apaziguar a situação política do estado foi buscar “soluções provisórias de negociações, esperando que Getúlio Vargas delegasse a retirada das tropas federais” (Costa, 2006, p. 46).

Porém, nesse clima de instabilidade, formou-se uma conjuntura entre representantes políticos. Veio ao Maranhão o ministro da Justiça, Negrão de Lima, para propor negociações, mas não houve uma decisão favorável, pois “qualquer rota de ação poderia aumentar a instabilidade e acirrar a crise do próprio governo Vargas”, de acordo com O Jornal do Povo, 13 de setembro de 1950.



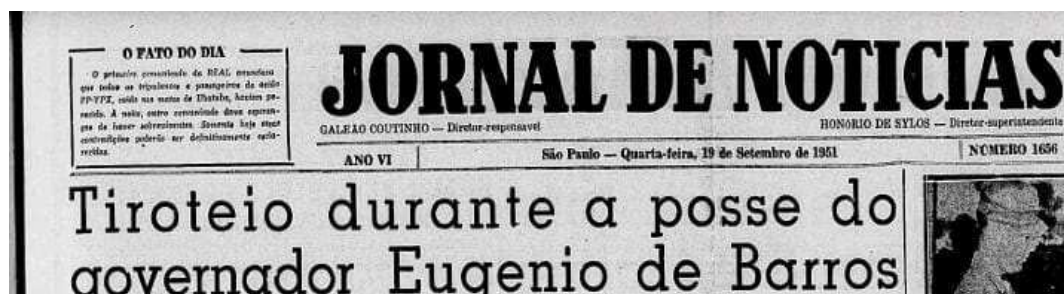
Fonte: Jornal do Povo, 13 de Setembro de 1950

Chegará, esta tarde, a Luís, em companhia de sua Exma. Esposa, o nosso eminente e amigo senador Evandro Viana, que vem se juntar com os demais líderes políticos oposicionistas para a etapa decisiva para a campanha libertadora. Apoiando a causa maranhense na hora mais incerta, quando era avassalante o poderio político dos nossos adversários. O senador maranhense Evandro Viana manteve uma conferência de quase duas horas, com o senador Getúlio Vargas, em presença do governador Adhemar de Barros. O representante maranhense tratou de problemas político do Estado, não só relacionados com a atual campanha como os que dizem respeito ao futuro governo (Jornal do povo, 13 de Setembro de 1950).

Apesar dessas agremiações e do apoio partidário, no contexto político nacional, Adhemar de Barros era uma grande ameaça a Getúlio Vargas, que estava lançando suas bases e propostas políticas para assumir a presidência do Brasil.

Porém, o que interessava no momento era destituir Eugênio Barros do poder e mostrar que as oposições esperavam da esfera nacional uma decisão cabível para tal situação, marcada por uma política fruto da desonestidade, de jogos de interesses pessoais e da manutenção do poder oligárquico, pois “apesar da pequena importância do Maranhão no contexto político nacional, qualquer rota de ação poderia aumentar a sua instabilidade e acirrar a crise do próprio governo Vargas” (Costa, 2006, p. 51).

O clima hostil após o resultado das eleições foi se intensificando, o que gerou uma série de conflitos entre a sociedade civil e aqueles que se opunham à posse de Eugênio Barros, de acordo com a seguinte matéria jornalística (Jornal de Notícias, 19 de Setembro de 1951).



Jornal de Notícias, 19 de Setembro de 1951.

Três mortos e mais dez feridos no conflito diante do palácio dos Leões, em São Luís- Incendiada a residência de um senador- As ruas da cidade patrulhas pelo exército. - A notícia mais detalhada sobre o assunto ao ministério da Justiça, cerca das 19 horas, transmitida pelo General Edgardinho de Azevedo Pinta, comandante da região. A confusão é ainda grande, impedindo de precisar outros detalhes. O policiamento da cidade está sendo feito pelo exército. Acentua ainda o general Edgardinho que entre os feridos, se encontra um sacerdote. Populares exaltados, segundo se anuncia, puseram fogo na residência do senador Arthur Neiva (Jornal de Notícias, 19 de Setembro de 1951).

Após esse clima de fragmentação política, Eugênio Barros se retrata, alegando que era necessário assumir de fato o cargo de governador do estado, pois o resultado das eleições foi consideravelmente satisfatório, representando uma via democrática e direta para salvaguardar a dignidade da Justiça Federal ao expor e validar os resultados das eleições sob a tutela do Tribunal Superior Eleitoral, salientando que:

Volto para o Maranhão certo de que as ameaças à minha vida têm de ser enfrentadas com a energia daqueles que estão com a consciência tranquila da honestidade de seus propósitos. O maranhão precisa de todos nós. Estou bem seguro de que a missão se pode prender às honrarias de um cargo. Quero junto ao meu povo, compartilhar dos seus problemas e tudo fazer para que **o meu Estado** se enquadre na harmonia do trabalho pelo Brasil, que o presidente Getúlio Vargas dirige de modo tão eficiente. Dentro desses propósitos, farei todos os sacrifícios e a opinião pública nacional, que de perto vêm acompanhando os acontecimentos no **meu estado**, será a melhor testemunha do meu espírito de renúncia e da minha intransigência, sempre que estiver em causa os compromissos assumidos com o povo e com a lei. (19 de Setembro de 1951) (Jornal O Estado de São Paulo, 25 de abril de 1951). (Grifo nosso).

É evidente que, no discurso proferido por Eugênio Barros, é preconizado o compromisso com as necessidades do povo, dentre elas, qualidade de vida, assistência social, saúde e educação. Tais propostas foram influenciadas pelos planos oriundos do governo Vargas como alternativa para implementar um governo assistencialista, tendo em vista que, de acordo com a imprensa, “o presidente Getúlio Vargas deu a maior prova possível de seu empenho em resolver este grave problema, que tanto afeta a ordem pública.” (Jornal O Estado de S. Paulo, 25 de abril de 1951).

Porém, diante de tal tentativa de resolver a situação política do Maranhão, eclodiram conflitos, greves e protestos no estado, o que contribuiu para o enfraquecimento de Eugênio Barros e sua desvantagem no cenário político.

Outro aspecto importante a ser sinalizado é a reconfiguração de alguns espaços, como a Praça Deodoro, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo. Intencionalmente ou não, nas décadas anteriores, esses locais foram alvo das propostas de urbanização dos governadores da cidade e, na década de 1950, passaram a ser espaços de militância, protestos e resistência, principalmente por parte daqueles que se sentiam alijados das decisões políticas. Essa situação

se intensificou com a morte dos estudantes João Moreno e João Evangelista Vieira, ativistas que participavam das mobilizações contra as fraudes eleitorais e a posse de Eugênio Barros como governador do estado (Jornal do Povo, 5 de setembro de 1950).



Fonte: Jornal do Povo, 05 de Setembro de 1950.

Considerando a condenável atuação política do Sr. Vitorino Freire no panorama nacional; considerado as ameaças constantes emanadas pelo citado senador contra homens de ideias; considerando a injustificável opressão feitas aqueles que se manifestam contra ele e seus comparsas, em todo o território nacional mormente no Maranhão, celeiro de bravos intelectuais se está sentindo vilipendiado ao presente; considerando as declarações indignas e infundadas do senhor Vitorino, contra Vossência e companheiros de luta. Considerando um clima irrespirável que ora angustia o Maranhão e que culminou com o brutal assassinio do vosso correligionário João Evangelista Vieira, os estudantes bahianos e maranhenses, aqui domiciliados, veem protestar veementemente contra todas as ações civis e ante- democráticas (Jornal do Povo, 05 de Setembro de 1950)

A partir desse ocorrido, não há como negar que a figura emblemática de Vitorino, como senador do estado, se descredenciava. Mesmo com as reivindicações sociais pedindo a intervenção das autoridades políticas para apaziguar os conflitos, não houve resultados satisfatórios, o que resultou na chacina do Largo do Carmo. Após o ocorrido, construiu-se uma singularidade, considerada “objeto de um processo de deslizamentos semânticos sucessivos, ensejados pela luta política e simbólica, até sua institucionalização enquanto Praça da Liberdade, espaço de múltiplas significações” (Costa, 2006).



Fonte Jornal do Povo, 05 de Setembro de 1950.

Outro assassinato ocorreu no bairro do João Paulo, que, assim como na década passada, passou por propostas de alargamento de avenidas e remodelação do espaço urbano. Assim, essas chacinas marcaram um período de resistência, luta e mobilização social, de acordo com Jornal do Povo, 5 de Setembro de 1950.

Um mês depois do assassinato covarde de João Evangelista Vieira, falecia no João Paulo, vítima das balas de agentes do governo outro homem do povo, o carreiro João Moreno, cujo assassinato abalou a opinião pública sanluizense pelos requintes da

brutalidade de que se revestiu. O que mais repugna nesse dramático desenlace é a impunidade que cerca o homem apontado como responsável pelo assassinato. Procura a polícia estabelecer confusão, tentando escamotear a responsabilidade do crime (Jornal do Povo, 05 de Setembro de 1950).

É notório que esses acontecimentos de cunho popular ajudaram a sociedade civil a demarcar suas bases de representatividade pela classe trabalhadora — composta por homens, mulheres e adolescentes —, tendo em vista que suas relações sociais estão arraigadas de forças simbólicas que se materializam como resultado dos conflitos e crimes ocorridos. Isso nos possibilitou descrever os novos olhares que se construíram a partir do espaço urbano, pela “mobilidade das relações de forças, onde os sujeitos ‘jogam’ no cotidiano com base em seu potencial criativo, desviando das trajetórias estabelecidas, resistindo ao que lhes é imposto e reconfigurando as relações de poder” (Certeau, 2008, p. 202).

Como mencionado até o momento, as disputas políticas no Estado reorganizavam-se em torno de uma atenção mais específica. Não podemos negar que as questões sociais estavam presentes em todas as circunstâncias, o que facilitou para que as autoridades municipais se eximissem de cumprir de forma eficiente suas funcionalidades administrativas, principalmente nos bairros periféricos. Desse modo, apresentaremos a realidade de alguns bairros marcados pela falta de infraestrutura e saneamento básico, conforme referenciado pelo (Jornal do Povo, em 23 de Setembro de 1950)



Fonte: Jornal do Povo, 23 de Setembro de 1950

O prefeito Costa Rodrigues também enfrentou forte oposição por parte da população, encontrando grande resistência entre os moradores dos subúrbios, o que descredenciou sua popularidade e enfraqueceu o possível apoio social para sua candidatura a Deputado Federal.

Em contato com vários bairros e subúrbios, nossa reportagem pôde apurar que as chapas do Sr. Costa Rodrigues estão sendo energicamente repelidas. Os moradores alegam aos agentes do prefeito que nenhum dos problemas dos seus bairros e subúrbios foi solucionado e só agora o Sr. Rodrigues aparece para pedir votos. Também na prefeitura é grande a oposição ao seu nome. Enchendo a repartição de funcionários com privilégios especiais, fê-los passar por cima de um grande número

de velhos serventuários que não tem acesso e continuam com os mesmos ordenados (Jornal do povo, 23 de Setembro de 1950).

Diante desses descontentamentos, é essencial destacar que os sujeitos passam a agir ativamente, influenciando diretamente as instâncias governamentais, especialmente quando as relações de poder se invertem. Nesse cenário, o subúrbio assume o protagonismo, tornando-se uma reprodução e um reflexo do espaço social. Suas práticas cotidianas passam a expressar uma nova modernidade, evidenciando diferentes perspectivas sobre o espaço social e expondo as desigualdades socioeconômicas existentes (Soto, 2009, p. 7).

Em 1951, houve uma greve no estado do Maranhão em decorrência dos embates políticos, o que gerou sérios descontentamentos e mobilizou diversas pessoas da sociedade civil em protestos e manifestações. Esses grupos também se reuniram nas praças Benedito Leite e Pedro II, consideradas lugares estratégicos, pois “a percepção e a construção do espaço público estão ligadas a três elementos de base: configuração espacial, poder e relações sociais” (Albuquerque, 2018, p. 29).

Figura 41 - Mobilização Social e as contradições eleitorais



Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, apud Slz Memória, Acesso em Novembro de 2024).

Na imagem acima percebemos várias pessoas se mobilizando a partir do resultado das eleições com a vitória de “Eugênio de Barros associado ao Partido social Trabalhista ligado a Vitorino Freire, frente as oposições coligadas, destacando s figura de Saturnino Belo, ex-interventor e ex- governador”. (Costa, 2006, p.4). Dito isso, os acontecimentos da política do estado do Maranhão repercutiu-se na imprensa de São Paulo, tendo em vista que resultou em um clima de protestos e massacres, como apresentaremos abaixo:

Figura 42- Desapropriação social e a pobreza em 1951



Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo
Fonte: Arquivo do Jornal Última Hora, Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, apud, Slz Memória.
Acesso em Outubro de 2024.

Na imagem, percebemos mulheres donas de casa, crianças com trajes rasgados e simples, e homens que aparentemente desenvolvem atividades ligadas ao campo. Também são nítidos objetos como baldes e cadeiras. Essa realidade retrata um imaginário de exclusão, representado pela imprensa com traços de pobreza e vulnerabilidade social; os sujeitos representados são reféns de uma política excludente.

A modernidade projetada pelos governantes assume uma concepção diferenciada nas partes periféricas da cidade e no campo. Nessa perspectiva, essa situação é caracterizada pela

desigualdade social, pela perda do direito de propriedade e, quando possuem habitação, pelas condições precárias.

Figura 43 - Casas de palha e sujeitos desabrigados



Fonte: Arquivo do Jornal Última Hora, Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, (1951) apud, Slz Memória. Acesso em Outubro de 2024.

Na imagem retrata uma região periférica de São Paulo é visível o número de casas de palha sendo demolida e desapropriada, no lugar estava presente, homens, mulheres, crianças e policiais. A lógica da modernidade marginaliza os que não são beneficiados pela proposta de inclusão social, pela não aplicabilidade de política pública direcionada aos bairros suburbanos e aos trabalhadores /moradores do campo.

Essas três imagens são símbolos de uma modernidade que ignora os interesses da população que ficaram à mercê das política de inclusão social. Percebemos um panorama

contraditório entre o urbano e o rural, o progresso e o retrocesso social. No contexto maranhense 1951, vivenciou realidades de vulnerabilidade social, pois:

Os subúrbios de São Luís- Diamante, Baixinha, Céu, Codozinho, Alto do Bode, Vila operaria, etc, apertados entre os manguezais do Anil e do Bacanga, Zonas pouco hospitaleiras, que vivem subordinadas ao fluxo e ao refluxo das marés. É o trecho em que as habitações mais pobres-casas- pau- a pique, cobertas com palmas de babaçu- aparecem com frequência a atestar o baixo nível de vida de seus moradores, em sua maioria gente de cor negra. A chamada Vila das Macaúbas constitui um aglomerado de verdadeiras palafitas, por se achar colocada dentro do próprio manguezal (Azevedo, 1951, apud Costa, 2006, p. 154).

Em decorrência das disputas políticas no Maranhão, os bairros Goiabal, Caratatiua e áreas da Madre Deus, que foram alvo de revoltas e conflitos, o que resultou no incêndio de várias casas. Porém, não foi possível identificar os verdadeiros culpados que atearam fogo nas moradias, pois era havia um clima de insatisfação com a vitória de Eugênio de Barros e aos opositores defensores de Saturnino Belo.

2.4 O desenvolvimento arquitetônico da cidade frente e às questões agrárias no governo de Juscelino Kubistchek.

A partir de 1950 os projetos de expansão da cidade começaram a se tornar mais evidentes, pois preconizava-se a ideia de solidificar a modernidade. Esses anseios tiveram como ponto de partida os interesses e as influências do Poder Executivo Federal em patrocinar e financiar algumas obras arquitetônicas.

Essas mudanças rumo à modernidade tinham por objetivo impulsionar, no Maranhão, uma rede de relações voltadas para o progresso, o desenvolvimento urbano e a sustentabilidade, principalmente com a construção de rodovias, de acordo com o que nos sinaliza a Prefeitura de São Luís (2008, p. 4).

Na década de 1950, com o país redemocratizado, muitas intervenções urbanas ocorreram em São Luís e decorreram de investimentos regionais, principalmente a implantação de rodovias e ferrovias que ligavam a capital a outras cidades do interior e de outros estados. A cidade se transformou num polo atrativo às populações do interior do estado. A partir daí se observou forte crescimento do contingente populacional de São Luís, contribuindo para elevação do número das ocupações habitacionais na capital (Prefeitura de São Luís, 2008, p. 4).

As intervenções urbanas implementadas na cidade tomaram proporções maiores, principalmente com a construção de núcleos habitacionais, em consequência da desobstrução das áreas centrais da cidade. Isso ocorreu por meio da Lei nº 171, de 3 de março de 1950, que

reorganizou os locais de ocupação, denominando-os como zonas urbanas, suburbanas e rurais dos distritos administrativos de São Luís e Anil (Câmara dos Deputados, 2019).

Segundo informa Diniz (2015, p. 2) na implementação do plano de extensão da cidade de São Luís, houve a influência do congresso Nacional de arquitetura Moderna que interpretou e aprovou a carta de Atenas, que serviu como diretriz para mudar os espaços urbanos da cidade. Durante a conferência na França, coordenada por Le Corbusier, foi feito a releitura do plano, e teve como objetivo, lançar paradigmas para uma cidade funcional, pois o plano, foi publicado dez anos após o evento e republicado em 1957.

Figura 44 - Palácio da Cultura



Fonte: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo? id=441766&view=detalhes>.

A imagem acima, foi retirada do site do IBGE A construção do Palácio da Cultura, oficialmente chamado Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller, localizado no centro da cidade, insere-se na arquitetura moderna. O edifício abriga, entre seus compartimentos, a Biblioteca Pública do Estado de Boa Vista, além de espaços destinados a oficinas de teatro e exposições de arte, como fotografia, cerâmica e artesanato (IBGE, 2015).

Com a construção do Palácio, o local assume uma funcionalidade cultural e serve como um ícone emblemático da concepção de cidade projetada por meio da arquitetura moderna. Esse modelo de modernidade, direcionado para atender aos interesses das elites, levanta um questionamento: será que as pessoas de menor projeção social teriam a oportunidade de se inserir nessa dinâmica modernizadora? Compreendemos que a modernidade pensada nesse momento não contemplava os interesses dos que moravam nas periferias.

Para buscarmos entender as possíveis representações que se constroem nas cidades, a posição de determinado “agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele

ocupa nos diferentes campos, na distribuição dos poderes que atuam sobre cada um deles, seja no capital simbólico” (Bourdieu, 2007, p. 134).

Nessa linha de influências, Oscar Niemeyer começa a se destacar como figura primordial no contexto arquitetônico, tendo como pano de fundo as influências do modernismo, que vinha ganhando espaço no Brasil desde a década de 1920 e alcançou grande projeção com a construção da cidade de Brasília. Esta pode ser considerada uma “cidade orgânica, ou seja, uma estrutura urbana concebida a partir da adoção de uma ideia matriz”, e, a partir dessa concepção, serve como referencial para outras cidades (Moreira, 2017, p. 23).

Na primeira fase da construção do Palácio da Cultura, observavam-se características da arquitetura moderna, trazendo uma nova dimensão estética. Nessa perspectiva, Le Corbusier sofre críticas por parte de Oscar Niemeyer, pois as colunas que haviam sido planejadas não se adequavam à projeção estética da obra, como esclarece Corrêa (2004, p. 18):

Se dependesse só de Le Corbusier, as colunas do ministério teriam quatro metros de altura. Elas têm dez por intervenção de Niemeyer, que rascunhou a mudança num pedaço de papel, amarrotou-o e o jogou pela janela. Lúcio Costa mandou buscar na rua o desenho amarfanhado. Uma década mais tarde, em 1947, Niemeyer e Le Corbusier trocariam de papéis. Foi o brasileiro que traçou todo o conjunto das nações Unidas em Nova York, O Suíço (Le Corbusier) que deu alguns retoques no projeto. E, por insistência de Niemeyer, ambos assinaram a obra (Corrêa, 2004, p. 18).

Figura 45 – Palácio do Planalto 1958



Fonte: NIEMEYER FILHO, Oscar. Palácio do Planalto e Palácio do Supremo Tribunal. Módulo, Rio de Janeiro, v.2, n.10, p.8, ago.1958. Acesso em 10 de Outubro de 2024.

O Palácio do Planalto começou a ser construído no dia 10 de julho de 1958 e foi concluído em 1960. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, destacou-se pelos traçados horizontais. O prédio encanta pela beleza das colunas, assim definidas nas palavras do próprio

arquiteto: “Leves como penas pousando no chão¹⁵”. A relação entre Le Corbusier e Niemeyer contribuiu significativamente para que o presidente Juscelino Kubitschek contratasse os serviços de Niemeyer, em 1955, para a construção da cidade de Brasília.

Percebemos que essa construção teve como objetivo a integração dos demais estados nessas teias de relações de poder político-administrativo, dentro de um projeto homogeneizador de um estado forte, centralizado na perspectiva de modernização, industrialização e desenvolvimento. Esse ideal foi sintetizado no slogan “cinquenta anos em cinco”, justificado pelos planos de metas a serem executados.

Figura 46 - Oscar Niemeyer e o projeto da cidade de Brasília



Fonte: Revista nossa História 2004, p.18.

A ilustração acima, datada da década de 1950, nos mostra o exato momento em que Oscar Niemeyer apresenta o plano de construção da cidade de Brasília ao presidente Juscelino Kubitschek. Estiveram presentes Lúcio Costa e Israel Pinheiro. Segundo a revista *Nossa História*, a obra, considerada a capital mais bela do mundo, possui uma grande peculiaridade. Por meio do relato do presidente do IAB/Distrito Federal no período de 2008 e 2009, destaca-se a exuberância da cidade (Guias de Obras, 2010, p. 15):

A obra de Oscar Niemeyer em Brasília já nasceu acervo, feito fruto de talento genial. É histórica, porquanto marco monumental de uma era grandiosa. Original, posto que eivada de brasilidade. Tão bela quanto singela. Impressionante na leveza. Inesgotável na fecundidade criativa. Sublime no traço. Envolve na curva. Generosa na

¹⁵ Palácio do Planalto: O Palácio do Planalto é a sede do Poder Executivo Federal, local de trabalho do Presidente da República do Brasil. Disponível < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/palacios-e-residencias/palacio-do-planalto>. >. Acesso em: 10 de Outubro de 2024.

infinidade do espaço. Visível na luminosidade de tantos horizontes. Incompleta porque genuinamente humana. Tem tudo para ser admirada. Visitá-la é privilégio. Conhecê-la é emoção indizível. Neste guia o IAB-DF reúne os elementos informativos que explicam o significado e a coerência da produção arquitetônica singular do grande mestre. Solte o coração, liberte a alma para viver a experiência do belo na incomparável expressão estética do concreto e na concretude da obra-prima tombada como patrimônio da humanidade (Guias de Obras, 2010, p. 15)

Quando associamos a cidade de Brasília à marca da modernidade e, ao mesmo tempo, à perspectiva monumental, essa categorização nos revela que o espaço social e urbano carrega consigo uma projeção política, memorável e arquitetônica. De certa forma, trata-se da “marca do testemunho local, interligada a acontecimentos históricos, ficando arraigada à significação cultural mediante o tempo de demarcação” (Carta de Veneza, 1964, art. 1).

Nessa projeção, a cidade de Brasília passa a ser uma referência arquitetônica para outros estados, tendo como idealizador e executor desse projeto de modernização o presidente Juscelino Kubitschek. A imagem que se formou em torno do presidente da República se materializou com a construção de pontes erguidas em sua homenagem, sendo a primeira construída em 1957. Essas construções, carregadas de simbolismo, fazem parte da arquitetura monumental e têm servido como publicidade para o poder de governantes e ideologias dominantes (Alvarez, 1991, apud Rodrigues, 2009, p. 5).

Figura 47 - Ponte Juscelino Kubitschek como eixo de ligação ao Rio Poty Hotel- Teresina (antiga).



Fonte: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2015/04/29/ponte-juscelinokubitschek-teresinapi/>.

A imagem mostra a Ponte Juscelino Kubitschek em uma área arborizada e em um espaço geográfico planejado. No fundo da imagem, é possível observar um determinado local ao longe. A partir desse referencial, a Ponte JK, que inicialmente era de madeira, “sendo constituída por três arcos triarticulados de 60,4 m de vão e extensão total de 202,5 m.” Com o passar do tempo, a estrutura foi se deteriorando, tornando-se necessária sua readequação para concreto, de acordo com o IBGE (2015).

A Ponte Juscelino Kubitschek, inaugurada em janeiro de 1957, é a mais velha das pontes existentes que interligam as duas partes da Capital: Centro, na Avenida Frei Serafim, e Zona Leste, na Avenida João XXIII. Esta Ponte é feita de concreto armado e é constituída por três arcos rearticulados. Posteriormente construíram uma segunda, ao lado daquela, duplicando a capacidade do fluxo de veículos. Ponte também conhecida como Ponte da Frei Serafim (IBGE, 2015).

Ao abordarmos a construção da ponte, que tinha por finalidade melhorar a urbanização e a pavimentação da cidade, percebemos que ela se tornou um ícone memorável de um legado presidencial. Sua construção contribuiu para conservar a marca de um contexto político no Brasil. Outro aspecto importante é que a ponte foi projetada com uma materialidade técnica específica, utilizando concreto armado, o que aperfeiçoou as construções arquitetônicas:

O concreto foi o principal protagonista da arquitetura moderna brasileira. Grande parte do sucesso que a nossa arquitetura obteve no mundo foi devido à maestria com que esta técnica foi desenvolvida no país e ao fértil diálogo estabelecido entre engenheiros e arquitetos. (Herbster, 2012, p. 10).

A figura de Juscelino Kubitschek foi muito influente na trajetória política do país, principalmente por sua política expansionista, que incluiu as seguintes propostas: “instalação de hidrelétrica, liberação de verbas sem cortes para a região, criação de núcleos coloniais, construção de casas para os trabalhadores, programas de indústria animal” (Fausto, 1991, p. 163). Desse modo, o presidente buscou construir para si legitimidade e reconhecimento ao longo do tempo. Porém, nem tudo o que foi planejado se concretizou em seu governo.

Entendemos que essas reformas urbanas foram alternativas para superar um espaço social periférico, dando evidência à construção de pontes no dinamismo da modernidade, que sobrepõe a lógica fragmentada e arcaica desses lugares. Tendo como meio de superação dessas barreiras periféricas, as pontes são elos que facilitam a mobilização social, principalmente por parte da elite, através do:

Processo de regulamentação do solo, tendo o Estado, na participação direta, corresponsável pela regulamentação desses espaços, tendo como objetivo atender os interesses do capital, levando a negação das necessidades dos que moram e trabalham nessas áreas (Burnett, 2008, p. 94).

Com as mudanças ocorridas no espaço urbano, as pessoas que transitavam por esses locais, de forma inocente ou não, estavam atreladas à lógica da “produção desses espaços

urbanos, regulamentada por ações pretendidas e não pretendidas”. Isso nos leva a analisar como o cotidiano é pensado e construído através das diversas representações e percepções sobre a realidade na qual os sujeitos estão inseridos (Gottdiener, 1993, p. 288 apud Burnett, 2008, p. 94).

No que diz respeito às ações pretendidas, estas estão alinhadas às responsabilidades do Estado de operacionalizar e direcionar projetos de urbanização que reformulem a amplitude dos locais denominados áreas centrais. Nesse contexto, as pontes desempenham um papel fundamental, interligando diferentes extremidades dentro da lógica da “capitalização dos espaços” (Burnett, 2008, p. 17).

O termo “capitalização dos espaços” está associado aos interesses econômicos e às agremiações políticas que se concentram em uma política urbana voltada para promover o bem-estar social, porém restrito àqueles que residem e transitam por esses espaços. Já as ações não pretendidas podem ser compreendidas quando, de forma sutil, o Estado direciona seus planejamentos de maneira segregacionista, criando uma polarização entre aqueles que são beneficiados pelos interesses do capital e aqueles que sentem, de forma negativa, os impactos das mudanças estruturais desses locais (Burnett, 2008, p. 17).

Outro fator que merece análise é que o Estado direciona seus projetos de forma intencional e executa suas ações atendendo às necessidades das estruturas sociais dominantes. Muitas vezes, é responsável pelo uso que os sujeitos fazem desses espaços, pois “o que se projeta a respeito da cidade reflete diretamente nas representações que a modernidade proporciona, tendo em vista que as questões simbólicas construídas dentro do espaço pressupõem uma relação entre um lugar e outro” (Giddens, 1991).

É evidente que as reformas urbanas realizadas nas grandes metrópoles serviram como modelo para outras cidades, tendo como estopim a modernidade, caracterizada e representada pelas construções monumentais e pelas reformulações do espaço urbano. Porém, a modernidade deve ser pensada como um campo de questionamentos e autocríticas, sendo operacionalizada através da modernização e tendo as pontes inseridas no projeto modernizador da cidade.

Nesse contexto, as pontes também fazem com que a cidade desenvolva outras particularidades, especialmente ao atender às exigências e intermediações do mercado capitalista, dentro de um jogo de oferta, consumo e desintegração social daqueles que não conseguem lidar com os impactos dessas transformações, como percebemos a seguir:

Figura 48 - Ponte Juscelino Kubitschek como eixo de Ligação ao Rio Poty Hotel- Teresina (revitalizada)



Fonte: <https://www.mobilize.org.br/estudos/196/proposta-ampliacao-da-ponte-jk.html>

A ponte acima está localizada na parte central de Teresina, tendo como finalidade facilitar o traslado das pessoas, intermediando outras áreas de moradia, como as zonas Leste e Oeste. Percebemos um fluxo constante de automóveis, pedestres e ciclistas. A Ponte JK contribuiu para a expansão de outras regiões, principalmente dos centros comerciais. Nesse contexto, destaca-se a Avenida Frei Serafim, símbolo desse crescimento urbanístico, tendo a Ponte JK como um marco patrimonial para a cidade, conforme Rodrigues (2015) afirma:

Considera-se que a Ponte JK possui importância global para a cidade de Teresina, uma vez que além de grande importância histórica e patrimonial no desenvolvimento da cidade, conecta diretamente regiões de moradia e de trabalho, de forma que o bom funcionamento da cidade e realização das atividades cotidianas de comércio e serviço depende da vazão de veículos sobre a Ponte JK. Dessa forma, qualquer alteração nessa ponte influencia diretamente a vida de milhares de Teresinenses, sendo de suma importância o correto planejamento de qualquer modificação a ser feita, bem como a previsão de eventuais impactos socioambientais. (Rodrigues, 2015). (Grifo nosso).

A construção da Ponte JK é, sem dúvidas, um grande referencial para a cidade de Teresina, carregando consigo um slogan de desenvolvimento e um legado patrimonial, inserido no cotidiano das pessoas. As diversas experiências dos que transitam por esses espaços tornam

impossível separar a materialidade do significado atribuído à ponte, pois “a modernidade é permeada de contrassensos, quebras, mas também de continuidades” (Silva, 2019, p. 221).

A construção de pontes é, sem dúvidas, um símbolo da modernidade, seja em concreto ou em estrutura metálica. O importante era demonstrar que, assim como a modernidade crescia, a personalidade de Juscelino também adquiria grande prestígio.

Figura 49 - Ponte Juscelino Kubitschek com Estrutura Metálica



Fonte: IBGE 2016. Acesso em Outubro de 2024.

A Ponte Juscelino Kubitschek, conhecida popularmente como Ponte Metálica, está situada no Centro de Rio Branco onde liga o Primeiro e o Segundo Distrito da Capital divididos pelo Rio Acre. Inaugurada na década de 1960, a construção da Ponte iniciou-se no governo de José Augusto de Araújo, quando chegaram as estruturas metálicas, compradas da Companhia Siderúrgica Nacional durante o governo Valério Magalhães, em 1956. Em 1978 a Ponte ficou prejudicada com a queda de parte de um vão. As primeiras obras de restauração começaram em agosto de 1984, levando oito meses para sua conclusão. Em abril de 1985 voltou a ser usada, já totalmente restaurada. De 2008 a 2010 também sofreu reformas. Com 230 metros de extensão e construída em concreto armado e estrutura metálica, a Ponte Metálica, na época de sua inauguração, era a maior do Estado (IBGE, 2016).

Na imagem acima, percebemos crianças, jovens, idosos e mulheres transitando no local onde a ponte foi construída. O objetivo da imprensa ao destacar várias pontes que

receberam o nome de Kubitschek era evidenciar que a modernidade alcançava seu apogeu juntamente com as metas e realizações adotadas no governo de Juscelino.

Diante do exposto, a figura de Juscelino Kubitschek vai se destacando no cenário político por uma via de mão dupla. Ou seja, ao mesmo tempo que recebe reconhecimento, amplia sua popularidade como representante do Poder Executivo Nacional, viajando para outros estados e inaugurando obras públicas, conforme nos diz (Jornal O Imparcial, 4 de Janeiro de 1957).



Fonte: Jornal O Imparcial, 4 de Janeiro de 1957

O presidente da República que partiu à zero hora de hoje com destino a Goiás, Amazonas, Pará, e territórios do Rio Branco e Macapá, inaugurará durante essa viagem, uma refinaria, uma estrada de ferro, dois hospitais, asilos e armazéns, emissora, um porto e uma ponte, construídos ou instalados, em seu primeiro ano de governo. Dia 7, o presidente estará de volta ao Rio, viajando em seguida para o Sul. Com essa viagem ao norte do país, o presidente Juscelino Kubitschek, inicia uma série de visitas a todos os estados brasileiros, para proceder também com a inspeção de numerosas obras em execução e verificar o andamento de iniciativas determinadas pelo governo Federal em diferentes setores, todas compreendidas no programa básico de energia, transportes, saúde e alimentação (Jornal O Imparcial, 04 de Janeiro de 1957).

De acordo com a imprensa da época, fica nítido que a inauguração de obras públicas faz da figura de Juscelino Kubitschek um grande referencial no cenário político daquele período, principalmente com a implementação do Plano de Metas, que trouxe um clima de otimismo. Nesse sentido, houve a abertura para investimentos estrangeiros e a fiscalização dos recursos destinados à indústria de base, transporte, ferrovias e educação.

Para concretizar essas reformas, foi elaborado o plano de extensão da cidade por Rui Mesquita, influenciado pela Carta de Atenas, discutida no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

Essas configurações e estratégias aplicadas nas grandes metrópoles muitas vezes não eram adequadas para todas as cidades, pois cada uma possuía um mapeamento urbano diferenciado. O objetivo era readequar os centros urbanos a novas propostas e, além disso, buscava-se também “a ampliação das fronteiras agrícolas, a industrialização e modernização da agricultura e investimentos em infraestrutura para a expansão do setor agrícola” (Moreira, 2018, p. 5).

Esse processo de urbanização foi direcionado exclusivamente para as cidades, deixando os trabalhadores do campo esquecidos. Era necessário criar uma legislação que beneficiasse o setor agrícola. No entanto, a luta pela dignidade da pessoa humana, melhores salários e distribuição igualitária de terras para o homem do campo não teve efeitos satisfatórios por muito tempo, apesar da intenção de Juscelino de “impulsionar uma reforma constitucional, administrativa, agrária e previdenciária e do crédito rural” (Fausto, 1991, p. 155).

Uma das propostas que beneficiaria os camponeses foi a tentativa de aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural, visando diminuir a proletarização das massas urbanas e promulgar uma legislação trabalhista. No entanto, a proposta encontrou grande oposição no Congresso Nacional (Fausto, 1991, p. 156). Diante dos impasses e dificuldades enfrentados pelos trabalhadores rurais para garantir seus direitos durante o governo de Juscelino, organizaram-se as Ligas Camponesas. Esse movimento, de base populista, teve início em Pernambuco, especificamente no engenho chamado Galileia, cuja imagem será representada abaixo:

Figura 50 - Camponeses reunidos no Engenho da Galileia



Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe#&gid=1&pid=1> Acesso em 15 de Outubro de 2024. (Reprodução)

A imagem que representa camponeses no Engenho Galileia tem seu crédito original registrado no jornal Correio da Manhã, em 18 de fevereiro de 1960. Percebemos que a maioria dos presentes na foto são homens vestidos de branco, reunidos em um espaço aberto. No fundo,

há um alto-falante, indicando que possivelmente estavam ali para tratar de assuntos relacionados ao cotidiano de suas atividades no campo.

O movimento das Ligas Camponesas, como observamos na ilustração, teve origem na organização de trabalhadores por meio de sindicatos, com o objetivo de discutir e buscar soluções para os problemas enfrentados no campo, principalmente a garantia do direito à propriedade, como salienta, Sartorato, 13 de Agosto de 2018.

O movimento surgiu nos últimos anos do governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, que buscava organizar os trabalhadores do campo para a construção do socialismo. O movimento arrefeceu após severa repressão por parte dos latifundiários e do governo, e voltou a atuar de forma massiva a partir de 1954. Foram 10 anos de organização popular, ocupação de engenhos e outras ações de grande impacto político (Sartorato, 13 de Agosto de 2018).

Mesmo com a participação dos principais representantes do movimento, como Francisco Julião de Paula e o Partido Comunista Brasileiro, no início da mobilização ainda eram evidentes os conflitos entre os camponeses e os grandes proprietários de terra. Destarte, foram criados alguns planos para serem desenvolvidos no setor agrícola, como o Serviço Social Rural, a Comissão de Política Agrária e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Fausto, 1991, p. 152-153). Essas propostas tinham o objetivo de implementar uma reforma agrária, garantindo aos trabalhadores do campo uma extensão das leis trabalhistas que assegurassem seus direitos sociais.

Em 1955, alguns projetos não tinham como alvo a região Nordeste, resultando em um aumento significativo da desigualdade social, concentrado principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Diante disso, o presidente Juscelino Kubitschek criou uma série de projetos como a Operação Nordeste, que visa mudar a realidade socioeconômica, principalmente por meio de investimentos industriais na região. Esse debate gerou uma forte tensão, entre os que defendiam a possibilidade de direcionar projetos para o setor agrícola, propondo uma modernização reformista apaziguando os conflitos de classe que se afluíam no campo” (Fausto, 1991, p. 167).

Para melhor gerir e resolver as disparidades Regionais, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada para propor uma política fundiária rural integrada ao desenvolvimento socioeconômico urbano da região Nordeste. Dado que eram os camponeses os que mais necessitavam de assistência social, a proposta de Juscelino de era integrar as camadas rurais nos processos econômicos, desenvolvimentistas e nacionalistas da época.

O Maranhão não ficou de fora das lutas das classes trabalhadoras do campo, cujo objetivo era conquistar representatividade e autonomia diante da estrutura política oligárquica, que manipulava as relações políticas da cidade e também interferia nos assuntos relacionados às melhorias e reformas agrícolas no estado.

Sendo assim, gradativamente, os lavradores passaram a ser porta-vozes de seus próprios direitos e a renunciar qualquer mecanismo de controle, o que “significava uma ruptura com o severo enquadramento político urdido pelas ‘oligarquias’ e uma ameaça à manutenção do monopólio da terra desfrutado por elas” (Almeida, 2015, p. 29).

Diante do protagonismo das políticas sociais voltadas para o campo, destacamos a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, que contou com a presença estimada de 308 representantes de diversas regiões do Brasil. O objetivo dessa conferência era apresentar propostas significativas ao Congresso Nacional, que deveriam ser direcionadas para os setores agrícolas.

Os trabalhadores rurais, aos poucos, foram se mobilizando em busca de seus direitos. Como resultado, foram criadas associações e sindicatos rurais. Na cidade de Caxias, especificamente, surgiu um movimento com o objetivo de apaziguar os conflitos entre latifundiários e grileiros, que constantemente rivalizavam na disputa por terras. Essas associações buscavam ampliar o apoio dos camponeses para fortalecer o movimento (Almeida, 2015, p. 25).

Nesse período, foi criada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), que se expandiu e intensificou as medidas para garantir os direitos sobre lotes de terra, principalmente para coibir a interferência dos fazendeiros nas propriedades e no modo de produção econômica (Almeida, 2015, p. 29).

O jornal *Tribuna do Povo* acompanhou ativamente todas essas questões, repercutindo as notícias da época entre os anos de 1948 e 1960. Durante esse período, o jornal esteve sob influência do Partido Comunista Brasileiro, que administrava suas manchetes, como observamos na caricatura abaixo:

Figura 51: Charge do Camponês reivindicando o Direito de Propriedade



Fonte: Tribuna do Povo, apud Almeida, 2015, p.41

A charge acima foi publicada pelo Jornal Tribuna do Povo em 1958 (apud Almeida, 2015, p. 41), na qual um camponês reivindica seu direito à propriedade, destacando a importância da terra para garantir seu sustento e criticando as perseguições promovidas pelos grandes latifundiários.

Essas organizações contribuíram significativamente para dar protagonismo às questões agrárias no Maranhão. No âmbito geral, os movimentos dos trabalhadores rurais tiveram o apoio da Igreja Católica, especialmente por meio da defesa de Dom Hélder Câmara, com base na Carta de Salvação para o Nordeste, que aproximou a instituição dos debates sobre a reforma agrária no campo. O foco estava na diminuição da desigualdade e no enfrentamento dos problemas relacionados à destruição das terras (Fausto, 1991, p. 163).

No Maranhão, o arcebispo Dom José de Medeiros Delgado esteve à frente do movimento, buscando apaziguar os conflitos entre os trabalhadores rurais e intermediar diversas formas de mobilização rural. Diversos representantes da sociedade civil aderiram ao movimento, incluindo “grupos de senhoras, moças e rapazes que podiam ser operários, pequenos proprietários ou mesmo pecuaristas, professoras primárias, comerciantes e profissionais liberais” (Almeida, 2015, p. 68).

Enquanto isso, o plano de Rui Ribeiro de Mesquita, foi se expandindo para as partes centrais das cidades ficassem mais amplas, facilitando a mobilidade urbana, através da desobstrução das principais avenidas, com a construção de rodovias e ferrovias, cujo o objetivo em trazer o progresso para o Maranhão e também a outros estados, de acordo o (Jornal à Tarde, 01 de Abril de 1957).



Fonte: Jornal à Tarde, 01 de Abril de 1957.

O jornal tinha como subtítulo: “Ruy Mesquita trabalha pelo progresso de nossa terra”, considerando que a imprensa era responsável por acompanhar e divulgar diariamente as importantes realizações do engenheiro Patrício à frente do DER-Rodoviarismo, fator essencial para a grandeza de um povo – “De como a força dos argumentos pode esfalecer os valhões da infância”. Desse modo, a edição do dia teceu, em seus anúncios, impressões negativas sobre os planos e as reformas urbanas voltadas para vários setores do Maranhão, idealizadas pelo projeto de Ruy Mesquita, cujo objetivo era recuperar estradas e construir pontes (Jornal A Tarde, 1º de abril de 1957).

Alvo das campanhas difamatórias, com que o jornal do dia mas se afunda e chafurda no conceito do público leitor de nossa terra, o engenheiro Rui Ribeiro tem sido desagradado pelos homens de bem do Maranhão, que o procuram, de toda parte hipotecar-lhe sua mais franca solidariedade, reconhecendo na pessoa do diretor do departamento de estradas de Rodagens um dos legítimos baluartes da administração pública (Jornal À Tarde, 01 de Abril de 1957).

O Jornal À Tarde sinaliza que Rui Ribeiro de Mesquita, ao assumir o cargo de diretor do DER, promoveu uma nova reorganização administrativa, direcionando os diversos setores da área técnica (mecânica e instalação de energia), da área hidráulica (melhoramento no sistema de esgoto e fornecimento de água) e da área civil, na qual deu ênfase à construção de obras

públicas, como estradas, rodovias e ferrovias, além de priorizar a construção de pontes (Jornal À Tarde, 1º de abril de 1957).

No setor de obras especial destaca-se mais a gestão do Dr. Rui Mesquita. A substituição do aparelhamento da parte ferroviária sobre o estreito dos Mosquitos; a construção do assolhamento da **ponte ferroviária sobre o rio Parnaíba, em Teresina**, inclusive acuos e serviços de sinalização; a construção da **ponte sobre o rio Piratininga, na BR- 22**, a construção de **ponte sobre o rio Itapecurú, em Caxias, na BR-22**, a construção da **ponte sobre o rio Itapecurú Mirim, na MA-23**; a **construção da ponte sobre o rio Mearim em Bacabal**, na br-22(em fase de conclusão), a construção da **ponte sobre o rio Itapecurú**, em Coroatá, na MA-63 (em execução) , a **construção de ponte sobre o rio Itapecurú em Codó**, na Ma-12(também em fase de execução), são sem dúvida, credenciais sobejas para atestar que , ao contrário do que alardeam os seus desafios , o Dr. Rui mesquita é um grande apóstolo do rodoviarismo , que merece aos honras de um verdadeiro pioneiro , pois, antes dele , pouco se fez nesse sentido em nosso Estado (Jornal à Tarde, 01 de Abril de 1957).

Percebemos que a construção de pontes estava inserida nos projetos de Rui Ribeiro de Mesquita, cujo objetivo era a ligação entre as cidades e, ao mesmo tempo, a facilitação do transporte de mercadorias e do sistema comercial.Com a efetivação do projeto, algumas pontes passaram por um processo de revitalização. Apesar de Rui Ribeiro de Mesquita não ser o idealizador original de algumas obras, ele direcionou medidas necessárias para articular e dar continuidade aos projetos relacionados às pontes.

A partir dessas referências, apresentaremos ilustrações e curiosidades sobre algumas pontes construídas na Baixada Maranhense, que intermediam as principais localidades. Dentre elas, destacam-se:

Figura 52- Ponte sobre o Rio Parnaíba (Teresina)



Fonte: Jornal Casa Design (13 de Fevereiro de 2005 *apud* Mendes, 2021). Disponível em:< de 2023.
<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2021/02/10/ponte-metalica-joao-luis-ferreira/>>. Acesso em Outubro de 2023.

No plano elaborado por Rui Mesquita, foi direcionado o serviço de assoalhamento para a ponte metálica, cujo objetivo, na década de 1950, era melhorar a circulação dos transeuntes e do transporte ferroviário.

Porém, a ponte, conhecida como João Luís Ferreira, é considerada Patrimônio Cultural do Piauí, assumindo também a categoria de monumento, sendo um símbolo de desenvolvimento

e progresso para o estado. Inaugurada em 1939, a ponte teve como proprietária a Rede Ferroviária Federal, sendo que “foi montada por uma equipe de técnicos especializados, dirigidos pelo alemão Germano Frank, e foi fiscalizada pelo engenheiro Ramiro Ferreira, integrante da ferrovia São Luís – Teresina” (Mendes, 2021).

De acordo com Mendes (2021), são esboçadas informações técnicas sobre a referida ponte:

Tecnicamente, a ponte metálica caracteriza-se pelo vão de 290m e uma superestrutura metálica de 270m de extensão, feita pela técnica de “Cantilever”, com apoios extremos e um estrado típico de ferrovias: duas longarinas robustas centradas em que se apoiam as transversinas. As passarelas de pedestres, localizadas nas laterais da ponte, são em estrutura metálica e com o piso em chapa xadrez, com 1,30m de largura cada uma. Além disso, sabe-se que inicialmente o estrado (que possui 5,60m de largura) era de madeira e fora improvisado para permitir a circulação de veículos motorizados. A posteriori, o estrado de madeira foi substituído pelo de concreto armado, composto por um painel de 7,50m dividido em três pelas vigas principais: uma centrada entre os trilhos e duas laterais. (Mendes, 2021).

As características da ponte nos mostram sua dimensão estética e arquitetônica, considerando que, ao longo do tempo, ocorreram várias mudanças em sua estrutura física. O objetivo é compreender o legado cultural após sua construção, pois “destaca-se, também, pela sua relevância histórica no processo de modernização de Teresina e pelas relações entre o estado do Piauí e o Maranhão”, sendo declarada pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional por atrair muitos turistas (Mendes, 2021).

Podemos destacar que o Rio Itapecuru-Mirim servia como base para a transação econômica, realizada por meio da navegação fluvial, ou seja, através dos barcos. Em 1948, foi construída uma ponte ao lado da estação ferroviária, por iniciativa da Associação Comercial e Industrial da cidade, com a finalidade de melhorar o sistema de transporte de mercadorias.

O presidente José Alexandre de Oliveira, em parceria com o governador do estado, que na época era Sebastião Archer da Silva, e o prefeito Miguel Fiquene, deram início ao plano de construção da ponte. Sua edificação facilitou a passagem para a estação ferroviária. No entanto, a balsa fornecida pelo Departamento de Estradas de Rodagem já não atendia mais às necessidades daqueles que dependiam diariamente desse meio de transporte, devido à falta de conservação das embarcações.

Figura 53- Ponte de Concreto de Itapecuru Mirim



Fonte: <https://juceysantana.blogspot.com/2019/04/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>. Acesso em Dezembro de 2023.

A inauguração da ponte de concreto mobilizou um grande número de pessoas para prestigiar a maior e melhor festa já registrada no município. Receber uma obra de grande magnitude fez com que todos acreditassem que a cidade estava progredindo:

Um dos acontecimentos mais festivos da história de Itapecuru Mirim foi 1º de julho de 1956, domingo, por ocasião da inauguração da ponte de concreto sobre o rio, medindo 106 metros e 90 centímetros, antigo anseio da população. O evento grandioso foi organizado pelo Departamento de Estradas e Rodagens-DER, através do seu diretor-geral Ruy Mesquita, pela Construtora Cumplido Santiago & Cia e a Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim, por intermédio do prefeito Cíneas Santos. Somente pessoas previamente convidadas e portando senhas individuais poderiam se aproximar da ponte e das autoridades. Depois da bênção, que ficou a cargo do padre José Ribamar Carvalho e do corte da fita pelo governador Eurico Ribeiro, antecedido de discurso, fizeram uso da palavras várias autoridades. Estiveram presentes: o arcebispo Dom José Medeiros Delgado, o vice-prefeito, o acadêmico de Direito José Ribamar Fiquene, o juiz de Direito, Dr. Caetano Jorge, o professor e político Leonel Amorim, o comerciante e político Raimundo Álvaro Mendes, o pároco José Albino Campos, o presidente da Associação Comercial, José Alexandre Oliveira, o promotor público Dr. Francisco Chaves, o imortal da Academia Maranhense de Letras, Ribamar Pereira, o tabelião Benedito de Jesus Nascimento, o engenheiro Francisco Xavier de Sousa, o deputado Francisco das Chagas Araújo, o professor João Silveira, prefeito de São Luís, José Ramalho Burneth, o delegado regional do Trabalho, Guilherme Rocha Salgado, o diretor regional dos Correios e Telégrafos, Diderot Bitencourt, delegado de polícia, Antônio Penha, o ex-governador Eugênio Barros, representante do DNER, engenheiro Fernando Xavier, vários deputados, empresários locais e vereadores(Santana, 2019).

Com a solenidade de inauguração da ponte, as autoridades competentes, engenheiros e toda a população de Itapecuru tiveram a oportunidade de celebrar a concretização de uma obra que simboliza a marca de um grande projeto. A imprensa local registrou sua satisfação e destacou a competência no gerenciamento de todos esses empreendimentos no (Jornal O Imparcial, de 24 de Março de 1957):



Fonte: Jornal O Imparcial, 24 de Março de 1957.

Com os recursos federais entregues pelo DER mediante delegação, o DER concluiu e vem melhorando o trecho São Luís-Peritório, da Br-21, construiu o trecho Bacabal da BR-22, as importantes pontes sobre o rio Itapecurú em Caxias, na Br-22 e em Itapecurú Mirim, na MA-23 realizar o assoalhamento **da ponte ferroviária sobre o rio Parnaíba**, em Terezina, na Br -22, tem em andamento a construção da **ponte sobre o Rio Mearim**, em Bacabal, na Br-22 cuja conclusão está prevista para maio próximo, e mais ainda em andamento as construções sobre o rio Itapecurú, em Coroatá e Codó. Está, mais realizado a construção da Br-21, Trecho Peritoró-Porto Franco, deverá ainda, o DER; neste exercício e decorrente de delegação do DNER iniciar a construção **de pontes sobre o rio Mearim**. Em pedreiras e sobre o Rio Itapecurú, em colinas, e mais outros serviços em estradas estaduais. Através das realizações já mencionadas sente-se instintivamente que com ela se abriu para as terras maranhense uma nova fase de sua evolução política administrativa e econômica. **O progresso de um povo, na era moderna pode ser medido pelas vias de comunicações e meios de transportes que baseia sua economia. Das caravanas africanas até, pode-se caminhar auto-estradas paulistas, pode-se traçar a escola precisa medido qual será fácil medir o adiantamento de qualquer nação. O Maranhão, com seu território gigantesco, suas cidades separadas por distâncias infindáveis, depende, mais do que qualquer estado, para o seu progresso, para normalidade de sua vida econômica e social de um sistema perfeito de vias de comunicações** (Jornal o Imparcial, de 24 de Março de 1957) (Grifo nosso).

O progresso fez parte do slogan do discurso de Rui Ribeiro de Mesquita, possibilitando a mobilidade, a verticalização do espaço urbano e a facilidade de intermediação entre bairros ou entre cidades. O objetivo dessas ligações era “dar continuidade a novos rumos ao crescimento urbano e às novas linguagens arquitetônicas nos bairros que surgiram” (Diniz, 2015, p. 12).

Desse modo, as pontes foram sendo incluídas nesses projetos, pois passaram a se enquadrar na concepção de embelezamento e projeção arquitetônica da cidade, tornando-se

símbolos de uma modernidade que visava interligar as áreas centrais às novas regiões, como a área comercial, a litorânea e os bairros considerados periféricos.

O plano de Rui Ribeiro de Mesquita, desde 1957, já mencionava a ponte que seria construída sobre o Rio Anil para facilitar o acesso às novas áreas, de acordo com o crescimento da população (Jornal À Tarde, 14 de maio de 1957).



Fonte: Jornal A Tarde, 14 de maio de 1957

O jornal acima, dá ênfase aos projetos de urbanização da cidade, executados sob a liderança de Ruy Mesquita, que tiveram grande repercussão positiva, principalmente com a aprovação do Departamento de Estradas de Rodagem. Desde janeiro daquele ano, já havia sido publicada uma matéria sobre a construção da Ponte José Sarney, considerada um ícone do desenvolvimento urbano e arquitetônico para o Maranhão e, especificamente, para a cidade de São Luís. No entanto, a ponte foi concluída apenas em 1970:

Nesse plano cuidadosamente elaborado, incluía-se a construção de pontes sobre os rios anil e Bacanga. Agora notícias oriundas da capital federal, nos dão conta de que o projeto da ponte sobre o Anil, com 18 metros de altura, acaba de ser aprovado no departamento de portos, Rios e canais, o que, sem dúvida, representa mais uma grande vitória pessoal do Dr. Ruy Mesquita. Essa vitória, entretanto, com as razões pertence ao povo de nossa terra, cujos problemas de comunicação e transporte estão sendo solucionados a contento, graças à ação desses dinâmico e operoso profissional em boa hora conduzido a direção do nosso departamento de estradas e rodagens. Resta agora que o projeto do Dr. Ruy Mesquita, logre aprovação junto ao conselho técnico do departamento Nacional de estradas e rodagens, para que as obras tenham pronto início aqui no Maranhão. Em contato com a reportagem, o engenheiro Ruy Mesquita que está vivamente empenhado na concretização desse plano, o que será incontestavelmente, dos mais benefícios para o Maranhão (Jornal à Tarde, 14 de Maio de 1957).

A referida ponte, que apareceu no projeto de urbanização de Ruy Mesquita, foi construída anos depois, em 1970, durante a administração de José Sarney no Maranhão. Seu governo tinha como objetivo declarado tirar o estado das calamidades sociais resultantes de vários anos de domínio oligárquico sob Vitorino Freire. As medidas urbanas implementadas na cidade, como projetos de reformulação, pavimentação de vias, alargamento de ruas e avenidas

e planos de expansão, foram posteriormente direcionadas por governadores e prefeitos que criaram iniciativas visando obter reconhecimento político dentro do estado. As questões relacionadas à construção da Ponte José Sarney serão abordadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A PONTE JOSÉ SARNEY COMO PROJETO ARQUITETÔNICO NA MODERNIDADE PERIFÉRICA E SEUS REFLEXOS PATRIMONIAIS

3.1 Duelos de titãs: as reformas urbanísticas na cidade frente as dissidências do campo, no bojo da modernidade periférica.

O referido termo “duelo de titãs”, empregado aqui, é utilizado para justificar as disputas e influências do vitorinismo e a consolidação de suas bases políticas até a ascensão de José Sarney como chefe do Executivo estadual do Maranhão. Como pano de fundo, estão as rupturas e transitoriedades políticas, concomitantemente às obras urbanísticas na cidade, construídas em nome da modernidade.

Nessas disputas e rivalidades políticas que ressoavam no Maranhão, nossa abordagem é apresentar como uma cidade foi pensada e projetada, considerando que o vitorinismo influenciou veementemente as decisões político-administrativas no estado. Posteriormente, foi substituído por José Sarney, que exerceu forte influência no cenário nacional.

Num contexto de mudanças e desarticulação das forças políticas que administravam o estado, houve a necessidade de fortalecer os ideais de progresso e desenvolvimento urbano, que se concretizaram principalmente na parte central da capital. No entanto, esse processo muitas vezes se consolidava de maneira antagônica, pois a lógica construída era oriunda de “reivindicações que vêm a público em resposta às contradições sociais perversas do modo de produção capitalista, onde uma classe social tem acesso à moradia, à saúde, à terra, enquanto outras pessoas têm seus direitos negados” (Santos, 2016, p. 4).

Dessa forma, essas teias de conexão entre cidade e campo são estabelecidas dentro dos projetos urbanos voltados para ambos. Entretanto, as divergências ainda são alarmantes, pois a cidade continua a ter privilégios por ser contemplada com políticas de urbanização, enquanto as áreas suburbanas não são beneficiadas. Sobre essa questão, Santos (2016, p. 8) salienta:

As contradições intra-urbanas e a segregação socioespacial da cidade, é uma consequência desta apropriação por parte do capital. Um dos principais desafios urbanos é o uso racional e democrático do solo urbano. Colocar em prática a função social da terra na cidade é um desafio. As contradições sociais no espaço urbano resultantes deste processo se restabelecem paradoxalmente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nestes, os reflexos socioeconômicos da urbanização são bem mais visíveis. Uma vez que a concentração de renda, os desníveis socioeconômicos são intensos, e, simultaneamente, as contradições urbanas apresentam maior expressividade (Santos, 2016, p.8).

Essas divergências se configuram na própria ideia de desigualdade urbana e social, pois os planejamentos urbanos que foram projetados davam preferência para a parte central, ou seja, para os grandes centros urbanos, enquanto alguns bairros ainda tinha a marca de subdesenvolvimento e pobreza, como observaremos abaixo:

Figura 54 - O Lugar do Subúrbio



Fonte: Jornal do Dia, 1960. Acesso em Dezembro de 2023.

A imagem acima, retirada do Jornal do Dia em 1960, é intitulada “O lugar do subúrbio”. No entanto, o divulgador não menciona o bairro representado. Desse modo, a intenção da imprensa era evidenciar uma realidade de exclusão social e subdesenvolvimento.

A palavra "subúrbio" remete à interiorização, ao atraso e à pobreza. É nítida a presença de crianças e pessoas que reafirmam uma visão de calamidade social, além de ruas sem pavimentação e casas simples em uma projeção desnivelada. A intenção da imprensa era mostrar que, diante de uma proposta de modernização, urbanização e progresso, havia aqueles que eram contemplados e aqueles que não eram, evidenciando uma política de exclusão. Afinal, “a igualdade dos homens e dos cidadãos concerne apenas à relação destes com a esfera jurídico-política constituída e, mesmo onde o povo é soberano, somente o é na ação de seus representantes e de seus governantes” (Rancière, 2014, p. 74).

Em relação às reformas direcionadas para o campo, especialmente no árduo esforço de efetivar a reforma agrária, destacam-se lideranças da sociedade civil que, ao longo da história, promoveram a criação de leis e políticas agrárias para reduzir a disparidade entre o meio urbano e o agrário. Tais decisões caberiam “ao Congresso Nacional, à sociedade civil e ao Estado” (Fausto, 1991, p. 170).

Em 1960, durante o governo de João Goulart, foram debatidos temas como o direito de propriedade, o uso da terra e sua desapropriação por interesse social. O que se postulava era a criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária, da Superintendência da Reforma Agrária e do Estatuto do Trabalhador Rural (Bercovici, 2020, p. 278). Todas essas medidas tinham como objetivo reduzir as desigualdades sociais, principalmente para aqueles que não possuíam renda fixa ou propriedade particular.

O uso da propriedade era uma preocupação autêntica das autoridades, pois o projeto de reforma agrária visava à distribuição de terras, propondo “uma reforma constitucional sem alterar a Constituição de 1946, implementando uma política de colonização e democratização dos créditos em apoio ao pequeno produtor” (Fausto, 1991, p. 173).

Outro aspecto a ser analisado é a função social da propriedade, que garante ao possuidor o direito de usar a terra para obter benefícios, usufruir de seus frutos e, ao mesmo tempo, dispor de sua propriedade. No entanto, esse direito pode acarretar prejuízos onerosos. Em caso de mau uso da terra, pode ocorrer sua “desapropriação e posterior venda por preços e financiamentos a longo prazo”, ou seja, esse processo acontece quando a terra perde sua verdadeira destinação (Fausto, 1991, p. 173).

Todas essas medidas implementadas pelo Estado tinham o objetivo de evitar que os projetos voltados para os trabalhadores do campo se enfraquecessem. Entretanto, houve grande mobilização e resistência, pois o que se desejava já havia sido postulado por José Joffily, grande idealizador da reforma agrária, ao afirmar: “Façamos hoje um pouco de reforma agrária para que amanhã outros não façam uma revolução” (Fausto, 1991, p. 176).

Essa revolução pode ser analisada sob duas perspectivas. A primeira é a dos grandes latifundiários, pertencentes às classes produtoras, que se opunham às mudanças. A segunda é a dos adeptos dos movimentos das Ligas Camponesas, que reivindicavam uma reforma agrária para o campo.

Figura 55 - Manifestação dos Camponeses 1960



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst>. Acesso em: 21 de Novembro de 2024.

A imagem acima tem sua produção original no Memorial da Democracia – museu virtual –, sendo disponibilizada através do noticiário Brasil de Fato. Ela retrata o protesto ocorrido em 1960 e a homenagem às Ligas Camponesas durante a marcha dos movimentos dos sem-terra, cuja imagem foi registrada no mesmo período.

A ilustração apresenta crianças e camponeses com enxadas nas mãos, reivindicando seus direitos à terra e à justiça social. O slogan do manifesto tem como ícone Fidel Castro, grande líder cubano que lutou pela emancipação dos movimentos sociais e pelo protagonismo revolucionário, sendo considerado uma “ameaça para os setores conservadores que temiam o avanço do comunismo na América Latina, juntamente com as propostas de base de João Goulart” (Bonduki, 2018, p. 29).

A representação desses sujeitos caracteriza um símbolo de luta pela “democracia real, em que a liberdade e a igualdade não seriam representadas nos institutos da lei e no Estado, mas seriam encarnadas em formas de vida material e nas experiências sensíveis” (Rancière, 2024, p. 9).

Tais realidades também eram evidentes em alguns bairros periféricos de São Luís, que buscavam inserção na lógica da modernidade, mas enfrentavam desigualdade social alarmante, como no bairro do Codozinho.

Figura 56 - Bairro do Codozinho



Fonte: Slz memória

A ilustração retrata o bairro chamado Codozinho no ano de 1962, que fazia confluência com "O Lira, Belira, Macaúba, Coréia, Goiabal e Madre Deus". A imagem mostra a Rua Creme, que apresenta uma paisagem de pobreza, sem asfaltamento, com carroças, jumentos e casas desniveladas, além da presença de alguns transeuntes. Essas imagens nos mostram que a modernidade traz uma concepção de progresso e desenvolvimento voltada apenas para determinados grupos. Considerando uma política urbana marcada pela segregação, os bairros periféricos refletem essas propostas de exclusão, como mostraremos a seguir.

Figura 57- Bairro da Liberdade



Fonte: Slz memória. Acesso em 20 de Dezembro de 2023.

Essa imagem faz referência ao bairro da Liberdade em 1962. Percebemos um ambiente insalubre, com ruas sem asfalto, bueiros abertos, crianças desnudas e mulheres em pé no lado esquerdo da imagem, vestindo roupas simples. Essa paisagem remete a uma modernidade excludente, na qual os sujeitos estão reféns de políticas assistencialistas, pois “os governos sempre exercem poder sobre as minorias”. Ou seja, as lutas sociais configuram-se como resistência diante das medidas elaboradas pelos governantes e, de forma coercitiva, os indivíduos têm a função de obedecê-las, “pois o público dito ‘culto’, assim como os eleitores ‘sem bagagem’, são submetidos sem cessar aos discursos infra e metapolíticos, e esse contato é muito maior que seu acesso à obra dos teóricos” (Remond, 2003, p. 282).

Em 1963, as reformas urbanas no Brasil foram intensificadas com o objetivo de garantir o direito de propriedade e proporcionar acesso à moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHUR), promovido por iniciativa dos arquitetos do Brasil e do Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), teve como objetivo planejar e executar ações voltadas para as questões urbanas, aprimorando os programas de habitação. Essas propostas, originadas no governo federal, deveriam ser aprovadas e desenvolvidas por meio de “propostas institucionais para centralizar e organizar os recursos financeiros e a cobrança dos impostos dos bens desapropriados, além da criação de medidas emergenciais para os agrupamentos de sub-habitações, como favelas, malocas etc” (Bonduki, 2018, p. 28).

O presidente João Goulart em 1964 com o objetivo de pôr em práticas tais medidas, implementou “o tabelamento dos aluguéis, dos materiais de construção, a criação do fundo nacional de habitação”, pois o que o presidente buscava era sem dúvidas alcançar protagonismo e fortalecer as suas bases políticas no que tange as questões urbanas enquanto o setor rural ainda estava na perspectiva de uma verdadeira reforma agrária.

Além da reforma agrária, também se discutia a desapropriação por interesse social, uma medida que combatia o latifúndio e buscava promover uma distribuição mais equitativa das terras. Enquanto isso, a desapropriação por utilidade pública determinava que todos os bens ligados à terra, quando em condições de desapropriação, passassem para o Estado. Esse processo, no entanto, fortalecia os interesses dos ruralistas, que enxergavam na reforma agrária uma ameaça à propriedade privada (Fausto, 1991, p. 178).

Figura 58- João Goulart e os Camponeses



<https://www.milkpoint.com.br/artigos/espaco-aberto/jango-e-a-reforma-agraria-86543/>. Acesso em Novembro de 2024.

As reformas urbanas voltadas para as cidades tinham maior visibilidade, sendo um espaço privilegiado para as lutas dos trabalhadores na reivindicação de seus direitos sociais, especialmente por meio da “formação geral dos trabalhadores, caracterizada pela mobilização popular, fortalecendo-se através de passeatas, comícios e greves, juntamente com os dirigentes dos sindicatos” (Delgado, 1986, p. 40). A ilustração acima, de um lado, mostra João Goulart como grande articulador na implementação da reforma agrária, buscando “equiparar as populações rurais aos níveis de progresso e bem-estar social já alcançados nos meios urbanos” (Fausto, 1991, p. 171).

Na parte lateral, observamos trabalhadores rurais com enxadas nos ombros, inseridos no ambiente onde diariamente exerciam suas atividades laborais. Nesse binômio de interesses e contradições, os movimentos em prol das questões agrárias ora ocorrem de maneira radical, ora aguardam representação diante das autoridades políticas.

No Maranhão, os impactos das Reformas de Base de João Goulart foram perceptíveis, especialmente com a proposta de reforma agrária, que enfrentaram forte resistência das elites agrárias que detinham o poder. Movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, desempenharam um papel crucial nessa luta, reivindicando mudanças estruturais no campo.

Além disso, a reforma educacional tinha como objetivo combater o analfabetismo por meio do Plano Nacional de Alfabetização. No entanto, essa iniciativa encontrou forte resistência

local, pois a oligarquia maranhense e os setores conservadores viam a reforma agrária como uma ameaça à propriedade privada e acabou impedindo a concretização das Reformas de Base.

Desse modo, a questão sindical também foi muito intensa, especialmente com a participação da Igreja Católica e o apoio do arcebispo local, Dom Antônio Fragoso, que regulamentou o Movimento de Educação de Base, (MEB)¹⁶, com a finalidade de alfabetizar os camponeses das cidades de São Luís, Itapecuru e Viana. A intenção era fazer com que esses trabalhadores adquirissem maior consciência e expandir tais propostas para todas as regiões do Nordeste, que até então eram consideradas subdesenvolvidas, ou seja, periféricas

Figura 59 - Aula do MEB (Movimento de Educação de Base)



Fonte: Memorial da democracia. Disponível em < <https://memorialdademocracia.com.br/card/cnbb-lanca-movimento-de-educacao-de-base> . Acesso em: 20 de Junho de 2024.

A imagem acima tem sua produção original no arquivo histórico do MEB e foi reproduzida pelo Memorial da Democracia, sendo divulgada em 21 de março de 1961.A

¹⁶ O MEB, foi uma proposta desenvolvida pelo presidente Jânio Quadros em 1961 e tinha por finalidade se expandir para toda a região Nordeste, o projeto educacional foi financiado pelo governo Federal, juntamente com a participação do Ministério da Educação – MEC, e da conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O método de ensino- aprendizagem, foi o de Paulo Freire e, suas propostas deveriam alcançar pessoas carentes, direcionadas para as comunidades rurais. (Memorial da Democracia, 21 de Março de 1961).

ilustração retrata uma sala de aula simples, com poucos objetos. A professora está ao centro, próxima ao quadro de giz, cercada por crianças com cartilhas.

Essa realidade reflete um programa de ensino voltado para crianças, jovens e camponeses que estavam submetidos às regras dos grandes latifundiários, o que resultou em perseguições, mortes e transtornos sociais nas cidades de Codó e Caxias, devido a ações repressivas contra as lideranças sindicais (Almeida, 2015, p. 89).

Embora o projeto educativo tenha começado no governo de Jânio Quadros, foi a partir de 1963 que o programa se intensificou, expandindo-se para as regiões de “Bacabal, Caxias, São Mateus, Santo Antônio dos Lopes, Rosário, Pirapemas, Chapadinha, Urbano Santos, Imperatriz e Cantanhede, onde se estruturaram os sindicatos dos produtores autônomos” (Almeida, 2015, p. 89).

Figura 60 - Mobilização pela Reforma Agrária 1964



Fonte: Livro: Autonomia e mobilização dos Camponeses no Maranhão (Almeida, 2015, p. 93).

Todo o esforço dos camponeses para que a reforma agrária se concretizasse tornava-se cada vez mais difícil, pois “o movimento sindical dos trabalhadores rurais foi impulsionado para uma posição de subordinação ao Estado, ou seja, os grandes latifundiários foram se articulando, fazendo com que a administração pública perdesse sua autonomia, aumentando constantemente as perseguições aos trabalhadores rurais” (Almeida, 2015, p. 89).

Essas disputas ocasionaram vários conflitos. Isso é evidente na ilustração acima, que mostra trabalhadores urbanos se mobilizando e, por meio de faixas e bandeiras que fazem referência aos movimentos dos sem-terra e ao Partido Trabalhista, reivindicando justiça social, “pelo fim da violência no campo e pela realização da reforma agrária” (Almeida, 2015, p. 93)

Figura 61- Protesto dos Camponeses



Fonte: Disponível em < <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/noticias-eventos/programa-antropologia-social/povos-campo-ditadura-civil-militar-brasileira-lutas> :>. Acesso em Novembro de 2024.

A imagem acima foi o slogan do simpósio realizado na Unicamp em 29 de abril de 2022, fazendo referência ao ano de 1964, período da Ditadura Militar. Nesse contexto, a sociedade civil e os trabalhadores agrícolas foram reprimidos devido à ausência de uma legislação que atendesse às necessidades dos trabalhadores da cidade e do campo.

Salienta-se que “os camponeses unidos aos operários saúdam o 1º de Maio”, considerando que, no campo, “não havia terra para os camponeses e sim fome, miséria e injustiça”. Todas as tentativas e propostas democráticas eram vetadas, pois “o ódio à democracia não é novidade, é tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio” (Rancière, 2014, p. 8).

Diante desse cenário, em 1964, praticamente às vésperas do início da Ditadura Militar, tanto no contexto brasileiro quanto no Maranhão, houve apoio às propostas intervencionistas ditatoriais. Nesse contexto, José Sarney conseguiu um forte protagonismo como governador do

Maranhão, o que resultou em uma posição antagônica, especialmente entre os trabalhadores do campo, pois:

Logo após a posse do Governador os grupos de trabalhadores rurais que haviam participado da campanha eleitoral no Vale do Rio Pindaré tentaram reabrir os Sindicatos, mas foram desencorajados pelas autoridades municipais e estaduais, seus aliados da véspera, que mobilizaram as forças policiais numa intensa ação repressiva, que duraria pelo menos duas décadas, caracterizando o domínio político de José Sarney e seu grupo (Almeida, 2015, p.96).

O golpe militar de 1964 desarticulou as propostas políticas que deveriam ser implementadas, reestruturando a ação governamental e apropriando-se dos recursos que seriam destinados à produção habitacional, pois “tinha por objetivo massificar seus investimentos em habitação social com a necessidade de ter legitimidade” (Piccolo, 2015, p. 315).

Em contrapartida, o que se projetava para a cidade oprimia e massacrava as propostas de reforma agrária, enfraquecia as Ligas Camponesas e promovia a desmobilização da sociedade rural:

Era 13 de março de 1964. Enorme multidão, estimada em 150 mil pessoas, aglomerou-se na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Convocado por movimentos populares, sindicais e estudantis, o grande comício a favor das "reformas de base" prometia mudar o rumo do País. Horas antes o presidente havia assinado o Decreto 53.700/63, dando à Superintendência de Política Agrária (Supra) poderes para iniciar as desapropriações de terras. Com voz entoada, discursou Jango: "Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro (CaféPoint, 26 de Novembro de 2013.)

Outro fator que contribuiu para a ascensão de José Sarney na administração do Maranhão foi sua aliança com o Executivo federal, articulando-se ao golpe de 1964. Seu objetivo era desarticular todos os partidos ligados à política tradicional, como o Partido Social Democrático (PSD), e “modificar o quadro institucional com uma completa neutralização imediata das pressões populares, abrindo caminhos para um novo padrão de desenvolvimento capitalista”, colocando em detrimento os movimentos populares e as mobilizações estudantis e sindicais (Delgado, 1986, p. 25).

Desse modo, apesar de Vitorino Freire ter exercido influência no cenário nacional, sua participação nas decisões políticas foi perdendo força, pois o slogan dos opositores era de libertação e renovação para o estado, pois:

O fato de os militares terem afastado do centro do poder o Senador Vitorino Freire e seus aliados e de terem se empenhado na reconstrução econômica e social do Estado, conferiu ao Regime estabelecido em 1964 um crédito positivo junto à população. Ao contrário do que ocorreu em outras unidades da federação, portanto, a chamada Revolução e, especificamente o governo de Castelo Branco, usufruíram de razoável popularidade no Maranhão já que significavam, a nível simbólico, a saída da estagnação (Guilhon, 1996, p. 8).

Após o afastamento de Vitorino Freire do poder, José Sarney conseguiu estreitar sua relação com o presidente da República, Marechal Castelo Branco, fazendo com que a população ludovicense desse credibilidade ao discurso de desenvolvimento e progresso.

Apoiado pelos militares e com grande prestígio, José Sarney recebeu a missão de coordenar e seguir no “comando do Estado, transformado pelas oposições coligadas em símbolo da luta para modificar o quadro político e social maranhense” (Martins, 2008, p. 43). Desse modo, o Jornal O Imparcial, em 29 de Maio de 1968, nos mostra:



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968

A ilustração nos mostra José Sarney ao lado direito, o presidente da República, general Costa e Silva, que governava o Brasil durante a Ditadura Militar, ao lado esquerdo, e ao centro, o deputado Acrísio Viegas.

O jornal destaca que “houve uma constante nas obras que estavam sendo realizadas e um entrosamento perfeito, que só tem beneficiado o povo maranhense, parcela do povo brasileiro”. A imprensa tinha por objetivo dar protagonismo às melhorias urbanas que começaram a ganhar grande proporção na cidade e, ao mesmo tempo, destacar a relação política do governador com o presidente da República. Isso significava que o Maranhão possuía uma figura representativa disposta a resolver os problemas socioeconômicos que assolavam o estado até aquele momento.

O jornal traz em destaque o slogan Maranhão Novo, que foi fundamental para que José Sarney direcionasse todos os esforços na concretização de suas propostas políticas, tanto na

capital quanto no interior do estado. O cenário político nacional também passava por grandes mudanças, dentre elas a abertura ao capital estrangeiro, a busca por grandes investimentos e a realização de grandes obras. Esse processo ficou conhecido como “milagre econômico”, embora não tenha havido distribuição de renda, mas sim repressão, opressão e a perda da dignidade da pessoa humana.

Esse novo imaginário despertou na população maranhense o desejo de vivenciar tais transformações de progresso, o que sustentou a popularidade de José Sarney. Por meio desses discursos, a sociedade maranhense foi se enquadrando nessas novas concepções, percebendo o estado como superação de uma política oligárquica e rural, e construindo um ideal de desenvolvimento capitalista e industrial.

Paralelamente, seguindo os mesmos impulsos da Revolução de 1964, esse processo pode ser chamado de modernização capitalista conservadora, sustentada pelo autoritarismo e pela homogeneização dos recursos. Trata-se da usurpação de uma política desenvolvimentista e igualitária, pois contribui para “a (re)construção social e suas relações de forma autoritária e centralizadora, aprofundando as desigualdades sociais e intensificando conflitos na cidade e no campo” (Silva, 2013, p. 10).

Dessa forma, a vitória de José Sarney se traduziu como um mecanismo de transparência e anticorrupção. Nesse contexto, o presidente Marechal Castelo Branco esteve presente no Maranhão para a posse de José Sarney como governador do estado. O evento reuniu um grande número de pessoas que acompanharam seu discurso de posse e suas propostas políticas para o Maranhão, conforme ilustrado abaixo.

Figura 62- Posse de José Sarney em Frente ao Palácio dos Leões



Fonte: Arquivo da Agencia Nacional apud Slz memória. Acesso em Maio de 2023.

Na imagem percebemos um número considerável de pessoas, incluindo jovens, adultos, idosos e crianças, que aclamavam o discurso de posse de José Sarney. Esse momento representava, para o estado, o início de um novo tempo. O cenário foi estrategicamente

planejado, estando localizado na sede do governo estadual. Ao fundo da imagem, observa-se o Palácio da Justiça e, em suas imediações, praças que anteriormente haviam passado por um processo de revitalização.

Figura 63- O Palácio dos Leões e o Discurso de José Sarney



Fonte: Arquivo da Agência Nacional apud SLZ Memória. Acesso Setembro de 2024.

A imagem observamos O Palácio dos Leões foi o local escolhido e organizado para a posse de José Sarney. A referida notícia mostra a sociedade maranhense com faixas pedindo “a construção da Ponte São Francisco, que começou a ser construída em 1968 e foi finalizada em 1970, após anos de chacotas e piadas em relação à obra, que foi alvo de promessas de muitos políticos” (relator do site). Com essa informação a imprensa prioriza a figura política de José Sarney e sustenta um discurso de um Maranhão decadentista que só começou a ver as melhorias em sua gestão, porém, sabemos que “as relações de poder, são conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas” (Rémond, 2023, p. 224).

É interessante observar o apelo da população ludovicense pela construção da referida Ponte São Francisco. Diante disso, percebemos que, desde a segunda metade do século XX, foram construídas diversas pontes no estado do Maranhão, especialmente para a melhoria das rodovias e ferrovias, como fruto de governos anteriores. Dessa forma, qual seria a real intenção por trás dessa reivindicação? Subentende-se que a construção de pontes não foi uma iniciativa exclusivamente do governo de José Sarney, considerando que o Maranhão enfrentava grandes dificuldades nos aspectos sociais e econômicos. Assim, a ponte em si, possuía uma

singularidade naquele momento, representando a esperança daqueles que buscavam ser priorizados nas novas propostas e projetos políticos.

Há diversos fatores antagônicos por trás do discurso de José Sarney. O primeiro aspecto é que, com o apoio dos militares, sua popularidade foi ampliada e, ao mesmo tempo, despertou na sociedade maranhense a ilusão de que o Maranhão se reergueria. O segundo aspecto é a permanência de uma política de exclusão e desigualdade social.

A imprensa destacou a relação de proximidade entre a população e o novo governador do Estado do Maranhão. Além disso, José Sarney teve seu discurso de posse referenciado no documentário Maranhão 66, dirigido pelo cineasta Glauber Rocha, que foi contratado pelo governador para acompanhar e narrar toda a sua trajetória, assim como as propostas que seriam implementadas no estado, com o objetivo de retirar o Maranhão da pobreza em 1966.

Figura 64 - José Sarney Discursando sobre o Maranhão Novo



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hDRtFYjOtCY>. 4 de Fevereiro de 2011. Acesso em 20 de Outubro de 2024.

José Sarney, após ser aclamado pelo povo, sobe ao palanque juntamente com seus apoiadores e começa a expor a realidade caótica que o Maranhão vivenciava, prometendo retirar o estado da pobreza.

No documentário, as imagens apresentadas são divididas em várias partes. Em alguns momentos, mostram a população e o governador; em outros, destacam cenas de miséria e subdesenvolvimento, “o que caracteriza que as comunidades são governadas por aqueles que

têm título para exercer sua autoridade sobre aqueles que são predispostos a submeter-se a elas” (Rancière, 2014, p. 68).

A intenção do cineasta não era apenas expor as calamidades pelas quais o estado passava, mas também utilizar essas representações em favor do governador, conferindo-lhe legitimidade e enaltecendo sua figura política, ao assumir o compromisso de trazer dignidade, progresso e desenvolvimento para o Maranhão.

Dessa forma, apresentamos abaixo as imagens que retratam a pobreza e a calamidade pública ao longo do documentário. Nossa perspectiva não é utilizá-las como um vínculo de entretenimento, mas sim compreender que, durante a década de 1960, o governador se aproveitou dessas realidades para sustentar seu discurso, como se fosse o único responsável por extirpar do Maranhão toda a desordem política, social e econômica.

Figura 65 - Casas de Barro e Vulnerabilidade Social



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hDRtFYjOtCY>, 4 de Fevereiro de 2011. Acesso em 20 de Outubro de 2024.

É evidente na imagem a presença de crianças e idosos em condições de moradia insalubre, em um local que ressoa a realidade de pessoas ligadas ao campo ou que vivem afastadas da parte central da cidade.

As casas são simples, feitas de barro, cobertas de palha e sem um ambiente adequado às condições de dignidade. É nesse contexto que José Sarney se aproveita dessas representações

de fragilidade social para construir um discurso de modernidade, com a função de reverter o quadro sociocultural do Maranhão.

Figura 66- O interior dos casebres



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hDRtFYjOtCY> .4 de Fevereiro de 2011. Acesso em 20 de Outubro de 2024.

As pessoas viviam em situação de extrema pobreza, considerando que a modernidade entra em uma disputa de contradições. O que se observa é a ideia de bem-estar e sustentabilidade social, que prioriza alguns sujeitos enquanto coloca outros em situação de marginalização.

Na parte interna da moradia, percebe-se um ambiente totalmente desprovido de higienização, com a má qualidade dos utensílios domésticos, fogareiros e assentamentos de madeira. A modernidade que se apresenta é periférica, existindo uma “luta contra essas aparências, tornando-se então o vão para uma democracia real, uma democracia em que a liberdade e a igualdade são encarnadas na vida material e nas experiências sensíveis” (Rancière, 2014, p. 9).

Figura 67- Instituição Pública Inapropriada



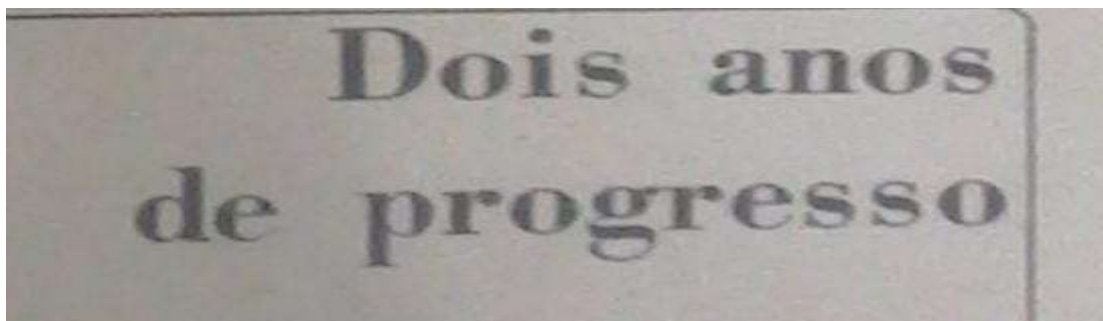
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hDRtFYjOtCY>. 4 de Fevereiro de 2011. Acesso em 20 de Outubro de 2024.

O documentário faz referência aos órgãos públicos que, além de estarem corrompidos pela falta de uma administração eficiente, apresentam estruturas físicas em situação caótica. Não foi possível identificar se a imagem representada trata-se de um banheiro de hospital ou de uma escola.

Essas realidades fizeram com que José Sarney projetasse a visão de um Maranhão que precisava urgentemente mudar. Sua postura como governador corporificava a ideia de um estado solucionador de problemas, pois “as representações são sempre os estados, as ordens e as possessões, seja porque se considera seu título para exercer o poder, seja porque um poder soberano lhe dá voz consultiva” (Rancière, 2014, p. 69).

A alternativa utilizada por José Sarney foi a implementação de projetos para o desenvolvimento do Maranhão, tendo como marca um Maranhão Novo que buscava se libertar das mazelas e rupturas da oligarquia de Vitorino Freire. Observamos, através do Jornal O Imparcial, de 29 de Maio de 1968, que ele nos relata:

:



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968

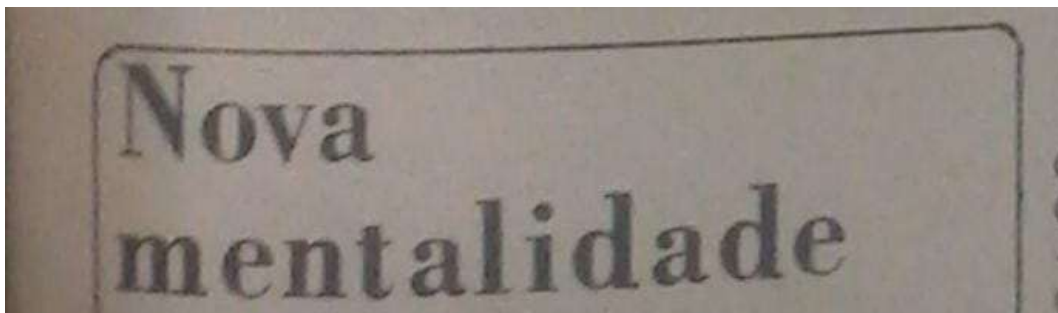
O programa realizado pelo governo, em apenas, dois anos, já apresenta resultados altamente animadores. A economia maranhense, ao mesmo tempo, começa a dar sinais de uma reação salutar, correspondendo ao processo de desenvolvimento que foi deflagrado o Estado. O orçamento estadual, que era de 18 bilhões em 1966, passou e 1967 para a casa de 67 bilhões, situando-se no vigente exercício na ordem de 138 bilhões, o que logo, nos oferece uma visão otimista quanto a acerto das diretrizes no setor fazendário. (Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968).

Esses recursos financeiros também eram provenientes das verbas enviadas pelo governo federal para serem aplicados em investimentos em infraestrutura, construção de rodovias e estradas. Medidas como essas já haviam sido projetadas e implementadas por Rui Ribeiro de Mesquita desde a década de 1950.

Mas o ideal de José Sarney era mostrar constantemente que era possível romper com o atraso e com os déficits econômicos que assolavam o estado, frutos dos governos anteriores. Para justificar essa ideia, o governador destacou o Maranhão na era do planejamento: “tratamos da desintegração do Maranhão como Estado e da fragilidade de suas bases econômicas. Assumindo o governo a primeira medida foi a criar instrumentos legais e técnicos e administrativos que nos permitissem o ingresso na era do planejamentos” (Sarney, 2010, p. 147).

E foi dessa maneira que sua popularidade se tornou cada vez mais evidente na sociedade maranhense, mostrando que sua forma de governar passava por processos de mudanças internas, com o objetivo de reestruturar todos os setores diretamente ligados à administração do estado. Dessa forma, houve a substituição do grupo de trabalho de assessoria e planejamento. (GTAP¹⁷) para a (SUDEMA)- A Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão foi criada em 1967 com a função de controlar a questão financeira e os recursos provenientes do estado. As propostas de José Sarney era de qualquer maneira mostrar que o maranhão novo estava realmente acontecendo na sua gestão, rompendo com os laços e influências do passado, estando apto a operacionalizar novos mecanismos político-administrativo. Desse modo, (o jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968) destaca:

¹⁷ Grupo de Trabalho Assessoria e Planejamento - Podemos destacar os que faziam parte do grupo técnico de José Sarney: Joaquim Itapary, Carlos Madeira (encarregado da área jurídica), Bandeira Tribuzi, Benedito Buzar, Antônio Luís Oliveira, Eliezer Moreira, Darson Duarte, Maria Leal, Manuel Lopes e Mariano Matos. (José Sarney, 2010, p. 164).



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968.

A maior obra do meu governo – tem afirmado o governador José Sarney- é uma obra sem placa, que não se vê, mas se sente em todos os recantos e em todas as atitudes do novo Maranhão: a mudança da mentalidade. Realmente o Maranhão de hoje está distanciado de dezenas de anos do Maranhão de há dois anos. Estradas, escolas, ambulatórios, linhas de transmissão, novas faculdades em todo lugar a mentalidade que surge é do trabalho, de progresso, de seriedade para com a coisa pública.

O debate do Maranhão de hoje é o debate do bem público. O Maranhão despertou. Suas potencialidades estão sendo colocadas a serviço o homem maranhense e está euforia do progresso é a grande tônica do governo de José Sarney.

“o povo não é um instrumento passivo do progresso . Ele precisa ser despertado para o desenvolvimento, sua participação é tão importante quanto aos índices de investimentos. Ele precisa estar ao lado do governo. Um governo só é do povo, quando o povo se sente no governo. São palavras de uma proclamação recente do jovem governador dos maranhenses. E no Maranhão o apoio popular ao governo é absoluto. Desse entrosamento e dessa filosofia a nova mentalidade e desta nova mentalidade está nascendo o novo Maranhão. (Jornal O imparcial, 29 de maio de 1968).

Dessa maneira, percebemos que José Sarney constantemente assumiu a responsabilidade de governar para o povo e, ao mesmo tempo, de mudar radicalmente a estrutura administrativa do estado.

Uma das principais mudanças foi a exoneração de funcionários da gestão anterior e a nomeação de seus auxiliares. Além disso, foi criada a Comissão Central de Inquéritos e uma máquina administrativa sem concorrência pública.

A imprensa constantemente conferia legitimidade a José Sarney, aproximando o povo das questões políticas, considerando que “as representações partem de interesses dos particulares”, ou seja, projetava-se uma ideia de popularidade e, ao mesmo tempo, o governador lançava suas bases políticas (Rancière, 2014, p. 70).

Assim, José Sarney procurou inserir o Maranhão na concepção de modernidade, pois o estado se encontrava em um contexto de estagnação econômica e precariedade em diversos setores, como educação, saúde, infraestrutura e transporte. Ou seja, mobilizou-se para mudar o quadro socioeconômico periférico.

O Jornal O Imparcial, em sua edição de 29 de maio de 1968, apresenta o povo como sujeito ativo nesse processo de mudanças e realizações, despertando no imaginário social a ideia

de que aquele momento era propício para que “as novas mentalidades” despertassem para um novo tempo. O povo é representado pela imprensa como adepto desses novos modelos do Maranhão Novo, emergindo como parte de um sistema político que, até então, não atendia às suas necessidades básicas e que só poderia ser reformulado sob a liderança de José Sarney.

Figura 68- Bairro da Liberdade



Fonte: Slzmemória

Essa imagem, datada de 1968, retrata o bairro Liberdade, especificamente a rua Machado de Assis, reforçando a representatividade de um subúrbio e de um espaço periférico. Percebemos a presença de porcos e uma criança próxima ao lixo.

Outro ponto a ser analisado é o grande contraste social evidenciado na ilustração. Ao fundo, observa-se uma casa com sobrados em formato arquitetônico triangular, modelo adotado exclusivamente pelas elites.

Nessa perspectiva, partimos da seguinte problemática: por que a cidade deve ser planejada e reformada sob a projeção da modernidade? Sem dúvidas, para favorecer uma fisionomia de progresso e desenvolvimento, principalmente nos grandes centros urbanos, possibilitando que tais reformas se enquadrem na lógica de poder dos grandes idealizadores desse projeto, como as elites e as autoridades políticas.

Dessa forma, surge outra questão: qual a relação entre a modernidade periférica e as reformas urbanísticas de José Sarney? Essas mudanças urbanas foram mobilizadas com o objetivo de substituir a visão de decadência e pobreza, características da modernidade periférica, promovendo, em seu lugar, uma modernidade alinhada ao “mundo racionalizado da economia capitalista, dentro das esferas de valor de um estado burocratizado moderno da arte, da moral e da ciência, baseada na conduta de vida metódico-racional” (Zigoto, 2010, p. 53).

3.2 “Prometo governar para o povo e com o povo”: as obras urbanas e a ponte do São Francisco no bojo da modernidade periférica no governo de José Sarney.

O jornal do dia 3 de maio de 1968 relata a viagem de José Sarney a São Paulo para uma conferência jornalística, cujo objetivo era tratar de questões administrativas juntamente com as autoridades federais.

Durante o evento, o governador discursou sobre o tema "Como governar um estado pobre". A imprensa acompanhou de maneira assídua as primeiras medidas adotadas por Sarney para reverter o cenário socioeconômico do estado.

As próprias notícias divulgadas tinham o objetivo de caracterizar a figura do governador como o único responsável por solucionar o caos em que o Maranhão estava submerso. Além disso, ao afirmar que o estado era "pobre", buscou-se persuadir e convencer a sociedade maranhense a adotar uma nova concepção de progresso e desenvolvimento.



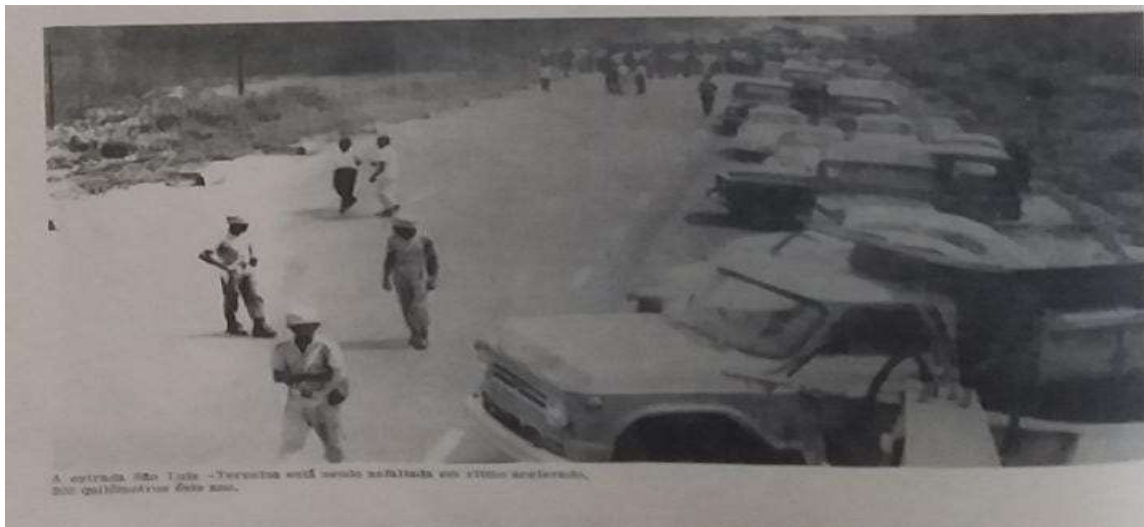
Fonte: O jornal do Dia

Diante do noticiário, a alternativa utilizada por José Sarney foi a implementação e execução de projetos de urbanização, buscando tirar os maranhenses da pobreza e das calamidades sociais, como fome, desemprego e falta de moradias, além de fortalecer seus mecanismos de poder político dentro do estado do Maranhão. Afinal, o “cotidiano é construído dentro dos conflitos da luta de representações”, atendendo aos anseios de uma sociedade moderna (Albuquerque, 2018, p. 32)

Assim, a ideia de modernidade contribuiu para que continuassem ocorrendo mudanças no espaço urbano ludovicense, impulsionadas por José Sarney. As obras incluídas no programa de extensão do estado eram a barragem do Bacanga, a construção de núcleos habitacionais, estradas, a ponte do Caratatiua e a ponte José Sarney, além da pavimentação e melhorias em

outras pontes. Esses projetos podem ser caracterizados como a marca de uma modernidade nascente, que foi se cristalizando no contexto maranhense, como apresentaremos abaixo.

Figura 69 - Estrada entre São Luís e Teresina



Fonte: Jornal O Imparcial , 25 de Maio de 1968

De acordo com o Jornal O Imparcial, no dia 25 de Maio de 1968, a imagem retrata carros de obras e pessoas transitando, como se estivessem presenciando a inauguração da rodovia. A notícia destaca a execução e ampliação da estrada que liga São Luís a Teresina, em uma matéria intitulada "Nova era para a região".

A reportagem menciona a implementação do "programa de metas", que previa a construção de 1.500 quilômetros de estradas, além da pavimentação de 500 quilômetros, meta que já havia sido cumprida no ano anterior pelo governo maranhense, além de 120 quilômetros da estrada São Luís–Teresina. O objetivo desse projeto era modernizar o sistema rodoviário, facilitando o transporte de mercadorias e dinamizando as relações comerciais, gerando impactos favoráveis para a economia do estado. Essa perspectiva está presente no discurso de José Sarney, que reforça sua visão desenvolvimentista ao afirmar:

Figura 70 – Construção da Ponte sobre o Rio Bacanga



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968.

O Jornal O Imparcial, em sua edição de 29 de Maio de 1968, já sinalizava que os dois lados do rio Bacanga seriam ligados pela barragem-ponte, que teria uma extensão de 800 metros de comprimento e seria concluída apenas em 1970. A imagem retrata carros de obras posicionados para o início da construção da barragem (Diniz, 2015, p. 16).

Dessa forma, a construção da barragem facilitou a fundação da Vila do Anjo da Guarda, possibilitando a transferência de aproximadamente 2.000 famílias para a nova área povoada (Sarney, 2010, p. 148). Sabe-se que esse processo fez parte do projeto de desenvolvimento de José Sarney, permitindo também “o deslocamento de São Luís com a ponta do Itaqui, projetado para ser o porto principal de entrada e escoamento do estado” (Silva, 2012, p. 7).

Os noticiários destacavam que José Sarney acompanhava de perto a execução das obras e das reformas administrativas durante sua gestão. Ao divulgar essas informações, a imprensa quer reforça sua imagem como um líder competente e comprometido com a concretização dos planos elaborados por seu governo. Além disso, buscava transmitir à sociedade a sensação de que o estado vivia um período de grande desenvolvimento. Nesse contexto, a imprensa assumia um papel partidário, promovendo os interesses ideológicos em torno da figura política de José Sarney.

Figura 71 – José Sarney e o Secretário de Viação de Obras Públicas.



Fonte: Jornal do Dia, 11 de Maio de 1968.

A imagem retirada do Jornal do Dia, em 11 de maio de 1968, retrata o governador José Sarney acompanhado pelo secretário de Viação e Obras Públicas, Haroldo Tavares, evidenciando que Sarney estava efetivamente colocando em prática seus projetos. Durante sua visita ao Bacanga, ele acompanhou o andamento das obras e verificou o cronograma para a construção da barragem. Em seguida, dirigiu-se ao Porto do Itaqui, cujas obras proporcionaram diversos benefícios para a cidade, incluindo a localização de novas indústrias, a construção de depósitos de combustíveis, o afastamento do centro da cidade, a melhoria no transporte de cargas entre o porto e o interior do estado, além do deslocamento da estrada de ferro para a margem esquerda do Rio Bacanga (Silva, 2012, p.10).

Outra iniciativa importante do governo de José Sarney foi a criação da Companhia Habitacional do Maranhão, que lançou o projeto de habitação com o slogan “Casa para o povo do Maranhão”, um marco na mobilidade urbana e social do estado.

Segundo a imprensa, essas transformações tinham como objetivo ampliar as avenidas e interligar os bairros periféricos às áreas centrais da cidade. Até aquele momento, a população dependia apenas de uma única via de acesso à periferia, conhecida como Caminho Grande, que se iniciava no Canto da Viação e se estendia até o Anil, acompanhando o trajeto do bonde (Silva, 2012, p.7).

Figura 72 – Extensão do Terreno do Conjunto Habitacional –COHAB.



Fonte: Jornal do Dia, 30 de Abril de 1968

A imagem acima, extraída do Jornal do Dia, em 30 de Abril de 1968, mostra a extensão do terreno onde foi construído o conjunto habitacional da Cohab. Embora o projeto tenha beneficiado cerca de 8 mil pessoas, sua abrangência não foi suficiente para atender à demanda esperada, pois a ocupação de outras áreas da cidade ainda ocorria de forma tardia. O governador José Sarney se apropriou dessas questões para fortalecer sua imagem política, argumentando que, até aquele momento, as construções urbanísticas dos governos anteriores não haviam sido eficazes para impulsionar os interesses da população e de seus aliados.

No entanto, conforme discutido no capítulo anterior, algumas mudanças significativas já haviam ocorrido em determinados bairros, resultado das administrações anteriores. Isso incluía investimentos no conjunto residencial Filipinho e protestos que resultaram em melhorias no bairro da Liberdade, inserindo essas regiões na lógica da modernização urbana.

Nesse processo de modernização, os conjuntos habitacionais eram financiados para atender um público específico, majoritariamente pertencente à elite. Apenas aqueles que podiam comprovar renda e eram funcionários do setor público, possuindo crédito junto ao Banco Nacional de Habitação e à Caixa Econômica Federal, tinham acesso a esses financiamentos.

O projeto de José Sarney visava ampliar essas iniciativas, promovendo a expansão e a interligação dos bairros, ao mesmo tempo em que buscava consolidar a percepção de que essas mudanças eram exclusivamente fruto de sua gestão. Com isso, Sarney conquistou crescente popularidade, principalmente por meio dos programas de habitação. Desde 1967, já havia sido planejada a construção do bairro do Anil, que foi incluído e aprovado no programa do Banco Nacional de Habitação. Inicialmente, foram construídas 516 casas, e o Jornal do Dia, em 30 de

Abril de 1968, destacou o reconhecimento dos moradores do bairro do Anil em relação às melhorias realizadas.



Fonte: Jornal do Dia, 10 de Abril de 1968.

Em seguida em palanque armado também na praça, os moradores do conjunto do Anil, tiveram a oportunidade de manifestar-se ao governador José Sarney, através da palavra do Jornalista José de Ribamar Pinto, morador daquele conjunto, que depois de afirmar que a nova comunidade certamente tem consciência do que (e de como surgiu, e isso graças **ao surto de progresso** que beneficia o estado do Maranhão, imbuindo o nosso povo a mentalidade, consoante o espírito do governador.

É importante destacar que esse evento inaugural contou com a presença de autoridades de grande relevância, como a senhora Marly Madeira Costa, o secretário do governador, Antônio Luís Oliveira, o comandante da guarnição federal de São Luís e o senhor Acrísio, presidente da Companhia de Habitação Popular do Maranhão.

Esse momento teve um caráter especial, pois coincidiu com a celebração do aniversário de José Sarney. A programação teve início com uma cerimônia religiosa, sendo a missa marcada para as 17h30 na paróquia do Anil, seguida de apresentações folclóricas no largo. Dessa forma, o noticiário enfatizou o progresso associado ao evento, destacando o processo de socialização e entretenimento. Além disso, havia o interesse em fortalecer a popularidade do governador, consolidando sua imagem junto à população.

Essas homenagens à figura de José Sarney não se limitaram apenas a esse evento. O Jornal do Dia, em 17 de maio de 1968, destacou a realização de um campeonato de futebol que levou o nome do governador, reforçando ainda mais sua popularidade e influência no estado.

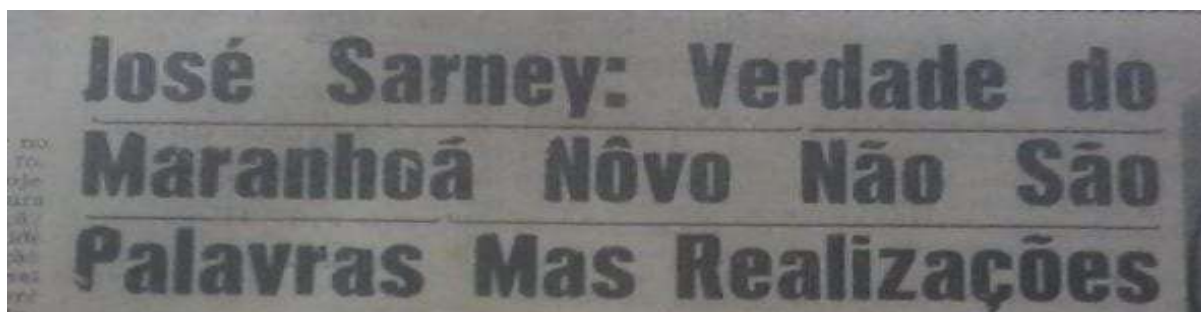


Fonte: Jornal do Dia 17 de Maio de 1968

A imprensa destacou que o campeonato foi divulgado e patrocinado pela Rádio Timbira e organizado pelo Departamento de Futebol Anilense, dirigido pelo Sr. Jomar Pereira.

Dessa forma, não há informações concretas sobre a participação de José Sarney nesse evento esportivo com o intuito de entretenimento. No entanto, subentende-se que sua figura como governador ocupou uma posição singular por meio dessa homenagem.

Assim, Sarney se tornou o protagonista de seu próprio projeto político para o Maranhão, discursando e destacando-se na imprensa como um governador responsável e dedicado. Sua imagem permaneceu constantemente em evidência, reforçando seu compromisso com a melhoria do sistema educacional, a criação de empresas e o incentivo ao entretenimento.



Fonte: Jornal do Dia, 10 de Abril de 1968

A imprensa procurou dar evidência à figura política de José Sarney, fazendo com que a sociedade maranhense acreditasse que o Maranhão Novo só ocorreria por meio de seu protagonismo e iniciativa governamental, entretanto, a mídia assume a função de compatibilizar as benesses do governador com o ideal desenvolvimentista. Apreende-se que, maioria das vezes, “todo governo tende a incriminar os meios de comunicação, que não explicariam convenientemente sua ação: e bem sabemos que em história política uma ideia falsa vira depressa um fato verdadeiro”. Ou seja, existe um jogo de interesses por trás de cada notícia publicada pela imprensa (Rémond, 2003, p. 218).

O Jornal do Dia afirma que “o estado defende os princípios de moralidade administrativa, paz, justiça social. Frisou também os programas de saúde, educação, viação, saneamento, urbanismo, serviço social e energia.” Porém, sabemos que a imprensa quer elevar a representatividade política de Sarney, porém, sabemos que a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”. (Luca, 2008, p.140)

Além disso, ao destacar que “José Sarney sofreu difamação diante de outros meios de comunicação”, o periódico sugere que a divulgação dessa informação poderia despertar o interesse da sociedade civil em apoiar José Sarney frente às críticas dos opositores (Jornal do Dia, 10 de abril de 1968). Nessa perspectiva, o jornal sinaliza que José Sarney se pronunciou

de forma transparente diante das acusações e hostilidades dos opositores. Como exemplo, o Jornal do Dia cita que o Jornal Matutino o acusou de calúnia e difamação. O Jornal Matutino, fundado em 1937, era atuante nas questões políticas do estado e seguia a corrente Integralista do Brasil. Localizado em São Luís, seu diretor-gerente era Solano Rodrigues e seu redator-chefe, Lafayette de Mendonça. Suas matérias eram variadas, publicando artigos sobre economia, sociedade, propaganda e esporte (Maranhão, 2007, p. 153).

O governador afirmou que agia com o intuito de não cercear a liberdade da imprensa, pois pretendia buscar esclarecimento, não devendo ser confundido com irresponsabilidade. Declarou estar sendo atacado injustamente, o que manchava sua honra diante do povo maranhense (Jornal do Dia, 10 de abril de 1968).

Para demonstrar que sua administração era transparente e responsável, José Sarney se pronunciou em entrevista sobre suas propostas para o Maranhão. Assim, a imprensa mostrava-se preocupada em acompanhar diariamente a trajetória do governador, como destaca (o Jornal do Dia, 12 de abril de 1968):



Fonte: Jornal do Dia 12 de Maio de 1968.

Em relação às metas, “o governador José Sarney fez uma recapitulação das obras dos dois anos de administração, numa espécie de prestação de contas, e deu conhecimento do programa do seu governo para 1968” (Jornal do Dia, 12 de maio de 1968).

Essa informação foi televisionada pelo programa da TV Difusora, com um objetivo de ordem administrativa. A imprensa enfatizou que a principal preocupação do governador era fazer com que sua entrevista chegasse até o interior do estado para “discutir suas esperanças, dificuldades e vitórias.”. Desse modo, a imprensa mais uma vez se destaca como protagonista em destacar as obras do governador, com o intuito de persuadir na sociedade maranhense que todas as mudanças estavam ocorrendo de maneira transparente e responsável, todavia, esses “jogo de representações muitas vezes acaba tendo dificuldade de se distinguir da própria realidade” (Rémond, 2003, p. 225).

A reportagem do jornal destaca que as obras abordadas estavam nos setores de rodovias, energia, água, esgoto, saúde pública, agricultura, educação, urbanismo e habitação.

O que chama a atenção é que, diante de vários projetos, o governador salientou que, no período de dois anos, seria impossível resolver as calamidades que o Maranhão já enfrentava há 50 anos. Ele atribuiu essa letargia ao fato de o estado ser meramente pobre e reforçou que as administrações anteriores não haviam sido conduzidas de maneira transparente e eficiente.

Para que o projeto de modernização não se concentrasse apenas na capital, José Sarney expandiu sua dinâmica de urbanização para o interior do Maranhão, de acordo com o Jornal do Dia, em sua edição de 7 de maio de 1968.



Fonte: Jornal do Dia, 07 de Maio de 1968.

O Jornal destaca que a empresa de construções civis e rodovias, ficou responsável pela pavimentação da BR-135, partindo do Tirirical até a Estiva, melhorando e pavimentação do sistema de asfaltos, esse projeto foi impulsionado pela secretaria de viação de obras públicas, alcançando até o interior do Estado.

Dessa maneira, sabemos que a ponte do Caratatiua, foi construída na gestão de José Sarney, e também estava em seu plano de governo, que, de acordo com o governador houve certos empecilhos, alegando que “no início da ponte do Caratatiua, alguns governadores e funcionários compraram grandes glebas no setor, contudo, não é o meu objetivo resolver o passado e nem levar ninguém ao pelourinho”. (Sarney, 2010, p. 175).

Figura - 73 –Ponte do Caratatiua



Fonte: Minha velha São Luís. Acesso em Maio de 2023.

A imagem acima mostra a ponte do Caratatiua, construída em 1968 sobre o rio Anil, interligando vários bairros e facilitando o acesso ao bairro do Olho D'Água e a outras praias. Sua estrutura foi feita de concreto armado, um material característico de obras permanentes, o que simboliza a modernidade nascente e consolidada no Maranhão.

A partir de sua construção, “a ponte possibilitou a ligação do bairro da Cohab aos bairros do Caratatiua e Ivar Saldanha, transformando aos poucos essas áreas em regiões com características eminentemente urbanas, modificando a fisionomia da cidade.”

A imprensa deu grande destaque às construções realizadas no governo de José Sarney, especialmente às pontes, que contribuíram para a ampliação e integração das áreas centrais com o crescimento verticalizado dos bairros suburbanos (Moraes, 2006, p. 41).

De certa forma, com o crescimento dos bairros adjacentes, o governador estava comprometido em concretizar o Maranhão Novo, promovendo novos horizontes e “uma administração calcada na honestidade e transparência, rompendo com o passado e possibilitando o reencontro do povo consigo mesmo” (Sarney, 2010, p. 200).

A intenção do governador era fazer com que a modernidade se concretizasse no Maranhão, criando na sociedade um clima de satisfação e entusiasmo. No entanto, logo após a construção da ponte do Caratatiua, ocorreu um crime que abalou toda a população e, segundo a imprensa da época, repercutiu intensamente na opinião pública (Jornal do Dia, 19 de agosto de 1969).



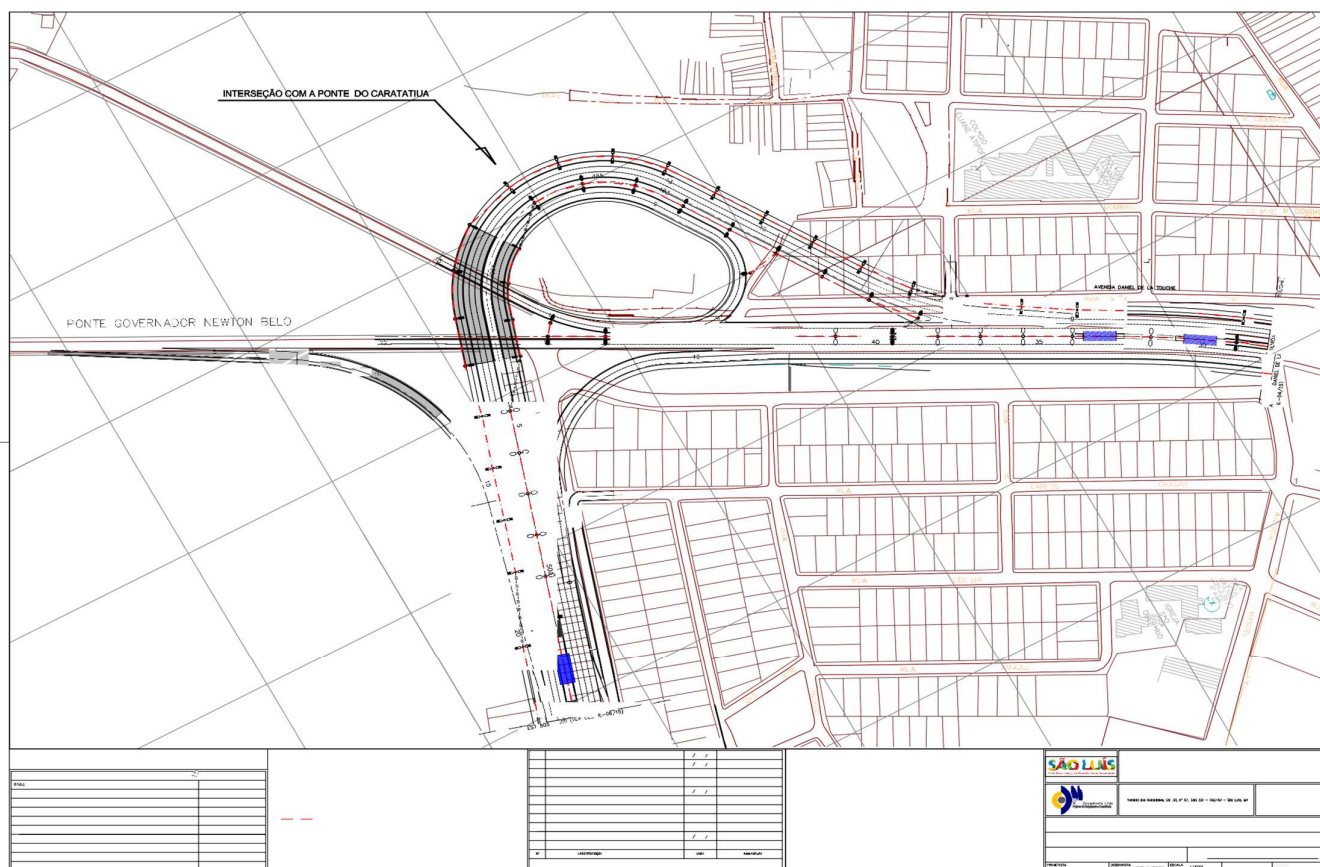
Fonte: Jornal do Dia, 19 de Agosto de 1969.

O ocorrido pode ser caracterizado por uma modernidade que se constrói perifericamente, pois, o percurso que o ônibus da empresa transútil fazia, era com destino à praia do Olho D’ Agua, trajeto esse que foi projetado para que facilitasse a mobilidade urbana e ampliasse o acesso aos outros bairros. Pejorativamente, subentende-se que, enquanto o governador estava preocupado em desenvolver outros programas do seu governo, o crime, a violência, cometidos de forma intencional por parte dos militantes, marcaram a deficiência de um estado responsável pela segurança pública da sociedade.

A partir de algumas pesquisas recentes, foi possível achar a planta da ponte do Caratatiua. Percebemos que, houve a expansão de alguns bairros em suas mediações e

consequentemente o aumento populacional. A ponte serviu de intermédio aos bairros do Ipase, Maranhão novo, Cohama, paralelamente, o bairro da Jordoa, Alemanha e João Paulo, sendo considerados subúrbios.

Figura 74 - Mapa da Ponte Caratatiua



Fonte: <https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1414_il_-_05-15-_planta_-_int_ponte_caratatiua-model.pdf. Acesso : Dezembro de 2023.

O mapa apresenta a cartografia da ponte do Caratatiua, construída em estrutura de concreto armado e também conhecida como Ponte Governador Newton Belo. No entanto, não se sabe ao certo por que sua nomeação foi associada a esse ícone político do Maranhão, considerando que sua construção e inauguração ocorreram durante a administração de José Sarney.

Esse processo de mobilidade urbana alterou a fisionomia da cidade, que passou a receber novos fluxos populacionais, ocupando espaços que antes estavam distantes da área central e das moradias da elite. Consequentemente, isso gerou “vazios urbanos propícios a

novas ocupações, além de atraírem para suas imediações e periferias ocupações irregulares e sem infraestrutura” (Costa, 2008, p. 6).

É importante salientar que, apesar de a ponte do Caratatiua ter sido a primeira obra construída no governo de José Sarney, as atenções da população estavam voltadas para a expectativa da construção da ponte do São Francisco, que seria “a pedra de toque para a assoberba empresa de revitalização de São Luís. O futuro estava às portas, era preciso preparar a cidade para os desafios da modernidade” (Sarney, 2010, p. 174).

Na visão do governador, a modernidade começou a se materializar por meio das obras realizadas durante sua gestão. Era necessário consolidar no imaginário social a ideia de que o atraso, o retrocesso e a decadência que outrora assolavam o estado estavam sendo superados. Dessa forma, foi mantido um discurso de progresso e renovação, contrapondo-se à visão de um Maranhão decadente.

Antes da construção da ponte José Sarney, houve uma preocupação do governador em adquirir e ampliar a área necessária para a realização da obra. Naquele período, as terras se estendiam até as imediações do bairro da Camboa. Com o surgimento das fábricas por volta de 1890, tornou-se essencial uma área extensa para o fornecimento de lenha para a manutenção e funcionamento das máquinas, o que poderia ter dificultado a construção da ponte.

O desejo de arrendar essas terras só foi concretizado após a falência da fábrica, o que possibilitou a José Sarney incorporar ao domínio do estado as terras que outrora haviam sido compradas por José Simeão, em 1887. Assim, iniciou-se o plano para a construção da ponte do São Francisco, conforme o próprio Sarney relata:

Eu sabia que aquelas terras iriam ter uma valorização fantástica com a ponte. Propus então aos proprietários que eles entregassem as terras para o estado em pagamento aos impostos que deviam. Eles não sabiam dos planos do governo, pois eu não os revelava a ninguém. Concluída a transação, anunciei e comecei a construção da ponte. Especuladores ainda negociavam loteamentos fora da área incorporada ao patrimônio do Estado (Sarney, 2010, p. 176).

Nesse jogo econômico, para garantir a posse das terras, Sarney implementou estrategicamente um rigoroso planejamento orçamentário, permitindo ao estado gerir e controlar todas as despesas, além de cobrar impostos como uma alternativa disciplinada e transparente. Dessa forma, ele consolidou as mudanças administrativas que vinham sendo realizadas desde o início de seu mandato (Guilhon, 1996, p. 12).

A imprensa da época passou a noticiar os primeiros indícios da realização da ponte, colocando em prática um projeto que Rui Ribeiro de Mesquita já havia elaborado para a

ampliação das rotas da cidade. No entanto, José Sarney insistia em reforçar que seu projeto permanecia sob sigilo. O Jornal O Imparcial, no dia 29 de maio de 1968, retrata:

:



Fonte: Jornal O Imparcial, 29 de Maio de 1968).

O jornal O Imparcial aparece como divulgador assíduo comentando sobre as etapas da Ponte quando nos diz “Dentro de poucos dias, estará iniciada a construção da ponte sobre o rio Anil, ligando a Avenida Beira-Mar à Ponta do São Francisco.” (O Jornal O Imparcial, em sua edição de 29 de Maio de 1968)

Dessa forma, entende-se que a ponte foi projetada para interligar as duas extremidades: de um lado, a Avenida Beira-Mar, anteriormente conhecida como REFESA, onde, na década de 1950, existia uma estrada de ferro. Esse local possuía uma fisionomia periférica, mas, após o projeto de remodelação da cidade, tornou-se o principal foco de revitalização daquele período.

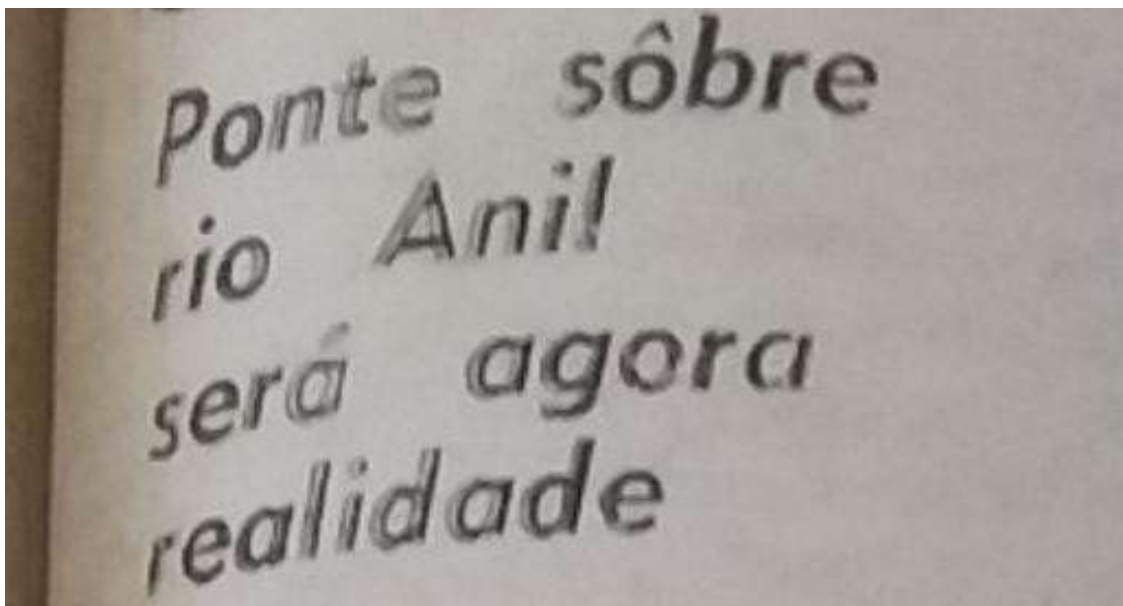
Do outro lado, o bairro do São Francisco passou por diversas transformações após a construção da ponte, que possui 820 metros de comprimento.

A imprensa também noticiou que a construtora responsável pela construção da ponte era a Itapoã e que a previsão para a conclusão da obra era de aproximadamente 18 meses. Ao divulgar esse prazo, o objetivo do periódico era manter a sociedade maranhense na expectativa da concretização da obra, reforçando a confiança no governo.

O periódico adotava uma estratégia de exaltação da figura política de José Sarney, destacando que “a ponte seria a realização de um grande sonho, já anunciado pelo governador, e representaria a principal construção dentro de suas propostas políticas”. Dessa forma, a

narrativa induzia a população a acreditar que tais melhorias urbanas só seriam possíveis graças à iniciativa do governador do Estado (Jornal O Imparcial, 29 de maio de 1968).

O jornal do Dia, também registrou as etapas da construção da ponte e ao mesmo tempo fez um prognóstico sobre seus possíveis impactos para o bairro do São Francisco após a sua construção (Jornal do Dia, 13 de Junho de 1968):



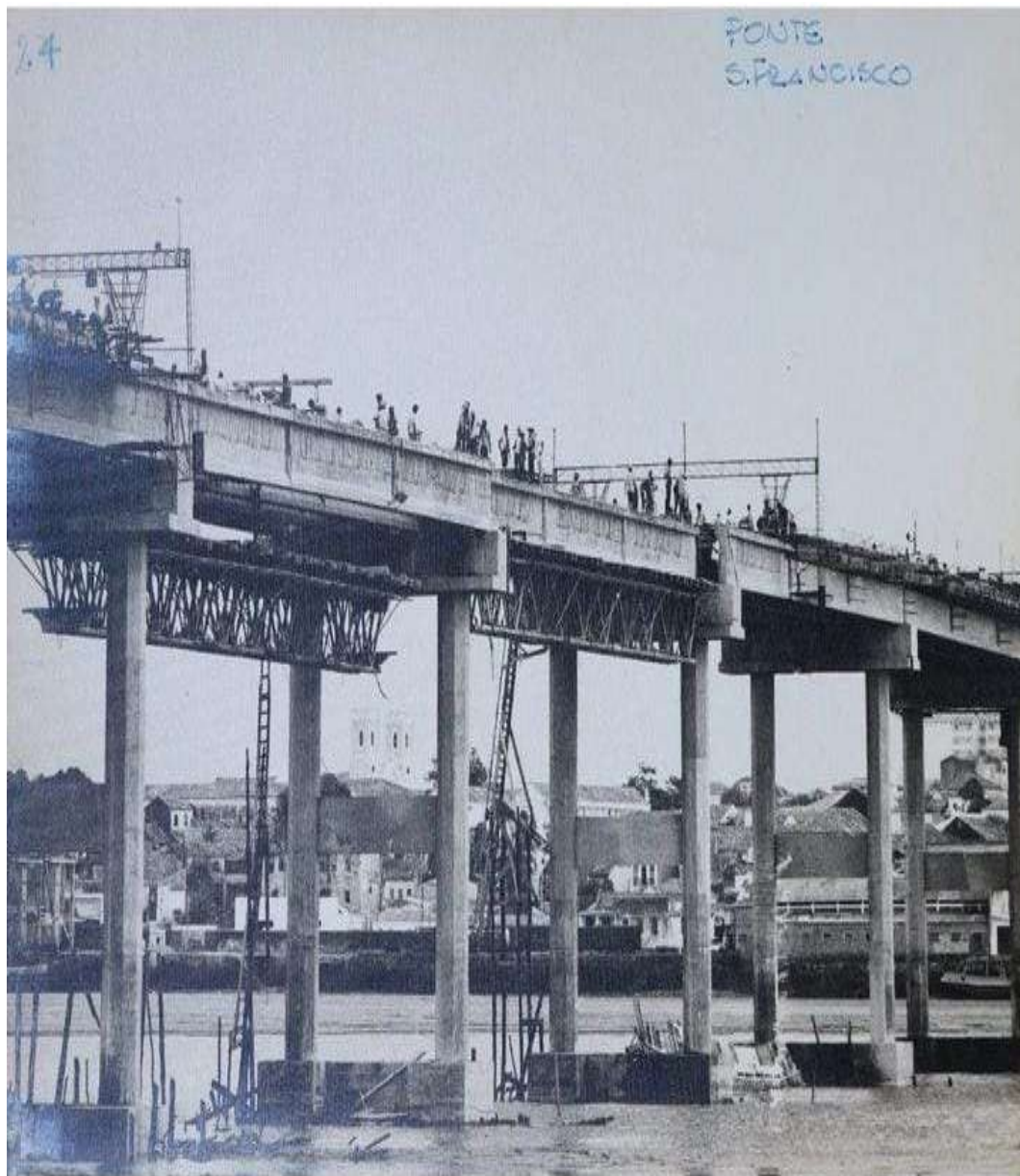
Fonte: Jornal do Dia, 13 de Junho de 1968.

A Ponte São Francisco, vinte e nove vão, distribuídos em dois vãos de 5 metros, dois de 25 metros a 25 vãos modulados de 31 metros e 90 centímetros. Na próxima semana será iniciada dos primeiros 125 metros de vão. Um dos extremos da ponte ficará apoiado na rua principal do São Francisco e o outro na rua Tarquínio Lopes. Os recursos para tão importante obra estão garantidos não havendo nenhuma dúvida quanto à sua realização no tempo provisório. (Jornal do dia, 13 de Junho de 1968).

A imprensa destacou que a construção da ponte foi a obra mais privilegiada do governo de José Sarney, informando que o prazo estimado para sua conclusão variava entre 18 e 24 meses. A construtora Itapoã se comprometeu a acelerar o processo, garantindo a disponibilização de equipamentos técnicos e a contratação de operários, o que, além de impulsionar a geração de empregos, também contribuiria para a agilidade na execução da obra.

Outro aspecto relevante foi o esforço do governador em organizar as verbas orçamentárias do estado, assegurando que os recursos financeiros fossem direcionados para o início e a conclusão da construção, consolidando assim suas principais propostas de infraestrutura.

Figura 75 - Operários Trabalhando na Construção da Ponte São Francisco



Fonte: minha velha São Luís. (Instagram). Acesso em Maio de 2024.

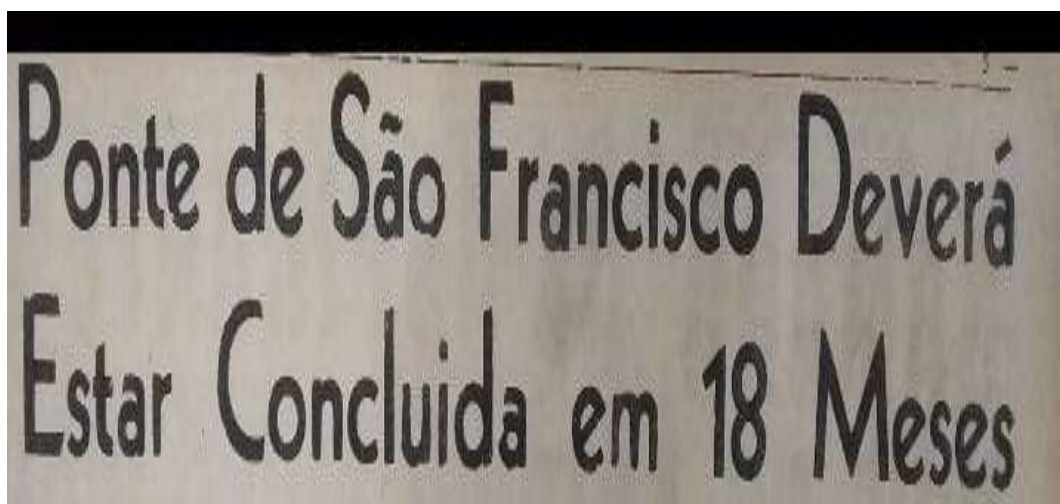
A ilustração apresenta a ponte José Sarney em construção, destacando seus pilares, sua estrutura de concreto armado e o avanço significativo dos serviços. Além disso, evidencia a presença de operários trabalhando assiduamente para que a obra fosse entregue dentro do prazo estabelecido.

O noticiário chama a atenção para o conectivo “será agora realidade”. Isso indica que, possivelmente, em administrações anteriores já haviam sido feitas tentativas de consolidar o grande projeto da construção da ponte do São Francisco. O próprio jornal menciona: “As

fundações da ponte, que começou a ser construída pelo governo passado, se não dinamitadas de vez, não existem nenhuma possibilidade de seu aproveitamento.” (Jornal do Dia, 13 de junho de 1968).

Essa atitude demonstra que o governo pretendia apagar e aniquilar qualquer referência às gestões anteriores, reforçando o discurso de que o Maranhão estava vivendo um novo momento de progresso e desenvolvimento. Assim, justificava-se a ideia de que não era necessário preservar nada que remetesse à decadência e ao subdesenvolvimento.

Dessa forma, o Jornal O Imparcial aprofundou as informações sobre a ponte do São Francisco, destacando que foi construída com concreto protendido (Jornal O Imparcial, 04 de Julho de 1968).



Fonte Jornal O Imparcial, 04 de Julho de 1968

A ponte se destaca como a obra mais importante para o setor de urbanização da cidade, sendo um símbolo da modernidade e um ícone do progresso. Além disso, consolida o elo “com o centro comercial da cidade e um dos núcleos residenciais mais populosos, além de facilitar o acesso ao Balneário da Ponta D’Areia.”

A mesma matéria ressalta que a preocupação com a construção e revitalização das pontes não ocorreu apenas na cidade de São Luís, mas também nas intermediações das rodovias entre São Luís e Teresina:

Todas as pontes provisórias existentes na rodovia São Luís- Teresina já foram substituídas por pontes de concreto armado, que significa que não haverá interrupção durante o inverno, com consequências das enchentes. O DER informou, que somente a ponte do saco ainda não foi entregue ao tráfego normal devido à falta de aterros nas cabeceiras, trabalho que deverá ser iniciado este mês, por delegação do departamento Nacional de estradas e rodagens, de vez que se trata de estrada Federal (Jornal do Dia, 13 de Junho de 1968).

O processo de revitalização das pontes mencionadas fazia parte das propostas que Rui Mesquita já havia projetado anteriormente, permitindo que a modernidade alcançasse outras regiões do estado. A principal preocupação do governador era consolidar seu projeto o mais rápido possível. Assim, a imprensa divulgava constantemente o andamento das obras. O Jornal O Imparcial, em sua edição de 08 de agosto de 1968, relata:

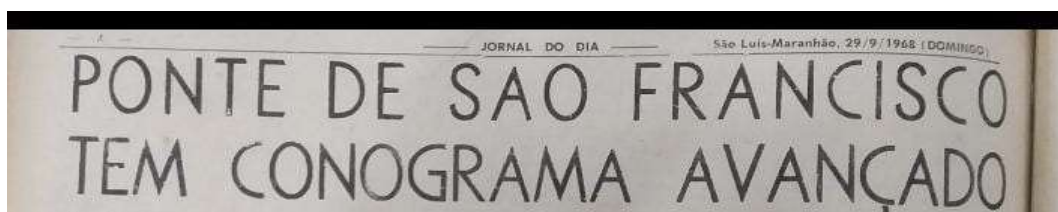


Fonte Jornal O Imparcial, 08 de Agosto de 1968.

As obras

As obras estão adiantadas, informando a construtora Itapoã que já foram concluídas seis plataformas e a sétima deverá ser terminada hoje. Ao 29 do mês passado saiu do Rio uma carreta conduzindo o bate-estacas da Franki, que vai trabalhar na ponte. Até agora foram soldas 165 toneladas de perfis metálicos para a cravação das peças definitivas da ponte. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos dentro dos cronogramas, adiantando-se a construtora Itapoã, poderá reduzir o prazo da obra para 18 meses se não faltarem recursos (Jornal O Imparcial, 08 de Agosto de 1968).

Percebe-se que, com a rapidez na construção da ponte, outras obras urbanas quase não foram noticiadas. Os jornais foram unânimes em detalhar sua estrutura física e o orçamento necessário para sua conclusão dentro do prazo estabelecido. (Jornal do Dia, 29 de setembro de 1968).



Fonte: Jornal do Dia, 29 de Setembro de 1968.

O jornal descreveu: “Dentro de mais alguns dias, estará chegando nova partida de material para os trabalhos da ponte, não havendo período de paralisação por falta de ferragem, cimento, etc.” Assim, o bairro do São Francisco é caracterizado como populoso e com grandes centros comerciais. Após a construção da ponte, a mobilidade das pessoas entre as duas extremidades será facilitada. É importante ressaltar que, antes da ponte, o único meio de locomoção entre os dois lados era por meio de canoas. Com as primeiras notícias sobre o início das obras, a construtora Itapoã demonstrou comprometimento com a execução dos serviços. O

primeiro anúncio sobre a conclusão da ponte foi divulgado para dezembro de 1969. (Jornal do Dia, 22 de agosto de 1968).

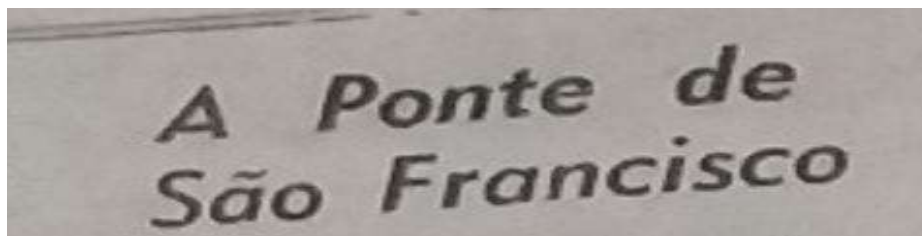


O Governador José Sarney assistiu, na manhã de ontem, à cravação da última estaca do primeiro pilar da ponte sobre o Rio Anil, ligando São Luís à ponta de São Francisco. Em seguida o chefe do executivo estadual, acompanhado de assessores e do engenheiro Eduardo Santos, diretor da construtora Itapoã, percorreu toda a extensão das plataformas provisórias da ponte, tendo demonstrado sua satisfação pelo andamento das obras (Jornal do Dia, 22 de Agosto de 1968)

O governador aparece mais uma vez acompanhando o andamento dos serviços, juntamente com sua comissão administrativa, reafirmando o contrato dos serviços entre o Departamento de Estradas e Rodagens e a construtora Itapoã. A construção da ponte começou no dia 1º de julho de 1968, e foi disponibilizado um orçamento financeiro no valor de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros antigos).

O jornal destacou as técnicas e os materiais utilizados. Na estrutura da ponte, foi empregado concreto protendido, com vãos livres de 31,90 metros e um comprimento total de 889 metros, além de 12 metros de largura, formando uma pista de rolamento de oito metros e dois passeios laterais de um metro e noventa cada (Jornal do Dia, 22 de agosto de 1968).

Dessa maneira, a ponte do São Francisco, aos poucos, foi despertando na sociedade a sensação de que seus anseios estavam realmente sendo concretizados e atendidos. As próprias matérias de jornal impulsionaram na sociedade, de forma prognóstica, uma expectativa sobre os impactos positivos após a construção da ponte, principalmente para a população do bairro do São Francisco, que, consequentemente, teria uma melhor qualidade de vida, de acordo com O Jornal do Dia, 07 de Setembro de 1968.



Fonte: Jornal do Dia, 07 de Setembro de 1968

A referida matéria foi escrita por José Carlos, destacando que a ponte do São Francisco deixaria de ser um sonho para se tornar realidade, ao mesmo tempo em que evidenciava a importância do bairro de São Francisco. Comentou-se que a ponte teria cerca de 820 metros e que a previsão para sua conclusão era até o término do mandato de José Sarney como governador do estado. Dessa maneira, o autor do texto destaca:

É realmente muito importante a construção dessa ponte e, assim, o governo estadual presta ao seu povo um grande trabalho dando-lhe visão nítida de que, no Maranhão, alguma coisa há que realmente representa os esforços de uma geração. Desde há muito em São Luís essa ponte vem apenas sendo assunto, até mesmo nos lugares mais impróprios para discussões dessa espécie, porque na verdade, ela chegou a ser uma imoralidade de uma administração pública em anos passados. No entanto, agora, toma conhecimento do que ela será brevemente uma realidade.

Ela constitui um grande passo para a ampliação da beleza da nossa cidade, bem como uma melhor feição da ponta do São Francisco que não deve mesmo estar a margem dos programas desenvolvimentistas que estão sendo colocados na prática em prol da evolução do estado (O jornal do Dia 07 de Setembro de 1968). (Grifo nosso).

Conforme supracitado, a ponte surge como um ícone da modernidade, rompendo com todas as imoralidades administrativas do passado e inaugurando uma nova realidade, repleta de esperança e progresso para o estado. Ao mesmo tempo, a ponte do São Francisco se enquadra na categoria de patrimônio, pois teve a função de intermediar e preservar os aspectos urbanísticos locais, além de possibilitar o acesso à parte balneária da cidade. Assim, a sociedade pôde valorizar e reconhecer a importância dessa construção, conferindo-lhe "um sentido muito maior e eterno para as gerações futuras." (O Jornal do Dia, 7 de setembro de 1968).

Esse clima de satisfação possibilitou que José Sarney se tornasse cada vez mais prestigiado e reconhecido pelas realizações de suas obras, o que refletia consideravelmente para projetar um contexto político favorável a ele. Dessa forma, o governador foi reverenciado pelo jornalista Júlio Mesquita em matéria publicada no (Jornal do Dia, em 26 de Novembro de 1968).



Fonte: Jornal do Dia , 26 de Novembro de 1968.

Agradecendo a homenagem que lhe prestou anteontem, o governador José Sarney, com a outorga medalha de mérito “Timbira”, o jornalista Júlio Mesquita Filho, “diretor do Estado de São Paulo”, disse que sente “um entusiasmo enorme pela obra que o governador maranhense está realizando”. Mais adiante afirmou: eu tenho a certeza de que esta geração que conta em seu seio, no seu ninho, um homem como José Sarney, **haverá de inspirar o Brasil para tirá-lo do impasse em que se encontra. Eu digo: é daqui do Maranhão que eu volto acreditar no Brasil**” (Jornal do Dia, 26 de Novembro de 1968) (Grifo nosso).

O jornalista Júlio Mesquita veio para São Luís a convite do governador, deparando-se com uma ocasião singular: a inauguração do grupo escolar no bairro do Anil, cujo nome da instituição reverenciava emblematicamente o jornalista. Aproveitou-se a ocasião para comemorar os 50 anos da Faculdade de Direito no estado.

Desse modo, o jornal O Estado de São Paulo é categoricamente mencionado como o veículo de comunicação responsável por divulgar informações de cunho democrático. O Maranhão se encaixava como um Estado que, tendo em sua administração um governador comprometido com o progresso, seria um modelo a ser seguido por outros estados, principalmente pelas obras que, de certa forma, ressoavam desenvolvimento e avanço.

O governador mencionou os tempos modernos que se concretizavam e destacou que era louvável para o Maranhão ser reconhecido nacionalmente. Ressaltou ainda que as obras em andamento eram apenas o início de uma nova era para o estado, principalmente com a construção da ponte (Jornal do Dia, 29 de novembro de 1968).



Fonte: Jornal do Dia, 26 de Novembro de 1968.

O jornal descreveu: “Esta semana serão iniciados os trabalhos de terraplenagem da área onde ficará assentada a cabeceira da ponte ao lado do São Francisco”.

Dessa forma, imprensa destaca que a ponte foi o baluarte da modernização e urbanização da cidade, pois, como já mencionado, o bairro do São Francisco passou a ser uma via de acesso para as praias de São Luís e, futuramente, ampliaria essa ligação para uma nova zona populacional, comercial e turística.

Para ratificar tal proposta, Jornal do Dia, em 17 de agosto de 1968, afirmou que a obra beneficiaria até o sistema de transporte automobilístico.



Fonte: Jornal do Dia, 17 de Agosto de 1968.

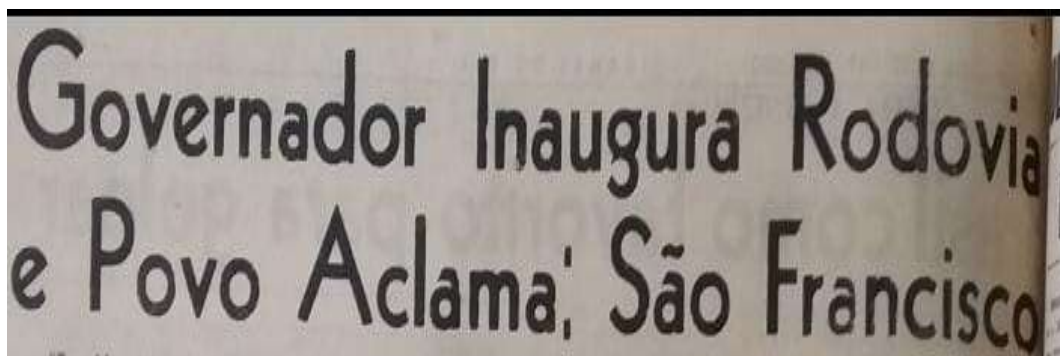
O primeiro automóvel estará trafegando, por toda semana, na ponta do São Francisco. Aquele bairro como se sabe, é uma ilha e somente com a construção da ponte sobre o Rio Anil e da estrada de São Marcos seria possível chegar àquela comunidade sem ser por barco ou canoa. A ponte ensejará um acesso não apenas a São Francisco mas também a toda essa outra parte da cidade, na faixa praiana. A estrada de São Marcos, por sua vez possibilitou o aterro de 320 metros sobre o Igarapé da Jansen. E será exatamente por isso que, já no decorrer dessa semana, será possível chegar a ponta do São Francisco de automóvel. (Jornal do Dia, no dia 17 de Agosto de 1968).

Nessa perspectiva, a ponte do São Francisco ampliou as alternativas para os transeuntes e os donos de automóveis. Esse aspecto evidencia uma maior valorização socioespacial, funcionando como via de entretenimento e exploração de lugares que, até então, passariam por um processo de transformação.

Houve interferências urbanas desde o bairro do São Francisco até o bairro do Renascença, o que resultou na desapropriação de espaços, refletindo na construção dos imaginários sociais que se formavam durante esses processos.

Após o início da construção da ponte, o governador foi se fortalecendo e sendo reconhecido pela sociedade ludovicense, que passou a acreditar que a modernidade realmente estava inserida no Maranhão, cristalizada por suas obras. Dessa maneira, a imprensa tinha a necessidade de reforçar que o cenário periférico se transformava em um contexto próspero e libertador.

Para reforçar essa visão, Jornal do Dia, em 24 de agosto de 1969, destacou a acolhida dos moradores do bairro do São Francisco.



Fonte: Jornal do Dia, 24 de Agosto de 1969.

Bem-vindo sejam Sr. Governador que não vindes pedir votos nem trazer promessas; bem-vindo sejam por tudo quanto já realizastes por este bairro; bem vindo sejam pelo grupo escolar onde nossos filhos estudam sem a necessidade de um difícil transporte; bem-vindo sejam por terdes dotado este bairro de água construindo um poço, lavandaria e chafarizes; bem-vindo sejam porque antes de vossa vinda já aqui estava a presença do governo no posto médico, bem-vindo sejam pela ponte que construís para servir este bairro e a estrada que hoje inaugurais, integrando efetivamente o bairro do São Francisco à vida e ao progresso da cidade”(Jornal do Dia, 24 de Agosto de 1969).

José Sarney foi aclamado pelos moradores do bairro São Francisco, fazendo jus à sua proposta política de governar para o povo e com o povo. Repercutiu-se no imaginário social a reciprocidade de um governo que, a cada dia, cumpria de forma responsável seu projeto de modernidade. Desse modo, o povo passou a ser protagonista por presenciar a ampliação urbanística da cidade, fruto do planejamento elaborado pelo Departamento de Estradas e Rodagens, sob a coordenação de Raimundo Carneiro, à frente das obras em execução. É perceptível que a imprensa comenta e dá destaque somente aos indivíduos que estão sendo priorizados com as reformas urbanas, pois sabemos que:

A história das ideias políticas faz necessariamente fronteira. Com a história da opinião pública e a história da propaganda; distinguem-se delas, mas seus entendimentos com uma e outra encontram-se numa relação de reciprocidade, numa sociedade de expressão pública desenvolvida (Rémond, 2003, p. 279)

Desse modo, não é possível separar a participação da sociedade civil e as representações que se constroem pela imprensa, porém, não devemos homogeneizar as experiências e os discursos produzidos.

A cerimônia de inauguração ocorreu por volta das 17h, em clima festivo, com salvas e foguetes. Estavam presentes pessoas de outras localidades, que chegaram ao evento em caravanas de carro. O governador, juntamente com autoridades e representantes políticos, “prometeu que, antes de deixar o mandato, implicaria as bases definitivas da grande São Luís” (Jornal do Dia, 24 de agosto de 1969).

Essa realidade possibilitaria a substituição das embarcações precárias, dinamizando o sistema de transporte para o bairro São Francisco assim que a ponte fosse construída.

Paralelamente, a ponte, que estava programada para ser inaugurada até o final de 1969, teve seus serviços intensificados e acompanhados pelo governador, para que fossem concretizados até os primeiros meses de 1970, conforme informa o Jornal do Dia, em 13 de setembro de 1969.



Fonte: Jornal do Dia, 13 de Setembro de 1969.

O governador José Sarney assistiu ontem à tarde à cravação da última estaca da ponte de São Francisco, obra iniciada pelo atual governo e que está sendo construída em tempo recorde. Com a cravação dessa última estaca os trabalhos se intensificarão agora com maior rapidez ainda, devendo a ponte, de acordo com os cronogramas da construtora Itapoã, estar inteiramente concluída em 24 de dezembro deste ano. (Jornal do Dia, 13 de Setembro de 1969).

Ao visitar os últimos serviços da ponte, o governador foi acompanhado por assessores, secretários, jornalistas e demais autoridades. De acordo com a imprensa, a ponte contribuiu para que a cidade fosse considerada harmoniosa, tornando-se um ícone emblemático de uma política estratégica que se projetou em torno de um contexto social periférico, refletindo na valorização do espaço urbano da cidade.

Então, como programado, no mês de fevereiro de 1970, os serviços da ponte São Francisco chegaram ao fim. Assim, toda a cidade se mobilizou para prestigiar esse singular momento. O jornal O Imparcial descreveu detalhadamente os principais momentos da inauguração da ponte e o sinalizou como um grande acontecimento (Jornal O Imparcial, 12 de Fevereiro de 1970).



Fonte: Jornal O Imparcial, 12 de Fevereiro de 1970.

Continua se intensificando o movimento de pedestres, em vai-e-vem constante pela ponte São Francisco, depois de sua liberação para visita pública por parte dos engenheiros responsáveis pela importante obra. A influência de pessoa é maior ao cair da tarde prolongando-se até alta noite. Milhares de pessoas cruzam por hora o rio anil pela **monumental ponte** considerada a terceira do Brasil em concreto armado com 900 metros de extensão. (Jornal O Imparcial, 12 de Fevereiro de 1970). (grifo nosso).

A ponte impactou a sociedade ludovicense, permitindo que todos pudessem prestigiar o grande momento de sua inauguração e, sem dúvidas, para a imprensa da época, essa obra possuía um valor monumental, configurando-se como o esteio da modernidade nascente no Maranhão.

A partir da ponte São Francisco, criou-se no imaginário social a ideia de pertencimento e/ou reafirmação da identidade local. Sendo assim, a modernidade enseja uma nova concepção de mundo e, ao mesmo tempo, impacta as relações entre objeto, sujeito e espaço, tendo em vista que “tais práticas sociais devem ser examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (Giddens, 1991, p. 39).

A sociedade maranhense acompanhou de perto todas as etapas da construção da ponte, pois não poderia perder o ápice de sua inauguração, que concretizava, naquele momento, o anseio de libertação de um passado decadente e abria espaço para uma nova concepção e realidade de mundo. Isso ocorreu em um contexto político favorável para que José Sarney se destacasse como figura emblemática na concretização desse projeto inovador, rompendo com um passado de incertezas, pois a modernidade se cristaliza “com a proposta de re(inventar) novos caminhos de pensamento que deem conta de novos questionamentos” (Luvizotto, 2013, p. 246).

Dessa maneira, a lógica da modernidade se insere na sociedade maranhense, caracterizando um projeto que pode ser denominado socioespacial, oriundo de um jogo político dominante que se sobressai, racionalizando-se por meio de obras e discursos emancipacionistas, convencendo veementemente toda a população de que o “Maranhão novo” era algo real e não apenas promessas ilusórias.

Para tal, a imprensa sinaliza a presença da sociedade no dia da inauguração da ponte São Francisco, segundo o Jornal O Imparcial, em 14 de Fevereiro de 1970.



Fonte: Jornal O Imparcial, 14 de Fevereiro de 1970

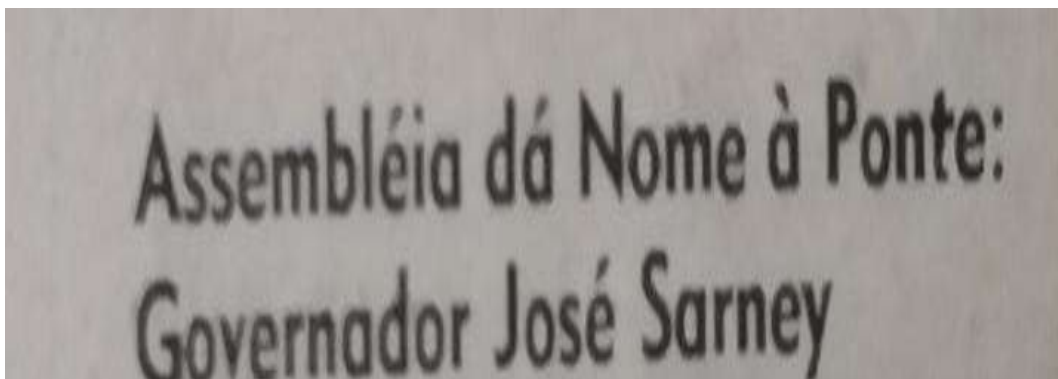
As festividades comemorativas do 4º aniversário de administração do governador José Sarney, que prosseguirão até o dia 24 do corrente, terá, hoje, na inauguração da ponte “governador Sarney” um dos seus pontos altos. A população de toda cidade se prepara para deslocar-se até o vizinho bairro de São Francisco afim de participar do marcante acontecimento (Jornal O Imparcial, 14 de Fevereiro de 1970).

Nesse clima festivo, percebemos que, paralelamente à inauguração da ponte, houve a comemoração da administração política de José Sarney no estado. Esse fato sinaliza que o governador, aproveitando-se das festividades, despertou no imaginário social a ideia de que a execução de tais obras, especificamente a ponte São Francisco, só foi possível em seu governo.

Dessa maneira, o governador utilizou mecanismos dominantes e estratégias de apropriação por meio de sua legitimação política, ou seja, da manutenção do discurso centralizador. Outro aspecto que consolidou a permanência do poder político foi a decisão das autoridades da Assembleia Legislativa de denominar a obra como ponte “José Sarney”, contribuindo para a perpetuação política em torno do governador (Jornal do Dia, 22 de fevereiro de 1970).

Outro ponto que devemos salientar é que a imprensa foi enfática ao destacar que “toda a cidade” se mobilizou para a inauguração da ponte. No entanto, se todas as obras estavam sendo realizadas para o povo, não houve uma socialização no processo de escolha do nome da ponte, considerando que sua construção tinha como eixo a interligação com o bairro do São Francisco.

Por outro lado, com o passar do tempo, a própria população ressignificou a obra, referindo-se a ela como ponte do São Francisco.



Contando com a assinatura de quase totalidade dos deputados presentes À reunião de ontem, tanto da bancada de ARENA como do MDB num total de 26, ser; apresentado, hoje, na Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei denominado “Governador José Sarney”, a ponte sobre o Rio Anil que liga a cidade de São Luís ao distrito de São Francisco. A iniciativa da proposição coube ao Deputado Luís Rocha, Vice líder da Arena, que mereceu o apoio dos seus colegas Simeão Rios, Afonso Paiva, Moreira

Lima, René Maciel, José Anselmo, Manoel Gomes, Orlens Brandão, Edvaldo Neiva, Eurico Galvão.... O deputado Luís Rocha, em contato com a nossa reportagem declarou que espera elevar esse número, ainda hoje, antes da apresentação do projeto à mesa, para a quase totalidade dos componentes daquela casa de Parlamento (Jornal do Dia, 22 de fevereiro de 1970).

A decisão de nomear a ponte com a “marca política do governador” evidencia as engrenagens da política local, que, muitas vezes, não refletem nem contemplam a verdadeira vontade popular. No entanto, a propaganda oficial buscava criar a impressão de que a sociedade estava plenamente convencida de que José Sarney havia cumprido fielmente sua promessa de governar com o povo e para o povo. Esse esforço midiático resultou na mobilização de uma grande multidão no dia da inauguração da ponte (Jornal O Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970).



Fonte: Jornal O Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970.

Incalculável massa humana participou ontem da solenidade de inauguração da ponte “governador José Sarney”, acontecimento que mobilizou toda a população da cidade concentrando-se milhares de pessoas ao longo da rua Tarquínio Lopes, nas imediações da garagem da estrada de ferro na beira mar, ao longo da ponte e do outro lado no bairro de São Francisco. (Jornal O Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970).

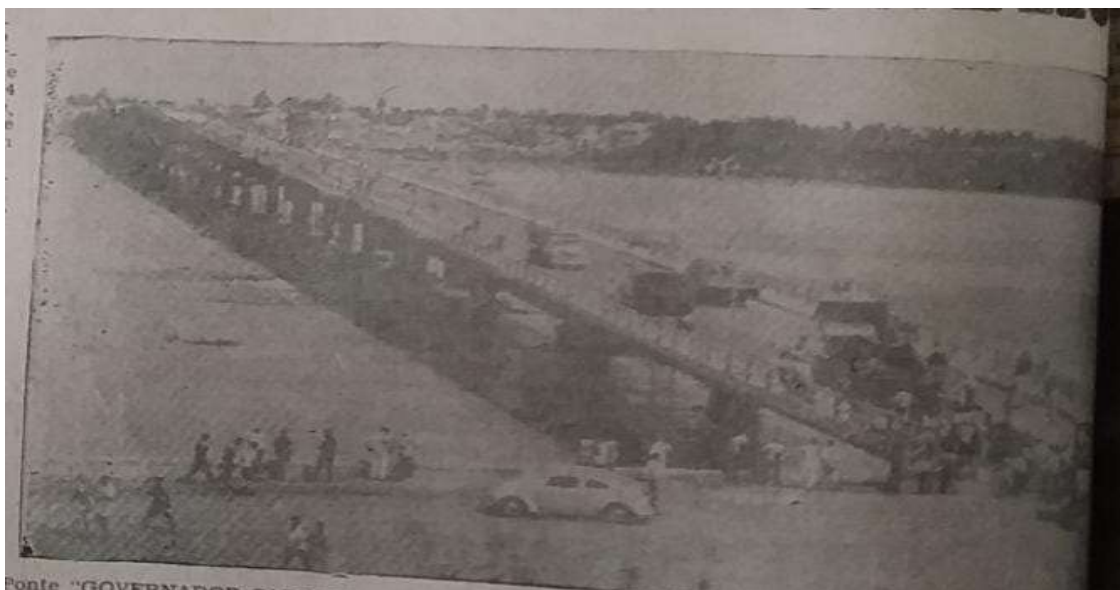
O grande número de pessoas que participou da inauguração da ponte José Sarney foi testemunha ativa da realização de um projeto político inovador, consubstanciado em um Maranhão novo. Dessa maneira, a população presente teve a oportunidade de refletir sobre a singularidade da ponte, tendo em vista que a modernidade impulsionou a “sociedade a desenvolver a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si”.

O povo ludovicense foi levado a uma autorreflexão, mesmo em meio a alegrias e distrações por estarem presentes no ato inaugural da ponte: Será que, realmente, a ponte da esperança foi a marca de um governo competente? Essa obra trouxe desenvolvimento

urbanístico para a cidade? Talvez tais respostas só possam ser respondidas com estudos posteriores.

Para aquele momento, de um lado, intensificou-se um discurso político dominante que já estava inserido na sociedade maranhense; de outro, talvez a população tenha se convencido de que as respectivas obras já sinalizavam progresso e desenvolvimento para o estado. No entanto, os jornais da época destacavam que o povo maranhense reagiu positivamente à solenidade de inauguração (Jornal O Imparcial, 17 de fevereiro de 1970).

Figura 76 – Inauguração da Ponte José Sarney



Fonte: Jornal O Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970.

Percebe-se, na imagem acima, automóveis e pessoas que possivelmente aguardavam a cerimônia de inauguração da ponte, prevista para as 18h, partindo da avenida Castelo Branco, ou seja, da ponta do São Francisco. Ritualisticamente, o governador, as autoridades e o povo atravessaram a pé.

Os noticiários reforçavam a presença de autoridades estaduais e federais, além do superintendente da SUDAN e do engenheiro Eduardo Torrês Lopes, diretor da construtora Itapoã, responsável pela construção e entrega oficial da obra de cunho monumental, símbolo de um governo profícuo e empreendedor, configurando-se em uma administração estadual eficiente e grandiosa.

A programação da inauguração da ponte foi bastante festiva, caracterizando-se como um verdadeiro carnaval, com desfiles de escolas de samba e blocos, cujo intuito era entusiasmar a população. Assim, todos que estavam presentes no evento sentiram-se entusiasmados pelo acolhimento e receptividade do governador (Jornal O Imparcial, 17 de fevereiro de 1970)

Figura 77 - José Sarney na Inauguração da Ponte



Fonte: Jornal O Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970.

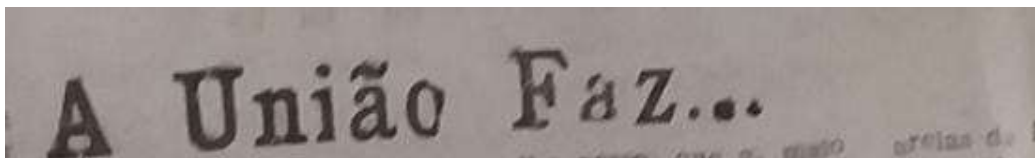
O povo desceu de todos os recantos da cidade para o local da obra tendo os ônibus para isso mudado o seu trajeto de todos se ouviam exclamações de aplausos a monumental realização do atual governo numa evidente demonstração de que o povo estava prestigiando e aplaudindo aquela realização do governador José Sarney. Depois que passaram as autoridades, a grande massa popular teve acesso à ponte sendo contagiante a alegria que a todos dominava (Jornal o Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970).

A imagem acima retrata José Sarney saudando a população que prestigiava a inauguração da ponte, frisando, mais uma vez, que a obra tem um significado monumental. A ponte estava ornamentada com bandeiras nas cores do estado do Maranhão.

Também estiveram presentes o vice-governador Antônio Dino e a esposa do governador, Marly Sarney. Nesse sentido, observa-se o dinamismo entre a ponte, o povo e o governador, numa relação de entretenimento e sociabilidade, na qual a modernidade altera a natureza da vida social cotidiana (Giddens, 1991, p. 39).

Após a construção da ponte, José Sarney viu seu sonho ser reconhecido pela sociedade maranhense, como sempre almejou desde os primeiros anos de seu governo. Como chefe do Executivo estadual, demonstrou constantemente seu compromisso em tirar o estado da decadência e da desordem, consequência das administrações anteriores.

Sendo assim, o Jornal O Imparcial, em 17 de fevereiro de 1970, reitera o discurso de José Sarney e o exalta por sua administração eficiente.



Fonte: Jornal O Imparcial, 12 de Fevereiro de 1970.

A união faz determinação de vencer nós já sabemos o que é governo sério, o que é governo honesto e o que é governo de trabalho e de paz. Aqui, nesta ponta de São Francisco, as primeiras notícias que nós temos, é que o Maranhão começou por cá porque aqui existiam segundo as páginas mais remotas da nossa história.

Eu não preciso ser mais nada, porque tudo o que eu fui e que sou é aquilo que o desejo ser, aquilo que os senhores me cercam porque a minha alegria é a alegria do povo, da nossa terra, nós juntos, hoje; aqui. Assim, neste instante em que nos despedimos nesta noite que eu acredito tenha sido, até hoje, a maior concentração popular que já se fez no Maranhão, em que o povo se derrama desde as fraldadas rua do Egito e da gloriosa e tradicional João Lisboa até às beiras das areias da Ponta D” que todos nós aqui estamos, governo e povo, unidos, governo estadual e governo Federal, todos nós que aqui estamos, o governo e o povo Unido, Governo estadual e federal, todos porque aqui todos sabem que nós nunca separamos a unidade de nosso trabalho.

Todos nós aqui estamos unidos e o que peço ao me despedir nesta noite: ao povo é que esta união jamais possa ser dissolvida; porque ela fez a ponte de São Francisco; mas têm muito mais do que a ponte de São de Francisco: ela fez a ponte da esperança do Maranhão no seu grande futuro. (Jornal o Imparcial, 17 de Fevereiro de 1970).

O discurso do governador descrito acima é, sem dúvidas, a coroação de todo o seu projeto político executado no Maranhão, reafirmando que governou para o povo e com o povo.

Nesse processo, houve constantemente a necessidade de José Sarney planejar, reinventar-se e inovar, para que assim consolidasse, na memória da sociedade, a ideia de modernidade, cujo objetivo era melhorar a vida cotidiana. Dessa forma, essas transformações poderiam ressoar de forma positiva para aqueles que se beneficiavam com essas propostas.

Por outro lado, esse processo de reformulação do espaço urbano também gerou impactos negativos, principalmente para alguns bairros que ficaram reféns dessa modernização e/ou não foram contemplados em suas especificidades. Dessa maneira, essas regiões foram subjugadas aos interesses dos grupos dominantes, servindo apenas como marionetes da dominação política, como mostraremos a seguir:

Figura 78 – Bairro de Fatima



Fonte: Curiando e historiando, 2024 apud Jornal O Imparcial, Janeiro de 1975.

A escolha desta imagem tem justamente o propósito de problematizar a situação do Maranhão que, após quatro anos da inauguração da ponte José Sarney e das inúmeras obras públicas de pavimentação da cidade já realizadas anteriormente, restringiu-se apenas às áreas centrais e comerciais, além da ampliação das principais rodovias do estado.

A ilustração faz referência à rua Dagmar Desterro e, ao analisarmos o espaço, percebemos uma ponte em um local insalubre, casas de taipa cobertas de palha, ruas sem asfalto e um ambiente que caracteriza pobreza e suburbanização.

Dessa forma, a modernidade projetada para o Maranhão não conseguiu alcançar todas as esferas da sociedade, silenciando os cidadãos e deixando de prover condições adequadas de sobrevivência devido à ausência de uma política urbana voltada para a sustentabilidade social. No entanto, com o projeto de expansão da cidade, a atenção governamental foi direcionada para outras áreas, como o bairro São Francisco, após a construção da ponte.

3.4 Do outro lado da ponte: a expansão urbana e o patrimônio arquitetônico na modernidade.

Percebemos que José Sarney desenvolveu políticas urbanas para o bairro do São Francisco, possibilitando uma nova projeção social devido ao valor turístico e patrimonial que foi sendo construído, principalmente após a construção da ponte.

O elo entre a parte central da cidade e a Ponta d'Areia só foi possível com “a construção de pontes sobre o rio Anil e a barragem do Bacanga, no rio de mesmo nome, sendo fator de extrema importância para a conservação do acervo arquitetônico do Centro Histórico” (Pereira, 2017, p. 987).

Nesse contexto, descreveremos brevemente a formação do bairro do São Francisco e as transformações do espaço urbano, que foram se moldando aos novos jogos de interesses políticos e particulares, principalmente ao descentralizar alguns moradores de seu local de origem e remanejá-los para outras áreas consideradas periféricas. Em contrapartida, essas mesmas áreas foram destinadas à implantação de edificações voltadas para o lazer e a cultura, como teatros, hotéis e cinemas (Pereira, 2017, p. 988).

Apresentando uma reflexão sobre as relações de conflitos e interesses, tomaremos como referência a obra *Memória dos 50 Anos dos Festejos de São Francisco de Assis* (2020), que descreve a formação do bairro e as mudanças que ocorreram antes e depois da construção da ponte.

Sobre essas questões, é nítido, na fala de alguns entrevistados, os impactos sociais que ocorreram. De acordo com o entrevistado Manoel Mário dos Reis (Maranhão, Paróquia São Francisco de Assis, 2020, p. 44), nos diz:

[...] aqui não tinha esgoto nem encanação de água...

[...]Tinha pouca gente...não tinha esgoto, não tinha água, não tinha tudo.

[...]não tinha esse tanto de prédio...(grifo nosso)

[...] nós que buscamos...pedimos...

[...] lutamos, lutamos até que conseguimos, conseguimos esgoto, conseguimos água.

O texto supracitado nos dá indícios de que as modificações ocorridas no entorno da cidade acarretaram um novo cenário geográfico, marcado por transformações e pelo incentivo à valorização do espaço urbano de cunho patrimonial. Afinal, falar de patrimônio implica uma rede de reconfiguração desses espaços e nos propõe analisar os impactos urbanísticos para além da ideia de “pertencimento”.

Sabemos que a ponte “José Sarney”, nessa teia de ligação entre o Centro Histórico e o outro lado da cidade, conhecido como bairro do São Francisco, trouxe consigo diversas modificações.

Diante dessa informação, o Jornal do Dia, em 4 de julho de 1968, destacou os efeitos da urbanização: “Será uma das obras mais importantes no setor de urbanização de São Luís, possibilitando a ligação do centro comercial da cidade com um dos mais populosos núcleos residenciais, além de facilitar o acesso ao balneário da Ponta d’Areia”.

Ao se referir à perspectiva de urbanização, o Jornal O Imparcial, em 24 de fevereiro de 1970, já sinalizava as estratégias de um cenário patrimonial que, de acordo com o noticiário, faz jus ao legado colonial. Conforme nos diz Sebastião Brito:



Fonte: Jornal O Imparcial, 24 de Fevereiro de 1970.

Concluída a Ponte ligando a cidade dos azulejos e a Ponta de São Francisco e Ponta D’ Areia, eis que surge outro problema: Quais as atrações para oferecer aos que transitam a ponte? A praia de Ponta D’ Areia é um lugar aprazível. Mas esbarramos aí. A Trizidela (vila do outro lado) é destituída de qualquer beleza. As paisagens, idem, idem. Existe, no entanto, uma obra colossal que foi constituída a 350 anos bem perto da ponte. Refiro-me ao Forte de Ponta D’ Areia. Esse monumento constitui uma atração turística de muito valor. No entanto, é mister que seja tirada do Estado em que está. O governo Estadual e municipal deve se unir para enfrentar essa grande proeza: a restauração desse gigante adormecido há séculos dentro d’ areia. Êsse, ao meu ver, é um excelente ponto para atrair a população ansiosa por diversão (Jornal Imparcial 24 de Fevereiro de 1970).

O autor já sinalizava o patrimônio ao evidenciar a necessidade de atração para os que transitam pela ponte, por meio da construção de um forte chamado “Ponta d’Areia”, atrelado à categoria de monumento. O termo “forte” refere-se a casas de pau a pique ou palhoças, erguidas com materiais frágeis e sem resistência. Isso se justifica pelo contexto colonizador do Maranhão e pelas sucessivas disputas pelo território, fatores que explicam a opção por uma construção menos sólida.

Essa discussão nos propõe compreender como essa dimensão da história colonial, destacada na imprensa da época, não é esvaziada de sentido, pois contribui para concretizar uma disputa pela perpetuação de poderes. Isso possibilita distinguir tais intenções: “são as operações nesses espaços que são as estratégicas, capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que às táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (Certeau, 1994, p. 92).

A questão patrimonial encaixa-se diretamente nesse contexto, “pois os antigos sítios Olaria e Pedreiras, a região que hoje corresponde ao Jardim São Francisco, Ilhinha, Ponta d’Areia, Lagoa da Jansen, São Marcos e Jaracaty, de meados do século XIX até o início do século XX, eram propriedades da família Jensen Pereira”, que foi alvo de disputas e heranças envolvendo os donos das terras, a Diocese de São Luís e a Maçonaria, culminando no Asilo da Mendicidade (Maranhão, 2020, p. 30-32).

O patrimônio arquitetônico está associado ao concreto armado, que surge da necessidade de construir uma estrutura sólida, atrelada a algo permanente. Esse material combina as propriedades da pedra (resistência à compressão e durabilidade) com as do aço (resistência mecânica), oferecendo vantagens como a possibilidade de assumir diversas formas com rapidez e facilidade, além de proporcionar a proteção necessária contra a corrosão (Bastos, 2006, p. 1). A partir dessa conceituação, o concreto foi utilizado na construção de pontes, especificamente a partir de 1985. É importante salientar que, diante de várias observações, o concreto armado também está presente em outras obras arquitetônicas.

Uma vez que as fontes sinalizam os reflexos do período colonial do Maranhão, surgiram novos interesses em identificar os “vestígios arquitetônicos” presentes no bairro São Francisco, decorrentes das transformações ocorridas após a construção da ponte José Sarney. Nesse sentido, percebe-se que o Hotel Abbeville, cujo nome carrega um legado do passado colonial, opera nas marcas da modernidade.

O turismo é um dos principais elementos que despertam o interesse dos visitantes por um local, não apenas por suas características históricas e culturais, mas também pela infraestrutura de lazer e entretenimento que oferece. Além disso, para que esse setor prospere, é essencial que os serviços disponibilizados atendam às necessidades dos visitantes, proporcionando comodidade e satisfação¹⁸.

¹⁸ O patrimônio não só na perspectiva da paisagem, mas presente na dimensão temporal da atualidade, tornando-se um ramo do lazer, entretenimento, e objeto de grande investimento econômico inserido na dinâmica comercial. (Reis, 2012, p. 56)

Figura 79- Hotel Abbeville



Fonte: Hotel Abbeville¹⁹

Nesse sentido, os sujeitos que usufruem dos serviços oferecidos pelo *Hotel Abbeville* são turistas. Não obstante, os moradores do bairro do São Francisco possivelmente não têm acesso às mesmas oportunidades de lazer e habitação oferecidas pelo hotel. Esses sujeitos assumem a posição de observadores ao transitarem por sua localidade. Apesar desses questionamentos, não objetivamos aprofundar sua história. No entanto, os sujeitos que residem e transitam por esses espaços, diante dessas construções arquitetônicas, percebem modificações na paisagem e na ocupação do espaço geográfico, resultando no desenvolvimento e no aumento populacional. Além disso, esse processo configura uma modernidade que favorece os mais privilegiados e coloca em desvantagem os menos favorecidos.

Sendo assim, retomamos a fala de um dos entrevistados quando diz: "[...] **não tinha esse tanto de prédio...**". Isso nos ajuda a perceber como Manoel Mário dos Reis (*Maranhão, Paróquia São Francisco de Assis*, 2020, p. 44) está inserido nesse processo de mudança da paisagem da cidade, atuando como observador que sente o impacto dessas modificações urbanas.

Os panoramas, que anunciam uma revolução nas relações da arte com as técnicas, são ao mesmo tempo expressão de um novo sentimento de vida. O habitante da cidade, cuja superioridade política em relação ao morador do campo se manifesta inúmeras vezes no decorrer do século, tenta inserir o campo na cidade. Nos panoramas, a cidade amplia-se, transformando-se em paisagem, como fará mais tarde e de maneira mais sutil para flâneur (Benjamin, 2006, p. 42).

¹⁹Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=hotel+abbeville&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKewjuyaeP7vXxAhXhqZUCHd3-C0AQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1366&bih=657> Acesso em: 10/07/2021.

O autor acima já indica que o Flâneur/Fausto tem uma visão crítica dessas mudanças que ocorrem no contexto citadino. Apesar de pertencer ao local que se transforma e se modifica, essas operações são plurais no mundo material, e a apreensão de sentido ocorre de forma “investigadora e estranha”.

Podemos associar o Flâneur /Fausto aos moradores do bairro do São Francisco e adjacências, que constantemente transitam por esses espaços e acompanharam o processo de modificação e reestruturação local, assumindo apenas o papel de telespectadores diante das constantes transformações que ocorreram ao longo do tempo.

Ao analisarmos o Hotel Abbeville, percebe-se que sua construção tem um caráter mercadológico, estando a serviço da modernidade. Teixeira (1994, p. 15) nos salienta que:

Os elementos necessários para dotar uma cidade dos padrões da modernidade então almejada. A uma modernização das instalações e equipamentos portuários de inestimável importância para a manutenção e ampliação do fluxo comercial com os mercados externos (a bem da verdade, tratava-se quase que exclusivamente de uma adequação às novas condições técnicas que presidiam a realização do comércio internacional, cujos navios e volume de mercadorias transportadas exigiam instalações compatíveis), associava-se toda uma série de medidas destinadas a combater inaceitáveis condições sanitárias da cidade, juntamente com uma remodelação das feições arquitetônicas/urbanísticas da mesma – capazes de retirar-lhe qualquer vestígio de um acanhado burgo colonial, e revesti-la, contrariamente, dos inequívocos signos definidores de uma metrópole moderna.(Teixeira, 1994, p. 15)

A modernidade emergente no Maranhão, refletida em suas características arquitetônicas, pode ser considerada um traço distintivo, tendo a ponte e o Hotel Abbeville como símbolos culturais e representações do sistema de produção da época. Diante disso, podemos questionar: de que maneira os sujeitos se apropriam dessas construções? O que eles absorvem e recebem desse processo?

Certeau (1994, p. 95) já aponta uma possível resposta ao afirmar que “os conhecimentos produzidos pelas elites produtoras da linguagem são objetos de manipulação pelos praticantes que não seus fabricantes”. Isso sugere que a relação entre a arquitetura e a sociedade vai além da simples construção de espaços, envolvendo disputas simbólicas e diferentes formas de apropriação do ambiente urbano.

Nessa perspectiva, Certeau (1994, p. 99) propõe “circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do outro, nos meandros da modernidade científica”. Ao tentarmos compreender quais papéis os sujeitos ocupam nas vantagens e conquistas ao longo do tempo, é preciso permitir que os próprios moradores do bairro do São Francisco descrevam sua leitura desses espaços (Benjamin, 1989, p. 35).

De ambos os lados dessas vias se estendem os elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma de tais paisagens é como uma cidade, um mundo em miniatura. Nesse mundo o flâneur está em casa, é graças a ele essa paragem predileta dos passeadores e dos fumantes, esse picadeiro de todas as pequenas ocupações imagináveis (Benjamin, 1989, p.35).

É necessário dar ênfase às experiências dos sujeitos, não de maneira pacífica, mas criando espaço para que reafirmem suas identidades, principalmente os moradores do bairro do São Francisco e da Ilhinha, que constantemente acompanharam essas mudanças. Ainda que imersos na cidade, tenham ou não demonstrado repulsa ao não serem assistidos ou beneficiados por esse processo de urbanização, fruto da modernidade.

Todavia, esses questionamentos ampliam ainda mais o debate ao analisarmos como esses embates se cruzam, tomando por referência os discursos e o panorama do bairro por meio de uma análise periférica baseada na imprensa.

A partir dos discursos apresentados pela imprensa, percebe-se que a modernidade se manifestou em ambos os lados da ponte José Sarney, no bairro do São Francisco e em suas adjacências. Após sua inauguração, foi possível, com os relatos de alguns moradores, aferir como a modernidade é pensada e vivenciada, além da perspectiva materialista dominante. Baudelaire nos impulsiona a historicizar e pensar a modernidade por novos horizontes, sendo necessário “escovar a história a contrapelo, isto é, reescrever a história na perspectiva dos vencidos”.

O Jornal do Dia, em 11 de maio de 1968, ao tratar dos efeitos positivos que a ponte do São Francisco trouxe para os moradores daquela região e dos “esforços de uma geração”, permite traçar um paralelo entre o que se perpetua atualmente ou se modificou a partir dos reflexos da memória dos sujeitos ativos nesse processo:

Evidentemente, a construção dessa ponte facilitará o acesso à Ponta do São Francisco, cuja população, desta maneira, terá melhores condições de vida, estará sem dúvida alguma muito em breve, vivendo melhor. É realmente muito importante a construção dessa ponte e, assim, o Governo Estadual presta a seu povo um grande trabalho dando-lhe visão nítida de que, no Maranhão, alguma coisa há que realmente represente os esforços de uma geração. (Jornal do Dia, 11 de Maio de 1968),

O jornal sinaliza que, após a construção da ponte, haveria a possibilidade de melhores condições de vida para o povo maranhense. Em contrapartida, anos depois, O Imparcial, em sua edição de 23 de maio de 2018, relata o discurso do Sr. Juiz Osmar Gomes, que cresceu nas imediações do bairro São Francisco:

“Eu morava na palafita, foi logo que começou a ser desbravada a Ilhinha. Sou um dos fundadores. As casas eram erguidas à noite. Durante o dia a polícia, então comandada pelo Sargento Silva, derrubava, e a gente se escondia dentro da igreja. Chegamos a ser presos várias vezes. A comunidade ia para a porta das delegacias e nós conseguíamos ser liberados por conta de estarmos nessa luta pela moradia, (...) lutamos por aquela área levando creche, estádio. Criamos a Ilhinha para que fosse uma opção de moradia digna. É um contingente grande de moradores, mas hoje, a maioria é de pessoas que chegaram depois e não conhecem a história, de como se consolidou o que chamamos de um bairro dentro do bairro São Francisco(...) quando chegamos as palafitas eram atrás da rua 7 onde já começava a maré. Era uma área que havia sido recém invadida. Depois se espalhou, moradores entulharam e a Ilhinha cresceu como é hoje”(Jornal O Imparcial, 23 de Maio de 2018);

Diante do que nos foi relatado, o bairro da Ilhinha, desde seu processo de fundação, é marcado por lutas de sobrevivência em um espaço de constantes conflitos, por ser um “espaço instruído por outros, caracterizado por atividades sutis, tenazes e resistentes de grupos que, por não terem um próprio, devem desembarcar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (Certeau, 1994, p. 79).

No entanto, é necessário “alterar as regras do espaço opressor”, o que nos ajudará a descortinar uma historiografia maranhense de dominação. Essas disputas se enquadram na tática da retórica, embricada nas práticas cotidianas que provêm do uso das linguagens, que, por sua vez, são definidas por “manipulações internas a um sistema estabelecido”. Embora seja um elemento essencial para operacionalizar a “historicidade cotidiana, esta está indissociável da existência dos sujeitos que são os atores ativos em uma conjuntura social, política, econômica e cultural”. O autor ainda faz alusão ao discurso na perspectiva da historicidade social quando nos esclarece que (Certeau, 1994, p. 82):

Os discursos, são marcados por usos; apresentam a análise as marcas de atos ou processos de enunciação; significam as operações de que foram objeto, operações relativas a situações e encaráveis como modalizações conjunturais do enunciado ou da prática, de modo mais lato, indicam portanto uma historicidade social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como instrumentos manipuláveis por usuários(Certeau, 1994, p.82).

A partir do momento em que colocamos o discurso como mecanismo de análise e os sistemas de operações socioculturais funcionam como objetos construídos em torno do social, a linguagem passa a ser um procedimento de transformação que interpela os historiadores a examinar seu ofício por meio do processo interpretativo. Sendo assim, “a retórica e as práticas cotidianas são definíveis como manipulações internas a um sistema de ordem estabelecida” (Certeau, 1994, p. 85).

Ao trazermos essas colocações sobre a linguagem como ferramenta do discurso, não a colocamos em detrimento de sua operacionalização na narrativa, mas, sim, buscamos compreender sua institucionalização na atualidade. Destarte, Ginzburg corrobora tais questionamentos, salientando que, para a construção da história, a retórica se enquadra como figura de linguagem em uma aproximação com a prova, ressaltando que “nem todas as culturas dispõem do mesmo poder” (Ginzburg, 2002, p. 134).

A partir dessas informações, fica evidente que o bairro da Ilhinha traz consigo a marca da desigualdade social. Diante do paradoxo entre centro e periferia, propomos pensar a modernidade de maneira plural, tornando possível entender “a periferia como lugar de experiência na reelaboração de ferramentas que permitem a reconfiguração das formas de representação do passado” (Chakrabarty, 2000 apud Santos, 2017, p. 183).

Figura 80- Bairro da Ilhinha



Foto: Honório Moreira/ O Imparcial²⁰

Os bairros periféricos, além de estarem inseridos em um jogo de poder e relutância social, vão além da mera projeção material de bem-estar social. É fundamental compreender o espaço e os sujeitos na modernidade, atrelando-os ao modo de fazer e pensar a história, considerando a necessidade de Patrimonializar esses espaços como objeto de investigação do historiador. Afinal, “a história é sempre de experiências vividas e de esperas dos homens que agem e sofrem” (Koselleck, 1990, apud Reis, 2012, p. 41).

Com o objetivo de compreender como a questão patrimonial está estreitamente associada às modificações do espaço urbano, *O Imparcial* aponta indícios de ação governamental por meio de medidas em prol desses locais subalternos. Embora essas mudanças

²⁰ CUNHA, Patrícia. (Jornal O Imparcial) **A GRANDE ILHINHA: LUGAR COM HISTÓRIA E UM PRESENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**:O bairro fica no entorno do São Francisco, possui comércio, minimercados, igrejas, escolas públicas, creche, uma Associação Comunitária. Disponível em: < <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/05/a-grande-ilhinha-lugar-com-historia-e-um-presente-processo-de-urbanizacao/>> 23 de Maio de 2018.Acesso em: 20/08/2021.

ocorram vagarosamente, destacam-se iniciativas como o projeto Pramorar e as reformas de urbanização em bairros adjacentes.

O PRAMORAR

Financiado pelo Banco Nacional de Habitação, o Promorar tinha a pretensão de ser implementado na Ilhinha com fins de construção de residências populares. Na época do Governo Mauro Fecury as famílias foram cadastradas, mas nunca receberam suas moradias. Segundo Osmar Gomes, o trabalho da Associação foi massificado com moradores de outras palafitas além do São Francisco, como as da Liberdade. “Passamos a congregar o movimento dos palafitados de toda a São Luís e passamos a participar de encontros nacionais em defesa do direito à moradia digna. Houve um cadastramento de todos os moradores das palafitas. Só na Ilhinha eram mais de 4 mil moradias na época. O Programa aconteceu em outros lugares, mas não lá”, lamenta o juiz. (Jornal o Imparcial, 23 de Maio de 2018).

URBANIZAÇÃO

Na gestão do então prefeito Jackson Lago foi construído o Residencial Ana Jansen, que acomodou 256 famílias em terra firme e área nobre. Na Ilhinha foram substituídos mais de 300 barracos por casas de alvenaria e 30 ruas foram reurbanizadas. Perto de lá, o Basa, um bairro de classe média, também foi asfaltado. Hoje, segundo Osmar Gomes, com o processo de urbanização a palafita se resume a uma ponta na área do Morro (cabeceira da ponte), Vila Jumento (que deve ter umas 30 casas) e a Portelinha que possui cerca de 300 famílias, no final da Avenida Ferreira Gullar. Ainda neste ano deve ser entregue pelo Governo do Estado o Residencial José Chagas que vai abrigar 256 famílias de palafitas da área que compreende o São Francisco, Ilhinha e Vila Jumento. (Jornal o Imparcial, 23 de Maio de 2018).

As propostas e a implementação dos projetos habitacionais, bem como a urbanização desses espaços, podem ser associadas à categoria de patrimônio, que é, segundo Reis (2012, p. 56)

Pautado na transmissão, o que se torna obsessão diante da possibilidade do desaparecimento ou perda. O meio ambiente se desagrada e é preciso patrimonializar a natureza, para se tornar de recursos jurídicos para preservá-la e transmiti-la aos descendentes. (Reis, 2012, p. 56):

Nessa conjuntura entre desaparecimento e perda, surgem possibilidades para novas reflexões. Como o historiador pode interpretar essas mudanças temporais diante das contínuas transformações do espaço? De que maneira o patrimônio arquitetônico pode ser incorporado à narrativa histórica? Sabemos que toda essa “operacionalização se articula em um lugar de produção social, econômico, político e cultural, através de métodos e convenções disciplinares, hierarquias e interesses” (Oriani, 2017, p. 321). Dessa forma, a preservação e interpretação do patrimônio não são apenas questões estéticas ou memoriais, mas refletem nas disputas e relações de poder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve o objetivo de traçar um panorama do processo de urbanização de São Luís, onde foi necessário levantarmos algumas problemáticas, fazendo-nos perceber que a historiografia maranhense não se esgota em determinado período, principalmente quando a temática trata-se do legado histórico da cidade.

Dito isso, ao realizar o recorte temporal da pesquisa, houve a necessidade de compreender quando, como e por quem a revitalização e a expansão do espaço urbano começaram a ser pensadas, projetadas e executadas, tendo em vista os impactos ocorridos na cidade.

Ao debatermos sobre o traçado urbano da cidade, foi possível perceber que existem várias alternativas para historicizar a cidade, por meio da ótica de intelectuais como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, reconhecidos principalmente pela literatura e lembrados por meio de monumentos em sua homenagem. Analisamos também intelectuais como Raimundo Lopes, Antônio Lopes e Luso Torres, que, ora defendiam a valorização do traçado luso-brasileiro/tradicional, ora aderiram às propostas de reformulação e renovação do espaço urbano. Tais representações mostraram-se essenciais para entender as concepções ideológicas, sociais, econômicas e culturais sobre a cidade ao longo do tempo.

Ao debruçar-nos sobre os momentos em que os projetos de expansão da cidade foram colocados em prática, despertou-se um olhar investigativo voltado para as questões sociais em sua variação regional, ou seja, a cidade e suas relações com o campo.

No tópico em que discutimos os interventores e as propostas de intervenção na cidade, sem dúvida prevaleceram os interesses e a vontade dos governantes, considerando-se uma realidade nacional e, especificamente, a maranhense.

Durante esse processo, buscamos entender a urbe no despertar da modernidade periférica, procurando compreender como a cidade foi projetada, como se dá a conhecer e como possibilita aos sujeitos uma releitura dos espaços urbanos, construindo novas experiências sob a perspectiva da sociabilidade. A ideia de pertencimento mostrou-se crucial para que os cidadãos se identifiquem enquanto tais e adotem um posicionamento crítico diante das propostas de governo que incidem sobre os interesses de seus pares.

Nessa perspectiva, com o plano de remodelação do espaço urbano, observamos que a destruição ou revitalização de prédios, avenidas e igrejas ocorridas nos governos de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana não beneficiaram os bairros periféricos. Percebemos, assim, que a modernidade alcança as esferas sociais de maneira verticalizada. Por esse motivo, optamos por destacar e evidenciar as diferentes facetas em que a modernidade se apresenta,

sendo possível perceber as disparidades sociais, principalmente quando os excluídos, vez ou outra, assumem o protagonismo de suas histórias.

Para melhor compreender a modernidade, recorremos à obra *Fausto*, de Goethe. Inicialmente, foi um grande desafio associar tais personagens à abordagem em estudo, mas, no decorrer da leitura, ao identificar os diversos posicionamentos de Fausto e as estratégias de Mefistófeles, tornou-se possível entender as propostas da modernidade e suas consequências na sociedade contemporânea.

Assim, associamos Fausto ao povo, que experimenta as marcas da modernidade por meio de suas vivências, angústias e protagonismos. Já Mefistófeles relacionamos à figura política, pois, por meio de suas manipulações e interesses, ele se enraíza na sociedade, com promessas e propagandas direcionadas aos sujeitos que habitam os espaços urbanos.

Dessa forma, utilizamos o slogan "Entre a cruz e a espada", que questiona os caminhos enfrentados pelos sujeitos diante das penosas realidades vivenciadas, especialmente no contexto das dissidências políticas no Maranhão. Também propusemos nosso olhar para o desenvolvimento arquitetônico e as propostas de modernização da cidade de Brasília, em contraponto aos movimentos de reforma agrária e mobilizações no campo.

Nossa última abordagem discorre sobre a ponte José Sarney como projeto arquitetônico da modernidade periférica e seus reflexos patrimoniais. Defendemos a relevância da ponte como objeto de estudo, diante das diversas problemáticas surgidas, o que possibilitou entender o comportamento dos excluídos das estruturas políticas que direcionaram o planejamento urbano da cidade, evidenciando os bairros periféricos e o aumento dos subúrbios. Outro fator analisado foi a relação da modernidade periférica com as reformas urbanísticas oriundas do governo de José Sarney. Percebemos que as modificações ocorridas no Maranhão tinham como objetivo apagar a imagem de subdesenvolvimento e pobreza, substituindo-a pela noção de civilização e progresso. Doutra banda, os jornais utilizados na dissertação possibilitaram historicizar os acontecimentos históricos que direcionaram as discussões sobre a cidade, tendo em vista que a imprensa foi a responsável por divulgar os principais debates políticos em São Luís e, principalmente, despertar e persuadir os moradores da cidade que estavam imersos em uma cidade de progresso e desenvolvimento.

Em suma, questionamos como a ponte José Sarney se tornou um marco simbólico de sua política de desenvolvimento, identificando que as reformas urbanas realizadas no Maranhão atendiam majoritariamente aos interesses da parte central da cidade, uma vez que, após a construção da ponte, as obras urbanas se expandiram para as áreas centrais, em oposição aos bairros periféricos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **História Regional**/Elizabeth Sousa Abrantes. – São Luís: UemaNet, 2013.

AJZENBERG, Elza. A semana de Arte Moderna de 1922. **Revista de Cultura e Extensão da USP** .São Paulo, v. 7, maio.2012.

ALBUQUERQUE, Mariana Z. A; Rafael Arruda Silva . **RECIFE E UMA PONTE PARA A MODERNIDADE**: relações entre imaginário e espaço público.Revista: MÉTIS: história & cultura . (DOI: 10.18226/22362762. V.18.n.35.10).p.217-243, jan./jun. 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **AUTONOMIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES NO MARANHÃO** / Alfredo Wagner Berno de Almeida – Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ANDRÉS. Luís Phelipe et al. **Uma nova vida para o velho mercado central e seu entorno**. REVISTA DO CEDS-Periódico do centro de estudos em desenvolvimento sustentável da UNDB.n.01. Agosto/Set,2014.

ANTÃO, Vitória de Santos. Engenho Galileia: **MEMORIAL DA DEMOCRACIA**. Disponível em < <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe>>. Acesso em Novembro de 2024.

ANTHONY, Ling. **4 vezes que o Brasil implementou o controle de aluguéis – e falhou**. <https://caosplanejado.com/3-ocasioes-em-que-o-controle-de-alugueis-foi-implementado-no-brasil-e-falhou/>. 23 de fevereiro de 2018.

ARÓSTEGUI, Júlio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006

AZEVEDO, Aroldo de **São Luís do Maranhão**. In. AZEVEDO & Mattos, 1951.

BARROS, José d'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Valdenira. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís:Unigraf,2001.

BARRUCHO, Luis. **50 anos do AI-5**: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil (BBC News Brasil em Londres) . Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>>. 13 dezembro 2018

BASTOS, Paulo Sérgio dos santos. ESTRUTURAS DE CONCRETO I. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA UNESP - Campus de Bauru/SP. FACULDADE DE ENGENHARIA. Departamento de Engenharia Civil.Prof. Dr. (Disciplina: 1288). Bauru/SP Agosto/2006.

BASTOS, Paulo Sérgio dos santos. ESTRUTURAS DE CONCRETO I.UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA UNESP - Campus de Bauru/SP .FACULDADE DE ENGENHARIA. Departamento de Engenharia Civil .Prof. Dr. (Disciplina: 1288).Bauru/SP Agosto/2006.

BENEDITO Buzar, A POPULARIDADE DE ADEMAR DE BARROS EM S. LUIS. (blog). Disponível em : <https://www.blogsoestado.com/buzar/2013/08/04/a-popularidade-de-ademar-de-barros-em-s-luis/>. Acesso em 10 de Agosto de 2023

BENJAMIN. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.p.42.

BENJAMIN, WALTER __Obras escolhidas III – Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERCOVICI , Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930- 1964)- (ISSN 2675-9284.) História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, jul-dez de 2020.

BERGSON, Henri. **O RISO** - ensaio sobre a significação do cômico / Henri Bergson. - segunda edição, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

BERMAN, Marshall. **Introdução: Modernidade – ontem, hoje, amanhã.** Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

BIANCO, Bela Feldman; Leite, Miriam L. Moreira (orgs.). Desafios da Imagem. Fotografia, iconografia e vídeos nas ciências sociais. Campinas, São Paulo, Papirus, 1998.

BITENCOURT, João Batista; Galves, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense:** Dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. - São Luís. Café de Lápis, Editora UEMA,2014.

BONFIM, M^a. Núbia Barboza. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão.** São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985.

BORGES, Vavy Pacheco. **ANOS TRINTA E POLÍTICA:** História e historiografia, In: Freitas, Marcos Cezar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: contexto 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A ATHENAS EQUINOCIAL:** a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. (ISBN: 978-85-61133-09-2.) - 2010.Bibliografia: f.407-435.

BOTELHO, Joan. **A questão social no Maranhão na Primeira República.** Disponível < <https://formacaohist.com.br/a-questao-social-no-maranhao-na-primeira-republica-2/>>. 2022.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão.** São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade,2016.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BRESCIANI, Maria Stella. **A CIDADE**: objeto de estudo e experiência vivenciada. In.: R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N.2 /Novembro 2004, pp. 9-26. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/113>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRESCLANI, Maria Stella. **Permanências e Rupturas no estudo das cidades**. (Cidades e História). Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura.1992.

BRIGEL, Serra. **A PONTE DO ESTREITO DOS MOSQUITOS**. Disponível em:< <https://www.facebook.com/165783624008795/posts/ponte-do-estrito-dos-mosquitos-a-ponte-marcelino-machado-popularmente-conhecida/632210410699445/>>. Acesso em :10 de junho de 2022.

BRIGEL, Serra. **A PONTE DO ESTREITO DOS MOSQUITOS**. Disponível em:< <https://www.facebook.com/165783624008795/posts/ponte-do-estrito-dos-mosquitos-a-ponte-marcelino-machado-popularmente-conhecida/632210410699445/>>. Acesso em :10 de junho de 2022.

BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57). Departamento de Demografia e do Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2006.

BURNETT, Frederico Lago. **URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

BURNETT, Frederico Lago. **URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

BUZAR, Benedito. **Prefeitos de São Luís no século XX**. O Estado do Maranhão, São Luís. Caderno especial.2016.

BUZAR, **O VITORINISMO**: Lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. - São Luís: Lithograf- Indústria Gráfica e Editora Ltda,1998.

CAFÉ POINT. Jango e a reforma agrária. Disponível em :< <https://www.cafepoint.com.br/colunas/espaco-aberto/jango-e-a-reforma-agraria-86543/> > 26 de Novembro de 2011. Acesso em Novembro de 2024.

CAFETEIRA, E. **Reviver**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico. 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS INDICAÇÃO N.º 8, DE 2019. (Do Sr. Pedro Lucas Fernandes . Sugere a construção de Ponte sobre o Rio Bacanga na cidade de São Luís-MA, ligando o Alto da Esperança (área Itaquiabacanga) ao Aterro do Bacanga na altura do Convento das Mercês.)https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1709811

CÂMARA DOS DEPUTADOS INDICAÇÃO N.º 8, DE 2019. (Do Sr. Pedro Lucas Fernandes . Sugere a construção de Ponte sobre o Rio Bacanga na cidade de São Luís-MA, ligando o Alto da Esperança (área Itaquiabacanga) ao Aterro do Bacanga na altura do Convento das Mercês.)https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1709811

CÂMPELO, Silvana. **Abastecimento de água em São Luís na década de 20.** Monografia (Graduação em história)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1991.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. **FACHADA DA INSERÇÃO: A saga da civilidade em São Luís do Maranhão- São Luís: Café & Lápis; Editora, UEMA, 2012.**

CERTEAU, M. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO: Artes de fazer.** Tradução de Epharaim Ferreira Alves- Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

CEZARINHO, **HISTÓRIA E FONTES DA INTERNET: uma reflexão metodológica.** Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abri. 2018)

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação.** Fronteiras, Dourados, V.13, n.24, p.15-29, Jul/Dez 2011.

CHARTIER, Roger. **Imagens.** In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993, p.405-408.

CHESNAUX, Jean. **DEVEMOS FAZER TÁBULA RASA DO PASSADO.** São Paulo, SP. Editora Ática. 1995.

CORDEIRO, Juliana Carneiro Barbosa. **”PELA HORA DA MORTE”:** custo de vida em São Luís no contexto da Segunda Guerra Mundial. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos (Org.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade.** São Luís: Ed. UEMA, 2012, p. 179-212.

CORDENIL, **COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO ANIL:**
<https://codernil.jcsites.com.br/historia/>. Acesso em 30 de Agosto de 2024.

CORREIA, Marcos Sá. **Gênio em ação.** Revista nossa História. Ano 1/ne 12. Out. 2024.

CORREIA; Telma de Barros. **O art déco na arquitetura brasileira.** Dossiê ART DÉCO. Docente na Escola de Engenharia de São Carlos – USP. Revista UFG / Julho 2010 / Ano XII nº 8. São Paulo, Julho. 2010.

CORREIO DO BRASIL. **Patrimônio arquitetônico dos correios preserva a história do Brasil.** Disponível em <<http://correiosdobrasilfuncionarios.blogspot.com/2019/08/patrimonio-arquitetonico-dos-correios.html>. >. 16 agosto de 2019. Acesso: 08 de jun.2022.

COSTA Wagner Cabral Da. **Do Maranhão Novo Ao Novo Tempo a Trajetória Da Oligarquia Sarney No Maranhão.** . São Luís, 1997 (mimeografado).

COSTA, Edlucy Costa, Fortunato Zago. **DINÂMICA HISTÓRICA E URBANA DE SÃO LUÍS.** https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2241_2229_dinamica_urbana. Set. 2008.

COSTA, Edlucy; ZAGO, Fortunato. **PREFEITURA DE SÃO LUÍS: Dinâmica histórica e urbana de São Luís**. Set. 2008. Disponível em:

COSTA, Edlucy; ZAGO, Fortunato. **PREFEITURA DE SÃO LUÍS: Dinâmica histórica e urbana de São Luís**. Set. 2008. Disponível em:
<https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2241_2229_dinamica_urbana.pdf>. Acesso: 15 de Agosto de 2022.

COSTA, Marcelo Lima. O projeto de modernização de São Luís nos anos de Paulo Ramos (1936-1945). Dissertação(Mestrado)-Programa de pós graduação em História/CCH, Universidade Federal do Maranhão.2016.

COSTA, Wagner C. da. (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

COSTA, Wagner C. da. (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

CRUVINEL, Eduardo Henrique de Paula. **MONUMENTOS, MEMÓRIA E CIDADE [MANUSCRITO]: estudo de caso em Belo Horizonte / Escola de Arquitetura 155f. :** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DAVALLON, J. **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização**. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O comando geral dos trabalhadores no Brasil: 1961-1964**. Edição: 2. ed. Publicação: Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro,-Brasil, 1986.

DEODATO, Samira da Silva. **PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: Identidade, reconhecimento e memória na feira hippie de Ipanema**. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. UFRJ. 2014.

DINIZ, Adalberto Moreira; ERICEIRA, Anderson Fernandes Dias; BORGES; Anderson Henrique Borges.et.al. **O URBANISMO MODERNISTA EM SÃO LUÍS: Plano de Expansão da Cidade (1956)**. REVISTA DO CEDS Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB N. 2 – Volume 1 – março/julho 2015 – Semestral Disponível em: <http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>. Disponível em< http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/revceds_n2_o_urbanismo_modernista_em_sao_luis_jose_antonio_viana_lopes_e_outros.pdf>. Acesso em: 10 de Set. de 2023.

DUARTE, Ana Paula; ROCHA, Ariadne Enes. Arborização urbana: centro histórico e praças de São Luís, Maranhão. [et al.]. – São Luís: Eduema, 2018

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **A COLONIALIDADE DO SABER: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. 2005

EMIR, Aquiles. **MARANHÃO HOJE. PALÁCIO DO COMÉRCIO SERÁ ADAPTADO A CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMÉRCIAL**. Disponível em < <https://maranhao hoje.com/palacio-do-comercio-sede-da-associacao-comercial-pode-ser-incorporado-ao-minha-casa-minha-vida/>> . 23 de Novembro de 2023.

FACUNDES, May Fran Selares. **MONUMENTOS HISTÓRICOS E ENSINO DE HISTÓRIA:** perpetuação da memória e patrimônio maranhense. / (Monografia) – São Luís, 2015.

FAUSTO, Boris. **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA:** o Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964). . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. .1991

Ferreira” < <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2021/02/10/ponte-metalica-joao-luis-ferreira/>>. Patrícia Mendes - Arquiteta e Urbanista Coordenação de Patrimônio Cultural e Natural do Estado do Piauí Ver todos os posts por Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. Janeiro de 1987.

FILHO, Rezende; Aguiar; Joaquim; (blog). Disponível em :<<https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/photos/rua-grande-igreja-de-nossa-senhora-da-concei%C3%A7%C3%A3o-1908a-igreja-de-nossa-senhora-da/1508059779323277/>>.2018. Acesso em: Maio de 2022.

FRANCO , Bárbara Lopes ; OLIVEIRA, Josiane. **As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades:** Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

FUNARI, P. P. A. **Patrimônio e memória:** considerações sobre os bens culturais. Portal do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto,2001.

GAGNEBIN, J. M. Benjamin. In: PECORARO, Rossano. (Org.). OS FILÓSOFOS: clássicos da filosofia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

GIDDENS, A. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

_____, A.. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GINZBURG, Carlo. **RELAÇÕES DE FORÇA: HISTÓRIA, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFF, Jacques Le. **História e memória.** São Paulo: UNICAMP, 1990.

GUIA DE OBRAS DE OSCAR NIEMEYER: Brasília 50 anos. **O Guia de obras de Oscar Niemeyer é uma iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil** – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), em parceria com a Câmara dos Deputados, como parte das homenagens aos 50 anos de Brasília. – Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

GUIA DE OBRAS DE OSCAR NIEMEYER: Brasília 50 anos. **O Guia de obras de Oscar Niemeyer é uma iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil** – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), em parceria com a Câmara dos Deputados, como parte das homenagens aos 50 anos de Brasília. – Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Guia Turístico de Salvador, Bahia, Nordeste Brasileiro e Brasil. Disponível em< <https://www.bahia.ws/historia-e-arquitetura-de-sao-luis/> . Acesso em 10 de Outubro de 2020.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia. A origem e desenvolvimento do instituto de previdência do Estado do maranhão: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982).** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1996.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia. A origem e desenvolvimento do instituto de previdência do Estado do maranhão: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982).** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HERBSTER, Pinto, Fernanda Lucia. O concreto aparente como atributo na conservação da arquitetura moderna / Fernanda Lucia Herbster Pinto. – Recife, 2012.

História da PUC-SP, São Paulo, p. 7-28, dez./1993.

IBGE, . **PONTE JUSCELINO KUBITSCHKE** : vista panorâmica da cidade. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=437738>>. fotografia. ID: 37738. Rio Branco, AC, Jun.2016. Acesso em: 17/10/2022.

IBGE,. Ponte Juscelino Kubitschek. Teresina, PI. < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441822&view=detalhes>. >Catálogo. ID: 41822. Teresina, Maio 2016. Acesso em: 17/10/2022.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em :<https://www.google.com/search?q=avenida+pedro+II+EM+S%C3%83O+LU%C3%8DS&tbm=isch&ved=2ahUKEwj77-fVlfl4AhVXpZUCHePvAbMQ2-cCegQIABAA&oeq=avenida+pedro+II+EM+S%C3%83O+LU%C3%8DS&gs_lcp=CgNpbWcQAzoECCMQJzoGCAAQHhAIOgQIABAYOgQIABAEUKwGWJY1YKg3aAFwAHgAgAGNA4gBjSOSAQUyLTYuOJgBAKABAAoBC2d3cy13aXotaW1nwAEB&scient=img&ei=W8rMYrvWG9fK1sQP49-HmAs#imgsrc=zufHJitp4aHCCM>. Acesso: Maio de 2022.

IBGE , Instituto brasileiro de geografia e estatística. [Praça Pedro II]: Avenida Pedro II: São Luís, MA. Disponível em :<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=435101&view=detalhes>. Acervo dos municípios brasileiros. Id:35101.

IBGE, **PALÁCIO DA CULTURA**.<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=441766&view=detalhes>>. Catálogo ID: 41766 Teresina Piauí, Maio, 2015. Acesso.24/09/2022

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. **Povos do campo e ditadura civil-militar brasileira: as lutas por memória, verdade, justiça e as resistências do presente.** Disponível em < <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/noticias-eventos/programa-antropologia-social/povos-campo-ditadura-civil-militar-brasileira-lutas> > . Acesso em Novembro de 2024.

IPHAN, Cidades históricas; inventário e pesquisa: São Luís Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -Brasil, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Carta de Veneza**. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>
 Acesso em 01 out.2015

JORNAL O IMPARCIAL . A grande Ilhinha: lugar com história e um presente processo de urbanização. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/05/a-grande-ilhinha-lugar-com-historia-e-um-presente-processo-de-urbanizacao/>>. Acesso em Agosto de 2021.

Jornal o imparcial. A história dos saudosos bondes de São Luís. Disponível em <<https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2018/09/a-historia-dos-saudosos-bondes-de-sao-luis/>> . Samartony Martins, 09 de Setembro de 2018.

JORNAL O IMPARCIAL. RIBEIRO, José Octacílio Saboya. A cidade de São Luís. São Luís, 26 fevereiro de 1937.

JORNAL O IMPARCIAL , 01 DE AGOSTO DE 2017.**Conheça a história por trás do luxo e glamour do antigo Hotel Central:** Cenário dos tempos áureos da sociedade ludovicense da década de 40, o hotel localizado no Palácio do Comércio, Centro de São Luís encontra-se desativado desde 1996 Disponível em :<<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/o-hotel-central-esta-entregue-as-tracas-afirmam-comerciantes/>>. Acesso: Maio de 2022.

JORNAL O IMPARCIAL 11 de Março de 2021: **São Luís e suas diversas transformações ao longo dos anos:** O processo de expansão urbanística de São Luís, teve muitas fases para poder ter a sua aparência e mobilidade atual. <https://oimparcial.com.br/cidades/2021/03/sao-luis-e-suas-diversas-transformacoes-ao-longo-dos-anos/>>. Acesso: maio de 2022.

JOTA CRIAÇÕES. História-Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. <<https://codernil.jcsites.com.br/historia/>> . Codernil, todos os direitos reservados – Acesso em 30 de Agosto de 2024.

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. **SOBRE OS MONUMENTOS ESCULTÓRICOS: por uma pedagogia da memória**. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n109p62>. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas Vol. 16 N. 109, jul./dez. 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação Francesa de São Luís e seus mitos. São Luís: Lithigraf,2002.

LEANDRO, José Augusto. **A HANSENÍASE NO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1930:** rumo à Colônia do Bonfim. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.433-447.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG.2008..

LENHARO; Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil Nordeste e Centro- Oeste:** os anos 30. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1985.

LEONHARDT, F. **CONSTRUÇÕES DE CONCRETO;** Princípios básicos da construção de pontes de concreto. Rio de Janeiro, Editora Inter ciência, vol.6, 1979.

LYNG, Anthony. 4 vezes que o Brasil implementou o controle de aluguéis – e falhou. (economia urbana e moradia). 23 de Fevereiro de 2018.Disponível em <

<https://caosplanejado.com/3-ocasios-em-que-o-controle-de-alugueis-foi-implementado-no-brasil-e-falhou/> . Acesso em setembro de 2024.

LOPES, José Antonio Viana. **SÃO LUÍS, CAPITAL MODERNA E CIDADE COLONIAL**: Antônio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense. – São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

LOVATTO, ANGÉLICA. **PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1950-64: BALANÇO HISTÓRICOBIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR AURORA** ano V número 9 - DEZEMBRO DE 2011 ISSN: 1982-8004
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Bassanezi. Fontes históricas – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUTUFO, José Otávio. **NATUREZA E SOCIEDADE**: novos urbanismos e um velho dilema. Revista Labverde. n.4,p.227-254, jun.2012.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Modernidade e modernidade Tardia**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **The rationalization of traditions in modernity: the dialogue between Anthony Giddens and Jürgen Habermas**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, p. 245-258, 2013. Edição Especial.

MACEDO, Eurico. Teles de. **O maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001

MARANHÃO, Paróquia São Francisco de Assis. **MEMÓRIA DOS 50ANOS DOS FESTEJOS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS**: marco histórico do Trabalho evangelizador da Paróquia São Francisco de Assis-São Luís: Zona V Fotografias 2020.ISBN:978-65-991600- 0-4.

MARANHÃO, SÃO Luís Ilha; Alcântara: **guia de arquitetura e paisagem** = SAN Luis Isla de Maraón y Alcántara: guía de arquitectura y paisaje. -- Ed. bilingüe. -- Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p.: il. fot. col. y n.; 26 cm + Plano guía de arquitectura. -- (Guías de Arquitectura).

MARANHÃO. Secretária de Estado da Cultura. **BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**. (Serviço de Apoio Técnico). Catálogo de Jornais Maranhense.1821-2007-São Luís, Ed. SECMA, 2007.

MARINHO, Walkir. **MARCO HISTÓRICO** – Prefeitura de São Luís entrega monumento Outeiro da Cruz totalmente conservado. Disponível em
<<https://horaextra.slz.br/2022/10/08/marco-historico-prefeitura-de-sao-luis-entrega-monumento-outeiro-da-cruz-totalmente-conservado/>> Publicado em outubro 8, 2022.

MARTINS, Ananias Alves. **SÃO LUÍS - FUNDAMENTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL** -séculos XVII, XVIII E XIX 2. ed. São luís: Sanluiz, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica** – origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34.2008.

MATTOS, Tarcísio. **Alicerces da memória**: 60 bens tombados pelo Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Ed. 2003.

Memorial da DEMOCRACIA. CNBB lança movimento de educação de base. Disponível em < <https://memorialdademocracia.com.br/card/cnbb-lanca-movimento-de-educacao-de-base> > . 21 de Março de 1961. Acesso em Novembro de 2024.

MENDES, Patrícia. **PONTE JUSCELINO KUBITSCHKE** – Teresina, PI. (Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí). Disponível em: <<https://crcfundaciapiaui.wordpress.com/2015/04/29/ponte-juscelinokubitschke-teresinapi/>>.2021. Acesso em Dezembro de 2023;

MENDONÇA. Sônia Regina de. O golpe de 1930 e o caráter do Estado Novo.In: ___, Estado e economia no Brasil. Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal,1986.

MESQUITA, Ruy Ribeiro. **O PLANO DE EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS**: as ideias de Ruy Mesquita para o crescimento da capital maranhense.. Disponível em < [MIGUEL, Nadya Maria; Maria Rosa dos Santos Correia. **Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na era Vargas**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. \(Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.\). BA, Maio de 2009.](https://www.google.com/search?q=MESQUITA%2C+Ruy+Ribeiro.+Plano+de+expans%C3%A3o+da+cidade+de+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs.+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs%3A+%5Bs.n.%5D.++1958.&sxsrf=APqWBthWDoEbtm92ZVPUfKhplP07EqHbg%3A1648782593292&source=hp&ei=AW1GYt7D4Sd_QaTy4ABQ&iflsig=AHkkrS4AAAAAYkZ7ETpUa2tmO5gqBrBG3WeqtjyDYkb7&ved=0ahUKEwieg6Lm8fH2AhWETt8KHZPIA1AQ4dUDCAc&uact=5&oq=MESQUITA%2C+Ruy+Ribeiro.+Plano+de+expans%C3%A3o+da+cidade+de+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs.+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs%3A+%5Bs.n.%5D.++1958.&gs_lcp=Cgnd3Mtd2l6EANQAFgAYJQJaABwAHgAgAH3BIgB9wSSAQM1LTGYAQCgAQKgAQE&selient=gws-wiz. >. São Luís: [s.n.]. 1958. Acesso em Agosto de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

MINHA VELHA SÃO LUÍS. **Ponte do Cutim**. Disponível em: < <https://m.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/posts/872253586237236/>>, Acesso em: Maio de 2022.

MIRANDA; Priscila. **Cinco lugares em São Paulo que eram favela e você nem imaginava**. Disponível em < <https://br.blastingnews.com/sao-paulo/2015/11/cinco-lugares-em-sao-paulo-que-eram-favela-e-voce-nem-imaginava-00637245.html> > 4 de nov.2015. Acesso em Novembro de 2024.

MORAIS, Natércia Cristina Freitas. “A PONTE DA ESPERANÇA: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). (Monografia).- Universidade Estadual do Maranhão. Ma, 2006.

MOREIRA, Laís Assunção. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO PLANO DESENVOLVIMENTISTA DE JK E O DESENVOLVIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS**. - ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA (HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS). Disponível em < <https://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares2?AREA=13>. > Bahia, 2018.

MORENO, Daniel. **O “CRIME DA ULEN”**: Quando um Kennedy morreu em São Luís. Disponível em: < <https://anovademocracia.com.br/noticias/16289-o-crime-da-ulen-quando-um-kennedy-morreu-em-sao-luis/>> Agosto,2021.

MOURA, Ana Márcia Silva. **Proposta de Tombamento da Ponte João Luis Ferreira**” < <https://crefundacpiaui.wordpress.com/2021/02/10/ponte-metalica-joao-luis-ferreira/>>. Patrícia Mendes - Arquiteta e Urbanista Coordenação de Patrimônio Cultural e Natural do Estado do Piauí *Ver todos os posts por Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí*. Janeiro de 1987.

NABIL, Nabil. **A luta pela reforma urbana no Brasil** : Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo / organizado por Nabil Bonduki. (- SBN: 978-85-54325-00-8), São Paulo : Instituto Casa da Cidade, 2018.

NASCIMENTO. Lúcia Moreira do Nascimento. **SÃO LUÍS E A ROTA DO MODERNO**: A Produção Arquitetônica Residencial Moderna, entre 1930-1960, no Maranhão. Doutoramento em Arquitetura. (Faculdade de arquitetura). Universidade de Lisboa.2020.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de

OLIVEIRA, Milena Rodrigues. **MANIFESTAÇÕES DA FÉ CATÓLICA**: um estudo sobre as festas de Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário em São Luís (1850-1875). (Dissertação), Universidade Federal do Maranhão. São Luís,2016.

ORIANI, Angélica. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 316 - 338, set./dez. 2017.

ORTIZ, Renato. **CULTURA E MODERNIDADE**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PACHECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Tipografia Teixeira,1992.

PALHANO, Raimundo. **COISA PÚBLICA**: Serviços públicos e cidadania na primeira República. São Luís:IPES,2017.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, Ariel, Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”: Inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Maranhão. São Luís ,2018.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva. **A MOBILIDADE E A EXPANSÃO TERRITORIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS, MA**: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, set/dez 2017. /dez 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4012>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 7-23, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrkWDkdVR4VPskmLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PFLUEGER; Grete; Livia Furtado. **As imagens do moderno em São Luís pelo álbum de Miécio Jorge, de 1950**. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.1, p.68-83, abr.-set. 2017.

PICCOLO, Mônica; SULIDADE, da Mariana. Maranhão Republicano Em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia. São Luís: Editora Shaçon/EDUEMA, 2015.

PIMENTEL. RENAN. **Todo um Brasil que (ainda) não foi: o primeiro projeto de Reforma Agrária**. Coluna Primeiros Escritos | Todo um Brasil que (ainda) não foi: o primeiro projeto de Reforma Agrária. (BLOG DA BIBLIOTECA VIRTUAL DO PENSAMENTO SOCIAL . <https://blogbvps.com/2024/04/17/coluna-primeiros-escritos-todo-um-brasil-que-ainda-nao-foi-o-primeiro-projeto-de-reforma-agraria-por-rennan-pimentel/> . Acesso em 17 de abril de 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. Reimpressão (vários autores). I S B N 978-85-7244-297-8.2. Ed; São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Pamela Araujo. JORNAL O IMPARCIAL: o embrião maranhense. Cambiassú (São Luís). , v.15, p.30 -45, 2008.

PINTO, Pamela Araújo. **JORNAL O IMPARCIAL**: o embrião maranhense. Cambiassú (São Luís)., v.15, p.30 -45, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

<https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2241_2229_dinamica_urbana.pdf>. Acesso: 15 de Agosto de 2022.

_____, <https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1414_il_-_05-15-planta_-_int_ponte_caratatiua-model.pdf>. Acesso : Dezembro de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. O Ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 201

REIS, José Carlos. **HISTÓRIA E TEORIA**; Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 1.História da história: Civilização Ocidental. -3.ed. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

_____, José Carlos: **TEORIA E HISTÓRIA**: Um tempo histórico, História do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV,2012.

REIS; Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**/Flávio Reis. -2. Ed.- São Luís:[s.n.],2013.

RÉMOND, Renê. **Por uma história política I** [Direção de] Renê Rémond; tradução Dora Rocha. -2. ed. -Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **MICRO-HISTÓRIA, MACRO-HISTÓRIA**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad.[Alain François] Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo, 1913.

RODRIGUÊS, Moreia. **Cidade, Monumentalidade e Poder**. GEOgraphia, v. 3, n. 6, p. 42-52, 21 set. 2009.

RODRIGUES; Ana Barbara; Amanda Gabriela. **PROPOSTA**: Ampliação da Ponte JK, em Teresina (PI). <https://www.mobilize.org.br/estudos/196/proposta-ampliacao-da-ponte-jk.html?print=s>. 2015. Acesso: 19 de Out, de 2022.

SÁ, Salma Dias Almeida. A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social. III ENECULT – **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007.

SANTANA, Jucey . **PONTE DE CONCRETO DE ITAPECURU MIRIM**. Disponível em. Disponível em < <https://juceysantana.blogspot.com/2019/04/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.htm>28 de abril de 2019>. Acesso em , Dezembro de 2023.

SANTOS, Roberto de Souza. **REFORMAS URBANAS NO BRASIL E AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS**: Debates, perspectivas e desafios. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil- Geografia, ação política e democracia. Universidade Federal de Tocantins – São Luís. Brasil. 24 a 30 de Junho de 2016.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **PERCEÇÃO E SUSTENTABILIDADE**: O caso da ponte José Sarney em São Luís (Maranhão, Brasil). ISBN 978 -85-7506—232-6.). São Paulo, 8 a 12 de Set, 2014.

SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; NICODEMO, Thiago Lima, Et al. **HISTORIOGRAFIAS PERIFÉRICAS EM PERSPECTIVA GLOBAL OU TRANSNACIONAL**: Eurocentrismo em questão. Estudos históricos. Volume 30; nº60 Rio de Janeiro, Jan-Abr. de 2017.

SARNEY, José . **MARANHÃO**: Sonhos e Realidades. - São Luís: Fundação José Sarney, 2010.

SARTORATO, Diego. **O que foram as Ligas Camponesas homenageadas pela marcha do MST**. 9 Brasil de fato, -uma visão popular do brasil e do mundo. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst>>. 13 de agosto de 2018. Acesso em Outubro de 2024.

SCHMITZ, Alice. **A migração como expressão da questão social: um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família** – rodoviário. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Adriano Negreiros. A construção imagética de José Sarney pela crítica ilustrada da imprensa de São Luís no contexto do Estado de Exceção (1964-1974): análise de uma

transição oligárquica. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH- Conhecimento histórico e diálogo social . Natal – RN . 22 a 26 de Julho de 2023.

SILVA, ADRIANO NEGREIROS DA. **A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DE JOSÉ SARNEY PELA CRÍTICA ILUSTRADA DA IMPRENSA DE SÃO LUÍS NO CONTEXTO DO ESTADO DE EXCEÇÃO (1964-1974)**; análise de uma transição oligárquica. (XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA)- Conhecimento histórico de diálogo social. Natal – RN . 22 a 26 de junho de 2013.

SILVA, Aline de Vasconcelos. **JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE. TEXTOS E DEBATES**, Boa Vista, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

SILVA, Gabriela Melo. **TRAÇOS DESEJANTES DA CIDADE**:O apelo pela modernização (1889-1970). Dissertação (mestrado em políticas públicas) - Universidade Federal do Maranhão.2012.

SILVA, Juliana Natal da Silva; SILVA ,Richard da ; VANDRECA, Rosani Hobold Duarte ,et al. **Contribuição dos monumentos históricos para a constituição da memória social**. Rev. Ciênc. Cidadania - v.1, n.1, 2015.

SIMÕES. Junior, José Geraldo. **Paradigmas da urbanística ibérica adotados na colonização do continente americano**. Sua aplicação no Brasil ao longo do século XVI. 148.06 brasil/portugalyear 13, sep. 2012. Disponível em < <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/13.148/4505>. Acesso em Outubro de 2024.

SKINNER, Quentin. Significados e compreensão na História das ideias. In: Skinner, Quentin. Visões da política: sobre os métodos ABRANTES, Elizabeth Sousa. **História Regional**. – São Luís: UemaNet. Universidade Estadual para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil.2013

SOTO, William Héctor Gómez. **As contradições da modernidade brasileira**. Uma crítica aos conceitos empobrecidos de periferia e exclusão social. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009.

SOTO, William Héctor Gómez. **As contradições da modernidade brasileira**. Uma crítica aos conceitos empobrecidos de periferia e exclusão social. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009.

SOUZA, Manuella Araújo de. **O concreto armado nas edificações de Salvador no período entre guerras (1919 -1938)** / Manuella Araújo de Souza. 2017. 328 f.: il. Orientadora: Profª. Drª. Cybèle Celestino Santiago. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de . **FEDERALISMO NO BRASIL**: aspectos político-institucionais (1930-1964). REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 61. RBCS Vol. 21 nº. 61 junho/2006.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade o Recife de princípios do século**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de

Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Recife, 1994.

VALE, Sá Paulo. **Gestão Urbana de São Luís e o mito da falta de planejamento urbano.** Disponível em: https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/?gclid=CjwKCAiAh9qdBhAOEiwAvxIok08KWZ3P3iivzpj_118ZS4FiL5-.>. 24 de Março de 2018.

VALE, Sá Paulo. **GESTÃO URBANA.** São Luís e o mito da falta de planejamento urbano. Disponível em: https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/?gclid=CjwKCAiAh9qdBhAOEiwAvxIok08KWZ3P3iivzpj_118ZS4FiL5-.>. 24 de Março de 2018.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **O modernismo e a questão nacional.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.179-197.

WILLIAMS, Raymond. **O CAMPO E A CIDADE:** Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. os Históricos. Portugal: Difel, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A : Fontes da Pesquisa

JORNAL	ASSUNTO	ANO
Jornal O imparcial	São Luís sob a administração do Dr. Tancredo Segundo de Matos	24 de Outubro de 1945
Jornal O imparcial	Deflagrada a luta dentro do PST	24 de junho de 1949
Jornal O imparcial	Partido Social Progressista	26 de junho de 1949
Jornal o imparcial		
Jornal O imparcial	Vão encontrar-se com o Sr. Ademar de Barros	28 de Junho de 1949
Jornal O imparcial	Algo de impressionante será o moderno grupo residencial do bairro do Filipinho	29 de Janeiro de 1950
Jornal O imparcial	Vitorino Freire Repele seus caluniadores	08 de Janeiro de 1950
Jornal O imparcial	Em visita a esta capital o prefeito Eugênio Barros	11 de Janeiro de 1950
Jornal O imparcial	Partiu ontem para o norte do país o presidente da República	04 de Janeiro de 1957
Jornal O imparcial	O que representa para o Maranhão o auxilio oportuno do D.N.E .R	24 de Março de 1957
Jornal O imparcial	-----	14 de Fevereiro de 1968
Jornal o imparcial	Discurso do Drº Rui Ribeiro de Mesquita	24 de Março de 1957
Jornal O imparcial	-----	25 de Fevereiro de 1937
Jornal O imparcial	Nova mentalidade dois anos de progresso	29 de Maio de 1968
Jornal O imparcial	Dois anos de progresso	29 de Maio de 1968
Jornal O imparcial	Iniciada a construção da ponte São Francisco	04 de Julho de 1968
Jornal O imparcial	Serviços da ponte estão adiados	08 de Agosto de 1968
Jornal O imparcial	Governador visita obras da ponte São Francisco	22 de Agosto de 1968
Jornal O imparcial	Grande acontecimento a inauguração da ponte governador José Sarney	12 de Fevereiro de 1970
Jornal O imparcial	Construção da ponte sobre o Rio Bacanga	29 de maio de 1968
Jornal O imparcial	O forte de Ponta D' Areia	24 de Fevereiro de 1970

Jornal O imparcial	Incalculável massa Humana participa da Inauguração da Ponte	14 de Fevereiro de 1970
Jornal O imparcial	A união faz ...	17 de Fevereiro de 1970
Jornal O imparcial	Incalculável massa humana participou da inauguração da ponte Governador Sarney	17 de Fevereiro de 1970
Jornal o imparcial	O meu ano 70	01 de Janeiro de 1971
Jornal O imparcial	-----	01 de Agosto de 2017
Jornal O imparcial	A grande Ilhinha: lugar com história e um presente processo de urbanização	23 de Maio de 2018

JORNAL	ASSUNTO	ANO
Jornal do dia	Assembleia dá nome a ponte: Governador José Sarney	22 de Fevereiro de 1970
Jornal do dia	José Sarney: Verdade do Maranhão novo, não são palavras mas realizações	10 de Abril de 1968
Jornal do dia	Vamos limpar o Estado do primarismo político	31 de Janeiro de 1966
Jornal do dia	Metas do Governo Sarney: Notícias: estão sendo realizadas estradas, energias, água e esgoto, etc.	12 de Abril de 1968
Jornal do dia	Projeto de urbanização vai atingir o interior em 1968	07 de Maio de 1968
Jornal do dia	Reformas administrativas entra em fase da implantação: Sarney visita obras	11 de Maio de 1968
Jornal do dia	Torneio Governador José Sarney	17 de maio de 1968
Jornal do dia	A ponte sobre o Rio anil agora é realidade	13 de Junho de 1968
Jornal do dia	A ponte do São Francisco deverá estar concluída em 18 meses	04 de Julho de 1968

Jornal do dia	O serviço da ponte constarão de sondagens de ter placa metálicas: a ponte estará concluída em dezembro de 1969	22 de Agosto de 1968
Jornal do Dia	Ponte do Francisco, estará concluída em Dezembro de 1968	22 de Agosto de 1968
Jornal do dia	A ponte de São Francisco (José Carlos)	07 de Setembro de 1968
Jornal do dia	Sarney diz em São Paulo como Governar um Estado Pobre	03 de Maio de 1968
Jornal do dia	Povo agradecendo homenageia Sarney no Conjunto do Anil	30 de Abril de 1968
Jornal do dia	A ponte de São Francisco tem cronograma avançado	29 de Setembro de 1968
Jornal do dia	Primeiro vão livre da ponte São Francisco já em construção	29 de Novembro de 1968
Jornal do dia	Júlio Mesquita entusiasmado com as obras do Governo de Sarney	26 de Novembro de 1968
Jornal do dia	Ligação rodoviária esta semana do centro com o São Francisco	17 de Agosto de 1969
Jornal do dia	Crime da ponte do Caratatiua ainda envolvido em mistérios	19 de Agosto de 1969
Jornal do dia	Olhe aqui a última estaca: O governador José Sarney assistiu ontem à tarde	13 de Setembro de 1969
Jornal do dia	Crime da ponte do caratatiua ainda envolvendo mistérios	13 de Agosto de 1969
Jornal do dia	Governador inaugura rodovia e o povo aclama São Francisco	24 de Agosto de 1969
Jornal do dia		04 de Julho de 1925
Jornal do dia		11 de maio de 1968

JORNAIS	ASSUNTO	ANO
Jornal do Povo	O bairro Fé em Deus se manifesta- queremos Getúlio	03 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Romperemos com Vargas se ele apoiar Vitorino Freire	02 de Novembro de 1950
Jornal do povo	A vingança	02 de Setembro de 1950
Jornal do povo	O povo é alérgico a Vitorino	02 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Não reconheceremos o esbulho nas urnas	24 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Anseios da Libertação	29 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Desespero da Ocupação	19 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Clima de Vitória	19 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Getúlio debate problemas políticos do Maranhão	13 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Condenam a chacina do Largo do Carmo	05 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	Morreu João Moreno	05 de Setembro de 1950
Jornal do Povo	O prefeito virou as costas para aos subúrbios	23 de Setembro de 1950

DECRETO	ANO
Decreto nº 205	3 de Novembro de 1936
Decreto nº 6	29 de Agosto de 1939
Decreto nº 217	19 de Dezembro de 1936

JORNAIS	ANO
O diário do Norte	2 de Setembro de 1938
O diário do Norte	16 de Agosto de 1941
O diário do Norte	1937
O diário do Norte	02 de outubro de 1943
O Globo	27 de Agosto de 1939
O Globo	07 de Julho de 1940
Jornal pacotilha	12 de Junho de 1923
Jornal pacotilha	01 de Janeiro de 1930
Diário Oficial	17 de Julho de 1925
Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão	1939
Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão	1940

Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão	1943
Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão Lei nº536	12 de Dezembro de 1941
Carta de Veneza	1964
Jornal de notícia	29 de Setembro de 1951
Jornal o Estado de São Paulo	25 de Abril de 1951
Jornal a Tarde	01 de Abril de 1957
Jornal a tarde	14 de Maio de 1957 : Mais uma vitória de Ruy Mesquita